

Revista NERA (no. 48 dossiê 2019)	Título
Ferracini Origuéla, Camila - Compilador/a o Editor/a; Coca, Estevan Leopoldo de Freitas - Compilador/a o Editor/a; Pereira, Lorena Izá - Compilador/a o Editor/a; Folmer, Ivanio - Autor/a; Meurer, Ane Carine - Autor/a; Camacho, Rodrigo Simão - Autor/a; Monteblanco, Felipe Leindecker - Autor/a; Cordeiro, Márcio Pereira - Autor/a; Pedon, Nelson Rodrigo - Autor/a; Corrêa, Rubens Arantes - Autor/a; Alves, Flamarion Dutra - Autor/a; Celotti, Marcelo Cervo - Autor/a; Carvalho, Isabele de Oliveira - Autor/a; Weber Sulzbacher, Aline - Autor/a; Zimmermann, Angelita - Autor/a; Meurer, Ane Carine - Autor/a; Dambrós, Cristiane - Autor/a; Terra, Ademir - Autor/a; Hettwer, Henrique Rudolfo - Autor/a;	Autor(es)
São Paulo	Lugar
Departamento de Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT). Universidade Estadual Paulista	Editorial/Editor
2019	Fecha
	Colección
Educación; Territorio; Campo;	Temas
Revista	Tipo de documento
* http://biblioteca.clacso.org/Brasil/ppgg-unesp/20200527110524/nera-48.pdf	URL
Reconocimiento-No Comercial-Sin Derivadas CC BY-NC-ND http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

<http://biblioteca.clacso.org>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

www.clacso.org



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST A PARTIR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS ASSENTAMENTOS
FAZENDA ANNONI E BELA VISTA**

Ivanio Folmer e Ane Carine Meurer

**O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: NO CAMPO DA CONSTRUÇÃO/DESTRUIÇÃO
E DISPUTAS/CONFLITOS DE TERRITÓRIOS/TERRITORIALIDADES**

Rodrigo Simão Camacho

**OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA E OS MEANDROS DA FORMAÇÃO DE UMA BACIA LEITEIRA NO
MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO (CAMPANHA GAÚCHA/RS)**

Felipe Leindecker Monteblanco e Márcio Pereira Cordeiro

ESCOLA E CURRÍCULO: UM ENSAIO SOBRE TERRITÓRIOS EM DISPUTA

Nelson Rodrigo Pedon e Rubens Arantes Corrêa

**TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: DA CONQUISTA DA TERRA À
CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE**

Flamarion Dutra Alves

**FORMAÇÃO DO LICENCIANDO PARTICIPANTE DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À
DOCÊNCIA/PIBID INTERDISCIPLINAR EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Marcelo Cervo Celotti e Isabele de Oliveira Carvalho

PERSPECTIVAS RELACIONAIS DAS CATEGORIAS TERRITÓRIO E CAMPO NA ANÁLISE GEOGRÁFICA

Aline Weber Sulzbacher

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O EGRESSO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO NOROESTE DO RS

Angelita Zimmermann e Ane Carine Meurer

CONTEXTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Cristiane Dambrós

A PERTINÊNCIA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO PARA ANÁLISE DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Ademir Terra

O NEOLIBERALISMO NO ESPAÇO EDUCACIONAL BRASILEIRO – UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA

Henrique Rudolfo Hettwer

Revista NERA nº. 48

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

**Ivanio Folmer
Ana Carine Meurer**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2019**

Revista NERA (RNERA) nº. 45

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

ORGANIZADORAS DO DOSSIÊ

Ivanio Folmer
Ane Carine Meurer

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CORPO EDITORIAL

Franciele Aparecida Valadão
Hellen Mesquita
Leandro Ribeiro Nieves
Lucas Pauli

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Débora Assumpção Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)

Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2014 – ano 17, nº. 24
1999 – interrompida	2014 – ano 17, nº. 25
2000 – ano 3, nº. 3	2015 – ano 18, nº 26, Dossiê
2001 – interrompida	2015 – ano 18, nº 27
2002 – interrompida	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2003 – interrompida	2015 – ano 18, nº 29
2004 – ano 7, nº. 4	2016 – ano 19, nº 30
2004 – ano 7, nº. 5	2016 – ano 19, nº31
2005 – ano 8, nº. 6	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 7	2016 – ano 19, nº33
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº35
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 11	2017 – ano 20, nº37
2008 – ano 11, nº. 12	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 13	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 14	2017 – ano 20, nº 40
2009 – ano 12, nº. 15	2018 – ano 21, nº 41
2010 – ano 13, nº. 16	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 17	2018 – ano 21, nº 43
2011 – ano 14, nº. 18	2018 – ano 21, nº 44
2011 – ano 14, nº. 19	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2012 – ano 15, nº. 20	2019 – ano 22, nº 46
2012 – ano 15, Dossiê	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2012 – ano 15, nº. 21	
2013 – ano 16, nº. 22	Quadrimestral
2013 – ano 16, nº. 23	ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19

Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

	APRESENTAÇÃO
8	PRESENTATION PRESENTACIÓN
	Ivanio Folmer e Ane Carine Meurer
	A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST A PARTIR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NOS ASSENTAMENTOS FAZENDA ANNONI E BELA VISTA
14	THE TERRITORIALIZATION OF THE MST FROM THE EDUCATION OF THE FIELD IN THE SETTINGS FAZENDA ANNONI AND BELA VISTA LA TERRITORIALIZACIÓN DEL MST A PARTIR DE LA EDUCACIÓN DEL CAMPO EN LOS ASENTAMIENTOS HACIENDA ANNONI Y BELA VISTA
	Ivanio Folmer e Ane Carine Meurer
	O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: NO CAMPO DA CONSTRUÇÃO/DESTRUIÇÃO E DISPUTAS/CONFLITOS DE TERRITÓRIOS/TERRITORIALIDADES
38	TERRITORY AS A CATEGORY OF EDUCATION OF THE COUNTRYSIDE: IN THE COUNTRYSIDE OF CONSTRUCTION/DESTRUCTION AND DISPUTES/CONFLICTS OF TERRITORIES/TERRITORIALITIES EL TERRITORIO COMO CATEGORÍA DE LA EDUCACIÓN DEL CAMPO: EN EL CAMPO DE LA CONSTRUCCIÓN/DESTRUCCIÓN Y DISPUTAS/CONFLICTOS DE TERRITORIOS/TERRITORIALIDADES
	Rodrigo Simão Camacho
	OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA E OS MEANDROS DA FORMAÇÃO DE UMA BACIA LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO (CAMPANHA GAÚCHA/RS)
58	THE SETTLEMENTS OF LAND REFORM AND THE INTRICACIES OF THE FORMATION OF A DAIRY BASIN IN THE MUNICIPALITY OF SANTANA DO LIVRAMENTO (CAMPANHA GAÚCHA/RS) LOS ASENTAMIENTOS DE LA REFORMA AGRARIA Y LOS MEANDROS DE LA FORMACIÓN DE UNA CUENCA LECHERA EN EL MUNICIPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO (CAMPANHA GAÚCHA/RS)
	Felipe Leindecker Montebianco e Márcio Pereira Cordeiro
	ESCOLA E CURRÍCULO: UM ENSAIO SOBRE TERRITÓRIOS EM DISPUTA
85	SCHOOL AND CURRICULUM: AN ESSAY ABOUT DISPUTED TERRITORIES ESCUELA Y CURRÍCULO: UN ENSAYO SOBRE TERRITORIOS EN DISPUTA
	Nelson Rodrigo Pedon e Rubens Arantes Corrêa

TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: DA CONQUISTA DA TERRA À CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

98

TERRITORIALIZATION OF RURAL SETTLEMENTS: FROM THE CONQUEST OF LAND TO THE CONSTRUCTION OF AN IDENTITY

TERRITORIALIZACIÓN DE LOS ASENTAMIENTOS RURALES: DE LA CONQUISTA DE LA TIERRA A LA CONSTRUCCIÓN DE UNA IDENTIDADE

Flamarion Dutra Alves

A FORMAÇÃO DO LICENCIANDO PARTICIPANTE DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA/PIBID INTERDISCIPLINAR EDUCAÇÃO DO CAMPO

114

THE FORMATION OF UNDERGRADUATES WHO TAKE PART IN THE INSTITUTIONAL SCHOLARSHIP PROGRAM OF INITIATION TO TEACHING/ INTERDISCIPLINARY PIBID RURAL EDUCATION

LA FORMACIÓN DEL PROFESSORADO PARTICIPANTE DEL PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BECAS DE INICIACIÓN A LA DOCENCIA / PIBID INTERDISCIPLINARIO EDUCACIÓN DEL CAMPO

Marcelo Cervo Chelotti e Isabele de Oliveira Carvalho

PERSPECTIVAS RELACIONAIS DAS CATEGORIAS TERRITÓRIO E CAMPO NA ANÁLISE GEOGRÁFICA

137

RELATIONAL PERSPECTIVES OF THE TERRITORY AND FIELD CATEGORIES IN GEOGRAPHIC ANALYSIS

PERSPECTIVES RELATIONNELLES DES CATÉGORIES TERRITOIRE ET CHA EN ANALYSE GÉOGRAPHIQUE

Aline Weber Sulzbacher

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O EGRESSO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NO NOROESTE DO RS

154

FIELD EDUCATION: THE EGRESS FROM THE PEDAGOGY OF ALTERNATION IN THE NORTHWEST OF RS

EDUCACIÓN DEL CAMPO: EL EGRESADO DE LA PEDAGOGÍA DE LA ALTERNANCIA EN EL NOROESTE DEL RS

Angelita Zimmermann e Ane Carine Meurer

CONTEXTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

174

HISTORICAL AND INSTITUTIONAL CONTEXT IN THE DEMARCATION OF INDIGENOUS LANDS IN BRAZIL

CONTEXTO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL EN LA DEMARCACIÓN DE TIERRAS INDÍGENAS EN BRASIL

Cristiane Dambrós

A PERTINÊNCIA DO CONCEITO DE TERRITÓRIO PARA ANÁLISE DE ASSENTAMENTOS RURAIS

- 190 THE TERRITORY CONCEPT'S RELEVANCE FOR THE ANALYSIS OF RURAL SETTLEMENTS
- LA PERTINENCIA DEL CONCEPTO DE TERRITORIO PARA EL ANÁLISIS DE ASENTAMIENTOS RURALES

Ademir Terra

O NEOLIBERALISMO NO ESPAÇO EDUCACIONAL BRASILEIRO – UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA

- 206 THE NEOLIBERALISM IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL SPACE – A GEOPOLITICAL ANALYSIS
- El neoliberalismo en el espacio educativo brasileño - un análisis geopolítico

Henrique Rudolfo Hettwer

COMPÊNDIO DE AUTORES

- 224 COMPENDIO AUTORES
- COMPENDIUM AUTHORS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

- 253 COMPENDIO EDICIONES
- COMPENDIUM EDITIONS

Território em movimento

Ivanio Folmer

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
ivaniofolmer@yahoo.com.br

Ane Carine Meurer

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
anemeurer@gmail.com

Percebe-se que a ciência geográfica vem sendo atravessada por diversas pesquisas que apostam na discussão de temas, os quais desafiam e mobilizam a comunidade acadêmica em pleno século XXI. Ao pensar na perspectiva da relação de sujeitos sociais e (com, no, a partir e para o) espaço geográfico, compreendemos a complexidade do assunto. Logo, refletimos sobre “espaços” criados a partir de vivências que esses atores sociais estabelecem.

Para que se pudesse entender a dinâmica do vínculo entre sujeito com o espaço e as relações delineadas a partir das experiências compartilhadas, um novo conceito teve que ser pensado e desenhado, com isso passa a designar-se TERRITÓRIO esses espaços que se construíram a partir da prática social, das relações que esses sujeitos estabeleceram e suas dinâmicas. Todavia, o conceito de Espaço e Território não aparece como sinônimo, conforme Raffestin (1993). Assim, o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Contudo, o Espaço não deve ser reconhecido apenas como palco das manifestações, se assim for feito estaremos nós, pesquisadores, desvalorizando um tema/conceito que vai além dessa dimensão. Portanto, essas relações espaço/território são entre muitos outros, objeto de pesquisa nas ciências humanas, assim a Geografia transforma-se em uma ciência que ganha vida quando interpreta essas relações e tenta através dos seus pesquisadores sistematizá-las. São essas pesquisas que lentamente fazem a interlocução com a educação básica e vem transformando o currículo escolar, uma vez que amplia a perspectiva dos educadores de compreender o espaço em que se encontram enquanto profissionais comprometidos com a alfabetização geográfica, promovendo um ensino e aprendizagem em prol de uma formação de sujeitos críticos e conscientes de sua, e das diversas realidades que o cerca.

Desse modo, o Grupo de Pesquisa em Educação e Território- GPET, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, vem, ao longo dos últimos 20 anos articulado projetos de ensino, pesquisa e extensão que envolve a sociedade e suas relações. Nesse andar/viver foi-se percebendo as dinâmicas, os antagonismos e os projetos de sociedade estabelecidos, refletindo sobre eles, na tentativa de compreender o que querem expressar. Assim, também

se pode perceber no grupo de pesquisa citado, que as relações se estabelecem para além de ensinar, pois se buscam oportunizar espaços de construção de aprendizagens, experiências, trocas e empatia, já que buscamos refletir no transcurso das pesquisas desenvolvidas junto aos Movimentos sociais e de Educação do Campo, que o território movimenta-se dialeticamente por meio do vivido e dos processos de conflitualidade na busca da efetivação dos direitos e da cidadania.

A dinâmica que precede o surgimento do território não se extingue no momento em que o mesmo surge, e isso desafia pesquisadores da geografia (e outras áreas da educação), no sentido em que se torna necessário compreender os desdobramentos que ocorrem no território. A partir de Fernandes (2009), concordamos que existem diversos tipos de territórios que produzem e são produzidos a partir de distintas relações sociais, logo “as múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. A dimensão une espaço e relação, que são construídos pelas ações e intencionalidades” (FERNANDES, 2009, p.202). Portanto, as relações sociais dos sujeitos se modificam nas várias regiões do país ou até mesmo na própria extensão de um município, considerando que cada grupo possui sua especificidade, sua diversidade étnica, cultural, econômica, ambiental, climática, e cada um possui seu vínculo com a terra (tanto no campo quanto na cidade). Para alguns a terra é visto apenas como instrumento para gerar capital, no entanto para outros a terra é compreendida como local de vida e recriação de relações pessoais.

Pode-se dizer que o campo brasileiro hoje, apresenta dois grandes agentes que disputam o território: O agronegócio que vem acumulando cada vez mais capital e assim, concentrando propriedade e o camponês que, apesar de resistir às fortes investidas do capitalismo, se mostra cada vez mais fragilizado, mas resiste e tem encontrado formas de fazê-lo no decorrer da história brasileira.

Assim, no decorrer da história temos encontrado várias formas de organização, algumas articuladas a partir do diálogo, outras a partir de enfrentamentos mais contundentes. Nesses movimentos os camponeses e o agronegócio promovem ações, políticas, ideologias que afirmam identidades, reconstroem culturas e estabelecem novas relações desses sujeitos consigo mesmos, com os outros, com o mundo, com o território, com o espaço. Redefine-se o espaço agrário, reconfiguram-se os direitos e os deveres, rearticulam-se o currículo escolar, trabalhando para a institucionalização de um determinado território.

O primeiro texto apresenta uma reflexão teórica acerca da importância de se entender o que é o campo para a Educação do Campo, sendo que para isto o debate sobre territórios/territorialidades camponesas é primordial. Na Educação do Campo, a discussão sobre o Campo - disputas/conflitos de territorialidades, modo de vida camponês, identidade territorial camponesa, movimentos socioterritoriais etc. – precedem a discussão pedagógica.

A Educação do Campo nasce da materialidade das relações sociais no campo e, se desenvolve, portanto, simultaneamente, à intensificação das disputas territoriais no campo. É a conquista, a resistência e a recriação dos/nos territórios camponeses que permite a criação e a reprodução da Educação do Campo.

Na mesma perspectiva de discutir o campo e o território, o segundo texto debate a Campanha Gaúcha, domínio histórico das estâncias voltadas à pecuária de corte, a produção de leite esteve presente como coadjuvante. A partir dos anos 1990, com a inserção de assentamentos, a região passou a ter considerável incremento de unidades familiares de produção, que logo foram remetidas à pecuária leiteira, considerando a área dos lotes, a experiência dos produtores e as particularidades da região. Então, o texto apresenta a contextualização de Santana do Livramento, que, é um caso emblemático desse processo, pois concentra, hoje, o maior número de assentamentos do Rio Grande do Sul, que em grande parte têm no leite seu “carro-chefe”.

Pensando em refletir sobre os conflitos da atualidade, o texto três parte considerando que os conflitos estão relacionados ao fato de que determinadas ideologias conservadoras avançam de forma sistemática sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil. Consideradas em conjunto, essas ideologias conservadoras se caracterizam por defender uma oposição às mudanças que são resultado tanto do desenvolvimento de teorias e práticas advindas do campo acadêmico quanto das lutas sociais incorporadas à realidade do ensino básico e superior, fazendo da escola e da educação um importante lócus do embate de classes estruturante de nossa sociedade.

Imersos no contexto das conflitualidades e processos de (te)(de)(re)ritorialização, o texto quatro assume uma discussão pertinente no estudo da questão agrária brasileira, ao tratar dos sujeitos como atores fundamentais na construção das identidades e representações do movimento socioterritorial. Nesse sentido, o texto discute a questão do território, identidade e cultura no assentamentos rurais, bem como apresenta o quadro geral da reforma agrária no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI, e por fim faz apontamentos dos trabalhos realizados por geógrafos sobre assentamentos rurais no Rio Grande do Sul entre 2000 – 2015.

Ao pensar nas categorias de análise da geografia, o texto cinco se propõe em indicar possibilidades analíticas na Geografia, considerando relação entre as categorias Território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006) e Campo (BOURDIEU, 1993; 2005; 2007), com um intuito provocativo e reflexivo. Ao Entender que poder e política são conteúdos fundantes do Território e do Campo. Assim, toma-se como princípio a necessidade de uma perspectiva relacional sobre poder e política, para estudá-los sob um viés geográfico, pois estão intrinsecamente relacionados, um ao outro, pelo fato de que só o podem ser mutuamente. Por sua vez, uma relação pressupõe uma situação e um sentido, território e campo,

entendendo que os agentes estão situados, que determinadas relações somente são possíveis em determinados contextos, e que por tal característica resguardam particularidades. É a partir das relações de poder (inclusive simbólicas) e política, que se fundamentam as lógicas de um determinado campo em territorialização.

Da Educação do Campo às casas Familiares Rurais e a Pedagogia da Alternância, nessa contextualização que, o texto seis transita com o propósito de apresentar uma análise preliminar acerca do egresso, compreendendo as transformações percebidas na produção da vida dos alternantes da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Três Vendas - EEMCFRTV - Catuípe, noroeste do Rio Grande do Sul.

Refletindo sobre o território indígena, o texto sete têm a finalidade de contribuir para o debate acadêmico e civil, sobre a urgência na demarcação novas terras indígenas, esta necessidade, se justifica, pelos inúmeros registros jornalísticos, de mortes e conflitos de indígenas com fazendeiros, mineradores, grileiros, sojistas, entre outros. A partir da verificação das principais fatos histórica e institucional, da ação do Estado sobre a questão indígena, será possível compreender o contexto de luta e resistência destes povos, bem como a pressão genocida devido ao avanço do agronegócio, da mineração e dos grandes empreendimentos (usinas hidrelétricas).

Ao pensar nos pressupostos o texto oito, se dispõe a discutir a categoria geográfica território, na perspectiva de que o mesmo encerra múltiplas acepções, resultantes de processos históricos, urdidas em diversas temporalidades, ressaltando o princípio da apropriação, da dominação, do controle social e sobretudo, do poder em distintas relações e em diversas escalas, suscitando também múltiplas territorialidades, com dimensões próprias, conteúdos específicos que são apropriados, apreendidos e vivenciados de maneira singular pelos atores sociais.

A Geografia, especialmente a geopolítica, ocupa-se de desvelar as máscaras sociais e promover uma análise política da realidade do espaço geográfico. Logo, o texto nove discute, a partir do advento da ideologia neoliberal e a expansão do capital monopolista que concentra e segrega, concebe a educação como despesa, se gerida pelo Estado, e como mercadoria, se ofertada pela iniciativa privada.

Transitando entre as questões de educação do campo e território, o texto dez, busca analisar as contribuições formativas da participação no PIBID Interdisciplinar Educação do Campo para a formação docente dos licenciandos dos cursos de Ciências Sociais, Geografia, História, Letras e Pedagogia - bolsistas do programa entre os anos de 2014 e 2017- no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia. Ao final do projeto, constatou-se que o PIBID é um dos programas que mais colaboram com os licenciandos durante seu processo de formação, seja pela necessidade da bolsa ou pelo interesse nas diretrizes do programa. Durante sua execução, forma-se um elo que une horizontalmente o campo de atuação, que é a escola,

com as teorias e discussões oriundas da universidade. A modalidade interdisciplinar Educação do Campo expande ainda mais a formação dos licenciandos, pois oferece a oportunidade das práticas educacionais em um ambiente pouco explorado se comparado ao ensino na cidade. Portanto, a presente análise expôs a importância atribuída ao PIBID Interdisciplinar Educação do Campo enquanto projeto que colaborou no processo formativo dos futuros professores, dando ênfase à realidade encontrada nas escolas do campo, contexto geralmente negligenciado nos cursos de licenciatura.

O número especial da revista Nera é um ótimo instrumento que se apresenta como amostra dos estudos que estão sendo desenvolvidos por pesquisadores brasileiros de geografia sobre Educação do Campo, Movimentos Sociais e Território. O título Território em Movimento foi considerado importante, pois não se pode negar que o território está em dinâmica através de agentes sociais em um Campo, o qual se apresenta envolto às conflitualidades entre o camponês e o agronegócio, em especial.

Esse dossiê é mais que um produto científico, constitui-se como nossas lutas pela democratização da discussão em instituições de ensino, em especial as públicas e gratuitas, as quais representam e problematizam resultados de pesquisas com as comunidades, que se caracterizam como colaboradores de sua importância na análise e coleta de dados de pesquisa. O papel dessa discussão é fomentar o paradigma de resistência, e clarear a visão de mundo, direcionando um olhar crítico ao espaço rural, cujo é negado constantemente à existência dos povos e seus costumes.

A organização deste trabalho permitiu perceber ainda que, apesar de introdutória, há ampla discussão sobre a abordagem de Movimentos Sociais, Educação do Campo e Território.

Por fim, ainda estamos muito distantes do ideal de nossa atuação e discussão sobre o Campo, a Educação e o Território (camponês), entretanto, é nessa fragilidade de passos que conquistamos apoios, aprendemos, ensinamos e trocamos experiências sobre essas temáticas, possibilitando amplo acesso à realidade territorial brasileira.

Referências

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 6, 2005, p. 14-34.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Ivanio Folmer
Aner Carine Meurer

A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista

Ivanio Folmer

Programa de Pós-Graduação em Geografia- Universidade Federal de Santa Maria
ivaniofolmer@yahoo.com.br

Ane Carine Meurer

Programa de Pós-Graduação em Geografia- Universidade Federal de Santa Maria
anemeurer@gmail.com

Resumo

Este estudo se estrutura na análise de dois assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais: O Assentamento Bela Vista- Jari/ RS e o Assentamento de Fazenda Annoni – Pontão/ RS, com o objetivo de entender o processo de territorialização desses Assentamentos, a partir do posicionamento da Educação do Campo. Dessa forma, buscam-se analisar o papel da Educação do campo no processo de territorialização das políticas do MST, discutir os conceitos de território, territorialização, territorialidades e Educação do Campo. Os resultados desta pesquisa se mostram favoráveis à permanência de Educação do Campo dentro do assentamento.

Palavras-chave: Educação do campo; território.

La territorialización del MST a partir de la Educación del Campo en los asentamientos Hacienda Annoni y Bela Vista.

Resumen

Este estudio se estructura en el análisis de dos asentamientos del Movimiento de los Trabajadores Rurales: El Asentamiento Bela Vista- Jari / RS y el Asentamiento de Hacienda Annoni - Pontão / RS, con el objetivo de entender el proceso de territorialización de esos Asentamientos, a partir del posicionamiento de la Educación del Campo. De esta forma, se buscan analizar el papel de la Educación del campo en el proceso de territorialización de las políticas del MST, discutir los conceptos de territorio, territorialización, territorialidades y Educación del Campo. Los resultados de esta investigación se muestran favorables a la permanencia de Educación del Campo dentro del asentamiento.

Palabras clave: Educación del campo; territorio.

The territorialization of the MST from the Education of the Field in the settings Fazenda Annoni and Bela Vista.

Abstract

This study is structured in the analysis of two settlements of the Rural Workers' Movement:

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 22, n. 48, pp. 14-37	Dossiê - 2019	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	-------------------------	---------------	-----------------

The Bela Vista - Jari / RS Settlement and the Annoni - Pontão / RS Farm Settlement, with the objective of understanding the territorialization process of these Settlements, from the positioning of Field Education. In this way, we seek to analyze the role of field education in the process of territorialization of MST policies, to discuss the concepts of territory, territorialization, territorialities and Field Education. The results of this research are favorable to the permanence of Field Education within the settlement.

Key words: Education of the field; territory.

Introdução

A desigualdade de concentração de terras no Brasil da origem a uma situação de desigualdades agrárias surgindo e se instalando no cenário nacional. Não obstante, o Rio Grande do Sul possui uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural, ressaltando-se a pecuária extensiva, monocultura de arroz e soja e novas áreas de plantios de eucalipto, resultando, desse modo, gigantescos vazios demográficos e concentração de terra e renda. Evidentemente, esse processo acaba por reduzir as pequenas propriedades.

Sob esta perspectiva, Oliveira (1994, p.56) afirma que:

a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitânicas/sesmarias muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil e, particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços [...] tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários.

Tem-se a concepção de que a luta pela terra no Brasil não é um fenômeno recente. Essa luta constante está envolta no território nacional desde sua ocupação. Porém, até o momento, não há um programa de reforma agrária eficaz, que dê conta de alterar a estrutura de posse e uso da terra, uma vez que o modelo histórico de propriedade da terra no Brasil é o da grande propriedade, enquanto a pequena propriedade se desenvolve a margem dessa maior, fortalecendo, desse modo, a reprodução acelerada do capitalismo em todo território nacional. Contemplando o dito, Marx (1988, não paginado) há mais de um século escreveu que,

pela sua natureza, a pequena propriedade exclui o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, as formas sociais do trabalho, a concentração social dos capitais, a pecuária em grande escala, a utilização progressiva da ciência.

Para a agricultura, a terra é a matéria prima principal em que se identifica a produção agrícola na base da alimentação humana. Dessa forma, pensa-se que o homem tendo em mãos os instrumentos tecnológicos que favorecem a multiplicação de máquinas e produtos, não consegue fazer que a terra se multiplicasse criando novos espaços de produção.

O vigente modelo econômico de desenvolvimento agropecuário, inserido durante governos militares, caracterizado pela modernização conservadora, objetivava a modernização da agricultura. Através de créditos e subsídios, apoiava o desenvolvimento da grande propriedade. Essa política trouxe consequências negativas para a pequena propriedade, como o aumento do trabalho assalariado, as dificuldades em desenvolvimento da agricultura familiar, a concentração de terras e, conseqüentemente, a diminuição da população do campo para mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades ou outras regiões do país (FERNANDES, 2000, p. 50).

A expropriação, a expulsão das famílias camponesas e a usurpação do território indígena geraram uma das condições que levaram à luta os camponeses que iriam realizar a ocupação de terra, que também inaugurou o processo de formação do MST, na região noroeste rio-grandense.

Em meio a este cenário, surge o Movimento dos Sem Terra (MST), como símbolo de resistência e política no campo. Desse modo, o MST surgiu visando oferecer maior integração e fortalecimento da luta pela terra e também pela Reforma Agrária, no entanto, afirma que houve momentos em que esta proposta apareceu com destaque como programa de governo (MST, 2005, p. 78). Por questionar a atual estrutura do MST, este trabalho, se estrutura na análise de dois assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais: O Assentamento Bela Vista- Jari/ RS e o Assentamento de Fazenda Annoni – Pontão/ RS, com o objetivo de entender o processo de territorialização desses Assentamentos.

A Educação do Campo no Brasil: Introdução à discussão

Na história do Brasil, a concentração de terras traz como uma das consequências o êxodo rural, que vem marcando a trajetória do espaço rural até os dias de hoje. Após o golpe militar, inseriu-se um modelo de construção econômica onde a renda passa a ser concentrada nas mãos de poucos, alterando as condições de viver no campo. No entanto, mesmo com a diminuição da população do campo, dados da época apontavam que não havia problemas em relação ao campo. Enganamo-nos quando pensamos que os problemas do campo começaram em períodos recentes, pois as dificuldades enfrentadas no meio rural já destacavam em 1500, quando os europeus desembarcaram no Brasil, trazendo uma carga de vontade de explorar os nativos que aqui habitavam. Pouco a pouco, as riquezas da terra foram exploradas pelos portugueses que, em troca, presenteavam os índios com artigos supérfluos.

É possível perceber que através do tempo no Brasil o chamado *processo de exclusão*⁴ não envolveu apenas política, mas também a questão socioeconômica. No que diz respeito ao tratamento dessas questões, a escola brasileira ainda apresenta desempenho pouco satisfatório. De fato, para o Brasil, a educação nunca foi assunto prioritário. Segundo Fernandes (1992, *apud* MUNARIN, 2005, p30),

A educação nunca foi algo de fundamental no Brasil, e muitos esperavam que isso mudasse com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Mas a Constituição promulgada em 1988, confirmando que a educação é tida como assunto menor, não alterou a situação.

Isso nos remete a concordar com Leite (1999), quando fala da educação no Brasil como resultado do processo histórico:

a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, tendo por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária. (LEITE, 1999, p. 14).

⁴ Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, há mais de cinco séculos, a exclusão tem sido uma das principais marcas nacionais. Três referências históricas consideráveis sintetizam a abrangência e complexidade do processo de exclusão social a partir do brutal genocídio de indígenas, do bárbaro escravismo de negros africanos e das mazelas impostas pelo colonato paternalista à imigração europeia. Além disso, a evolução econômica e política do país fundamentou-se continuamente na

condição de entreguismo das classes dirigentes aos interesses internacionais, geralmente condicionando a força da produção nacional à dinâmica externa. (Marcio Pochmann, 2009).

O modelo da Educação no Campo promove a intenção de traçar o recorte histórico desde os anos 1920, por conter elementos apresentados à legislação e às escolas. De 1910 até 1920, começava a despertar interesses sobre a Educação Rural no Brasil. Isso ocorreu graças ao grande movimento dos agricultores que começavam a afirmar a importância de uma pedagogia voltada ao campo, para que se conseguisse suprir a carência da época. Com isso, surge o Ruralismo Pedagógico, que tinha como objetivo fixar o homem no campo. Como reflete Leite (1999, p. 28)

[...] a sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910 - 1920, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

Em 1937, o Estado Novo cria a Sociedade Brasileira de Educação Rural, objetivando a expansão do ensino, contendo a intenção de que houvesse a preservação da cultura do campo. Esse período foi atravessado pelo poder que advinha do campo, por parte da grande elite, ou seja, dos grandes produtores e das indústrias que se destacavam. Com essa expansão do capital, foi possível pontuar os problemas a serem futuramente enfrentados. Naquele tempo, já era evidente o movimento do êxodo rural, lançado por meio de outro nome, na época, *movimento migratório campo-cidade*, onde a cidade se consolidava cada vez mais como sinônimo de melhores condições de vida.

Segundo Mumford (1938), a cidade sofreu alterações importantes com as industrializações que a alcançaram, modificando-a:

Em todos os bairros, os antigos princípios de educação aristocrática e cultura rural eram substituídos por uma devoção unilateral ao poder industrial e ao sucesso pecuniária [relativo ao dinheiro], algumas vezes disfarçada de democracia (MUMFORD, 1998, p. 484).

Seguindo essa linha, a cidade passa a ser ainda mais valorizada, por ser um exemplo de evolução, enquanto o campo é deixado de lado, por ainda permanecer no anonimato, sendo, portanto, sinônimo de atraso. O nome que o rural e a cidade levam hoje são heranças de sinônimos usados em outro momento. (Diretrizes Curriculares do Campo, p. 17)

[..], a cidade se consolidava como referência da modernização e do progresso, enquanto o campo representava o antigo e o rústico. O próprio termo rural tem a mesma raiz de rústico e rude, enquanto o termo cidade dá origem a cidadão e cidadania. (DCEs da Educação do Campo – SEED, 2006, p. 17).

Após o término da II Guerra Mundial, criou-se uma comissão denominada *Comissão Brasileiro-Americano de Educação das Populações Rurais*, por meio da influência de políticas que tinham cunho americano. Nesse período, também foram instauradas as Missões Rurais, e, logo em seguida, por volta de 1940, nasce uma empresa que tinha como objetivo atender o camponês. Intitulava-se *Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural*, a qual tinha políticas governamentais que tratavam o sujeito do campo como carente, pobre e sem conhecimento.

A comissão Brasileiro-Americano de Educação das Populações Rurais foi a grande criadora da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, uma vez que

a Extensão se definia como um empreendimento educativo: "produzir mudanças nos conhecimentos, nas atitudes e nas habilitações para que se atinja o desenvolvimento tanto individual como social". Assumindo características de ensino informal (fora da escola), o trabalho extensionista se propunha como diferenciado ou até mesmo incompatível com o caráter centralizado e curricular do ensino escolar. (...) A base material da ação educativa da Extensão era a empresa familiar. O importante era persuadir cada um dos componentes familiares (...) a usarem recursos técnicos na produção para conseguirem uma maior produtividade e conseqüentemente o bem-estar social (FONSECA, 1985, p.91).

A partir desse projeto, na década de 50 criou-se a Campanha Nacional de Educação Rural. Em conjunto a essa campanha, também se desenvolvia o Serviço Social Rural, que visava melhorias de vida ao sujeito do campo. Sobre essa mesma perspectiva, Silva (2004) fala sobre um discurso urbanizador que foi visivelmente forte a partir da década de 50, que parecia surgir uma fusão entre as duas zonas (rural e urbana), pois o processo industrial com o tempo adentraria o espaço rural, fundindo-se e, como resultado imediato, o espaço rural seria deixado de lado e só existiria a parte urbana. De acordo com Wanderley (2001), existem locais que são resultado do encontro entre o rural e o urbano e o desenvolvimento local, valorizando o potencial econômico, social e cultural da comunidade local, não podendo então, supor o fim do rural. Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional com a lei nº 4024/61 dá liberdade aos municípios para

realizarem projetos que forneçam melhorias das condições da realidade local. Paulo Freire, nesse período, contribuía com o desenvolvimento da educação dialógica e crítica, trabalhando com a educação de jovens e adultos. A partir da grande desvalorização do campo e havendo desigualdades com o sujeito do campo, começa-se haver mobilizações do povo do campo: não só dando início aos movimentos sociais, normalmente ligados à Igreja e aos partidos de esquerda, mas também visando uma educação que suprisse a necessidade daquele povo.

Como tentativa de superação do descompasso das relações culturais, escolares e sociais para com as classes menos favorecidas do campo, o estatismo informal da educação rural possibilitou, indiretamente, a criação do espaço necessário para o aparecimento de movimentos populares, como os Centros Populares de Cultura (CPC) e, mais tarde, o Movimento Educacional de Base (MEB) (LEITE, 1999, p.40).

Em consenso com a Aliança para o Progresso⁵, programa de atendimento à carência de povos do campo e da cidade pensada pelo governo americano, que tinha como realização um acordo econômico entre os países do hemisfério Sul, desenvolveram-se como resultado alguns programas ligados aos estados brasileiros, como a SUDENE, SUDESUL, INBRA, INDA e o INCRA, todos com sua base ligada à realidade das lutas pela terra. Na LDB, fica claro o conhecimento sobre a diversidade existente entre as comunidades do campo, conforme se reconhece no documento, nos parágrafos 23, 26 e 28. Neles, são apresentadas formas de se trabalhar com a educação direcionada ao campo, mas, apesar desse esforço, ainda havia grandes dificuldades em se obter uma educação de qualidade nesse espaço. Para obtermos uma melhor interpretação das normas da educação no campo, apresentamos o que traz o art. 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:- conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

⁵ Aliança para o Progresso é um programa de ajuda externa voltado para a América Latina, cujo principal objetivo, mesmo parecendo pretexto, foi promover o desenvolvimento econômico por meio da colaboração financeira e técnica aos países latino-americanos - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; I- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

Diante da ditadura militar, foram modificadas algumas normas dentro da educação e dentro do contexto militar. A educação do campo mudou, foi dada ênfase à Extensão Rural, bem como foi dada importância ao técnico, deixando de lado o educador formal.

[...] o movimento extensionista brasileiro está marcado pela criação e difusão de um argumento falacioso do seguinte teor: em seu início, a ABCAR, teve a sua ação voltada para a promoção humana ou a melhoria do nível de vida da população rural. O caráter dessa ação era fundamentalmente assistencialista e, como consequência, os seus resultados foram bastante modestos. Com a institucionalização do Crédito Rural, a partir de 1965, opera-se a grande mudança. A promoção humana é relegada para um plano secundário. O objetivo passa a ser o de aumentar a produção agrícola estimulando a difusão da tecnologia agrícola e gerencial ou, em outros termos, promover a modernização da agricultura (LEITE 1999, p. 71).

Entre os anos de 1967 e 1976, o governo de Castelo Branco, com o auxílio do Ministério do Planejamento, cria o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, demonstrando que tanto a educação da Área Urbana quanto a da Área Rural servem como auxiliares na formação de mão de obra para o mercado, não preparando o nível de conhecimento, mas formando técnicos para o mercado de trabalho. No entanto, Ianni (1971) afirma que, apesar de muito mais ambicioso que todos os outros planos governamentais, o Plano Decenal sequer começou a ser executado e foi arquivado em uma caixa de silêncio.

Com o passar do tempo, criaram-se programas que visavam desenvolver a educação, como o PRONASEC (Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais), voltada ao campo. Esse programa tinha ambições claras e necessárias, pois trabalhava com o a valorização do espaço, fazendo associações do mundo com a realidade de vida no campo. Esse plano entendia a escola como uma agência de mudanças e transformações sociais, por isso merecia um calendário semelhante ao usado na cidade,

Em uma tentativa de ampliação das neo-relações de produção/trabalho no campo, a modernização reavivou e valorizou a escola e os grupos comunitários, buscando condições satisfatórias de vida para a população rural, incentivando e fomentando a criação de pequenas cooperativas e/ou grupos produtivos. (LEITE, 1999, p.50)

A intervenção da Universidade Federal do Ceará, ao final do período militar, fez com que surgissem novos programas destinados à Educação Rural.

No nordeste, instalou-se um projeto que tinha seu objetivo principal ligado às condições do nível da educação voltado ao povo nordestino, o EDURURAL⁶. Em conjunto a esse grande objetivo, o projeto tinha o intuito de apresentar novos conceitos da educação no meio rural e tentar produzir currículos nas escolas dos espaços rurais, criando, deste modo, críticas nos currículos já apresentados pela cidade. Assim, pretendia dar à escola certa autonomia, tornando-a voltada à pedagogia e buscando valorizar o professor. Com isso, aumentaria, também, a autoestima dos alunos e o trabalho com a realidade vivida pelo/no campo. Outro movimento que se destaca é o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que tentava introduzir projetos sociais e políticos do governo, mas visava principalmente às questões econômicas e política. Com isso, queria garantir que a produção do campo fosse acelerada, mas que houvesse um controle da revolta. Isso amenizaria a criação de novos grupos de luta e, conseqüentemente, acarretaria uma fragmentação da classe trabalhadora. Torna-se relevante compartilhar a interpretação de Leite (2002, p.35), quando afirma que “o sistema escolar controlado pela ideologia da caserna limitou-se aos ensinamentos mínimos necessários para a garantia do modelo capitalista- dependente e dos elementos básicos de segurança nacional”.

No início dos anos 90, começam a surgir iniciativas institucionais através da pressão criada pelos movimentos sociais voltados ao campo, buscando forças políticas para melhor desenvolver o meio rural e incluí-lo num modo de organização. Dessa forma, o Ministério da Educação começa a repensar a educação no campo e iniciam-se a elaboração de políticas, baseadas em conversas entre outros poderes estatais, com influência de movimentos sociais do campo, para uma melhor interpretação da realidade do campesinato. No contexto dos movimentos sociais do campo surge o “Iº Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (Iº ENERA), realizado em julho de 1997, na Universidade de Brasília e que pode ser eleito como fato que melhor simboliza o movimento pela educação do campo. O “Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro”, lançado na ocasião do evento pode ser considerado impulso inicial desta luta.

⁶ O Edurural-NE e a poposta pedagógica adaptada ao meio rural é um estudo no qual este é analisado como um dos programas educacionais dos primeiros anos da década de 80, enquanto uma das estratégias de execução da política educacional para o meio rural do Nordeste brasileiro

No ano de 2002, há uma nova conquista. A escola rural conquista as Diretrizes Operacionais, que eram voltadas à educação no campo e davam preferência às propostas pedagógicas na forma organizacional do ensino, o que inclui todo o emaranhado de cultura existente no local e o processo de transformação da realidade do campo, conforme pode-se perceber em Silva (2009, p.42),

A participação dos movimentos do campo, por meio da pauta de reivindicação dos Gritos da Terra, da Marcha da Terra, da Articulação Nacional por uma Educação do Campo, da experiência acumulada por várias organizações não-governamentais e pela Pedagogia da Alternância articuladas à sensibilidade presente no Conselho Nacional de Educação, é que garantiram a aprovação pela Câmara de Educação Básica, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB, nº 1, de 3 de abril de 2002), uma reivindicação histórica dos povos do campo, significando um primeiro passo no sentido de resgatar uma dívida social com essa população e romper o silêncio da nossa base jurídica no que se refere a assegurar o direito a educação aos povos do campo.

Na citação acima, a autora Maria do Socorro Silva resume da luta pela aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. O que rege as diretrizes e as bases legais da educação no campo é correspondido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), qual foi sancionada em dezembro de 1996. A partir da primeira formulação, houve algumas outras reformulações, hoje a LDB gera uma dissociação das escolas do meio rural com as formas ativas das escolas urbanas, o que exige um planejamento para que haja a aproximação entre essas duas realidades. A educação tem em seu eixo de atuação a intenção de atingir as dimensões que integram as questões sociopolíticas e culturais, que são excelentes no exercício da cidadania e incentivam os princípios da solidariedade.

No que se refere aos termos institucionais, o ensino fundamental hoje encontrado nas escolas do campo é de inteira responsabilidade dos municípios, sendo que essa escola contará com um calendário especial e

deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei de modo a favorecer a escolaridade rural com base na sazonalidade do plantio/colheita e outras dimensões socioculturais do campo (BRASIL/MEC, LDB 9.394/1996, art. 23, § 2º).

O ensino voltado para os sujeitos do campo é denominado de Educação do campo, e englobam e atendem diversos tipos de povos, embora maior parte desses sejam agricultores. Diante deste debate, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), na tentativa de adquirir respeito a essa população, afirma que a Educação do Campo deve englobar os filhos de caçadores, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, posseiros, arrendatários, meeiros, entre outros, oferecendo uma educação rica, voltada para própria realidade. Essa educação expressa a luta dos povos do campo por políticas públicas que garantam o direito à educação, a uma educação que seja no campo e do campo, como explicita Caldart (2002, p.26):

No: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Existe hoje uma moderna política educacional, que visa o resgate de valores culturais, bem como a essencialidade do estudo em torno do desenvolvimento da cidadania, conforme aparece no caderno por uma Educação básica no campo nos itens a, b e c. Entretanto, os acontecimentos no campo não passaram por muitas transformações e a realidade, na prática ainda está distante de algo que podemos chamar de aceitável. A política pública que se volta para a escolarização das populações rurais ainda mostram que há um lento andamento, bem como um desinteresse enorme pelo Estado, e isso fica expresso em grandes índices de analfabetismo.

A Territorialidade, Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização.

A territorialidade é expressão do comportamento vivido, incluindo a relação do território e o espaço externo, englobando aquilo que fixa o homem aos lugares, e aquilo que os põe para fora do território. Essas questões envolvem a definição de um espaço cultural:

[...] como espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e valores. A ideia de território fica associada à ideia de conservação cultural. (BONNEMAISON, 2002, p. 111).

Para Sack (1986), a territorialidade nos humanos é algo enraizado social e geograficamente, estando relacionada à maneira com que as pessoas usam o meio e organizam-se no espaço e como dão sentido ao lugar. A territorialidade é a utilização do espaço de forma equilibrada historicamente, entendendo deste modo, à inter-relação da sociedade e espaço. De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade reflete a perspectiva de multidimensionalidade do vivido territorial por membros de uma coletividade social. Diante disso, cabe dizer que são as relações de poder que se estabelecem entre os atores, onde esta influencia o contato da sociedade e a natureza.

Por vez, a territorialidade vem a somar em um conjunto de relações que se estabelece diante de um sistema que integra três dimensões: Sociedade, Espaço e Tempo, onde se busca a implantação da autonomia de um sistema. Nesse sentido, para Andrade (2004), a territorialidade advém da consciência que as pessoas que habitam um território têm de sua participação na formação histórica destes, que se dá de forma subjetiva (consciência de confraternização, de se sentir parte, de integrar-se ao território de um Estado). De acordo com o que foi conceitualmente construído, pode-se associar a territorialidade com o próprio conceito de território, baseando-se em suas relações sociais expressas nas atividades cotidianas, produzindo deste modo valor e função aos instrumentos espaciais. As inúmeras territorialidades se dão através dos diversos tipos de usos do território.

Segundo Saquet (2009), a territorialidade é compreendida nos contextos territoriais de desenvolvimento e apresenta-se como um fenômeno social de determinado grupo de indivíduos ou de grupos distintos, carregadas de fluabilidade no tempo e no espaço, construindo identidades e influenciadas pelas condições históricas e geográficas dos lugares.

A territorialidades corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que sejam temporários, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde às nossas relações sociais cotidianas em trama, no trabalho, na família, na rua, na praça, na igreja, trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rural de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009, p.90).

Deste modo, como explica Fernandes (2008)

cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. É por essa razão que as políticas executadas no território como propriedade atingem o território como espaço de governança e vice-versa. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas (layers), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional. (Fernandes, 2008, p. 5)

Pode-se dizer que existem inúmeros tipos de territorialidades, mesmo que os espaços sejam semelhantes, como é o caso dos assentamentos rurais, onde cada um deles irá se apresentar de determinado modo, algumas vezes semelhantes, outras, nem tanto. Para isso, são exigidas políticas que enquadre corretamente estes territórios. Quando há construções de referências simbólicas e identitárias que contemple a identificação de um grupo, é tratado como territorialização, ou reterritorialização. Tentando associar essa discussão e buscando compreender o conceito de territorialização, com base em Fernandes e Martin (1999), entendemos territorialização como sendo “o processo de reprodução, recriação e multiplicação de frações do território” (Fernandes e Martin, 1999, p. 07). Para Fernandes, a espacialização é compreendida como a luta, e a territorialização como a conquista da terra. Desta forma, essa territorialização significa a conquista de parte do território. É a partir da espacialização que se alcança a territorialização. Dessa forma, esses processos são interativos, de modo que “a espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta” (FERNANDES, 2000, p. 17). O território se compõe por processualidade e simultaneidade de temporalidades diferenciadas, imerso numa constante desterritorialização, nutrido por um conjunto de “novos e velhos” territórios e territorialidades.

A territorialização constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através as desigualdades e das diferenças e, sendo unitária através das identidades (SAQUET, 2009, p. 83).

De modo contrário, a desterritorialização significa o desarraigamento de povos, atividades sociais e econômicas que envolvem a comunidade, significando

uma perda de cultura que outrora estava ligado àquele espaço. Para Souza (1995), o processo de desterritorialização pressupõe a exclusão do grupo que anteriormente ocupava um determinado espaço. Entretanto, Santos (1992) afirma que a desterritorialização representa o estranhamento do indivíduo ao lugar, ou seja, uma desculturização, sendo caracterizada como sendo uma

consequência importante, isto é, a tendência À desculturização da área, na medida em que a substituição das pessoas, a alteração dos equilíbrios sociais de poder, a introdução de novas formas de fazer, geram desequilíbrios dos quais resultam, de um lado, a migração das lideranças locais tradicionais e a quebra de hábitos e tradições, e, de outro, a mudança de formas de relacionamento produzidas lentamente durante largo tempo e que se veem, de chofre, substituídas por novas formas de relações cuja raiz é estranha e cuja adaptação ao lugar tem um fundamento puramente mercantil (Santos, 1992, p, 46)

Assim, Santos (2002) afirma que, mesmo sendo o território entendido por elementos naturais e artificiais de uma área, a reterritorialização não se configura apenas na alteração das formas. Ao passo que as formas se modificam, mudam-se as funções e, conseqüentemente, o homem também se modifica.

Por esta perspectiva, a reterritorialização preenche o movimento de reconstruir laços de identidade, com novos atores agindo no contexto territorial. Segundo Haesbaert (1999), uma das marcas centrais do movimento de desterritorialização moderno e globalizado seria a produção de aglomerados, símbolos da chamada “desterritorialização extrema” e “precária”, que nos trazem a perspectiva de uma massa disfuncional sem identidade e espacialmente definida por um ponto, linha ou superfície.

As Escolas do Campo nos Assentamentos

As escolas que estão inseridas nos assentamentos rurais do processo de Reforma Agrária estão imersas em contextos de territorialidade bastante complexos e possuem sua própria história. A escola do campo por possuir um processo de formação educativo diferenciado, exige um projeto educacional que dê conta dessa realidade. Contudo, Speyer (1983) diz que as escolas do campo, precisamente dos assentamentos rurais, adotam, em alguns casos, práticas educacionais distintas da realidade vivida nos territórios de assentamento.

Na perspectiva de Rego (2006), a concepção da educação do campo está

atrelada muitas vezes a uma prática curricular e de envolvimento escolar que não valoriza os trabalhadores do campo, tornando, tendenciosamente, esse sujeito invisível em sua própria realidade, uma vez que se destacam nessas escolas um formato educacional aplicado na rede urbana, desse modo, como resultado inverso a escola apenas inserida no campo – sem trabalhar a perspectiva camponesa –, contribui para a fragmentação, separando a realidade e estudo, rejeitando, assim, o processo histórico de formação territorial, muito importante a ver revivido pelos camponeses e pelos sujeitos dos movimentos socioterritoriais.

Imagem 1: Escola do Assentamento Fazenda Annoni



Fonte: Autores. 2017

Na escola do Assentamento Fazenda Annoni, mesmo que nem todos os professores sejam assentados, há um avivamento da construção dos saberes do campo e a reprodução em sala de aula. Os professores que atuam no assentamento desenvolvem suas práticas docentes de modo a cativar alunos e comunidade escolar. Se o professor ou professora tivesse raízes ligadas ao assentamento, bem como trajetória de luta alinhada aos assentados, provável seria a dinâmica, e projetos ainda mais contemplativos passassem a se tornar constantes neste espaço, aumentando a integração da relação escola e campo. Contudo, esta escola encontra-se formulada na Política da Educação do Campo.

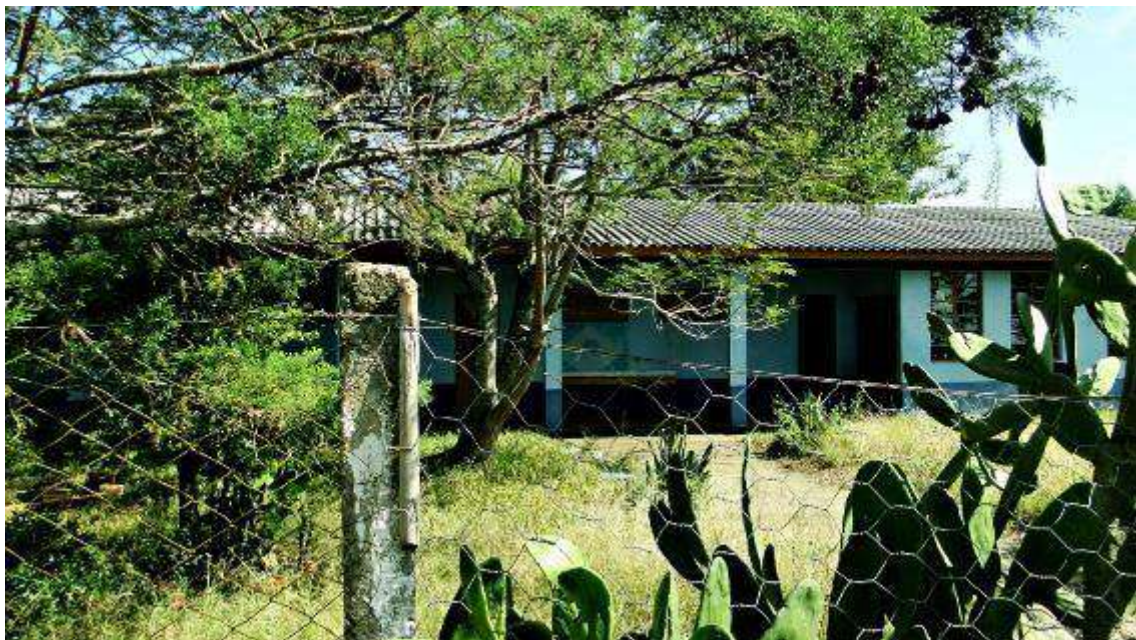
A escola dentro do assentamento Fazenda Annoni, se mostra como um investimento curto e longo prazo. Mesmo que apresentem inúmeras investidas do

Estado que tenta desarticular e fechar essa escola, os assentados lutam pela permanência dela, neste território valorizado pela comunidade de modo geral.

Os assentados entendem a Escola Do Campo como ferramenta de luta e articulação da educação com movimento social. Assim, poderá transformar a vida das crianças e jovens que desde cedo participam do movimento. Também compreendem a mesma como necessária à vida dos educandos por possibilitar um ensino voltado às condições de suas próprias vivências.

Como os estudos sobre a Educação do Campo vêm demonstrando, a mesma sempre foi relegada a segundo plano (Leite, 1990). Nunca foi uma prioridade levar condições de ensino consistentes e de qualidade para o espaço rural, obtendo-se uma educação ano após ano, comprometida em educar para o mundo de trabalho fora do espaço onde as famílias camponesas estão inseridas. Nunca foi prioridade educar os alunos do campo, de forma que estimulassem os mesmos a se conectarem no espaço vivido por eles, isso é feito com o intuito de que não se mantivessem ligados sentimentalmente aos territórios que estivessem ocupando, transformando a terra em apenas representação monetária, não sobressaindo às relações de afetividade e reprodução social.

Imagem 2: Escola do Assentamento Bela Vista.



Fonte: Autores. 2017

É novamente plausível que abordemos o conceito de Escola do Campo e Escola no Campo trazidos por Caldart (2004, p. 25).

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento Por uma educação do Campo é a luta do povo por políticas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Infelizmente, o campo foi considerado, por muitos, um local de atraso. De forma contraditória, essa perspectiva avança com a expansão do agronegócio, que possui status de desenvolvimento (FERNANDES, 2005). Assim sendo, conseguimos analisar os processos diferenciados que acabam por influenciar o processo de produção e reprodução do espaço inserido.

No caso do Assentamento Bela Vista em Jari, os filhos de assentados possuíam uma Escola do Campo no próprio assentamento, que no ano de 2016 foi fechada. Uma das justificativas para o fechamento é que a Escola não possuía alunos suficientes. Ao pensar nesta justificativa, refletimos sobre os gastos que o município possui, diante disso, pensar no valor depositado em torno desta escola, este se apresenta como investimento necessário para a permanência da mesma, bem como a cultura nela depositada.

Quando esta escola do campo teve suas atividades cessadas, os estudantes foram direcionados assim como, anteriormente os educandos, após o 5º ano eram alocados em escolas da cidade. O prédio da escola ainda permanece lá, mas aos poucos o espaço escolar é transformado em outra realidade: abandono. Logo, as características de escola deixarão de existir, estes passos sugerem que há a desterritorialização da educação do campo, pois de fato a escola deixa de existir, ou seja, perde sua função naquela porção do território. Não só há um fechamento. Há uma desarticulação e por sua vez uma desterritorialização da Escola do Campo.

No que tange o processo de territorialização de um projeto de Reforma Agrária nos espaços ocupados pelo MST, a Educação do Campo apresenta um papel bastante importante quanto à construção, permanência e desaparecimento de um território caracterizado pelas significações desse grupo social.

No assentamento Fazenda Annoni, onde o projeto de Educação do Campo se apresenta em integração e em desenvolvimento social juntamente com o assentamento, é possível perceber a evidência da territorialidade de assentados, uma vez que a mesma nesse território reflete a perspectiva da

multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros deste assentamento, que possuem uma organização social coletiva, assim sendo, a territorialidade desse grupo, advém da consciência dos sujeitos integrantes deste território têm de sua participação na formação histórica do assentamento, que se dá de forma subjetiva e prática. Nesse assentamento cada sujeito sabe que é fundamental para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural desse movimento e a partir disso, pode-se afirmar que há um processo de territorialização do MST em Fazenda Annoni, uma vez que envolve um processo para além da conquista e ocupação da terra.

Há uma organização coletiva do trabalho em Annoni feita nos lotes destinado a cada família. Existe uma demarcação física desses lotes, no entanto, não respeitada no cotidiano no assentamento, onde existe uma cooperativa denominada Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (COOPTAR). Esses lotes são trabalhados de forma conjunta, havendo também a distribuição igualitária da renda entre os componentes do grupo. A educação do campo fomenta a vida em coletivo, o que permeia a consolidação da cooperativa, desse modo, esses dois elementos se dão de forma fundamental para a permanência e efetivação da territorialização camponesa neste assentamento.

Não obstante, o processo de ocupação de terras não se deu de forma diferente no Assentamento Bela Vista, entretanto, o distanciamento evidente nessas duas realidades é justamente a permanência da territorialidade do MST no território.

O Assentamento Bela vista encontra-se geograficamente distante da sede do município. Com o passar do tempo, não houve motivação dos assentados quanto a produzir agricultura na terra, uma vez que não se apresenta através dos discursos dos assentados investimentos por parte de políticas públicas locais fomentando desse modo o desenvolvimento socioeconômico do assentamento.

A terra vista como negócio é uma cruel realidade no Assentamento Bela vista, que teve seu território, reterritorializado pelo agronegócio, deixando evidente essa territorialização que não poupa gastos para levar o desenvolvimento econômico do município. O assentamento foi reduzido há um espaço de vida do capital, deixando de ser um espaço de vida do movimento socioterritorial.

As investidas de reterritorialização do assentamento Bela Vista, por parte do agronegócio, fez com que houvesse a desterritorialização em massa, não totalmente, do território camponês, uma vez que se observa nesse cenário o

processo de êxodo bastante marcado, e os que, nas propriedades decidem permanecer, acabam cedendo, e mesmo que tentassem resistir, hoje, prestam serviços aos grandes produtores de grão do município e região, que estão dentro do Assentamento.

Nessas duas realidades conseguimos verificar as distintas formas de ocupação do território, gerando processos de territorialização diferentes dos mesmos.

No âmbito dos estudos sobre os processos envoltos ao território, a reterritorialização do agronegócio se dá como desenvolvimento do capitalismo no campo e tem gerado concentração de terras no Brasil. O capital não mede esforços para desenvolver economicamente as propriedades em que toca, e esse movimento leva em proporção semelhante à desterritorialização do modo de vida camponês, que significa a perda significativa da diversidade, da cultura, dos símbolos, dos direitos, entre outros, por outro lado, a Educação do Campo se mostra como uma forte e importante ferramenta para que se manutenção do território camponês.

Considerações

Imersos no contexto dos movimentos socioespaciais, em especial do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mais precisamente, dos dois assentamentos analisados, pode-se perceber concretamente a diversidade de realidade (s) que se encontra (m) nesses universos formalizados.

O processo de construção da territorialização em um determinado espaço geográfico apresenta-se como um processo que envolve anos. Nos assentamentos, as famílias empregam características específicas de identidade, que passa ser diferenciada daquela expressa no acampamento, pois, de fato, ocorre neste momento a existência de um objeto concreto, que é a terra. Dessa forma, o Espaço deixa de ser apenas simbólico.

Ao pensar no território, ou propriamente na territorialidade evidenciada, não se pode de modo algum transformar as ações dos assentados em algo inapropriado, pois o que acontece nos assentamentos são respostas à conjuntura social existente, que não favorece a reprodução e a concretização da permanência no espaço onde são inseridos.

Alguns assentamentos se sobressaem ao que se espera por parte do capital, e conseguem desenvolver atividades específicas que auxiliam na permanência destes sujeitos no espaço onde estão inseridos. Para que isso aconteça, é preciso traçar estratégias fortes que mobilizam bem mais que somente os assentados, é preciso uma relação fortificante que envolva todos os conectados com o assentamento, no que se expressa isso: Educação voltada às questões importantes desses povos, políticas concretas de não somente acesso, mas de permanência, formas de desenvolvimento socioeconômico e apoio social da comunidade.

Contudo é importante ressaltar as ferramentas as quais os assentados utilizam para sua reprodução no espaço e a forma que desenvolvem e criam seus territórios. Nesse sentido, cabe dizer que a territorialização por parte do MST sobre o território onde estão inseridos se dá de modo diferente.

Ao tratarmos do assentamento Fazenda Annoni, percebe-se o diálogo permanente em torno das questões de apropriação do movimento de luta, que mesmo que tenha sido consolidado há 32 anos, ainda existe uma expressão de luta e apropriação da terra. Há um movimento político ativo dentro do assentamento que envolve debate e resgate da trajetória dos assentados. Cabe ressaltar neste instante as estratégias que este assentamento adotou para que pudesse se consolidar como um espaço territorializado por camponeses e pela luta do MST.

Nesse diálogo, destaca-se a importância da educação do campo como ferramentas adotadas para que haja a territorialização além da apropriação do território, e sim como ferramenta viva para os assentados. Essas estratégias são formas de apropriação da política que mantém acesa as intencionalidades do grupo e contribuições para a construção de uma reforma agrária clara, que beneficie a apropriação de terras e a permanência dos assentados nos espaços onde estão inseridos. Em contrapartida, ao percebermos o assentamento Bela Vista, iremo-nos associar esse assentamento a realidades encontradas em muitos outros lugares do Brasil. Este assentamento possui (ia) um potencial de crescimento e desenvolvimento socioeconômico imenso, embora o objetivo de ampliação, permanência, de luta, de resgate não tenha se consolidado de fato. Pois este assentamento apresenta uma desterritorialização visível por parte dos assentados. A identidade de assentado deixou de fazer parte do discurso destes sujeitos.

Percebe-se no decorrer da história que as investidas do capital nunca

deixaram de estar presente e foi se (re)inserindo aos poucos. Os assentados seduzidos pelos benefícios de implantação em seus lotes com algo que desse retorno econômico fizeram arrendamento de suas terras para os granjeiros da região, que, por sua vez, recomeçaram com o processo de reterritorialização deste espaço, levando, deste modo, a desterritorialização por parte do MST no território.

A nível racional pode-se dizer que não é tarefa fácil lutar contra o capital, e que este assentamento em nenhum momento foi validado pela comunidade que o cercava. E que não houve investimentos políticos necessários para que se pudesse se estabelecer práticas que pudessem auxiliar no desenvolvimento de nova realidade para esse assentamento e assentados.

Pode se dizer que, mesmo em pouco tempo, o agronegócio se territorializa de forma estratégica e rápida, oferecendo como consequência a forma mais triste de desterritorialização do campesinato. De modo claro, o fenômeno da desterritorialização carrega o processo de reterritorialização, que significa a incorporação de novos territórios, ou seja, a construção de uma nova territorialidade por parte do grupo desterritorializado.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANDRADE, M. C. de; ANDRADE, S. M. C. de. **A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BAVARESCO, P. A. **Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do Assentamento Annoni (Fase IX) no Rio Grande do Sul**. In : TEDESCO, J. C. (Org.) Agricultura familiar, realidades e perspectivas. 2. Ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

BONNEMAISON, J. **Viagem em torno do território**. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R.L.(orgs). **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1981.

BRASIL/MEC/CNE. **Lei nº. 9394/96** (20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Editora do Brasil, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nova LDB (Lei no 9394/96)**. Rio de Janeiro: Disponível em <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >. Acesso em 20 de jan de 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm > Acesso em 20 de jan de 2017.

BRUNO, R; Medeiros, I.S. **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais.** Brasília: INCRA/MDA, 2001 (Cadernos da Terra, n.9)

CALAZANS, M. J. C. **Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil.** Rio de Janeiro: IESAE, 1979.

CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, C. Aparecida dos. (Org.). **Por Uma Educação do Campo: Campo-Políticas Públicas-Educação.** 1 ed. Brasília: INCRA/MDA, 2008, v. 7, p. 67-86.

FEIJÓ, Leandro Fagundes e SILVA, Aloisio Souza da. Agroecologia & educação do campo. **Boletim Dataluta** – Artigo do mês: maio de 2011. ISSN 2177-4463.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S. et al (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. São Paulo: Expressão Popular, (2012. p. 746 – 750).

FERNANDES, Bernardo Maçano. Sobre a tipologia do território. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FORTES, Amyr Borges. Zonas fisiográficas. In: **Geografia física do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Globo, 1959. p. 33.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FROEHLICH, J. M. **Rural e Natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro, 2002.

Tese (Doutorado em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Coordenadoria de Pós-graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste.** Niterói: EdUFF, 1997. Brasileira, 1983.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo. Cortez, 1999.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Atualidade do conceito de camponês**. Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa/PB, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981. MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, Espaço de Identidade. In: SPOSITO, Eliseu Severio, SAQUET, Marcos Aurelio (Orgs). **Território e Territorialidade: 1**. Edição. São Paulo Editora: Expressão Popular, 2009.

MEURER, Ane Carine. **Projeto Político Pedagógico Escolar: Questões a serem refletidas nas Escolas do Campo**. In: MATOS, Kelma & WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores et al. (Org.). *Experiências e Diálogos em Educação do Campo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

MONTENEGRO, Jorge. Conflitos pela Terra e pelo Território: Ampliando o Debate sobre a Questão Agrária na America Latina. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roseli Alves dos (Orgs). *Geografia Agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A Questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS, 1994

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das Cercas: um olhar educativo sobre a reforma agrária**. João Pessoa: Ideia, 2005.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v.1, n.1, p.82-106, fev. 2006.

SACK, Robert D. **Human territoriality: its theory and history**. New York: Cambridge University Press, 1986

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ªed. São Paulo:Edusp, 2003.

SAQUET, M. **Proposições para estudos territoriais**. *Geographia*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 71-85, 2006.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto

Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 77 – 116.

Sobre os autores

Ivanio Folmer – Graduado pela Universidade Federal de Santa Maria no curso de geografia Licenciatura no ano de 2014. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM no ano de 2018. Doutorando em Geografia-PPGGEO/UFSM com previsão de término em 2022. Participante de diversos projetos de pesquisa e extensão, com as temáticas de Educação no campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade; Mortalidade Infantil; Catadores e Memória e Patrimônio Cultural. **ORcid:** <https://orcid.org/0000-0002-7433-6434>

Ane Carine Meurer – Doutora em Educação, Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Suas pesquisas estão relacionadas à Educação e Movimentos Sociais, Geografia Humana e Geografia Agrária. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET). **OrCID:** <http://orcid.org/0000-0001-7377-1963>

Como citar este artigo

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista**. *Revista NERA*, vol.22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Ivanio Folmer** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela elaboração de gráficos e tabelas; o segundo autor, **Ane Carine Meurer**, pela aquisição de dados, sua interpretação e análise, procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 01 de março de 2018.
 Devolvido para a revisão em 03 de junho de 2018.
 Aceito para a publicação em 04 de fevereiro de 2019.

O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades

Rodrigo Simão Camacho

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

rodrigocamacho@ufgd.edu.br

Resumo

Este texto tem o objetivo de fazer uma reflexão teórica acerca da importância de se entender o que é o campo para a Educação do Campo, sendo que para isto o debate sobre territórios/territorialidades camponesas é primordial. Na Educação do Campo, a discussão sobre o Campo - disputas/conflitos de territorialidades, modo de vida camponês, identidade territorial camponesa, movimentos socioterritoriais etc. – precedem a discussão pedagógica. A Educação do Campo nasce da materialidade das relações sociais no campo e, se desenvolve, portanto, simultaneamente, à intensificação das disputas territoriais no campo. É a conquista, a resistência e a recriação dos/nos territórios camponeses que permite a criação e a reprodução da Educação do Campo. O modo de vida e a identidade territorial camponesa são partes integrantes do projeto educativo dos camponeses. Logo, identificar as relações dos territórios/territorialidades camponesas é de suma importância para à construção de uma concepção teórica-política-ideológica de Educação do Campo com reciprocidade à lógica material e simbólica de reprodução da classe camponesa, e que coopere para a dinâmica de seu processo de resistência social, política, econômica e cultural.

Palavras-Chave: Educação do Campo; Território; Campesinato; Resistência; Modo de Vida.

Territory as a category of Education of the Countryside: in the countryside of construction/destruction and disputes/conflicts of territories/territorialities

Abstract

This text has the objective of making a theoretical reflection on the importance of understanding what is the countryside for Education of the Countryside, and for this the debate on peasant territories / territorialities is paramount. In Education of the Countryside, the discussion about the Countryside - disputes / conflicts of territorialities, peasant way of life, peasant territorial identity, socio-territorial movements, etc. - precede the pedagogical discussion. The Education of the Countryside is born of the materiality of social relations in the countryside, and thus develops, simultaneously, the intensification of territorial disputes in the countryside. It is the conquest, the resistance and the recreation of / in the peasant territories that allows the creation and the reproduction of the Education of the Countryside. The way of life and the peasant territorial identity are integral parts of the educational project of the peasants. Therefore, identifying the relations of peasant territories / territorialities is of the utmost importance for the construction of a theoretical-political-ideological conception of Education of the Countryside with reciprocity to the material and symbolic logic of reproduction of the peasantry class and that cooperates for the dynamics of its process of social, political, economic and cultural resistance.

Keywords: Education of the Countryside; Territory; Peasantry; Resistance; Way of Life.

El territorio como categoría de la Educación del Campo: en el campo de la construcción/destrucción y disputas/conflictos de territorios/territorialidades

Resumen

Este texto tiene el objetivo de hacer una reflexión teórica acerca de la importancia de entender lo que es el campo para la Educación del Campo, siendo que para esto el debate sobre territorios / territorialidades campesinas es primordial. En la Educación del Campo, la discusión sobre el Campo - disputas / conflictos de territorialidades, modo de vida campesino, identidad territorial campesina, movimientos socioterritoriales, etc. - preceden a la discusión pedagógica. La Educación del Campo nace de la materialidad de las relaciones sociales en el campo y, se desarrolla, por lo tanto, simultáneamente, a la intensificación de las disputas territoriales en el campo. Es la conquista, la resistencia y la recreación de los / en los territorios campesinos que permite la creación y la reproducción de la Educación del Campo. El modo de vida y la identidad territorial campesina son partes integrantes del proyecto educativo de los campesinos. Por lo tanto, identificar las relaciones de los territorios / territorialidades campesinas es de suma importancia para la construcción de una concepción teórica-política-ideológica de Educación del Campo con reciprocidad a la lógica material y simbólica de reproducción de la clase campesina, y que coopere para la dinámica de su proceso de resistencia social, política, económica y cultural.

Palabras-Clave: Educación del Campo; Territorio; Campesinado; Resistencia; Modo de Vida.

Introdução

Este texto tem o objetivo de fazer uma reflexão teórica acerca da importância de se entender o que é o campo para a Educação do Campo, sendo que para isto o debate sobre territórios/territorialidades camponesas é primordial. Na Educação do Campo, a discussão sobre o Campo - disputas/conflitos de territorialidades, modo de vida camponês, identidade territorial camponesa, movimentos socioterritoriais etc. – precedem a discussão pedagógica. Partindo do princípio de que o campo está em disputa entre dois modelos de desenvolvimento territoriais antagônicos: agricultura capitalista (latifúndio-agronegócio) versus agricultura camponesa, sua origem se dá a partir das disputas/conflitos territoriais no campo, ou seja, na materialidade dos problemas socioeconômicos e educacionais enfrentados pelos camponeses e, conseqüentemente, na busca de soluções por parte dos movimentos socioterritoriais camponeses. O modo de vida e a identidade territorial camponesa são partes integrantes do projeto educativo dos camponeses. Logo, entender o *território camponês* é de suma importância para a construção de uma concepção teórica-política-ideológica de Educação do Campo adequada a lógica material e simbólica de reprodução da *territorialidade do campesinato*, e que contribua em seu processo de resistência política e cultural.

Todavía, é necessário entender que as relações socioterritoriais que acontecem no campo não se dão de maneira isolada. Não devemos entender a realidade local de maneira isolada/fragmentada, pois o espaço é uma totalidade, logo, o local está submetido à

influência das relações globais. Principalmente, no atual período histórico onde a *ciência, a técnica e a informação* tornaram as relações sociais mundializadas. Por isso, é neste processo de relações interdependentes envolvendo os pares dialéticos, local/global, verticalidades/horizontalidades e hegemonia/contra-hegemonia, que se finda as territorialidades camponesas. As identidades territoriais fazem parte dessa diversidade que forma o campo, mas que, necessariamente, se articulam a totalidade das relações sociais que é a luta de classes no capitalismo globalizado urbano-rural. Na relação parte/todo está contida a singularidade das partes, ou seja, os territórios/territorialidades camponesas. O território camponês está articulado com a cidade, com regional e com o global. Esta relação se expressa por meio de uma (multi) territorialidade/escalaridade. À Educação do Campo, portanto, cabe construir uma pedagogia a partir das especificidades da territorialidade do campesinato que está inserido no interior da totalidade das relações sociais sob o modo de produção capitalista globalizado.

A gênese da Educação do Campo e sua perspectiva teórica-política-ideológica

A criação de um projeto de Educação do Campo está relacionado com as experiências educativas alternativas que os movimentos socioterritoriais¹ camponeses (FERNANDES, 2005), principalmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vinham desenvolvendo em acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária. Elas foram sistematizadas nos seminários e encontros regionais e nacionais a partir da segunda metade da década de 1990. Com os esforços conjuntos de algumas entidades, formaram em 1998 a Articulação Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. Este movimento foi criado para fazer frente à realidade de abandono por parte do Estado onde começaram a exigir políticas públicas, bem como o financiamento para a pesquisa relacionada com questões educacionais no campo. O silêncio, esquecimento, e até mesmo a falta de interesse em comunidades rurais, em pesquisas sociais e educacionais era um ponto preocupante (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004; ARROYO, 2004; CAMACHO, 2014, 2017, 2018).

A primeira conferência nacional chamada “Por uma Educação Básico do Campo” ocorreu em Luziânia - GO, em 1998. As entidades que promoveram este evento foram: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações

¹ *Movimentos socioterritoriais* é um conceito criado para explicar a *produção/transformação dos territórios* gerada pelos movimentos sociais (FERNANDES, 2005).

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Universidade de Brasília (UNB) e o Grupo de Trabalho da Reforma Agrária (GTRA). (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004; CAMACHO, 2014). Uma das principais concepções defendidas nesta conferência foi à necessidade de visualizarmos o campo como parte do mundo e não como aquilo que sobra além das cidades. Era necessário, primordialmente, estabelecer a importância que tem o campo para, a partir daí, refletirmos acerca de uma Educação do Campo (FERNANDES, 2003, 2006).

As razões que estão por trás da luta pela Educação do Campo no Brasil é a realidade existente de exclusão dos habitantes do campo. A falta de acesso a uma educação que permita o desenvolvimento territorial das comunidades no campo está relacionada com a história da estrutura agrária no Brasil baseada no latifúndio e na desterritorialização (expropriação) das populações camponesas de sua terra de trabalho (CAMACHO et al., 2015). Desse modo, o contexto de luta pela Educação do Campo ocorreu, primeiramente, pela marginalização social e educacional, no qual, viviam/vivem os moradores do campo. E esta situação de miséria, desigualdade social e avanço destrutivo do capital no campo se complementavam com a ausência de políticas públicas para a educação no campo. E, de outro lado, a luta pela Educação do Campo se torna possível pelo fato de os movimentos socioterritoriais camponeses estarem construindo sua luta pela terra e por outro projeto de desenvolvimento para a sociedade diferente do projeto hegemônico do latifúndio-agronegócio (CALDART, 2005, 2012; CAMACHO, 2014, 2017, 2018).

Para Caldart (2004, 2012), a Educação do Campo é pensada a partir de uma perspectiva de classe e da experiência político-pedagógica dos movimentos socioterritoriais camponeses porque tem origem nas disputas/conflitos territoriais no campo. Dessa forma, a luta pela Educação do Campo tem origem na materialidade dos problemas socioeconômicos e educacionais enfrentados pelos camponeses e, conseqüentemente, na busca de soluções por parte dos movimentos socioterritoriais camponeses. Por isso, na Educação do Campo, a discussão sobre o Campo - disputas/conflitos de territorialidades, modo de vida camponês, identidade territorial camponesa, movimentos socioterritoriais etc. – precedem a discussão pedagógica.

A necessidade de frear o capitalismo e o processo de desterritorialização dos camponeses é outra marca do processo de construção da Educação do Campo. É nesse contexto de contradições e lutas para a superação dessas contradições vividas no campo, que a educação surge como um elemento de resistência para auxiliar na luta pela/na terra a fim de possibilitar a reprodução do campesinato enquanto modo de vida e classe social (CAMACHO, 2014, 2017, 2018).

A partir destas características, que são inerentes a gênese da Educação do Campo, é possível entender a existência da relação intrínseca entre a vertente camponista do Paradigma da Questão Agrária (PQA)² e a gênese da Educação do Campo. Esta interpretação paradigmática sobre o campo permitiu a construção teórica-política-ideológica de uma Educação do Campo “libertadora” (FREIRE, 1983, 1999) tendo como elementos centrais o debate da recriação e resistência camponesa. Esta concepção, ao entender o desenvolvimento do capitalismo no campo, como produto do seu processo desigual e contraditório (OLIVEIRA, 2007), permite pensar a possibilidade de reprodução do campesinato. Obviamente, esta é condição primordial para podermos construir a Educação do Campo: *sem camponeses não há Educação do Campo*. É importante, também, a afirmação da permanência camponesa no campo por meio da luta e a resistência territorial (FERNANDES, 2005). Pelo contrário, se pensarmos o campesinato como classe em vias de extinção, não será possível de entender a necessidade de construção da educação adequada às especificidades do campesinato enquanto modo de vida e a classe social (CAMACHO, 2014, 2017).

Partindo do princípio de que o campo está em disputa entre dois modelos de desenvolvimento territoriais antagônicos: agricultura capitalista (latifúndio-agronegócio) e agricultura camponesa, as propostas condizentes com a educação camponesa não podem vincular-se ao projeto de integração/subordinação capitalista, mas sim de defesa dos interesses das classes subalternas (MENEZES NETO, 2009). A Educação do Campo deve ser entendida na contradição da *luta de classes*, como estratégia de luta dos movimentos sociais, visando a *emancipação*, como formação humana, *conflituosa*, porque o campo está em conflito (MICHELLOTTI *et al.*, 2010). A conflitualidade, inerente à lógica de reprodução do capitalismo no campo, que desemboca na disputa por territórios materiais/imateriais, entre o latifúndio-agronegócio e os movimentos socioterritoriais camponeses, é um dos elementos centrais que fundamenta a produção de nossa análise teórica a respeito da Educação do Campo (CAMACHO, 2014). Não é possível pensar a Educação do Campo sem o campo, sem as contradições, os conflitos, as disputas territoriais, a violência, a expropriação, a resistência e os movimentos socioterritoriais camponeses, precursores da Educação do Campo. Não é possível se fazer Educação do Campo sem inserir a práxis dos sujeitos, as suas necessidades materiais e simbólicas de reprodução e, mais especificamente, suas territorialidades (CAMACHO, 2017, 2018).

Na Educação do Campo, os conflitos territoriais devem ser trabalhados politicamente, pedagogicamente e dialogicamente (FREIRE, 1983, 1999), pois é dessa

² Este paradigma é formado por autores que discutem o campo tendo como pressupostos teórico-metodológicos o marxismo agrário. Os elementos principais de abordagem desse paradigma são: a luta de classes, o conflito, a desigualdade engendrada pelo capitalismo e a sua superação (FERNANDES, 2009; CAMACHO, 2014).

forma que podemos pensar a possibilidade de construção de *superações*, de *mudanças*, de *transformações* (MOLINA, 2012). Os camponeses são sujeitos históricos ativos do seu processo de reprodução, isto é, não estão, apenas, subdimensionados/passivos à lógica estrutural destruidora do modo de produção capitalista, principalmente, sob a forma de barbárie e modernidade do agronegócio (OLIVEIRA, 2003). Logo, a Educação do Campo, passa a ser *produto* e *instrumento* de luta, pela/na terra, do campesinato contra a territorialização do capital no campo (CAMACHO, 2014, 2017).

Dessa maneira, o Movimento da Educação do Campo tem a intencionalidade de afirmar a *identidade territorial* dos povos do campo na perspectiva classista – da *classe territorial camponesa* – cuja afirmação se dá na contraposição ao capital – agronegócio –, condenando sua lógica exploratória, excludente e hegemônica que expropria ou subalterniza o campesinato (CAMACHO, 2014, 2017).

O campo das disputas/conflitos territoriais, da constituição das identidades territoriais e dos movimentos socioterritoriais

*Minha identidade
é camponesa moro
nesse sertão e junto
com a natureza.
No campo é bom
com viver, por isso,
moro lá com a
esperança de poder
vencer.
A vida no campo,
é plantando trabalhando
e cultivando³.*

Para conceituar os movimentos sociais vamos utilizar a definição de Maria da Glória Gohn, que afirma que os movimentos sociais são “[...] ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (1997, p. 251). Suas ações se estruturam a partir de conflitos e disputas na sociedade. Estas ações criam uma identidade coletiva de interesses político-cultural comuns ao grupo organizado em espaços não-institucionalizados.

³Juventude no Campo: Identidade, Cotidiano e Vida. Floriano dos Santos Filho.

Estes sujeitos interferem de maneira direta nas transformações ou na manutenção da ordem vigente dependendo da ideologia que seguem: progressista ou reacionária.

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes, podemos nomear de movimentos socioterritoriais aqueles movimentos que tem o *território como trunfo* e, principalmente, quando o *território é essencial para a reprodução material e simbólica* dos sujeitos que estão lutando. Porque “[...] os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. [...]” (FERNANDES, 2005, p. 21). Como é o caso, no campo, dos camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. que não se reproduzem, enquanto classe ou grupo social, sem o seu território. Por isso, Ruy Moreira (2012)⁴ tem denominado estes sujeitos da vanguarda revolucionária latino-americana de *classes territoriais*.

Os sujeitos que constroem estes movimentos socioterritoriais são dotados de *identidade territorial*: “[...] toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constitui assim parte fundamental dos processos de identificação social [...]”. (HAESBAERT, 1999, p. 172). Desse modo, a luta pelo território passa, necessariamente, além da busca pela manutenção material de sua classe, pela valorização simbólica desse território. Tendo em vista que não existe nenhum território que não tenha algum tipo de valoração simbólica desse espaço pelos seus habitantes. Toda a dinâmica de construção *identitária* desses sujeitos se dá de modo inerente ao território apropriado pelos mesmos (HAESBAERT, 1999, 2006; CAMACHO, 2014).

Os sujeitos dos movimentos socioterritoriais têm a necessidade de lutarem pela conquista territorial para continuarem existindo. Se formos pensar esses movimentos sociais “no campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 22, grifo nosso). A possibilidade de pensarmos o território como um *trunfo* vem das interpretações sobre o território de Claude Raffestin (1993). O trunfo pode ser entendido, segundo Aurélio Buarque de Holanda em seu dicionário de Língua Portuguesa, como sendo a “vantagem que permite ou propicia a vitória em luta, discussão, negócio, etc.”. Por esta definição vemos a importância do território para as disputas que ocorrem no campo. Assim, não obstante todos os movimentos sociais necessitem do espaço para se reproduzir, apenas para alguns o

⁴ Informação Verbal: Aula Magna - Tema: “Século XXI – Final dos Tempos e o Destrutivismo Imanente da Sociedade do Capital: Desafios Epistemológicos para a Geografia e Necessidades Emancipatórias”. Data: 28/03/2012. Local: UNESP – Campus de Presidente Prudente.

território é um trunfo. Esta é a diferença entre os movimentos que são apenas sociais ou socioespaciais e os movimentos que são socioterritoriais (FERNANDES, 2005).

Corroborando com nossa reflexão, para Marcelo Lopes de Souza os movimentos sociais possuem *práticas* de lutas que são *espaciais*, bem como suas ações de *resistência*, são ações de *territorialização*. Em suas palavras, os:

[...] verdadeiros movimentos sociais e emancipatórios, ambiciosos e dotados de um poderoso horizonte crítico. Se examinarmos suas práticas, veremos que muitas ou quase todas são, em sentido forte, *práticas espaciais*; se examinarmos suas *ações de resistência*, verificaremos que elas são, quase sempre, também *ações de territorialização*. [...] (2009, p. 67, grifo nosso).

Podemos considerar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é *um movimento socioterritorial territorializado*, pois além de lutar pela conquista de um território, tem a capacidade de organização em rede, por isso, constroem nessa luta territórios relacionais/fluxos/móveis/descontínuos⁵, com estratégias e ações políticas que ultrapassam o nível de escalaridade local. Esses territórios, por serem formados em rede, têm como características: a mobilidade, a fluidez e a descontinuidade. Mas, os movimentos socioterritoriais, também, produzem territórios fixos⁶, como os *assentamentos camponeses*, as pequenas propriedades camponesas, as aldeias indígenas, os territórios quilombolas etc., *desterritorializando o capital* nestes espaços que são apropriados materialmente e culturalmente por estes sujeitos (FERNANDES, 2005).

Claude Raffestin, ao discutir os trunfos do poder, considera como trunfos do poder: a população, os recursos naturais e o território. Mas, diz que, dentre os trunfos do poder, o território tem uma particularidade, por conter diversas dimensões e ser um espaço político, por isso, espaço de disputa de trunfos também. Em suas palavras: “[...] o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos. [...]”. (1993, p. 59-60).

Milton Santos afirma que “[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas [...]”. (2002, p. 9). Para o autor, o território é o espaço onde todas as ações humanas acontecem, ou seja, é o espaço onde ocorre a reprodução material e simbólica do ser humano. Em suas palavras: “[...] o território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, *onde a história do homem plenamente se realiza* a partir

⁵ Para Bernardo Mançano Fernandes, o *território relacional* pode ser considerado como o “terceiro território”. Sendo este território “[...] formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território”. (FERNANDES, 2008, p.8).

⁶ Fixos, mas também, multidimensionais e multiescalares.

das manifestações da sua existência. [...]”. (2002, p. 11, grifo nosso). Em síntese, para Milton Santos, o território é o espaço de todas as produções/ações humanas, é o lugar de todos os sujeitos, de todas as empresas e de todas as instituições. “[...] O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. (2002, p.11).

A particularidade na discussão de Milton Santos está na ênfase dada ao *uso do território*, que em sua concepção está relacionada com a *identidade* dos sujeitos que pertencem ao território. Em suas palavras: “o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o *chão mais a identidade*. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. [...]”. (2002, p. 10, grifo nosso). Para ele, o território é uma *totalidade complexa* formada de relações, ao mesmo tempo, *solidárias e conflitivas*.

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando o pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso (apud HAESBAERT, 2006, p.59, grifo nosso).

Ou seja, “os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e/ou de outros espaços materiais ou imateriais. [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 16, grifo nosso). Segundo Bernardo Mançano Fernandes, apesar de o espaço anteceder o território, *espaço e território se relacionam de maneira dialética*. O espaço nunca é destruído, ao contrário do território, que é construído e destruído pela sociedade e em suas disputas. Estes são, concomitantemente, produto das relações sociais, bem como, condição para a realização dessas relações sociais. Por isso, a produção de espaços e de territórios se dá de maneira histórica e dialética, ou seja, por meio *do conflito, da contradição e da solidariedade*. Em suas palavras:

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (2005, p. 16, grifo nosso).

Nessa mesma perspectiva, Marcos Aurélio Saquet tem feito uma leitura sobre o território no sentido de “[...] construir uma *abordagem histórica, relacional e multidimensional-híbrida do território e da territorialidade* [...]”. (2009, p. 74, grifo do autor). Essa abordagem tem como objetivo tentar entender o território na interdependência de toda

sua multidimensionalidade *material e imaterial*. Em suas palavras: “[...] O caráter *material e imaterial* do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as *dimensões da economia-política-cultura-natureza* (E-P-C-N)”. (SAQUET, 2009, p.74, grifo nosso).

Podemos dizer que todas as relações humanas acontecem no território, por isso, a territorialização é uma relação inerente ao ser humano. Ou seja, à *dimensão espacial e a territorialidade são componentes indissociáveis da condição humana* (HAESBAERT, 2006). Por isso, as identidades territoriais são produto/produtoras de territorialidades. A territorialidade é o conjunto das práticas dos sujeitos em relação à realidade material. É o resultado da soma das relações estabelecidas pelo ser humano com o território (a exterioridade) e entre os próprios seres humanos (a alteridade). (DEMATTEIS apud SAQUET, 2007). Pelo fato de a vida ser tecida pelas relações sociais, a “[...] a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que originam um sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo [...]”. (RAFFESTIN, 1993, p.160). Nesta perspectiva, a territorialidade é a “soma’ das relações mantidas por um sujeito com o seu meio, não se trata de uma soma matemática, mas de uma totalidade de ações biossociais em interação”. (RAFFESTIN, 1993).

Todavia, pelo fato de estarmos inseridos em relações globais, onde se entrecruzam racionalidades locais/globais e horizontalidades/verticalidades, podemos dividir as territorialidades em duas: 1 - territorialidades autônomas (SOUZA, 2009), produzidas horizontalmente, produtoras de ações contra-hegemônicas; 2- territorialidades heterônomas (SOUZA, 2009), produzidas verticalmente por agentes externos hegemônicos no processo de globalização. Por isso, defendemos as territorialidades autônomas, como as camponesas, que podem “[...] refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo”. (SANTOS, 2006, p. 194), constituindo “contingências da existência comum, no espaço da horizontalidade”. (SANTOS, 2006, p. 195).

Nossa preocupação é pautada na homogeneização promovida pela globalização da contemporaneidade, que pode dissociar, desintegrar e desconfigurar as identidades nacionais, regionais ou locais. O “meio técnico-científico-informacional” altera as relações espaciais acelerando o processo de globalização. Devido ao desenvolvimento da técnica, da ciência e da informação, esse processo produz um período histórico diferente de tudo que a humanidade já vivenciou, pois, pela primeira vez, as relações sociais foram unificadas mundialmente, criando o primeiro sistema global da humanidade. O efeito disso é o *desencaixe* dos antigos processos, relações, sujeitos, identidades e representações (SANTOS, 1993).

A fase atual da história da Humanidade, marcada pelo que se denomina de revolução científico-técnica, é frequentemente chamada de período técnico-científico [...]. Em fases anteriores, as atividades humanas dependeram da técnica e da ciência. Recentemente, porém, trata-se da interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social, situação que se verifica em todas as partes do mundo e em todos os países. (SANTOS, 1994, p.60).

Com relação ao geógrafo Milton Santos, ele nos auxilia a refletirmos sobre as tecnologias na relação espaço-tempo e sua influência na modificação dos territórios que é onde se finda as tecnologias de forma dialética e progressiva. Vivemos em um mundo globalizado fundado no meio técnico-científico-informacional. Todavia, não devemos entender a realidade local de maneira isolada/fragmentada, pois o espaço é uma totalidade, logo, o local está submetido à influência das relações globais. Principalmente, no atual período histórico onde a *ciência*, a *técnica* e a *informação* nos trouxeram um momento diferente para a humanidade (SANTOS, 2001), onde as relações socioeconômicas estão mundializadas. Destacamos, por isso, que não consideramos o local como um espaço isolado constituído de relações autônomas/independentes do espaço global, pois, dessa maneira, estaríamos construindo uma *fragmentação espacial* (STRAFORINI, 2004).

Para Milton Santos (2008) existem duas ordens que determinam as relações espaciais. São elas, a razão global e a razão local. Em cada lugar elas se superpõem e, num processo dialético, se associam e se contrariam. Estas relações produzem territórios em que se superpõem sob “vinculações horizontais e verticais” (SANTOS, 2006). As verticalidades, ligadas aos agentes hegemônicos do capital globalizado, e as horizontalidades ligadas à escala de territorialidade local.

As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente. (SANTOS, 2006, p.192, grifo do autor).

As verticalidades representam o poder hegemônico globalizado que tenta impor uma homogeneização das relações sociais locais, tornando-os obedientes aos imperativos hegemônicos globais. Representa o poder externo territorializado no local: “As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos

setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”. (SANTOS, 2006, p.192).

No entanto, na contramão, as horizontalidades podem representar potencialmente processos contra-hegemônicos se houver a resistência às relações sociais verticalmente impostas pela globalização. Assim,

As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 2006, p.193).

Neste processo de relações interdependentes envolvendo os pares dialéticos, local/global, verticalidades/horizontalidades e hegemonia/contra-hegemonia, é que se finda as territorialidades camponesas. A identidade territorial camponesa é, assim, formada pelo “chão mais a identidade camponesa”. O território camponês é o espaço de vida do camponês, é uma unidade de produção e consumo familiar e, concomitantemente, o local de residência da família, que contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos pelas populações rurais e urbanas. O território camponês é o sítio, o lote, a propriedade familiar, assim como também é a comunidade, o assentamento. A relação social não-capitalista que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família é fundamental (FERNANDES, 2012).

A maneira particular com a qual o camponês se relaciona com a sociedade, a partir da combinação de vários elementos, lhes dá uma condição social que nos permite identificá-lo como um “modo de vida”.

A cultura camponesa é aqui entendida como um conjunto de práticas, valores e significados definidos em seu movimento de reprodução, o qual enfrenta oposição de outros grupos ou classes sociais. [...]. O modo de vida é a forma como um determinado grupo social ou comunidade de manifestam a sua cultura. (MARQUES, 2004, p. 153).

O campesinato é marcado pela flexibilidade de adaptação com a finalidade de reproduzir material e culturalmente, o seu modo de vida. Este modo de vida camponês não é tipicamente capitalista, pois não tem como fundamento principal a acumulação, mas sim a ajuda mútua, característica que marca as comunidades camponesas. O princípio fundamental do campesinato é a reprodução material e cultural familiar, por meio da produção para autoconsumo e a venda do excedente dessa produção. Tendo em vista que cada cultura possui categorias centrais específicas, com relação aos camponeses, existem categorias nucleantes que são notadas em todas as sociedades camponesas. Estas

categorias são: terra, família e trabalho. Isto significa que no que concerne ao campesinato não é possível pensar estas categorias de maneira independente, pois uma complementa a outra. Esta é a diferença de quando encontramos estas mesmas categorias comuns em culturas urbanas. Fazendo, deste, então, um modo de vida específico. Nas sociedades modernas-capitalistas, terra, família e trabalho são categorias pensadas separadamente. São pensadas em si mesmas. A terra não tem relação com a família e com o trabalho, tendo em vista que a mesma é uma coisa ou mercadoria. Enquanto as sociedades camponesas formam um modelo relacional entre estas categorias. Por isso, elas se constituem enquanto um modo de vida não-capitalista (OLIVEIRA, 1986; WOORTMANN, 1990; SHANIN, 2008; ALMEIDA; PAULINO, 2010; CAMACHO, 2014, 2017).

A afirmação da identidade territorial camponesa se faz necessário devido ao fato de que é preciso frisar que, apesar de o capitalismo ter decretado que na sociedade moderna o urbano-industrial é o lócus de seu desenvolvimento, não existe uma cultura superior na cidade (CAMACHO; FERNANDES, 2017). Considera-se que as culturas “[...] têm suas singularidades, seus significados, que se exprimem com suas linguagens, gestos significados e artefatos próprios, sem, no entanto, ser superiores uma às outras, a não ser por imposição de uma cultura que se faz hegemônica pelas relações de poder”. (BATISTA, 2007, p. 187).

As identidades territoriais fazem parte dessa diversidade que forma o campo, mas que, necessariamente, se articulam a totalidade das relações sociais que é a luta de classes no capitalismo globalizado urbano-rural. Na relação parte/todo está contida a singularidade das partes, ou seja, os territórios/territorialidades camponeses. O território camponês está articulado com a cidade, com regional e com o global. Esta relação se expressa por meio de uma (multi) territorialidade/escalaridade. À Educação do Campo, portanto, cabe compreender as especificidades do campo/campesinato no interior da totalidade do modo de produção capitalista. Assim, a compreensão da relação entre *o geral*, *o singular* e *o específico*, a partir do materialismo dialético, permite articular a diversidade do campo sem a perda da totalidade social (CAMACHO; FERNANDES, 2017).

O modo de vida e a identidade territorial camponesa são partes integrantes do projeto educativo dos camponeses. Por isso, a Educação do Campo forma um conjunto de procedimentos socioeducativos que objetivam a resistência material e cultural camponesa (CALDART, 2005; CAMACHO, 2014). Sua origem se dá, concomitante, com a formação das identidades territoriais no campo. A conquista e a resistência nestes territórios permitem a criação e a reprodução da Educação do Campo. Logo, entender o *território camponês* é de suma importância para a construção de uma concepção teórica-política-ideológica de Educação do Campo adequada a lógica material e simbólica de reprodução da *territorialidade do campesinato*, e que contribua em seu processo de resistência.

Todavia, para a existência dos territórios camponeses e para a territorialização da Educação do Campo, também, se faz necessário *romper com a lógica capitalista de produção*. A territorialização da Educação do Campo está em constante conflito/disputa com a territorialização do capital monopolista no campo (agronegócio). A territorialização do capital, concentrando a terra, desterritorializa os camponeses. Assim, neste processo de territorialização da Educação do Campo, estão intrínsecas a necessidade de resistência e de ruptura ao capital no campo. Para Caldart (2004, 2012), a Educação do Campo é, necessariamente, projeto de oposição ao agronegócio, pois é formada pelos sujeitos da resistência ao modelo de desenvolvimento capitalista no campo que os desterritorializa. Sua oposição ao agronegócio reflete a luta de classes no campo, bem como a disputa territorial da classe camponesa contra os latifundiários e empresários do agronegócio no espaço rural.

Por isso, a característica primordial da Educação do Campo é a oposição a um modo de vida criado a partir da sociabilidade/territorialidade do capital, porque ela se desenvolve, concomitantemente, à intensificação das disputas territoriais no campo onde capital transnacional se territorializa acirrando a luta de classes e causando a expropriação dos camponeses (CALDART, 2010; OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 2005, 2008, 2009). A negação a este processo de desterritorialização está no cerne da luta dos movimentos socioterritoriais camponeses. Esta luta leva a conquista de assentamentos, que significa, na prática, a desterritorialização do capital-latifundiário e a territorialização camponesa. A resistência nestes territórios permitem a criação e a reprodução da Educação do Campo nas escolas dos assentamentos.

A conquista dos territórios camponeses pode significar a territorialização da Educação do Campo, ou seja, a territorialização camponesa significa, também, a territorialização da Educação do Campo. Todavia, para a existência de territórios camponeses e para a territorialização da Educação do Campo, também, se faz necessário desterritorializar o agronegócio no campo, portanto, a territorialização de um, significa a desterritorialização do outro (FERNANDES, 2005; CAMACHO, 2014).

O campo da Educação do Campo deve ser entendido como o território dos povos do campo, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar, enfim, viver com dignidade. O campo é o lugar de efetivação da identidade territorial camponesa. É a antítese do campo do latifúndio, da grilagem de terras, do agronegócio, da exploração do trabalho, da monocultura, da produção de commodities. É onde estão os territórios dos camponeses, dos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos etc. e, logo, é lugar de realização da educação desses sujeitos, da Educação – camponesa, indígena, quilombola, ribeirinha etc. Esta perspectiva teórica-política-ideológica acerca do campo é fundamental, pois, pelo contrário, não há como se constituir a Educação do Campo. Não se justifica a Educação do Campo no campo do território do agronegócio, no campo visto como o lugar do atraso, como o lugar

que sobra depois do perímetro urbano, o lugar esvaziado pelo êxodo rural, o lugar da monocultura, o lugar dos agrotóxicos etc. (FERNANDES, 2003; CAMACHO, 2014).

Portanto, a nossa intencionalidade é de reafirmar a necessidade de contextualizar a práxis da Educação do Campo a partir do pressuposto da existência de dois projetos de campo em conflito/disputa. O debate acerca da disputa territorial no campo traz as diferenças existentes entre estes dois projetos, na qual a Educação é produto desta materialidade.

Considerações finais

Consideramos que a perspectiva de leitura da realidade sob o prisma espacial/territorial traz muitas contribuições para o entendimento das identidades territoriais que resistem sob o modo de produção capitalista dentro dos mais diversos territórios: indígenas, camponeses e quilombolas. Tendo em vista a luta de classes manifestando-se espacialmente no embate pelo controle territorial, o território torna-se categoria de análise fundamental para a Educação do Campo pela necessidade de revelação das lógicas antagônicas existentes na produção dos territórios. Logo, entender as disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio é importante para a construção de uma concepção teórica-política-ideológica de Educação do Campo em consonância com a lógica material e simbólica de reprodução da territorialidade do campesinato e que contribua em seu processo de resistência ao capital.

É necessário frisarmos que o capitalismo territorializado no campo, significa o fim dos camponeses enquanto classe e/ou modo de vida territorializado. As permanências dos sujeitos no campo pressupõem a sua resistência ao modelo globalizado hegemônico. Por isso, não é possível pensar a Educação do Campo sem o campo, sem as contradições, os conflitos, as disputas territoriais, a violência, a expropriação, a resistência e, principalmente, sem os movimentos socioterritoriais camponeses, precursores da Educação do Campo.

Pelo fato da Educação do Campo ser uma *Educação Territorial* (FERNANDES, 2008), significa que esta educação está diretamente relacionada com a perspectiva de *criação de territórios* a partir de uma “*lógica camponesa*”, onde os mesmos sejam os sujeitos da produção de suas *territorialidades* marcadas pelas suas vontades, capacidades, emoções, necessidades etc.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. de (Org.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional: "Por Uma Educação do Campo", 2004b. p. 91-109. (Por uma Educação do Campo, 5).

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 103-116.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Apresentação. In: _____ (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 7-18.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação popular do campo (Re) constituindo Território e a Identidade Camponesa. In: JEZINE, Edineide; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. (Orgs.). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas: Alínea, 2007. p. 169-190.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia M. S. A. de (Org.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional: "Por Uma Educação do Campo", 2004. p. 13-53. (Por uma Educação do Campo, 5).

CALDART, Roseli Salete. **Momento atual da educação do campo**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigodomes/imprime.php?id=27>>. Acesso em: 02 jul. 2005.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 103-126. (Série NEAD Debate, 20).

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-267.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. 806 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/14/dr/rodrigo_camacho.pdf>.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A educação do campo em disputa: resistência versus subalternidade ao capital. **Educação e Sociedade** (Impresso), jul. 2017, vol.38, n.140, p.649-670, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Educação do campo: o protagonismo dos movimentos socioterritoriais camponeses no PRONERA. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, n.26, ano 14, p.216 - 229, 2018.

CAMACHO, Rodrigo Simão et al. Evaluation of the relationship between education and sustainability in peasant movements: the experience of the national education program in agrarian reform. **Evaluation and Program Planning**, v.1, p.1 - 23, 2015.

CAMACHO, Rodrigo Simão; FERNANDES, Bernardo Maçano. Crítica a crítica ao paradigma da educação do campo. **Práxis Educacional (Online)**, n. 26, v.13, p.49 - 73, 2017.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Diretrizes de uma caminhada. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA, 5., 2003, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2003. (CD ROM).

FERNANDES, Bernardo Maçano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-40.

FERNANDES, Bernardo Maçano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Maçano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/arti.php>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

FERNANDES, Bernardo Maçano Fernandes. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 744-748.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOHN, Maria da Glória. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América Latina. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999. p. 169 - 189.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MARQUES, Marta Inês Medeiro. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004, p. 145-164.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês, **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MENEZES NETO, Antonio Júlio de. Formação de professores para a Educação do campo: projetos sociais em disputa. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Izabel; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). **Educação do Campo**: desafios para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 25-37. (Coleção Caminho da Educação do Campo, 1).

MICHELLOTTI, Fernando et al. Educação do campo e desenvolvimento. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010. p. 13-25. (Série NEAD Debate, 20).

MOLINA, Mônica Castagna. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 587-596.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 19, v. 2, n. 21, p. 113-156, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universitária de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos, 07).

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território-Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002. p. 9-15.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: Unesp - Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 23-29. (Geografia em Movimento).

SOUZA, Marcelo Lopes. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-73.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia**: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negoceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

Sobre o autor

Rodrigo Simão Camacho – Possui Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2005); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008) e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista campus de Presidente Prudente (2014). Foi Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Paulicéia/SP de 2001 até 2010; Professor contratado do Centro de Ensino Superior de Tupi Paulista (CESTUPI) de 2008 até 2010. Professor Efetivo da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo em 2008. Foi bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) pela CAPES na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul campus de Três Lagoas de 2014 a 2015. Atualmente é Professor do Magistério Superior no Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) e no Programa Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação e Territorialidade (PPGET) na Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Geografia na Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e na Universidade Federal de Mato Grosso Sul (UFMS) campus de Três Lagoas. Professor Orientador do Subprojeto de Educação do Campo no Programa Residência Pedagógica (PRP). Membro dos grupos de pesquisa do CNPq: Estudos Agrários (CPTL-UFMS); Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária NERA (FCT-UNESP); Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Inclusiva - GEPEI (FAED-UFGD). Membro do Laboratório de Estudos sobre Democracia e Marxismo ? LEDEMA (FCH-UFGD). Atuou como Coordenador da Área de Ciências Humanas no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID Diversidade/UFGD - 2015-2018). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, Prática de Ensino em Geografia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: Ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação do Campo, Questão Agrária, Territórios Camponeses, Movimentos Socioterritoriais Camponeses, Disputas Territoriais no Campo e Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária Brasileira **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0002-3826-6248>

Como citar este artigo

CAMACHO, Rodrigo Simão. O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades. Revista NERA, vol. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

Recebido para publicação em 18 de janeiro de 2018.
Devolvido para a revisão em 28 de novembro de 2019.
Aceito para a publicação em 06 de novembro de 2018.

Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS)

Felipe Leindecker Monteblando

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: felipeleindecker@hotmail.com

Márcio Pereira Cordeiro

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: marciocordeiro@unipampa.edu.br

Resumo

Na Campanha Gaúcha, domínio histórico das estâncias voltadas à pecuária de corte, a produção de leite esteve presente como coadjuvante. A partir dos anos 1990, com a inserção de assentamentos, a região passou a ter considerável incremento de unidades familiares de produção, que logo foram remetidas à pecuária leiteira, considerando a área dos lotes, a experiência dos produtores e as particularidades da região. Santana do Livramento é um caso emblemático desse processo, pois concentra, hoje, o maior número de assentamentos do Rio Grande do Sul, que em grande parte têm no leite seu “carro-chefe”. O presente artigo traz uma análise da participação das famílias assentadas no desenvolvimento de uma bacia leiteira no município. Observou-se que os assentamentos catalisaram a ascensão produtiva do setor, ao ponto de se falar em uma bacia leiteira local. Da percepção dessa potencialidade nasceu o Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento (APL do Leite), uma entidade com governança coletiva (empresas, instituições, cooperativas, agroindústrias, Estado, produtores) cujo objetivo é a cooperação para o desenvolvimento da cadeia. No entanto, as adversidades têm se ampliado, levando muitos produtores ao abandono da atividade.

Palavras-chave: Assentamentos; Reforma Agrária; Arranjo Produtivo Local; Leite; Santana do Livramento.

The settlements of land reform and the intricacies of the formation of a dairy basin in the municipality of Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS)

Abstract

In Campanha Gaúcha, a historical domain of ranches focused on beef cattle, milk production was present as a secondary role. From the 1990s, with the insertion of settlements, the region started to have a considerable increase in family production units, which were soon sent to dairy cattle, considering the area of the lots, the experience of the producers and the particularities of the region. Santana do Livramento is an emblematic case of this process, as it concentrates nowadays, the largest number of settlements in Rio Grande do Sul which to a large extent have their “flagship” milk. This article presents an analysis of the participation of families settled on the development of a local dairy basin. From the perception of this possibility the Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento – APL do Leite (the Milk Local Productive Arrangement of Santana do Livramento – Milk LPA) was found, an entity with collective governance (companies, institutions, cooperatives, agroindustries,

State, producers) whose goal is the cooperation in favor of the development of the chain. However, adversities have widened, leading many producers to quit.

Keywords: Settlements; Land Reform; Local Productive Arrangement; Milk; Santana do Livramento.

Los asentamientos de la reforma agraria y los meandros de la formación de una cuenca lechera en el municipio de Santana do Livramento (*Campanha Gaúcha/RS*)

Resumen

En la Campanha Gaúcha, dominio histórico de las estancias volcadas a la ganadería de corte, la producción de leche estuvo presente como coadyuvante. A partir de los años 1990, con la inserción de asentamientos, la región pasó a tener considerable incremento de unidades familiares de producción, que luego se dedicaron a la ganadería lechera, considerando el área de los lotes, la experiencia de los productores y las particularidades de la región. Santana do Livramento es un caso emblemático de ese proceso, pues concentra el mayor número de asentamientos de Río Grande del Sur, que en gran parte tienen en la leche su principal actividad. El presente artículo trae un análisis de la participación de las familias asentadas en el desarrollo de una cuenca lechera en el municipio. Se observó que los asentamientos catalizaron el ascenso productivo del sector, al punto de se hablar en una cuenca lechera local. De la percepción de esa potencialidad nació el Arreglo Productivo Local de la Leche de Santana do Livramento (APL do Leite), una entidad con gobernanza colectiva (empresas, instituciones, cooperativas, agroindustrias, Estado, productores) cuya meta es la cooperación para el desarrollo de la cadena. Sin embargo, las adversidades se han ampliado, llevando a muchos productores al abandono de la actividad.

Palabras clave: Asentamientos; Reforma Agraria; Arreglo Productivo Local; Leche; Santana do Livramento.

Introdução

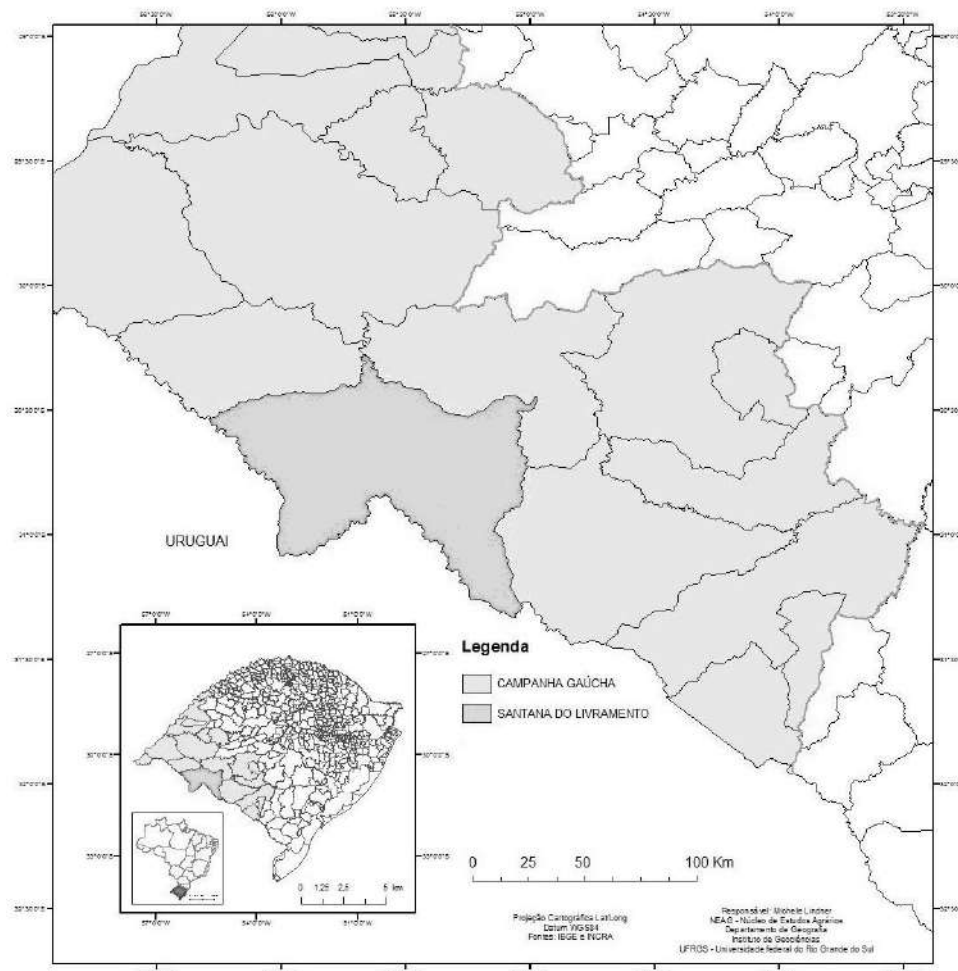
A Campanha Gaúcha¹ (Figura 1) é parte emblemática do Pampa² (Figura 2). No clássico *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, Rambo ([1942] 2015, p. 121) dizia estarem nessa região “[...] as paisagens mais legítimas de campo [...], expressão mais clássica da vegetação campestre sul-brasileira”. Algo referendado por Pébayle (1968), outro autor clássico da geografia, que denominava esses campos à maneira da própria região, como “campo fino”, de excelente qualidade ali junto à fronteira com o Uruguai e Argentina e que se “degrada” ou “engrossa” progressivamente na medida em que se afasta para o norte ou para o leste. Do ponto de vista da abordagem pautada no conceito de bioma, a Campanha

¹ Há diversas formas de regionalização da Campanha Gaúcha. Costa (1988) e Chelotti (2009) são autores que expõem diferentes critérios. Tomamos como referência a definição do IBGE, que a denomina mesorregião sudoeste rio-grandense, individualizada segundo critérios físicos, humanos e econômicos.

² No Brasil o Pampa se restringe ao sul do Rio Grande do Sul, abrangendo cerca de 62% do estado. Seu reconhecimento como bioma tem origem em IBGE (2004). O critério que o individualiza envolve a contiguidade de feições como os tipos de vegetação, as condições geoclimáticas e a história de transformações.

Gaúcha corresponde, segundo o IBGE (2004), a “área core” do Pampa no Brasil, ou seja, a que reúne as principais características fisionômicas a ele atribuídas (AB’SABER, 2003).

Figura 1 – Localização de Santana do Livramento na Campanha Gaúcha

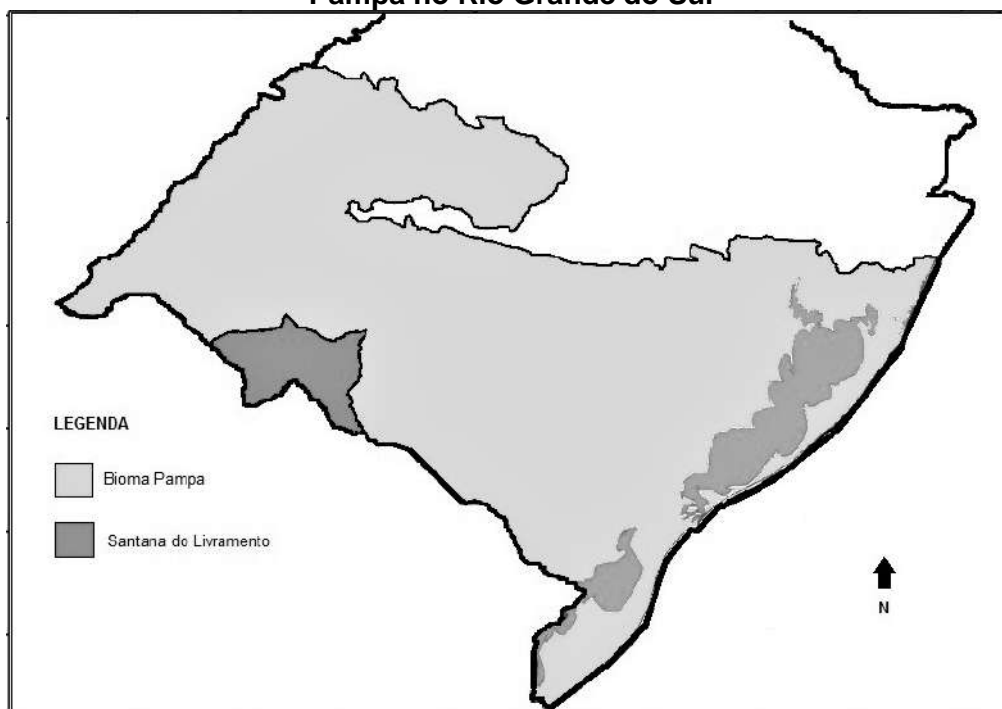


Fonte: IBGE

Organização: Michele Lindner

Esse ambiente é entrecortado por uma estrutura fundiária histórica e reiteradamente concentrada, de domínio da grande propriedade, que está na origem daqueles que hoje são os maiores municípios do Rio Grande do Sul em extensão territorial com as menores densidades demográficas. Trata-se da porção do Pampa de povoamento rarefeito e de sociabilidades forjadas nas solidões dos latifúndios, na vastidão das planuras e nas grandes distâncias, que aparecem desde as mais antigas descrições de viajantes do século XIX. Compõem a região os municípios que juntos constituem tradicional reduto estancieiro do Rio Grande do Sul, onde estão os maiores rebanhos bovinos do estado.

Figura 2 – Localização de Santana do Livramento na área de abrangência do Bioma Pampa no Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE (2004)

Organização: dos autores a partir de IBGE (2004).

Apesar da secular vocação para a pecuária, a produção de leite esteve presente na região, sobretudo, para consumo interno nas propriedades, com baixo volume de excedente para comercialização, tendo em vista a tradição vinculada à pecuária de corte. No entanto, a partir dos anos 1990, com a instalação de diversos assentamentos, a região passou a ter considerável incremento, em número e área, de unidades familiares de produção, constituindo o que Wanderley (2000) chamou de “sementeira de agricultores familiares”. Não demorou para que, em muitos casos, fatores como orientações técnicas de instituições, a experiência dos próprios produtores, a área média dos lotes que cada família recebeu, bem como as características do ambiente pampiano marcado pela oferta natural de forragem, remetessem as famílias à pecuária leiteira como alternativa de reprodução socioeconômica.

O município de Santana do Livramento expressa bem esse processo. Tem sua própria origem na grande propriedade. Nasceu no universo da estância, baseado no cotidiano da economia pastoril, como dizia Ivo Caggiani (1952), historiador local. Por outro lado, tem vivido desde o início dos anos 1990 os resultados da reivindicação da ruralidade (WANDERLEY, 2000). A partir da territorialização da luta pela terra na região, sobretudo através da ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram

instalados, a partir de 1992, 30³ Projetos de Assentamento no município, o que hoje representa a maior concentração do Rio Grande do Sul, onde atualmente mais de 900 famílias transformam o espaço rural local. A atividade leiteira foi, aos poucos, se delineando como o “carro chefe” do desenvolvimento de muitas das famílias assentadas, alavancando uma base produtiva com possibilidade de desenvolvimento de uma “bacia leiteira” significativa no município, oriunda da soma dos produtores mais antigos com os mais recentes.

O presente artigo traz exatamente uma relação entre os assentamentos da reforma agrária e a constituição de uma cadeia produtiva do leite em Santana do Livramento, buscando uma análise mais pormenorizada do processo. Parte-se da seguinte pergunta: Como se caracteriza a participação das famílias assentadas no desenvolvimento de uma bacia leiteira no município?

O texto está organizado do seguinte modo: na primeira parte são expostos os procedimentos metodológicos utilizados. Na sequência, é contextualizado o processo de inserção dos assentamentos no município, de forma articulada aos contextos escalares mais amplos. Nesse item é dado destaque à dimensão de tal evento em termos de impacto sobre a população rural local além do incremento em número e área de unidades familiares de produção. Depois, passa-se à análise propriamente dita da participação produtiva dos assentamentos no setor leiteiro local. E, em seguida, tratamos do Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento (APL do Leite), talvez a maior expressão da importância tomada pela atividade. Encerramos a análise com considerações sobre uma expressão mais recente desse processo, que é a intensificação das adversidades, inclusive com significativo abandono da atividade por muitas famílias. Nas considerações finais é apresentada a síntese daquilo que foi possível captar em relação ao problema e objetivos delineados.

Procedimentos metodológicos

Os conhecimentos presentes nesse artigo são oriundos de dois períodos de observação. O primeiro deles corresponde a pesquisa desenvolvida entre 2011 e 2013 sobre o processo de formação e dinâmica dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento. Já o segundo diz respeito à participação dos autores na governança do Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento.

No primeiro caso, foram consultados dois tipos de fontes: 1) as fontes primárias, entendidas como dados originais, a partir dos quais se tem uma relação direta com os fatos

³ Número de assentamentos vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de acordo com o painel do INCRA, atualizado em 31/12/2017. Trata-se, também, dos assentamentos vinculados ao MST.

a serem analisados, ou seja, é o pesquisador que analisa (OLIVEIRA, 2007); e 2) as fontes secundárias, compreendidas enquanto dados de segunda mão, ou seja, que foram trabalhados por outros estudiosos, sendo, por isso, de domínio científico, o chamado estado da arte do conhecimento (OLIVEIRA, 2007). A pesquisa em fontes secundárias, consistiu na consulta e fichamento de livros, artigos de periódicos, teses, dissertações, relatórios técnicos e outros trabalhos de cunho científico. Nesse âmbito, utilizou-se também de bancos de dados históricos, estatísticos e cartográficos de instituições como IBGE e INCRA além de reportagens de jornais. Já a pesquisa a fontes primárias foi realizada através de observações *in loco* nos assentamentos, em trabalhos de campo, com registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas gravadas junto a agricultores, lideranças do MST e técnicos da Prefeitura Municipal e da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTEC), então responsável pela Assistência Técnica aos assentamentos.

No que tange ao segundo caso, já se somam mais de 4 anos de compartilhamento das mais diversas situações com os principais atores envolvidos na cadeia produtiva local do leite. Isso permite uma convivência ativa com os assuntos atinentes à bacia leiteira local, em sentido amplo, e com os assentamentos da reforma agrária, em sentido mais restrito. Poderíamos falar, nesse sentido, em uma aproximação com a modalidade de pesquisa chamada observação participante, em que se “[...] coleta dados através da participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda (BECKER, 1999, p. 47)”. Segundo Becker (1999) o observador participante é aquele que percebe situações com as quais as pessoas do grupo se deparam e como se comportam frente a elas. Em diferentes situações, ele conversa com alguns ou com todos os membros buscando descobrir como eles interpretam cada acontecimento ou fenômeno observado (BECKER, 1999).

A guisa de atualização, utilizou-se informações do Censo Agropecuário de 2017, do IBGE.

Os assentamentos em Santana do Livramento: a constituição de um território no interior do município

Os assentamentos da reforma agrária configuram um território camponês em construção em Santana do Livramento. Como tal, se inserem em contraponto às características da grande propriedade patronal, historicamente dominante desde sua formação oriunda da distribuição de sesmarias no século XIX. A formação dos assentamentos no município está diretamente relacionada a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja gênese se situa exatamente na resistência à expropriação e expulsão do campo geradas pelo modelo de desenvolvimento adotado

durante os governos militares (1964 - 1985), que privilegiou a grande propriedade (FERNANDES, 1999).

O MST tem seu berço no noroeste do Rio Grande do Sul, Planalto Gaúcho, região historicamente marcada pela territorialização de colonos (camponeses) em pequenas propriedades, mas que foram sendo paulatinamente desterritorializados pela impossibilidade de reprodução social frente ao avanço da modernização conservadora levada a cabo no período citado, que gerou aumento da concentração fundiária e uma massa de trabalhadores excluídos (CHELOTTI, 2009). Conforme Medeiros (2004), esses camponeses chegaram ao Planalto no final do século XIX e início do XX, desbravando terras e abrindo clareiras nas matas. Quando a modernização da agricultura chegou à região e a soja ocupou seu espaço de vida, muitos procuraram novas alternativas, partindo para locais distantes levando sua tradição e experiência camponesa (MEDEIROS, 2004). Outros, ainda, foram atraídos pela vida na cidade. O MST é fruto dos que ficaram, resistiram, se organizaram e reivindicaram (MEDEIROS, 2004).

Inicialmente a atuação do MST no Rio Grande do Sul se concentrou exatamente nessa região berço do Movimento, no noroeste do estado. Mas, na medida em que foi crescendo a demanda pela terra junto com a própria militância do Movimento e, de outro lado, foram escasseando as grandes propriedades a serem adquiridas para a reforma agrária nessa região de sua gestação, iniciou-se um processo de reorientação geográfica das movimentações (CHELOTTI, 2009). Por isso, a territorialização do Movimento na Campanha Gaúcha tem início somente na década de 1990, com uma ocupação de terras ocorrida em Bagé, em 1991. A partir daí, segundo Chelotti (2009, P. 142), ocorreu um paulatino “[...] deslocamento nas ocupações de terra, concentrando-se definitivamente na porção centro-sul do estado”. Foi assim que a luta pela terra chegou à região de maior concentração fundiária do estado, que passou a ter seus índices de produtividade questionados, expressos, por exemplo, em intensos debates entre INCRA e FARSUL sobre os índices de lotação da pecuária.

Santana do Livramento recebeu seu primeiro assentamento em 1992, através da compra, pelo INCRA, de uma área de 1.577 hectares destinada a assentar 67 famílias, dando origem ao PA Liberdade no Futuro (também chamado Cerro dos Munhoz, em referência à localidade onde foi construído). A terra que deu origem ao assentamento não foi, antes disso, ocupada pelo MST. Sua aquisição pelo INCRA objetivou a contenção de conflitos que ocorriam em outros municípios do Rio Grande do Sul, como Bagé e outros (CHELOTTI, 2003). Depois disso, houve um período de três anos sem que nenhuma nova área de assentamento fosse criada no município.

No entanto, entre 1996 e 1998 foram criados 12 novos PA's a partir de desapropriações realizadas pelo INCRA que somaram mais de 10.000 hectares, destinados

a receber 357 famílias. Esses assentamentos refletem a política de reforma agrária compensatória adotada pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 1998), que objetivava resolver localizadamente os conflitos por terra, realizando desapropriações onde eles eram mais intensos (FERNANDES, 2009). Mesmo assim, em nenhuma das áreas desapropriadas em Santana do Livramento durante esse período a instalação de assentamentos foi precedida por ocupações por parte do MST. A criação de assentamentos no município continuava servindo para conter litígios e ocupações em outros municípios da Campanha e de fora dela.

Já entre 1999 e 2002 foram criados os Projetos Estaduais de assentamento, os PE's, assim chamados porque se originam de aquisições de terras pelo Governo Estadual, por compra e venda. Nesse período foram comprados no município mais de 7500 hectares, onde foram instalados 9 novos assentamentos, destinados a 298 famílias. Esse interim corresponde ao segundo governo de FHC na presidência da república, que se caracterizou pela ofensiva contra as pressões do MST (FERNANDES, 2009). No entanto, esse mesmo período corresponde à gestão de Olívio Dutra no Governo Estadual, que privilegiou a Campanha Gaúcha para a instalação de novos assentamentos, como uma política de desenvolvimento regional. Daí o advento dos PE's no município.

Em 2003 inaugurou-se uma nova conjuntura no tocante à reforma agrária. De um lado, o Governo Estadual que vinha até então comprando terras e criando assentamentos sai de cena com a sucessão de Olívio Dutra por Germano Rigotto. De outro lado, o Governo Federal volta à cena, com a eleição de Lula na presidência, que já em 2003 apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária, com meta de assentar 400 mil famílias por meio de desapropriações e outras 130 mil por meio de crédito fundiário (FERNANDES, 2009). Nisso, Santana do Livramento já reunia 23 assentamentos e concentrava muitos integrantes do MST, tornando-se importante base para organização de ações do Movimento na região. Como destaca Fernandes (2009, p. 181) “o aumento de famílias assentadas significava o aumento de famílias que ocupavam terras, e vice-versa”. Assim, o MST passou a realizar ocupações de terras no próprio município, visando acelerar novas desapropriações e assentamento de famílias, considerando a conjuntura que se formava no cenário nacional.

Isso, obviamente, gerou conflitos mais diretos com fazendeiros locais e especialmente com o sindicato patronal. Mesmo assim, cabe destacar que desde o advento dos primeiros assentamentos muitos proprietários se interessaram em negociar suas terras para fins de reforma agrária ou mesmo em tê-las vistoriadas pelo INCRA para fins de desapropriação, já que esta prevê indenização. Esse interesse partiu, principalmente, daqueles proprietários descapitalizados, que foram diretamente afetados por sucessivas crises da pecuária de corte extensiva da região.

No entanto, ao fim e ao cabo, o fato é que a partir dessas pressões por parte do MST foi retomada a realização de vistorias, desapropriações e compra de terras pelo INCRA no município. O resultado foi a instalação de oito novos assentamentos entre 2005 e 2008, que somaram mais de 6900 hectares, destinados a 278 famílias, completando os atuais 30 projetos existentes. A Tabela 1, a seguir, resume em dados essa trajetória de 1992 até 2008, ano da instalação do último assentamento.

Tabela 1 - Assentamentos de Santana do Livramento: síntese de informações

	Nome	Capacidade (Famílias)	Famílias assentadas	Área (Ha)	Criação
1	PA CERRO DOS MUNHOZ	67	61	1.577	10/06/1992
2	PA SÃO JOAQUIM	37	37	1.040,10	11/11/1996
3	PA SANTO ANGELO	17	15	481,41	21/11/1996
4	PA APOLO	35	34	950,05	11/11/1996
5	PA BOM SERA	26	24	747,87	05/12/1996
6	PA COQUEIRO	35	31	980,10	10/12/1996
7	PA JUPIRA/SÃO LEOPOLDO	45	43	1.264	04/06/1997
8	PA RECANTO	23	23	665	29/08/1997
9	PA FRUTINHAS	20	19	565,28	15/10/1997
10	PA POSTO NOVO	21	21	665,28	14/10/1997
11	PA SANTA RITA II	22	20	697	14/10/1997
12	PA CAPIVARA	26	23	693,85	23/11/1998
13	PA PAMPEIRO	50	44	1.338,81	17/12/1998
14	PE UNIÃO RODEIENSE	24	17	387	02/12/1999
15	PE NOVA ESPERANÇA	43	43	1.216	13/12/1999
16	PE ESP. DA FRONTEIRA	22	21	422	09/10/2000
17	PE NOVA MADUREIRA	24	24	596,81	10/12/2001
18	PE TORRÃO	22	19	505,54	13/03/2002
19	PE RINCÃO DA QUERÊNCIA	8	3	202,11	20/02/2002
20	PE PARAISO II	7	7	136	05/12/2002
21	PE ROSELI NUNES	63	56	1.742,37	05/12/2002
22	PE CONQ. CERRO LIBERDADE	85	68	2.475,56	12/12/2002
23	PA FIDEL CASTRO	58	58	1.499,87	08/08/2005
24	PA LEONEL BRIZOLA	13	13	353,34	08/08/2005
25	PA 31 DE MARÇO	12	11	301,85	06/04/2006
26	PA SEPÉ TIARAJÚ III	43	41	1.340,71	06/04/2006
27	PA SÃO JOÃO II	33	26	782,84	26/07/2006
28	PA HERDEIROS DE OZIEL	43	35	997,28	02/04/2007
29	PA BANHADO GRANDE II	11	11	258,38	02/04/2007
30	PA IBICUÍ	65	59	1.374,63	20/06/2008
	TOTAIS	1000	907	26.258,14	-

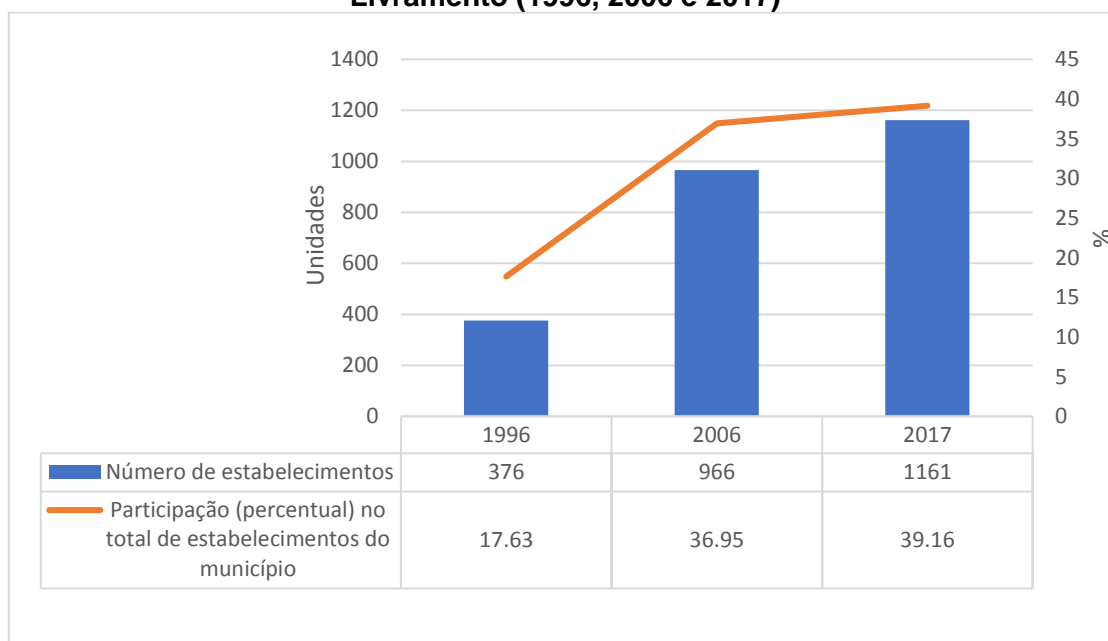
Fonte: INCRA, Painel dos Assentamentos: atualização de 31/12/2017.

Organização: dos autores.

Santana do Livramento concentra a maior área e número de assentamentos bem como o maior número de famílias assentadas entre todos os municípios do Rio Grande do Sul. A cada família corresponde um lote com superfície entre 25 e 30 hectares, normalmente. É possível obter uma noção do impacto disso no município em termos de

acréscimo de unidades familiares de produção comparando-se dados dos Censos Agropecuários do IBGE de 1995/1996, 2006 e 2017: Em 1996, quando havia em Santana do Livramento apenas 1 assentamento e outros 5 estavam sendo criados, os estabelecimentos rurais dessa faixa de tamanho correspondente aos lotes de reforma agrária (entre 20 e menos de 50 hectares) representavam 17,63% de todos os estabelecimentos então existentes no município (376 unidades de um total de 2.133). Já em 2006, quando já existiam 25 assentamentos e estavam sendo criados outros 3, os estabelecimentos dessa faixa já representavam 36,95% do total (966 unidades de 2.614), o dobro do percentual de uma década antes. Após o Censo de 2006 foram criados mais 3 assentamentos, 2 em 2007 e 1 em 2008. Assim, no Censo de 2017 os estabelecimentos entre 20 e menos de 50 hectares passaram a 39,16% do total (1.161 de 2.965). O Gráfico 1 ilustra essa transformação.

Gráfico 1 – Estabelecimentos rurais de 20 a menos de 50 Hectares em Santana do Livramento (1996, 2006 e 2017)



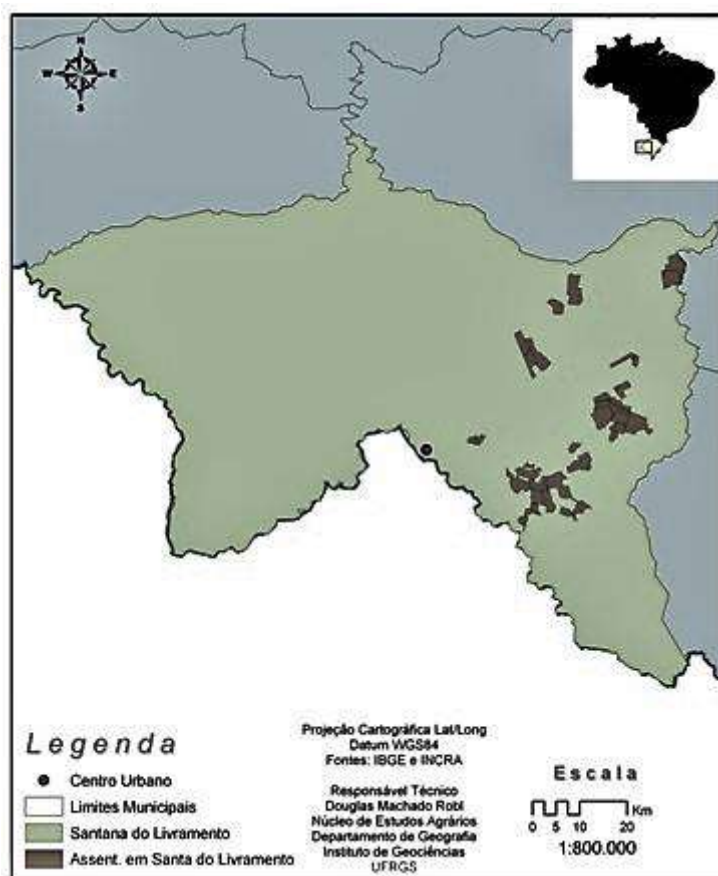
Fonte: IBGE, Censos Agropecuários de 1995/1996, 2006 e 2017.
Organização: dos autores

Somados, os 30 projetos abrangem 26.258,14 hectares, o equivalente a menos de 4% da área ocupada pelo total de estabelecimentos agropecuários de Santana do Livramento (673.720,450 hectares). Mesmo assim, isso já representa área superior a de vários municípios gaúchos, tais como Chuí, Morro Redondo, Itaara, Toropi e Nova Esperança do Sul, por exemplo. No entanto, esses assentamentos não estão distribuídos de forma contínua, e nem tampouco, por toda a extensão do município. Na verdade, eles se concentram em uma porção específica, a “metade leste” de Santana do Livramento e

OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA E OS MEANDROS DA FORMAÇÃO DE UMA BACIA LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO (CAMPANHA GAÚCHA/RS)

formam blocos separados entre si. A Figura 3, a seguir, mostra a localização e a distribuição dos assentamentos.

Figura 3 – Localização e distribuição dos assentamentos no município de Santana do Livramento



Fonte: IBGE e INCRA
Organização: Douglas Machado Robl

Diz-se que os assentamentos se localizam na “metade leste” porque Santana do Livramento tem sua extensão territorial dividida, grosso modo, em duas partes distintas fisicamente, principalmente no que se refere aos solos, uma localizada a leste e outra a oeste. Essas duas metades, historicamente condicionam as práticas agrícolas e outros usos do solo. Na “metade leste”, onde estão os assentamentos, predominam os argissolos e os planossolos, originários de rochas sedimentares, principalmente do arenito, que apresentam grande fragilidade, porém se prestam às lavouras (INCRA, 2006).

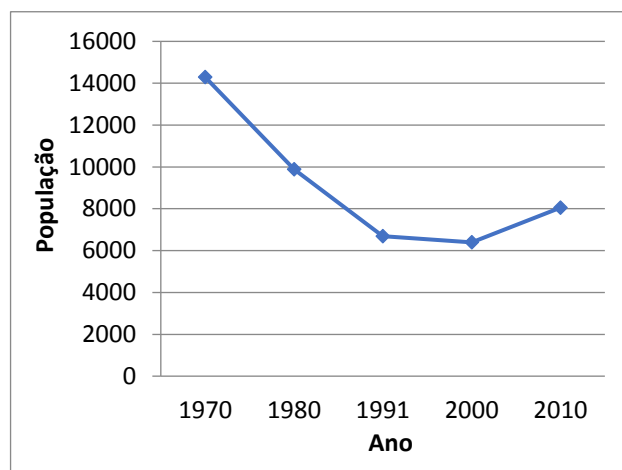
Resumidamente, a metade leste pode ser identificada como a porção das lavouras no município. Exatamente por isso, essa é também a parte em que houve maior supressão do Bioma Pampa, tendo em vista que as pastagens nativas vão sendo substituídas pelo avanço das grandes monoculturas de soja e arroz, principalmente, mas também por outros cultivos, como os de pastagens artificiais vinculadas à modernização da pecuária. É, pois, nessa porção particular do Pampa, em meio às baixíssimas densidades demográficas de médias e grandes propriedades de pecuária extensiva e de lavouras de arroz, soja e alguns vinhedos, distribuídos entre várzeas, coxilhas e cerros, que foram instalados os assentamentos.

Nessa área, pequena para as proporções de Santana do Livramento, mas grande considerando a dimensão de muitos pequenos municípios brasileiros, vivem atualmente, entre evasões e rotatividades, 907 famílias. São ao menos cerca de 3.000 pessoas, população maior do que a de municípios como Pedras Altas, Santa Margarida do Sul e Unistalda, por exemplo, também situados na região do Pampa, quadrante sul do Rio Grande do Sul. Essa população ocupa menos de 5% da área de Santana do Livramento, mas representa cerca de 40%⁴ de sua população rural (que é de 8.054 habitantes). O impacto disso na demografia do município torna-se relevante especialmente pelo fato de que a grande maioria das famílias é oriunda de outras regiões do Rio Grande do Sul, especialmente da região de origem do MST, o noroeste do estado. Por isso, representam um incremento na população local, uma soma, com significativo impacto sobre a trajetória de esvaziamento do campo que até então vinha se procedendo desde muitas décadas.

Há em Santana do Livramento um movimento recente da curva da população rural, conforme mostra o Gráfico 2, a seguir. Da década de 1970 até 1991 vinha ocorrendo uma acentuada queda do número de habitantes do campo. No entanto, entre 1991 e 2000, década em que chegaram ao município e foram assentadas cerca de 470 famílias, o ritmo do esvaziamento apresentou considerável diminuição. Entre 2000 e 2010, enfim, período em que foram assentadas outras 430 novas famílias, a população rural do município mostrou crescimento. Sem desconsiderar o peso de outras possíveis dinâmicas, não há dúvidas de que o grande evento capaz desse incipiente processo de repovoamento do campo em meio a ainda dominante tendência ao êxodo é a instalação de assentamentos.

⁴ Esse número, em algum momento, deve ter sido ainda mais expressivo, considerando o latente processo de êxodo de jovens que afeta os assentamentos.

Gráfico 2 - População rural em Santana do Livramento (1970 - 2010)



Fonte: IBGE, Séries Históricas
Organização: dos autores

Essas informações ilustram, enfim, a dinâmica percebida por Medeiros (2007), quando diz que a concentração de assentamentos nos municípios da Campanha é o agente de toda uma reconfiguração territorial. Além da expressão que detalhamos, dada pelo adensamento populacional das chamadas áreas reformadas e pelo advento de significativa área dividida em unidades familiares de produção, os assentamentos geram, segundo a autora, um processo de diversificação da matriz produtiva local, de dinamização do comércio através de uma série de demandas como a abertura de novos caminhos, instalação de escolas e postos de saúde, por exemplo.

O que se mostra é uma nova dinâmica para uma região historicamente diferenciada no espaço sul-rio-grandense, segundo a autora citada. É a agricultura familiar se (re)territorializando, trazendo consigo novas formas, novas identidades, novas configurações para a paisagem da Campanha Gaúcha (MEDEIROS, 2007). No item seguinte, enfocamos uma das expressões disso, que consiste na participação dos assentamentos no desenvolvimento de uma bacia leiteira em Santana do Livramento.

Os assentamentos e a formação de uma “bacia leiteira” local

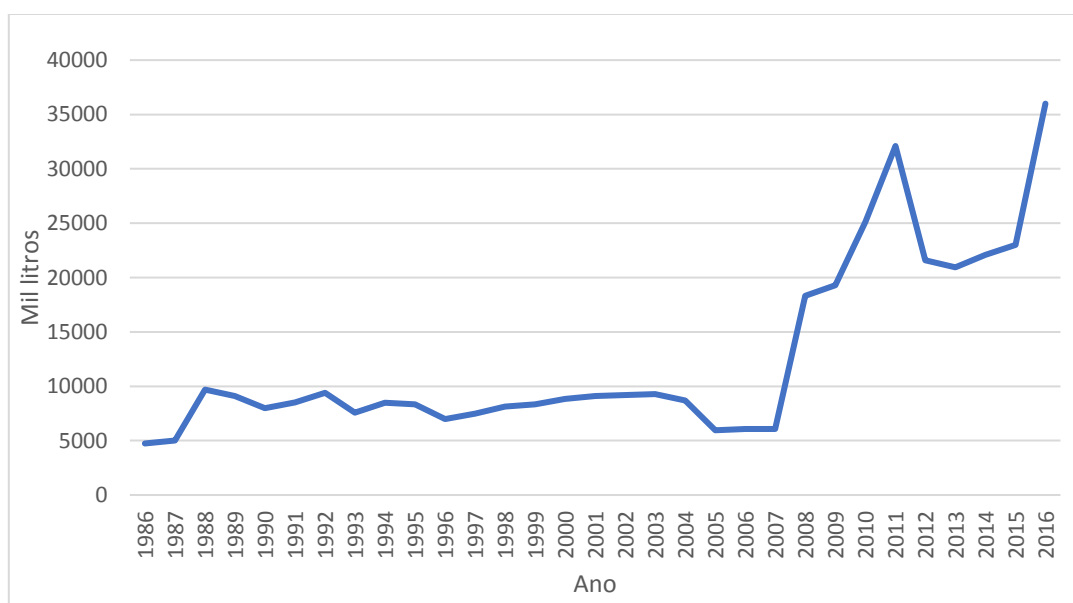
Como já mencionado, Santana do Livramento é um tradicional reduto pecuarista. Está entre os municípios da Campanha Gaúcha que concentram historicamente os maiores rebanhos bovinos do Rio Grande do Sul. Apesar disso, a produção de leite de vaca, ainda que presente nas estâncias, esteve destinada, sobretudo, ao consumo nos próprios estabelecimentos, sendo atípica a estância dedicada, também, à pecuária leiteira comercial.

A pecuária extensiva dos grandes estabelecimentos (e também de muitos médios e pequenos) esteve tradicional e profundamente especializada na pecuária de corte.

A produção de leite voltada à comercialização, na maior parte dos casos, esteve a cargo das chamadas chácaras, pequenos estabelecimentos situados nas cercanias dos aglomerados urbanos da Campanha, tão bem descritos, aliás, por Pébayle (1968) em seus estudos sobre a vida rural na região, na década de 1960. Mesmo assim, essa produção se dava em volume reiteradamente baixo, a industrialização era praticamente ausente e a organização da comercialização escassa (PÉBAYLE, 1968). Na maior parte dos casos, e enquanto essa prática não foi proibida e jogada na clandestinidade, era o próprio produtor quem transportava o leite à cidade em carroça ou mesmo no lombo do cavalo (PÉBAYLE, 1968). A figura do “leiteiro”, aliás, era bastante presente e emblemática na Campanha de então.

O Gráfico 3 mostra, em linhas gerais, a trajetória da produção de leite em Santana do Livramento nos últimos 30 anos.

Gráfico 3 – Produção anual de leite em Santana do Livramento (1986-2016)



Fonte: IBGE - Séries Históricas e Séries Estatísticas.
Organização: dos autores.

Nota-se que ao longo de mais de 20 anos (de 1986 a 2007) a quantidade de leite produzida anualmente se manteve relativamente estabilizada em um patamar muito baixo, denotando a ausência de escala comercial de produção mais significativa. Ao estender-se essa consulta aos dados de séries históricas do IBGE ainda mais “para trás” chegando, por

exemplo, a números desde a década 1970⁵, essa característica marginal da atividade leiteira na agropecuária local se torna ainda mais evidente.

Conforme essa série histórica, até o ano de 2007 o total da produção anual de leite em Santana do Livramento nunca esteve além dos 10 milhões de litros⁶. Para que se obtenha uma ideia da dimensão disso, cabe uma comparação: Santana do Livramento produziu em 2005 pouco menos de 6 milhões de litros de leite. Nesse mesmo ano, o município de Senador Salgado Filho, por exemplo, localizado no noroeste do estado, produziu quase 8 milhões de litros. O detalhe que torna a comparação com esse município relevante é que sua população é de apenas 2.880 habitantes, pouco mais que a terça parte apenas da população rural de Santana do Livramento, número próximo, inclusive, ao da população estimada hoje apenas nos assentamentos locais. A área de Salgado Filho é de 14.720 hectares, equivalente a pouco mais de 2% da superfície de Santana do Livramento, o que corresponde à metade da área ocupada no município apenas pelos projetos da reforma agrária. Isso ilustra o quanto era secundária localmente a pecuária leiteira.

No entanto, o ano de 2008 marca uma mudança, segundo essa série. Baliza claramente uma nova situação, chegando a números que apontam para uma produção de escala comercial, ainda que entre oscilações. Em 2010, Santana do Livramento figura pela primeira vez entre os 20 maiores produtores de leite do Rio Grande do Sul, segundo o IBGE, ao chegar a 25,1 milhões de litros. Em 2011 chega a um pico de 32,1 milhões de litros, o dobro da produção registrada no mesmo ano no município de Senador Salgado Filho, citado anteriormente para efeitos de comparação. Depois disso, houve duas quedas sucessivas de produção, em 2012 e 2013, seguidas por uma retomada do crescimento em 2014, culminando, em 2016, com a produção recorde da série histórica, de 36 milhões de litros, momento em que Santana do Livramento aparece como o 15º município com maior produção de leite do estado, segundo ranking disponibilizado pelo IBGE. Hoje, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a pequena propriedade⁷ (até 100 hectares) é responsável por 67,41% do total de leite produzido no município. Especificamente a faixa de estabelecimentos com área entre 20 e menos de 50 hectares, correspondente aos lotes da reforma agrária, produz 48,23% do total municipal.

A parte que toca aos assentamentos nesses números é fato cuja compreensão passa por algumas considerações sobre o processo de (re)territorialização das famílias no município: A maior parte dos assentamentos hoje existentes foram criados entre a segunda

⁵ Ao menos até 2013 estiveram disponíveis no site do IBGE os números da produção anual de leite em Santana do Livramento desde 1974. Os autores do presente artigo mantêm esses dados em arquivo, pois em novas consultas ao site foi possível encontrar dados apenas desde 2004.

⁶ Ainda que possam haver distorções nesses dados disponíveis, eles permitem um panorama.

⁷ Toma-se por referência a definição de pequena propriedade estabelecida pelo INCRA, correspondente ao estabelecimento de até 4 módulos fiscais. Em Santana do Livramento cada módulo equivale a 28 hectares. Deste modo, a pequena propriedade no município é aquela não superior a 112 hectares.

metade da década de 1990 e início da década de 2000. A vinculação de famílias assentadas com a atividade leiteira não foi imediata. No início, “[...] geralmente, eram desenvolvidos os cultivos que os camponeses estavam acostumados em sua região de origem”, conforme explica Chelotti (2007, p.109). Foi apenas paulatinamente, em uma trajetória de tentativas e erros, que foi ocorrendo a percepção de que suas antigas tradições no cultivo da terra não poderiam ser completamente mantidas, segundo o autor. Foi preciso adaptar práticas e substituir outras para lidar com a terra conquistada, em condições de solo e clima muito distintas da região de origem da maioria das famílias assentadas (CHELOTTI, 2007).

Mesmo assim, não demorou para que a produção leiteira começasse a tomar parte entre as estratégias de reprodução social das famílias, o que foi ocorrendo sucessivamente ao longo dos anos 1990 e 2000. Na verdade, dispor de algumas vacas, tirar leite para consumo *in natura* e para produção de alguns laticínios e outros produtos, foi algo historicamente presente no mundo rural vivido nas regiões coloniais da parte norte do estado, de onde são oriundas as famílias assentadas, em sua maioria. Por isso, ao menos significativa parte delas já acumulava alguma experiência anterior na pecuária leiteira.

No entanto, ao serem assentadas em Santana do Livramento essas famílias passaram a viver e trabalhar em um ambiente caracterizado pela oferta natural de forragem e em lotes de terra significativamente maiores do que estavam acostumados. Se os 25, 30 ou 35 hectares que receberam não tinham a mesma fertilidade de seus antigos lugares e, de outro lado, eram insuficientes para a reprodução rentável na pecuária de corte aos moldes tradicionais da região onde estavam chegando, a pecuária leiteira, por sua vez, aparecia como alternativa possível. Foi assim que grande parte das famílias passou a se dedicar à produção comercial de leite, para o que contou, também, influências técnicas e institucionais diversas.

Com o passar dos anos, a produção leiteira se tornou a principal matriz produtiva e estratégia de reprodução familiar nos assentamentos. O “carro chefe”, como se referem os assentados. Em torno do setor, foi fundada, no ano de 2002, a Cooperativa dos Assentados da Fronteira Oeste (Coperforte), hoje a maior cooperativa do município. Inicialmente, a Coperforte (Figura 4) foi formada por 35 sócios fundadores, com produção de 35 mil litros de leite por mês, que se reuniram com o intuito de viabilizar a comercialização da produção dos assentamentos. Hoje, já possuindo filiais em diversos municípios da parte sul do estado, a cooperativa conta com 1300 cooperados.

Figura 4 – Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (COPERFORTE)



Fonte: Coperforte
Organização: Coperforte

Os dados disponibilizados pela cooperativa referentes ao período de 2011 a 2017 demonstram uma produção média dos cooperados de Santana do Livramento de mais de 700 mil litros de leite por mês, 8,6 milhões por ano. Observando-se o total produzido no município por ano nesse mesmo período (ver Gráfico 3) é possível estimar uma participação média dos assentamentos em cerca de 35% do total/ano. Em anos de menor desempenho, é possível estimar que essa participação tenha caído a pouco mais de 20%. No entanto, nos anos de 2013 e 2014 em que a Coperforte atingiu as maiores produções de sua série histórica, passando dos 10 milhões de litros em ambos os anos, a estimativa vai a cerca de 50% do total produzido em Santana do Livramento.

Esses dados se tornam especialmente vultosos ao considerarmos que os assentamentos cobrem menos de 4% da área local utilizável para a pecuária e que a maior parte das famílias está em seus lotes há menos de duas décadas, com todas as dificuldades e carências que reconhecidamente envolvem os processos de (re)territorialização. Tanto no melhor quanto no pior dos cenários, trata-se de uma participação sem a qual não haveria projeção do setor leiteiro local a um patamar de “bacia leiteira” do Rio Grande do Sul. Além disso, para além do quesito quantidade produzida, cabe levar em conta que é dos assentamentos o maior número de pessoas cuja reprodução socioeconômica advém do leite. Diz-se isso porque a relevância de uma bacia leiteira está associada, também, ao número de famílias a que a atividade serve como alternativa de trabalho e renda.

A produção comercial é recolhida pelos caminhões-tanque da cooperativa, que percorrem os assentamentos. Em sua maior parte, a produção é vendida para a empresa Cosulati, de Pelotas, que mantém Unidade Receptora e Resfriadora de Leite instalada em área estratégica na localidade de Palomas, à margem da BR 158, em Santana do Livramento. Esse entreposto, aliás, inaugurado em 2008, foi atraído pela perspectiva de

crescimento da atividade leiteira no município. Antes de 2008 a produção dos assentamentos era recolhida e levada direto à Capão do Leão, onde é processada pela referida empresa.

Na esteira do processo de crescimento da cooperativa, foi anunciada, inclusive, em 2013, a instalação de uma indústria de rações. O empreendimento, construído através de uma verba de mais de 1 milhão de reais financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), está em vias de conclusão. A perspectiva é que isso se desdobre em aumento da produtividade leiteira dos assentamentos e demais produtores do município, tendo em vista que a criação bovina de leite nos lotes se dá majoritariamente em campo nativo, apenas com eventual suplementação de pastagens plantadas e alguma ração. Além disso, em geral, os produtores de gado do município compram sacas de ração de fora da região, sobretudo, pagando altos preços.

Outro importante investimento, talvez o principal, anunciado na esteira do processo de crescimento da Coperforte foi o de uma indústria de laticínios, objetivo antigo da cooperativa. No entanto, esse empreendimento que se destinaria ao beneficiamento e industrialização de leite e derivados, incluindo a fabricação de queijos não pôde, por hora, ser concretizado. Esse fato será abordado adiante na parte sobre a crise que vive hoje a bacia leiteira.

No próximo item tratamos do advento do Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento, que surge ao mesmo tempo como produto e produtor da importância tomada pela produção leiteira no município.

O Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento (APL do Leite)

A partir da percepção da potencialidade gerada pelo conjunto dos produtores de leite com presença mais antiga no município e dos mais recentes representados pelos assentamentos da reforma agrária, houve um convite, no final do ano de 2007, por parte da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus Santana do Livramento, a mais de 30 instituições com atuação local, para formar um grupo de trabalho no setor leiteiro.

Assim, várias instituições uniram-se buscando desenvolver esse segmento e proporcionar maiores ganhos de produtividade e qualidade aos produtos. Das 30 instituições convidadas, em torno de 15 aderiram ao grupo. Em maio de 2009, organizou-se o Seminário “Rumos da Bacia Leiteira”, tendo como objetivo discutir aspectos técnicos, econômicos, políticos e culturais para o desenvolvimento da cadeia. A partir dessas discussões, chegou-se à culminância do evento que foi a proposta de organização de um Arranjo Produtivo

Local do Leite, em que as instituições que já atuavam em prol do setor, permaneceriam trabalhando, agora como o Comitê Gestor.

Surge, assim, o Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento, o APL do Leite (Figura 5), tendo como missão tornar competitivo todos os atores envolvidos, e como visão alcançar destaque no Estado em termos de organização coletiva e produção sustentável. O Comitê Gestor ou Governança ficou composto inicialmente por representantes de nove entidades. Nos anos seguintes novos membros foram aderindo ao grupo e o APL foi aprofundando suas ações.

Atualmente, sua governança é composta por 14 instituições, entre públicas e privadas, que oferecem apoio em áreas como ensino, capacitação, pesquisa, extensão, tecnologia, assistência técnica, fomento, e representação dos próprios produtores e empresas. Compõem o Arranjo três instituições de ensino, pesquisa e extensão, sendo elas: Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL). No âmbito da pesquisa aplicada, tecnologia e assistência técnica fazem parte do APL outras três entidades: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa - Pecuária Sul); Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS-Ascar) e; Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec).

Figura 5 - Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento



Fonte: APL do Leite
Organização: APL do Leite

Mais três instituições participam no que tange ao fomento e/ou políticas públicas, sendo elas: Prefeitura Municipal de Santana do Livramento, por intermédio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SMAPA); Secretaria Estadual de Desenvolvimento

Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) e; Banco do Brasil. Por fim, no âmbito da representatividade dos produtores/empresas, compõem o Arranjo outras 5 entidades, completando os atuais 14 membros da governança, sendo elas: Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (Coperforte); Cooperativa dos Pequenos Produtores de Leite de Santana do Livramento (COOAPLESA); Associação de Criadores de Gado Holandês; Indústria de Laticínios SKYLAB; e Cooperativa Sul-rio-grandense de Laticínios (Cosulati).

A principal atribuição do grupo que compõe a governança é manter um espaço de levantamento de demandas, diálogo, planejamento e ação cooperativos em prol do desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, tendo representados os atores que a compõe. Assim o APL organiza ações de articulação, mobilização, cooperação e capacitação dos produtores de leite, associações, cooperativas e instituições que compõem o Arranjo. Nesta perspectiva, é realizado anualmente um planejamento estratégico das ações a serem realizadas. Atualmente o papel de coordenação do APL vem sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Santana do Livramento. A coordenação responsabiliza-se pela organização das datas de eventos, mobilização de reuniões mensais, verificação de projetos para captação de recursos para a produção leiteira, inclusão de produtores em programas e políticas públicas, entre outras atividades.

Na produção primária de leite, as ações do APL estão orientadas a dois elementos considerados essenciais: 1) melhoria qualitativa (qualidade do leite) e 2) melhoria quantitativa (volume). O valor pago ao produtor varia de acordo com o volume da produção, e, sobretudo, com a medida da qualidade do produto oferecido e, nesses dois indicadores, há muita potencialidade a desenvolver no âmbito do APL. Além disso, é objetivo do Arranjo atingir maior percentual de industrialização do leite e produção de laticínios no próprio município. Considera-se salutar a implantação de agroindústrias das próprias cooperativas de produtores com o intuito de se obter melhores preços pagos ao produtor e principalmente que este participe dos resultados da agregação de valor, gerando mais renda e trabalho na própria região. Como foi dito, a industrialização da produção de Santana do Livramento é feita basicamente por uma única agroindústria, de fora da região, que determina o preço pago ao produtor.

Apesar da significativa importância tomada pela atividade leiteira no município, nos últimos anos a conjugação de uma série de fatores tem levado muitas famílias ao abandono da atividade, levantando sérias incertezas sobre o próprio futuro dessa ainda recente bacia leiteira. No próximo item é abordada essa situação.

A intensificação das adversidades e as ameaças à bacia leiteira local

Em 2017, a produção total de leite em Santana do Livramento foi de pouco mais de 17 milhões de litros, segundo o Censo Agropecuário. Em comparação com a série histórica disponibilizada pelo próprio IBGE, trata-se de menos da metade da quantidade produzida um ano antes e a menor produção em 10 anos. Também segundo o Censo, 587 estabelecimentos agropecuários produziram leite em Santana do Livramento em 2017. Isso corresponde a menos da metade dos que produziam em 2006, conforme o Censo daquele ano. Especificamente nos assentamentos a situação se repete: Segundo dados disponibilizados pela Coperforte o total produzido nos anos de 2016 e 2017 ficou na casa dos 7 milhões de litros. Trata-se dos piores desempenhos desde 2011. A cooperativa passou de mais de 700 produtores ativos na produção leiteira em 2015 para cerca de 300 em 2018.

Uma miríade de fatores intervém para essa situação. Nos últimos anos a atividade leiteira tem sofrido com a concorrência de produtos lácteos importados a preços menores, favorecidos pelo Decreto nº 53.059/2016 do governo estadual que baixou a alíquota do ICMS de 18% para 12%, para importação de leite. Esse fator, aliado a operação Leite Compensado do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que apura adulterações no leite, fez com que os preços pagos aos produtores reduzissem drasticamente. De 2016 para 2017 a redução chegou a 50%.

A referida medida do governo estadual foi, inclusive, motivo de protesto por parte dos produtores de leite em 2017, fato que teve ampla repercussão no estado, tendo em vista que foi realizada na sede do governo estadual no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, durante a Expointer, maior evento do agronegócio do estado. A reportagem a seguir, ilustra o ocorrido e ajuda a compreender a situação da atividade leiteira.

Na Expointer, sede do governo do estado é alvo de protesto de produtores de leite. [...]. Cerca de 300 produtores de leite no Rio Grande do Sul realizaram um protesto nesta quarta-feira (30) na Casa Branca, sede do governo do estado na 40ª Expointer, no município de Esteio, para denunciar o impacto das importações de leite em pó vindo de países vizinhos na cadeia produtiva do setor, a partir de decreto do governador José Ivo Sartori (PMDB). Os manifestantes são ligados à Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf). [...]. Os produtores afirmam que a importação gaúcha de leite em pó do Uruguai passou de 27 mil toneladas em 2015 para 50 mil toneladas em 2016, após o decreto. Somente nos primeiros cinco meses do ano o RS já buscou no país vizinho cerca de 15 mil toneladas. Conforme Adelar Pretto, representante da Via Campesina, isto provocou a queda do preço do leite pago pela indústria aos agricultores do estado, que recebem atualmente em torno de R\$ 0,90 o litro — R\$ 0,90 a menos que exatamente a um ano atrás. [...]. (MEDEIROS, K., 2017, Grifo do autor).

Em paralelo a essa baixa do preço pago ao produtor, outras adversidades também tomam parte nessa crise da atividade. Após a troca de governo ocorrida em 2016 através de Golpe de Estado, ao menos duas medidas governamentais afetaram diretamente os assentamentos e sua produção leiteira:

A primeira delas foi a suspensão do Programa Terra Forte, do INCRA, através do qual a Coperforte havia sido selecionada (Portaria INCRA 414/2014 publicada no DOU de 01/08/2014) para a execução do projeto de uma usina de beneficiamento do leite, obra estimada em 10 milhões de reais em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tratava-se de um objetivo antigo da Cooperativa, visando agregação de valor no próprio município, diversificação dos mercados, redução de custos com transporte e, por fim, maior remuneração das famílias. O empreendimento previa a geração de 13 empregos diretos. Já a segunda medida diz respeito a não renovação do Contrato 9/2014 firmado entre INCRA e Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), findado em 16/01/2018, através do qual era garantida assistência técnica aos assentamentos. Até o presente momento as famílias permanecem sem esse serviço.

Sem a concretização da agroindústria de leite e laticínios, sem assistência técnica e enfrentando a baixa do preço pago ao produtor, as famílias também enfrentam problemas em relação a aquele que desde os primeiros tempos de cooperativa foi o único canal mais significativo de comercialização da produção leiteira dos assentamentos: a Cosulati, que enfrenta dificuldades financeiras, não havendo garantia de que continuará recebendo o leite produzido em Santana do Livramento. Nessa situação, aliás, fica exposta outra carência: a de um entreposto de resfriamento local de propriedade das próprias cooperativas do município de forma a eliminar a dependência de um único receptor, possibilitando maior escolha de canais de comercialização com melhores remunerações.

Não menos impactante é o aumento no custo de aquisição de insumos, que tem obrigado muitas famílias a reduzir ou cortar a suplementação alimentar dos animais, com impactos sobre a produtividade dos estabelecimentos. Tudo isso, aliás, se dá em meio a permanência de antigos problemas enfrentados desde muitos anos pelos produtores de leite, sendo exemplos: 1) o fato de os estabelecimentos estarem inseridos em um dos maiores municípios em extensão territorial do estado, o que significa grandes distâncias com grande comprometimento de tempo e energia e significativo empenho logístico; 2) relacionado a esse primeiro, a insuficiência da rede de telecomunicações, sendo difícil muitas vezes o simples uso de telefones nas grandes distâncias que caracterizam o interior do município; 3) A energia elétrica, que apesar de estar generalizada no meio rural tem como entrave a qualidade, sendo assunto de recorrentes reclamações dos produtores e; 4) Aquele que pode ser considerado o mais expressivo entre os problemas mais antigos: a

precariedade das estradas rurais que dificulta a vida cotidiana e encarece o escoamento da produção.

Frente a todas essas adversidades a desistência da pecuária leiteira comercial tem sido um caminho comum. Alguns produtores, vendo chegada a idade para aposentadoria, alegam preferir a remuneração devida referente aos longos anos de labuta a continuar a penúria da produção de leite de alto custo de insumos e transporte, baixa tecnologia, extenuantes jornadas de trabalho e, por fim, baixo retorno. Outros, no entanto, partem para alternativas de renda como, por exemplo, a produção de soja. A partir da década de 2000 a área plantada com o grão tem crescido exponencialmente na região. Inclusive, o cultivo vem ocupando áreas anteriormente destinadas ao arroz e à pecuária. Sua expansão na Campanha e, de modo mais amplo, no Pampa, tem tomado grande vulto, desencadeando amplos debates e controvérsias sobre seus efeitos reais na geração de emprego e renda e sobre a supressão do bioma Pampa e degradação ambiental de modo geral. Em Santana do Livramento, segundo dados da série histórica da produção agrícola municipal disponibilizados pelo IBGE, a área plantada com o grão saltou de 12 mil hectares em 2011 para 45 mil hectares em 2017, o que representa um aumento de 275% em 6 anos.

Essa expansão da soja se produz pelo motivo mais óbvio, relacionado à rentabilidade do cultivo, devido ao preço oferecido pelo grão internacionalmente, considerado atrativo. No entanto, outros fatores também têm fundamental importância, tais como 1) as inovações técnicas, que possibilitaram a superação de limitações físicas existentes para o cultivo do grão nos campos do Pampa, e 2) o surgimento de novos atores, capazes de neutralizar os limites histórico-culturais que mantinham a tradição baseada na pecuária de corte extensiva (PIZZATO, 2013). Esses novos atores são oriundos principalmente do norte do Rio Grande do Sul, sobretudo do noroeste, região historicamente produtora de soja, coincidente, inclusive, com a região de origem da maioria das famílias assentadas em Santana do Livramento.

Deste modo, há um significativo processo de adesão à soja nos assentamentos locais. O mesmo motivo que leva a expansão da monocultura às demais propriedades rurais no município parece se reproduzir nos assentamentos: O preço da soja, sobretudo em comparação com o leite, parece ser um grande motivo tendo em vista a boa perspectiva de retorno financeiro. A existência no município de uma empresa, de propriedade de investidores oriundos do noroeste do estado, que fornece os pacotes tecnológicos, absorve a produção e que se localiza próximo a muitos assentamentos, também parece facilitar esse processo. Além disso, o fator cultural representado pelo fato de que grande parte dos assentados é oriunda de uma região onde o cultivo da soja é uma característica marcante, também influencia.

Por fim, cabe destacar uma medida mais recente do governo federal, cujos efeitos deletérios são difíceis de vislumbrar, mas que certamente incidirão sobre a reprodução social nos assentamentos e, especificamente, sobre a bacia leiteira: Trata-se da Medida Provisória 759/2016, convertida na Lei 13.465/2017 que dispõe sobre a regularização fundiária, regrido o processo de emissão de Títulos de Domínio de lotes de reforma agrária às famílias assentadas. Através desse dispositivo o imóvel conquistado através da luta pela terra é transferido ao beneficiário da reforma agrária de forma definitiva, tornando-o proprietário do lote. Trata-se de um direito estabelecido pela Lei 8.629/1993. Em Santana do Livramento, 11 famílias já receberam a titulação. A propriedade definitiva envolve, por exemplo, a possibilidade de venda e arrendamento do lote.

Considerações finais

Apesar de ser um tradicional reduto pecuarista, o município de Santana do Livramento não foi ao longo de sua história um produtor de leite. Os esforços da economia pastoril do município e região estiveram tradicionalmente voltados à produção de carne. A pecuária leiteira, ainda que presente, esteve, em geral, a cargo, sobretudo, de pequenos estabelecimentos que vendiam leite *in natura* diretamente ao consumidor cidadão, em baixo volume.

Nos anos 1990, a partir da territorialização do MST na Campanha Gaúcha com suas ações de pressão pela reforma agrária, foram criados dezenas de assentamentos de famílias camponesas na região, gerando significativas transformações. Hoje, em Santana do Livramento, são 30 assentamentos ligados ao MST, onde vivem mais de 900 famílias, cerca de 3000 pessoas, somando mais de 26 mil hectares de área reformada. Trata-se do maior número e área de assentamentos bem como o maior número de famílias assentadas do Rio Grande do Sul. São dimensões populacionais e territoriais maiores do que as de muitos municípios gaúchos. Sobretudo, trata-se de um acréscimo sem precedentes de unidades familiares de produção, que trazem uma lógica de reprodução social distinta dos tradicionais estabelecimentos agropecuários dominantes no município e região.

Passados os primeiros anos de vida nos assentamentos com as dificuldades que em geral caracterizam o processo de (re)territorialização das famílias na nova terra, a atividade leiteira despontou como “carro-chefe” de grande parte dos produtores, especialmente a partir de meados dos anos 2000. Disso, nasceu a Coperforte, hoje a maior cooperativa de Santana do Livramento, formada por assentados. O advento dos assentamentos e, particularmente, sua orientação produtiva à cadeia do leite, ao somar-se aos produtores mais antigos, alçou o município entre os 20 maiores produtores do Rio Grande do Sul em

2010, 2011 e 2016, segundo o IBGE. A nítida importância tomada pela nova “bacia leiteira” mobilizou atores públicos e privados que se reuniram com o intuito de desenvolver essa potencialidade do território, dando origem, em 2009, ao Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento (APL do Leite), um produto da ascensão da atividade que se pretende também produtor da continuidade do desenvolvimento da “bacia”. As informações disponibilizadas pelo Arranjo dão conta de que há grande potencialidade a ser explorada para a expansão em quantidade e qualidade do leite bem como em industrialização. No entanto, a recém esboçada bacia leiteira local está em crise. Vive retrocessos e amarga incertezas. Como agenda, empreende-se o esforço redobrado para que se mantenham articulados e atuantes os atores que compõem o APL.

Referências

AB’SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999. 178 p.

CAGGIANI, I. **Santana do Livramento: História**. Sant’Ana do Livramento, s/ed, 1952.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990-2007)**. 2009. 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15922/1/t.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

_____. Agroecologia em assentamentos rurais: estratégia de reprodução camponesa na Campanha Gaúcha (RS). **Agrária**, São Paulo, n. 7, p. 94-118, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/131>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant’Ana do Livramento/RS**. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

COSTA, R. H. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 93, n. 2, 1999.

_____. Reforma agrária no governo Cardoso e no governo Lula: desafios da geografia agrária. In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. **Tradição vs tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, 295 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Nota técnica do mapa de biomas do Brasil, 2004.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Santo Ângelo: Santana do Livramento/RS. Porto Alegre, 2006.

MEDEIROS, K. Na Expointer, sede do governo do estado é alvo de protesto de produtores de leite. **Página do MST**. 31/08/2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/08/31/na-expointer-sede-do-governo-do-estado-e-alvo-de-protesto-de-produtores-de-leite.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MEDEIROS, R. M. V. O Rio Grande do Sul e a busca pela Reforma Agrária. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 181–194.

_____. Re-territorialização e identidade: o significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 4., 2007. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2007, p. 1-17. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/30276>>. Acesso em: 3 jul. 2018.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PÉBAYLE, R. A vida rural na Campanha Rio-Grandense. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, n. 207, p. 18-32 nov/dez. 1968. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=719&view=detalhes>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PIZZATO, F. **Pampa gaúcho: causas e consequências do expressivo aumento das áreas de soja**. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/76138>. Acesso em: 15 jul. 2018.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. 4. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2015. 398 p.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 2, p. 29-37, jul/dez, 2000. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22105>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

Sobre os autores

Felipe Leindecker Montebianco – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atua como Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul). **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-4691-3799>

Márcio Pereira Cordeiro - Graduação em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Especialização em Gestão da Administração Pública pela Universidade Castelo Branco (UCB); Mestrando em Administração pela Universidade

Federal do Pampa (UNIPAMPA). Atualmente é administrador na Universidade Federal do Pampa. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-3814-4360>

Como citar este artigo

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS). **Revista NERA**, v. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Felipe Leindecker Montebianco** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela elaboração de gráficos e tabelas; o segundo autor, **Márcio Cordeiro**, pela aquisição de dados, sua interpretação e análise, procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 15 de setembro de 2018.

Devolvido para a revisão em 18 de janeiro de 2019.

Aceito para a publicação em 06 de fevereiro de 2019.

Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa

Nelson Rodrigo Pedon

Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus de Birigui, São Paulo, Brasil.
e-mail: nelson@ifsp.edu.br

Rubens Arantes Corrêa

Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus de Birigui, São Paulo, Brasil.
e-mail: rubens-arantes@ifsp.edu.br

Resumo

O presente ensaio busca refletir, de forma crítica, sobre a atualidade dos conflitos que incidem sobre a educação nacional. Parte considerável desses conflitos está relacionada ao fato de que determinadas ideologias conservadoras avançam de forma sistemática sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil. Consideradas em conjunto, essas ideologias conservadoras se caracterizam por defender uma oposição às mudanças que resultam tanto do desenvolvimento de teorias e práticas advindas do campo acadêmico quanto das lutas sociais incorporadas à realidade do ensino básico e superior, fazendo da escola e da educação um importante lócus do embate de classes estruturante de nossa sociedade.

Palavras-chave: Educação; território; currículo escolar; professor.

School and curriculum: an essay about disputed territories

Abstract

This essay seeks to make a critical reflection on the actuality of conflicts that affect national education. A considerable part of these conflicts is related to the fact that certain conservative ideologies advance systematically on the educational policies developed in Brazil. Taken together, these conservative ideologies are characterized by defending an opposition to the changes that derive both from the development of theories and practices derived from the academic field and from the social struggles incorporated into the reality of basic and higher education, making the school and of education, an important locus of the structuring class struggle of our society.

Keywords: Education; territory; school curriculum; teacher.

Escuela y currículo: un ensayo sobre territorios en disputa

Resumen

El presente ensayo busca realizar una reflexión crítica sobre la actualidad de los conflictos que inciden en la educación nacional. Parte considerable de esos conflictos está relacionada al hecho de que ciertas ideologías conservadoras avanzan de forma sistemática sobre las políticas educativas desarrolladas en Brasil. Consideradas en conjunto, esas ideologías conservadoras se caracterizan por defender una oposición a los cambios que se derivan tanto del desarrollo de teorías y prácticas derivadas del campo académico y de las luchas sociales incorporadas a la realidad de la enseñanza básica y superior, haciendo de la escuela y de la educación un importante el locus del embate de clases estructurante de nuestra sociedad.

Palabras-clave: Educación; territorio; currículum escolar; maestro.

Introdução

Neste texto, apresentado na forma de ensaio, é realizada uma reflexão crítica acerca do avanço empreendido atualmente por determinadas ideologias conservadoras sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil. Consideradas em conjunto, essas ideologias conservadoras se caracterizam por defenderem uma oposição às mudanças que são resultados tanto do desenvolvimento de teorias e práticas advindas do campo acadêmico quanto das lutas sociais incorporadas à realidade do ensino básico e superior, principalmente, aquelas relacionadas às reivindicações realizadas a partir da mobilização de grupos e classes sociais historicamente oprimidos mobilizados na forma de movimentos sociais.

De forma genérica, dentre os princípios que fundamentam essas ideologias conservadoras, destacam-se: a) a visão negativa sobre as mudanças defendidas pelos setores sociais minoritários e, em muitos casos, marginalizados; b) uma visão pessimista da natureza humana; c) e uma rígida aspiração por determinado tipo de alinhamento moral que oriente as atitudes, os hábitos e as crenças dos indivíduos, tudo isso numa perspectiva “naturalizante” das relações humanas. Parte dessas ideologias conservadoras até cedem espaço para a implementação de mudanças, todavia, estas devem ser graduais e devem ser pautadas numa perspectiva pragmática, uma espécie de pragmatismo vulgar.

Numa concepção conservadora, a educação formal ofertada pelas escolas de ensino básico deve ser socialmente e politicamente neutra, essa pretensa neutralidade também se estende ao ensino superior. Já numa concepção crítica, a escola tem por finalidade instituir os valores, hábitos e costumes de uma determinada classe ou grupo social como se fossem naturais e universais. Princípios e valores como o tecnicismo, a competitividade de mercado e a dependência e submissão à ordem estabelecida são concebidos de forma descontextualizados, já que associá-los à determinantes sociais e políticos hegemônicos daria margem às especulações ou contestações perigosas para esse quadro social estabelecido, assim como suas relações hegemônicas.

Alguns autores se esforçam em mostrar que a escola possui esse papel conservador, Bourdieu (1998) é um desses; ele adverte que a escola é uma instituição que exerce um papel de sumária importância na manutenção das desigualdades sociais e culturais devido aos mecanismos de seleção social e cultural contidos em seu interior, esse processo frustra o êxito dos alunos pertencentes às classes subalternas e mais pobres, enquanto consagra os esforços daqueles pertencentes às classes dominantes.

O conjunto de reflexões realizadas nas últimas décadas acerca do currículo escolar e de sua natureza exemplifica como os mecanismos de ajuste das classes e grupos dominantes avançaram sobre a escola.

Numa visão meramente técnica, o currículo escolar pode ser definido como um elemento organizador que faz parte da educação formal, ele organiza os conteúdos e atividades previstas no processo de ensino-aprendizagem formal. No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) norteiam, de flexível, a forma de organização das disciplinas e de seus conteúdos, e os denomina de componentes curriculares. A falta de rigidez dessa proposta se justifica no fato de que a extensa dimensão territorial brasileira e a diversidade cultural, política e social do país impossibilitam a adoção de um conjunto referencial único.

Os PCNs vão além da visão meramente técnica ao adotar um conjunto de temas que problematizam os aspectos da vida social e da cultura, os denominados “Temas Transversais”. Os PCNs voltados à segunda fase do Ensino Fundamental propõem uma educação comprometida com a cidadania, elegendo, referenciados no texto constitucional, os seguintes princípios: “Dignidade da pessoa humana” que implica no respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação de qualquer tipo, acesso a condições de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas; a “Igualdade de Direitos” que se refere à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto, há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas, etc.) e desigualdades (socioeconômicas) que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada. A “Participação” é adotada como um princípio democrático que envolve a noção de cidadania ativa, isto é, da complementaridade entre a representação política tradicional e a participação popular no espaço público, compreendendo que não se trata de uma sociedade homogênea e sim marcada por diferenças de classe, étnicas, religiosas, etc., e, por último, o princípio da “Corresponsabilidade” pela vida social que implica em partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva. É, nesse sentido, responsabilidade de todos a construção e a ampliação da democracia no Brasil (Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997, pp. 20-21.)

Destacar os princípios que norteiam uma proposta curricular serve à compreensão do currículo em suas múltiplas dimensões, é importante considerar que ele possui uma história social, assim como uma epistemologia social, só assim se entende como o conhecimento escolar se institui. Isso significa que se deve observar os determinantes sociais e políticos do conhecimento educacional que são organizados e adotados nos

diferentes contextos, a fim de descobrir quais conteúdos, valores e habilidades são considerados verdadeiros e legítimos num determinado momento, da mesma forma, determinar de que maneira essa legitimidade foi estabelecida.

O exame pelo qual o currículo passou nos últimos anos, em seu conjunto, deu fôlego àqueles enfoques críticos aos arranjos sociais e educacionais hegemônicos, apontando sua responsabilidade na reprodução das desigualdades e injustiças de nosso quadro social e cultural. Assim foi desconstruído o entendimento de que ele era um mero conjunto de conteúdos a ser trabalhado no interior das salas de aula. A continuidade da sociedade capitalista depende da reprodução de seus artifícios econômicos e ideológicos, essa reprodução é sustentada por mecanismos e instituições investidas de garantir o *status quo* sem contestação.

A partir do exposto, concebe-se a escola como um território porque constitui um espaço intencional que permite a seus membros, alunos, professores e dirigentes, se constituírem tanto individual como coletivamente, dando um contorno identitário, agenciado, em última instância, pelas contradições sociais e seus reflexos nas políticas educacionais. Não há dúvidas de que o professor é um protagonista importante nesse processo, já que tem a função de mediar a conscientização social, baseando-se no exercício da razão como forma de emancipação e na democracia, que exige certa preparação do aluno para intervir no mundo. Este é o motivo pelo qual o papel dos professores está presente nos debates sobre a educação no Brasil.

Considerado a importância do professor no processo educacional, fica mais claro ainda que a escola é um território em disputa. Ter poder para definir o papel do professor no processo educacional que ocorre na educação formal é, sobretudo, poder criar fronteiras e distâncias, igualmente, definir o sujeito professor e projetar o futuro. Tem-se, dessa forma, uma relação complexa e problemática, a saber; a educação e o território constituem uma construção simbólica, coletiva e contraditória, já que evocam processos de socialização de valores e princípios, ao mesmo tempo que sustenta um projeto de futuro.

A escola é responsável pela implementação do currículo oficial e pela ação protagonizada pelos professores, é um espaço importante a partir do qual as relações de poder e as relações de produção têm concretude, por isso, esse espaço se torna um território. As relações exercidas sobre o espaço-território nos dias atuais são de uma complexidade muito grande e, devido ao modo de produção capitalista ter dinamizado o território a partir de novas necessidades de circulação de pessoas, informações/comunicações e mercadorias, as transformações no cotidiano das pessoas também se complexou.

O território tem uma dimensão política intrínseca, na verdade, tem a dimensão de poder no centro de sua constituição. A escola é, aprioristicamente, nesses termos, uma

relação política. É uma relação entre grupos sociais mediada pelos interesses, ideologias e valores territorializados, ela prepara as gerações vindouras para a vida social e para o desempenho profissional, além de conformar diferentes visões de mundo, assim, o embate entre interesses de diferentes grupos e classes sociais têm esses componentes como alvo de disputa.

Os agentes do capital, representantes máximos do *status quo*, têm uma grande necessidade de garantir os meios de sua reprodução, um dos caminhos é projetar para dentro das novas gerações da classe trabalhadora sua concepção de mundo. Com o passar do tempo, essas gerações serão conduzidas à um processo de formação ideológica, cultural e política que acomodará em muitos sentidos sua forma de ver e atuar sobre o mundo à visão dos grupos e classes hegemônicas. Em tese, quanto mais cedo essas gerações de alunos forem educadas no projeto da classe dominante menor será a resistência à sua hegemonia, conformando-as a assumir sua posição periférica na sociedade.

Estudo municípios canavieiros 2010

Em 2010, um consórcio formado por diversas empresas envolvidas com o cultivo da cana, tais como: Itaú, Monsanto, Basf, Dedine, Amyris e Syngenta, entre outras, numa parceria público-privada com instituições governamentais e sindicatos, criou o Projeto Agora, uma de suas ações foi buscar implementar na rede pública de ensino de alguns estados do centro-sul brasileiro a iniciativa intitulada “Estudo Municípios Canavieiros 2010” (<http://www.projetoagora.com.br/municipios-canavieiros>). É importante lembrar que a região centro-sul concentra praticamente 90% de toda produção canavieira nacional.

O projeto foi dirigido aos educandos dos 8º e 9º anos da rede pública, níveis que concentram alunos com idade entre 12 a 15 anos. Foi distribuído aos coordenadores e professores um kit impresso formado por um caderno do professor, alguns fascículos e um DVD multimídia. Segundo seus autores, o material foi elaborado para contribuir com as aulas, oferecendo conteúdo e dinâmica de ensino exclusivos sobre a cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Na página 3 do caderno do professor, os idealizadores do material expõem que:

[...] a cana-de-açúcar não é só uma planta já incorporada à nossa cultura, mas, também, um importante agente econômico capaz de gerar riquezas e abrir fronteiras para o futuro. Contar sua história, explicar seus desdobramentos econômicos e refletir sobre suas qualidades é tarefa das mais importantes, porque aproximamos os alunos de uma das maiores riquezas do país, abrindo horizontes e perspectivas. Sobre os objetivos do projeto, aponta: Foi o que tentamos fazer: gerar um conhecimento que possa

ser multiplicado pelo educador e consolidado em sala de aula. E esse mérito será de todos nós (Projeto Agora/Estudo Municípios Canavieiros, 2010, p. 03).

O material apresenta um histórico do desenvolvimento da monocultura e do latifúndio no Brasil, sem tocar nos problemas da falta de diversidade produtiva típica de países cuja econômica primária se funda em monoculturas. Exibe uma história reduzida e descontextualizada do avanço da monocultura empresarial, ignorando os séculos de lutas camponesas ocorridas nos territórios, bem como as disputas vividas pelos diversos sujeitos sociais relacionados ao campo brasileiro. A terra é associada à riqueza e ao progresso, questões como o tamanho da propriedade, o uso da terra e utilização dos recursos e sua relação com o trabalho são ignorados.

O morador dos municípios canavieiros é retratado como um privilegiado, o jovem é representado como um possível empreendedor que deve estar atento às vantagens competitivas ofertadas pelo grande capital, sem tocar na importante particularidade histórica do trabalho escravo e da superexploração do trabalhador rural de nosso país.

O kit educativo é uma cartilha de propaganda da indústria canvieira, mesmo numa leitura rápida, fica claro a manobra de se negligenciar fatos e partes importantes da história nacional, a exemplo da importância do trabalho escravo para o desenvolvimento da monocultura de cana e a formação dos latifúndios, presente na formação de uma sociedade extremamente desigual. Esses processos estiveram presentes na raiz a expropriação e exploração da classe trabalhadora e da concentração do capital no território nacional.

Como uma cartilha de propaganda da empresa canvieira, é apresentado um conjunto de dados sobre a posição do Brasil no ranking mundial da produção de cana. O país aparece como o primeiro produtor de cana do mundo com 645 milhões de toneladas produzidas em 2008.

O que está ausente no material é mais significativo do que o que está presente. A estratégia é mostrar uma pequena parte da realidade e ignorar questões fundamentais da formação de nosso país, por exemplo: quem são os donos da terra no país? E as sementes, de quem são? Os meandros da comercialização da cana também é uma questão ignorada. O material aborda o crescimento do uso das máquinas, a exemplo das colheitadeiras, e seu impacto na produtividade, mas não trata da real condição vivida dos migrantes da cana nem do desemprego estrutural fruto da mecanização.

Por fim, a produção canvieira é retratada como a principal impulsionadora do desenvolvimento regional, na qual toda a produção material da vida, seja política e cultural, aparece articulada aos anseios dos empresários da cana.

O programa escola sem partido

Tendo sua origem em 2004, o movimento político Escola Sem Partido (ESP) constitui uma iniciativa bastante personalizada na figura de seu fundador, o advogado Miguel Nagib, e, em sua agenda, prefigura o objetivo de denunciar ou dar publicidade ao caráter doutrinário e ideológico da educação básica brasileira, manifestado, sobretudo, na ação dos professores e nas orientações curriculares propaladas pelo Ministério da Educação, que, na concepção dos adeptos ao movimento, sofre um aparelhamento com os ideais de um governo que, na época, tinha uma considerável aproximação com a agenda política do que, em nosso país, convencionou-se denominar por esquerda.

Atualmente, o movimento ESP constitui uma mobilização conjunta de diversos setores sociais, políticos e religiosos que buscam reivindicar uma série de mudanças no sistema legal que organiza a educação nacional. Seu principal propósito é pautar a liberdade de cátedra do docente numa agenda pretensamente livre de ideologia, assim, busca-se regulamentar a já regulamentada prática docente nas escolas brasileiras. Ao expor seus objetivos, o movimento afirma lutar pela “descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”, pelo “respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes” e pelo “respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos uma educação moral que esteja de acordo com suas convicções” (<http://www.escolasempartido.org/objetivos>).

O movimento ESP compreende uma articulação ampla, composta por grupos que se autodenominam defensores da família, partidos políticos, alguns deles com forte relação com setores empresariais e igrejas. É importante lembrar que grande parte desses grupos religiosos possuem representantes eleitos nas câmaras legislativas Brasil afora. Numa perspectiva geral, esses grupos têm em comum a convicção ideológica de que é necessário, no âmbito escolar, delimitar rigidamente a liberdade do professor no transcurso do processo de ensino aprendizagem e reorientar a escola. Pregam uma escola voltada exclusivamente para a dimensão técnica da educação.

Críticas à professores são constantes, e isso pode ser verificado no site do movimento, sobretudo nos depoimentos de alguns adeptos, outro alvo das críticas é a produção bibliográfica do educador Paulo Freire (produção que recebe a denominação de Pedagogia do Oprimido). Também prefigura como outro alvo de julgamentos as teses ligadas à Teologia da Libertação, notadamente aquelas vinculadas ao pensamento de Frei Betto. Para o ESP, essas teses e teorias são herdeiras do Marxismo. Dessa forma, o Marxismo é concebido como a matriz de toda doutrinação presente na educação básica brasileira, o criador do movimento chama de “contaminação político-ideológica” e os professores são chamados de “doutrinadores ideológicos”.

A partir de 2013, o movimento ESP passou a contar com o apoio de setores sociais organizados, representados por partidos políticos e por organizações como o Movimento Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL), que têm em suas agendas a defesa da economia de livre mercado e o confronto com grupos ideológicos com viés transformador, como os movimentos sociais camponeses, o feminismo e aqueles que defendem os direitos humanos.

A principal estratégia do movimento ESP é disseminar um discurso de neutralidade. Assim, a escola deve ser *locus* de uma visão tecnicista da educação e o currículo deve recusar qualquer abordagem ou temática crítica da realidade. Segundo Frigotto (2017), esse movimento lança mão de uma linguagem fundamentada no senso comum, se amparando em dicotomias simplistas como “escola x família” e “professor x aluno”, além de tratar temas bastante complexos de forma superficial, a exemplo das questões de gênero tematizadas no currículo escolar.

Considerando este último ponto, o movimento ESP vem se apresentando com grande relevância nos municípios, unindo representantes políticos de partidos com viés conservador à lideranças religiosas locais que buscam firmar seu espaço no contexto da política local. Nesse processo, em 2014, o Deputado Estadual do Rio de Janeiro Flávio Bolsonaro solicitou ao criador do movimento, o Sr. Miguel Nagib, que desenvolvesse um projeto de lei que se assentasse nos princípios do movimento, transformando-os em projetos de lei. Foi elaborado, assim, o Projeto de Lei (PL) nº 2.974/2014, apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) com o objetivo de implementar no âmbito do sistema de ensino estadual o Programa Escola Sem Partido (PESP). Um projeto com o mesmo propósito foi apresentado na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro pelo vereador Carlos Bolsonaro. A partir desse momento, o líder do movimento ESP disponibilizou em seu site o anteprojeto do programa para que deputados e vereadores de qualquer parte do Brasil pudessem apresentá-lo às suas câmaras.

Atualmente, o Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional (PL 7180/14 e outros) que propunha a criação do Escola Sem Partido em âmbito federal foi arquivado pela comissão especial que tratava do projeto. Caberá aos deputados que tomam posse neste ano de 2019 retomar o tema e discuti-lo num novo colegiado, com novos presidente e relator. A título de hipótese, a retirada do projeto de debate não reflete, necessariamente, um refluxo dos interesses de seus proponentes, mas sim um adiamento com o objetivo de realizar o debate num ambiente mais favorável, uma vez que o novo executivo de todo o aparato que o acompanha são simpáticos ao projeto do ESP, neste aparato, inclui-se um grande número de congressistas recém-eleitos.

A busca por um ambiente institucional mais favorável para inserir a discussão do ESP, da parte de seus defensores, se justifica inclusive, à medida que o Supremo Tribunal

Federal (STF) já vinha assinalado uma postura contrária à implementação do projeto. O STF já decidiu pela inconstitucionalidade da Lei 7.800/2016, do estado de Alagoas, que baseava no projeto Escola sem Partido. Nessa ocasião, o STF considerou que o PL limita direitos e valores protegidos constitucionalmente sem necessariamente promover outros direitos de igual hierarquia.

Todavia, esses PLs estão tramitando na maioria dos estados brasileiros e em dezenas municípios. No âmbito municipal, segmentos religiosos, sobretudo os denominados “setores evangélicos”, agem como importantes grupos de pressão junto às casas legislativas. O principal objetivo desses grupos agremiados à vereadores é inviabilizar e mesmo criminalizar todas as iniciativas educacionais propostas que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual, na sociedade e na escola, o combate ao preconceito, ao sexismo e à homofobia. Uma prática comum adotada pelos proponentes dos PLs é o *denuncismo* e *alarmismo* em relação aos livros didáticos que tratam da temática.

Algebaile (2017), aponta que os procedimentos de “vigilância, controle e criminalização estão na base dos modelos de anteprojetos de leis federais, estaduais e municipais, fornecidos no site do ESP. Nesses modelos, são estabelecidos mecanismos de monitoramento de atividades escolares e de materiais educativos, sobretudo das atividades docentes e dos materiais que não estejam em conformidade com as convicções do aluno e de seus pais ou responsáveis, no que tange aos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Considera-se que, no que diz respeito a esses aspectos, os valores de ordem familiar teriam precedência, não só sobre a educação escolar, mas poderiam, de acordo com o interesse da família, substituir todo o avanço científico disponibilizado ao conhecimento escolar, expresso pelas teorias e conceitos defendidos e aceitos pela comunidade científica nessas temáticas.

No site do movimento ESP há um conjunto de orientações para que alunos e familiares formalizem denúncias de “professores doutrinadores”. Os PLs que visam implementar o programa ESP nos municípios também apontam essas denúncias como instrumento de controle da atividade docente assim como propõem instalar em cada sala de aula um panfleto apontando o que os professores não podem fazer em sala de aula (segundo as orientações contidas no anteprojeto dos PLs, na etapa infantil, o panfleto deve ser colado na sala dos professores).

Os proponentes desses PLs, e seus adeptos, esperam efetivamente criminalizar e punir os professores com este mecanismo de controle. Estão, sem dúvida, visando o controle prévio do ambiente escolar, da atividade docente e do debate daqueles temas que consideram ideológicos. Críticos desse movimento apelidaram os PLs de Lei da Mordaça.

Esse avanço ofensivo sobre a educação e a escola promovida pelo movimento ESP provocou uma reação contrária que vem se organizando. Esta reação vem ocorrendo

sobretudo nos municípios, com a mobilização de professores e suas entidades, políticos e grupos organizados. Em 2015 alunos e professores dos cursos de História e de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) iniciaram uma mobilização com o objetivo de reunir, organizar e divulgar notícias relativas às ações do movimento ESP, pouco depois foi formado o movimento “Professores Contra o Escola Sem Partido”, este último talvez seja o mais ativo em âmbito nacional. Para esses movimentos, ter um ambiente livre de controle ideológico e de perseguições é basilar para formação científica e crítica dos alunos e, sobretudo, estimula a construção da consciência cidadã, do respeito à diversidade, da pluralidade de valores, ideias e comportamentos, enfim, daqueles princípios tão propalados pelos movimentos democráticos.

Atualmente, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) estabelece que o ensino deve ser ministrado com respeito à liberdade e apreço à tolerância. A Constituição Federal (1988), por sua vez, antevê a defesa ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” nas escolas. Desse modo, o movimento ESP insurge como uma articulação entre setores sociais e políticos que têm em comum uma face autoritária e monódica, não reconhece como importante a manutenção de valores e ideias múltiplas, o diverso é o inimigo a ser extirpado. Ao negar a liberdade de expressão ao outro, nega sua própria afirmação identitária, pessoal ou coletiva. Recusa, assim, toda subjetividade ligada a uma coletividade cultural diferente, da mesma forma, impõe rígidos limites à liberdade daqueles indivíduos e grupos que, agindo como atores políticos, cotidianamente, buscam por reconhecimento e respeito.

Se aprovado pelas câmaras municipais, os PLs propostos com base nos princípios do movimento ESP reorganizam todo o conjunto de regras que pautam a organização educacional e prática docente do país. A começar pelas proibições de se trabalhar diversos temas presentes no currículo escolar, demandando uma reavaliação dos componentes curriculares, inclusive, das diretrizes nacionais. Vale ressaltar que uma lei municipal não pode contradizer leis federais, de forma que a aprovação desses projetos pelas câmaras de vereadores resulta em inconstitucionalidade.

Ao imputar ao professor a condição de profissional que não possui liberdade de expressão, haverá de se refazer a Constituição Federal, esta mesma necessidade se faz presente na ocasião em que o movimento ESP afasta da escola seu papel educacional, atribuindo esse papel somente à família. Sobre esse último aspecto, é importante advertir que a Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 205, afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Por fim, o ESP também se esforça para retirar da escola sua função na formação da consciência cidadã, já que assuntos de atualidade e de carregada dimensão política não devem ser tratados em sala de aula. Ora, como foi apontado, a Constituição Federal do Brasil afirma que a educação deve, entre outros atributos, se responsabilizar pelo pleno desenvolvimento da pessoa, inclusive, seu preparo para o exercício da cidadania. Isto posto, não fica difícil vislumbrar o marcante aspecto inconstitucional dos PLs do programa ESP, já que inverte a ordem constitucional vigente por inúmeras razões; confunde a educação escolar com aquela fornecida pelos pais e, com isso, os espaços público e privado, impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do Estado – todos esses direitos previstos na Constituição de 88.

Considerações finais

Historicamente, a educação formal e a escola refletem, contraditoriamente, a função de condicionante e ao mesmo tempo de estrutura condicionada das ideologias tanto emancipadoras quanto conservadoras das dinâmicas sociais. A força pela qual essas ideologias se impõem está associada aos contextos aos quais estão inseridas as classes e grupos sociais que as sustentam. Esses contextos podem ser favoráveis à essa imposição quando aqueles que se beneficiam do quadro social estabelecido conseguem mobilizar a sociedade a favor de seus interesses. Os mecanismos para alcançar esse objetivo são múltiplos, mas é inegável o importante papel que a educação formal historicamente desempenhou nesse processo.

As iniciativas analisadas neste texto são exemplos de como a escola constitui um território de avanço e de importância estratégica para as classes e grupos dominantes que não hesitam em se apoiar na dissimulação e na coerção para defender seus interesses e reproduzir sua visão de mundo. Essas estratégias se manifestam tanto na criminalização do trabalho docente e na defesa da bandeira da neutralidade da instrução (supostamente a vertente exclusivamente técnica da formação), como na proposta do ESP, como no incremento de um conteúdo alienante e conservador ao currículo, como no caso do “Estudo do Municípios Canavieiros 2010”.

Referências

ALGEBAILLE, E. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, G. (org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, pp. 63- 75.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) **Escritos de educação: Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 1998. Cap. 2, p. 39-64

CORRÊA, R. A. **Elites políticas e repertório de contestação: intelectuais de São Paulo no contexto da crise do Império**. Territórios e Fronteiras (UFMT. Online), Cuiabá, v. 10, p. 146-160, 2017.

_____.; SERRAZES, K. E. **Políticas de Educação Básica**. Batatais: Claretiano, 2013. v. 1. 186p .

GOODSON, I. F. Currículo: **Teoria e História**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, pp. 17-35.

SACRISTÀN, A. J. **Educação, sujeito, história**. São Paulo: Olho D’Água, 2002.

SILVA, T. T. . Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. B. **Territórios contestados**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA, E. A. S.; PEDON, N.R. Território e Identidade. **Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Mato Grosso do Sul, Associação dos Geógrafos Brasileiros. v. 1, n. 6, p. 126-148, nov. 2007.

Sobre os autores

Nelson Rodrigo Pedon – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente – SP; Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente – SP; Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente - SP. Atualmente é docente EBTT do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) Campus de Birigui.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1902-4267>

Rubens Arantes Corrêa – Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP campus Franca; Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São

Carlos – UFSCar; Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP campus Franca. Atualmente é docente EBTT do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) Campus de Birigui. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0095-7534>

Como citar este artigo

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa. **Revista NERA**, vol.22 , n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Nelson Rodrigo Pedon** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela elaboração de gráficos e tabelas; o segundo autor, **Rubens Arantes Corrêa**, pela aquisição de dados, sua interpretação e análise, procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em: 26 de agosto de 2018

Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019

Aceito para a publicação em: 05 de março de 2019

Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade

Flamarion Dutra Alves

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil
e-mail: dutrasm@yahoo.com.br

Resumo

O processo de territorialização dos assentamentos rurais é uma discussão pertinente no estudo da questão agrária brasileira, ao tratar dos sujeitos como atores fundamentais na construção das identidades e representações do movimento socioterritorial. Nesse sentido, o artigo tem por objetivo, discutir a questão do território, identidade e cultura no assentamentos rurais, bem como apresentar o quadro geral da reforma agrária no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI, e por fim fazer apontamentos dos trabalhos realizados por geógrafos sobre assentamentos rurais no Rio Grande do Sul entre 2000 – 2015.

Palavras- chave: Questão agrária; geografia agrária; movimentos socioterritoriais.

Territorialization of rural settlements: from the conquest of land to the construction of an identity

Abstract

The process of territorialization of rural settlements is a pertinent discussion in the study of the Brazilian agrarian question, treating subjects as fundamental actors in the construction of identities and representations of the socio-territorial movement. In this sense, the article aims to discuss the issue of territory, identity and culture in rural settlements, as well as present the general framework of agrarian reform in Brazil in the first two decades of the 21st century, and finally make notes on the work done by geographers on rural settlements in Rio Grande do Sul between 2000 and 2015.

Keywords: Agrarian question; rural geography; socio-territorial movements.

Territorialización de los asentamientos rurales: de la conquista de la tierra a la construcción de una identidad

Resumen

El proceso de territorialización de los asentamientos rurales es una discusión pertinente al estudio de la sociedad brasileña, a saber, los dos sujetos a los fundamentos de la creación de identidades y representaciones del movimiento socioterritorial. En este sentido, el artículo tiene por objetivo, discutir la cuestión del territorio, identidad y cultura en los asentamientos rurales, así como presentar el cuadro general de la reforma agraria en Brasil en las dos primeras décadas del siglo XXI, y por fin hacer apuntes de los trabajos realizados por geógrafos sobre asentamientos rurales en Rio Grande do Sul entre 2000 – 2015.

Palabras clave: Cuestión agraria; geografía agraria; movimientos socioterritorial.

Introdução

O conceito de território tem sido muito utilizado pelos geógrafos ao tratarem das questões de apropriação e conquistas de espaços para uso coletivo e de caráter de resistência ao sistema hegemônico. Esse território pode ser demarcado em fronteiras bem delimitadas fisicamente, o que lhe confere sua materialidade na sociedade, ou ainda, balizado pelas suas tessituras simbólicas e identitárias que compõem suas conjunturas imateriais e que dão legitimidade e pertencimento aos sujeitos envolvidos no processo de territorialização.

Estudar movimentos socioterritoriais¹ requer entender as origens dos sujeitos que fazem parte dele, pois a compreensão dos laços e trajetórias na luta pela terra exprimem sua ligação com o território conquistado. Além disso, os impactos dos assentamentos rurais reflete em várias dimensões da sociedade, seja pelo viés econômico em uma escala local-regional, seja na reestruturação jurídica da terra, seja no âmbito político da sociedade local ou ainda no mundo vivido dos sujeitos assentados que ocupam um novo espaço de vivência.

Nesse texto, discutiremos como o processo de territorialização dos assentados promove uma transformação no espaço sob várias perspectivas, sobretudo a identitária e cultural. Apresentaremos algumas considerações sobre a dinâmica da reforma agrária no Brasil e no Rio Grande do Sul nestas duas primeiras décadas do século XXI, e por fim, será ilustrado a produção de geógrafos sobre a territorialização dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.

Quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa, foram analisadas obras acerca da questão agrária e assentamentos rurais no Brasil, bem como análise de dados secundários publicados pelo INCRA, quanto a discussão teórica sobre território pautou-se em autores da ciência geográfica, e por fim, na análise da produção de dissertações e teses foram pesquisadas informações constantes na Plataforma Sucupira e Banco de Teses da CAPES.

Cultura, identidade e território: o processo de territorialização

Entender o processo de territorialização é delimitar as ações dos indivíduos na busca pela conquista do espaço e transformá-lo deixando suas expressões e marcas, seja material ou imaterialmente.

Na luta pela terra, o espaço de luta e resistência é construído quando o movimento traz a público a sua situação ao ocupar uma propriedade - um latifúndio. Conquistar a terra,

¹ FERNANDES (2005)

uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e de demonstração da sua forma de organização (FERNANDES, 1999).

Para Raffestin (1993, p.59-60) “o território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo da ação dos trunfos”. Nesse sentido, o movimento de luta pela terra conquista esse trunfo, ou seja, essa fração do território possibilitando uma territorialização na espacialização da luta pela terra.

Conceituando o território se observam que sua construção ou apropriação se dá por meio do trabalho humano onde cada território é particular apresentando múltiplas configurações e determinações através de aspectos econômicos, culturais, sociais, simbólicos etc. O território é demarcado pelo processo histórico de pessoas, grupos de pessoas ou uma coletividade no qual exercem um poder sobre essa área. Segundo Raffestin (1993, p. 143) à medida em que o:

Espaço e território não são termos equivalentes (...) É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

O espaço está em constante disputa e conflitos por grupos e classes sociais que requerem seus direitos e necessidades. Castro (2009) discorre sobre esses embates na sociedade e de suas complexidades no campo e na cidade:

[...] é possível então afirmar que as questões e os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um. (CASTRO, 2009, p.41).

Essa territorialização é expressa pelos movimentos cotidianos dos sujeitos que ocupam e se apropriam do espaço e ali manifestam suas formas e processos. Para Raffestin (1993) esse fenômeno é identificado como territorialidade:

A territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Deste modo o território ganha uma identidade, que é particular, mas ao mesmo tempo está associada a um contexto complexo que une movimentos semelhantes em escalas distintas, ou seja, o espaço conquistado (território) de base física é único, mas suas ações e processos podem ser reproduzidos em diferentes escalas, compondo a identidade simbólica da ação, como o ocorre com o MST, por exemplo.

A produção do espaço resulta no território como afirma Raffestin:

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria prima. Preexistente a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não o é espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993,p.144).

A territorialização é parte superior da espacialização, é um indicativo da continuação da luta pela terra (da espacialização). O assentamento é o lugar onde as transformações ocorrem e a materialidade do território se desenvolve.

O assentamento pode ser o espaço de criação e recriação de um território de novas e antigas relações sociais. É a territorialização do movimento de luta pela terra, é o lugar da realização da vida, da construção de uma identidade, ou seja, o lugar em que os assentados manifestam seus desejos e anseios em um novo espaço, em novas possibilidades de continuar sendo respeitado e existindo. Pode ser o lugar da mudança ou recriação de sua cultura, sua autonomia, sua capacidade de acender a partir de suas próprias potencialidades.

Dessa forma, a luta pela terra não tem somente o sentido de conquista, mas uma luta por sobrevivência, para produzir e comercializar, para reivindicar direitos e políticas agrárias voltadas aos trabalhadores do campo. Essa luta começou a se concretizar com as ocupações e hoje com os assentamentos, em busca de uma sonhada reforma agrária.

Para Souza (2003, p.78) o território é fundamentalmente "um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder". Ainda para esse autor o território existe e é construído e desconstruídos em diferentes escalas (tamanho) e tempo, podendo durar séculos, décadas, anos, meses ou dias e também ter um caráter permanente, cíclico ou periódico, além de que todo território pressupõe um espaço social, mas nem todo espaço social é um território.

Na Geografia Política, o surgimento do território se dá através da apropriação e ocupação do espaço por um grupo social, bem como afirmou Souza (2003) a respeito desse assunto:

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido em que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio, "paisagem"). E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis (...) mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade *sócio-espacial*, identidade na verdade não apenas com o espaço físico,

concreto, mas com o território e, por tabela, como o poder controlador desse território (SOUZA, 2003, p.84).

A respeito das relações culturais e políticas da sociedade Souza (2003, p.86) discute essa relação no território que “será um *campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um *limite*, uma *alteridade*: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros (...)) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos)”. Ainda para Souza, o território deve ser controlado para que haja uma justiça social:

O controle do território deve ser elevado a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento sócio-espacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social e não se limitam a clamar por crescimento econômico e modernização tecnológica (SOUZA, 2003, 100-1).

Na obra de Souza (2003) fica claro que o território contém dois elementos chave: o primeiro é o espaço, a área onde o ator, o indivíduo a conquista e organiza suas transformações, e o segundo elemento é o poder, no qual através dessa capacidade de se apropriar se territorializa no espaço.

Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente o ator ‘territorializa’ o espaço, através do trabalho, assim conforme Raffestin (1993, p.144) “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

Para Raffestin (1993, p.143) o território é uma fração conquistada do espaço, desse modo para ele:

O espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator (que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (pela representação, por exemplo) o ator ‘territorializa’ o espaço.

Este território é composto por uma identidade, que o diferencia de outro, pois tem um sentido histórico, temporal e de apropriação distinto. E nesse sentido Santos (2002) afirma que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2002, p. 10).

Portanto, a territorialização é inseparável dos atributos materiais e imateriais dos sujeitos que ocupam o espaço. O assentamento rural e os trabalhadores que dão sentido ao território, carregam suas vivências e compõem a identidade do lugar. Na realidade a apropriação territorial, de base física é necessária e fundamental para a existência dos assentados, mas a apropriação simbólica é necessária para a permanência e a reprodução socioterritorial.

Assentamentos rurais: conquista territorial e situação atual

O termo assentamento rural para Bergamasco et.al. (1997, p.11), no contexto da reforma agrária brasileira, diz respeito a um espaço preciso em que a população será instalada, por um longo período. “É uma transformação num referido espaço físico, contendo assim, o aspecto de um território realmente habitado e trabalhado por um grupo cujo objetivo é a exploração deste espaço”.

No Brasil a definição de assentamento rural “esteve atrelada a uma atuação estatal direcionada ao controle e à delimitação do novo ‘espaço’ criado, e, por outro lado, às características dos processos de luta e conquista de terra, encaminhados pelos trabalhadores rurais” (LEITE, 2005, p.43). Para esse autor a definição do Estado está relacionada como uma colonização dirigida e regularização fundiária e para os agricultores a definição está mais fortemente ligada a uma reforma agrária.

Seguindo uma definição sobre assentamento rural, Zimmermann (1994, p.205) destaca que “O assentamento é estudado enquanto um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em bases novas”. Assim, o processo de territorialização da luta pela terra promove uma homogeneidade dos indivíduos em uma meta comum, a reforma agrária. E isto, é um fator que marca a identidade simbólica do movimento social.

Sobre esse assunto Bergamasco et.al. (1997) afirma:

O debate entre pesquisadores com formações diferentes exige também que os assentamentos sejam apreendidos em tempos e espaços diferenciados. Parte-se de concepções capazes de retratar a complexidade, diversidade e multidimensionalidade, a fim de ser captada a pluralidade das questões que envolvem um estudo sobre assentamentos (BERGAMASCO et. al., 1997, p.19).

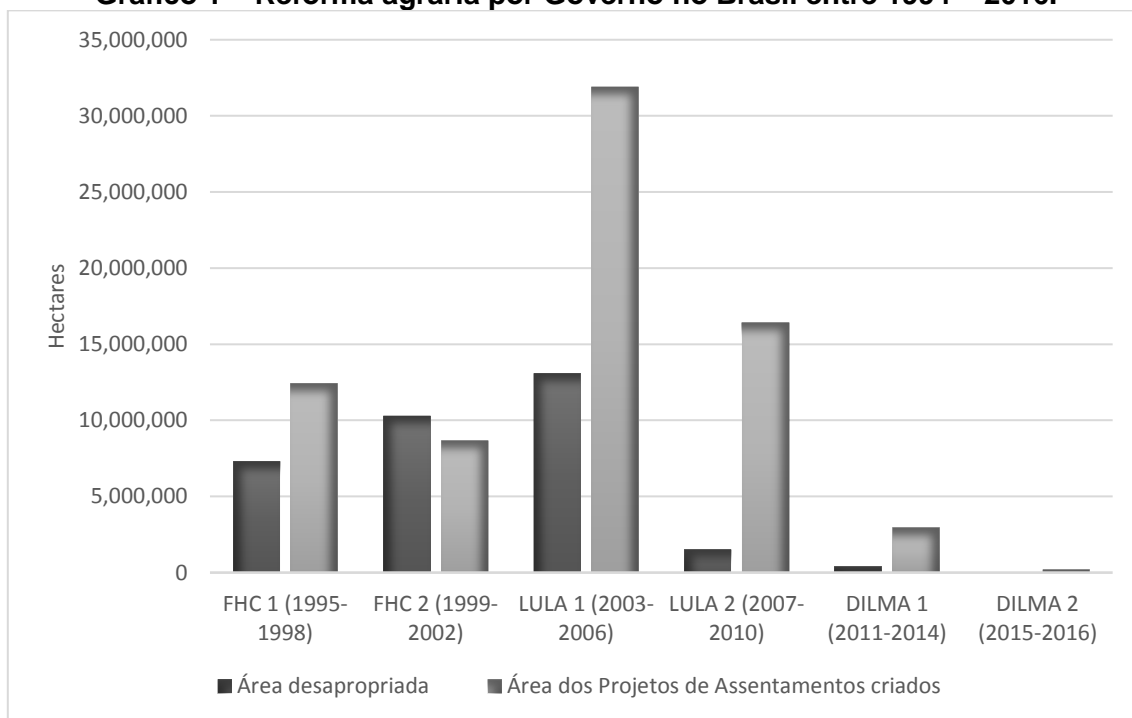
Para a mesma autora a história dos assentamentos é também uma história de lutas e conflitos sociais com sua repercussão na reorganização do espaço, o que pode revelar a força dos grupos sociais em conflito, na busca de uma reestruturação fundiária e na reforma agrária. Além de transformar o espaço, pois os “assentamentos formam ilhas de policultura

em via de modernização rodeadas de grandes explorações monocultoras cuja produção está orientada em direção aos complexos agroindustriais” (1997, p.44).

Portanto, o assentamento é um espaço que expressa conteúdos históricos, resultantes de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde materializam as relações sociais. Partindo dessa definição, o assentamento rural é o *locus* das atividades dos trabalhadores rurais que conquistaram esse espaço e transformaram em um território com uma identidade própria, uma identidade simbólica do MST.

No Brasil a área desapropriada para a implantação dos assentamentos rurais oscila de acordo com os interesses e pretensões políticas de cada governo (Gráfico 1). A realidade nacional sobre a reforma agrária, não avança e carece de políticas para romper com a base latifundiária que ocupa o território brasileiro.

Gráfico 1 – Reforma agrária por Governo no Brasil entre 1994 – 2016.



Fonte: INCRA (2017). Elaboração: O autor.

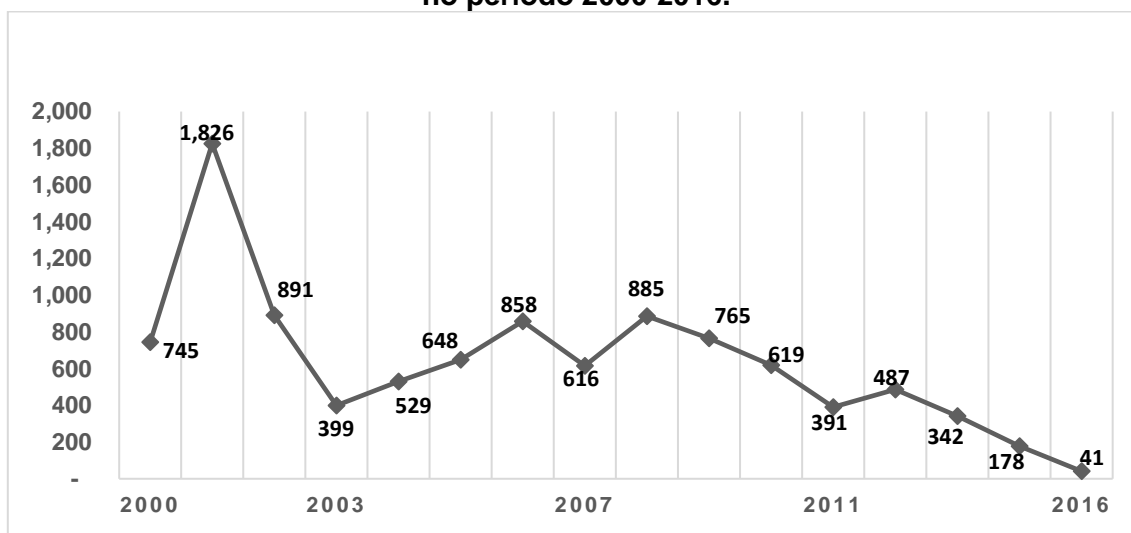
Nos últimos 20 anos, a desapropriação de terras para reforma agrária e das áreas para os assentamentos rurais, foi pouco significativa em relação a concentração de terras que existe no Brasil. Considerando esses resultados, observa-se que nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a área dos assentamentos rurais implantados atingiu 21.077.741 hectares com 497.218 famílias de trabalhadores rurais. Nos oito anos de governo Lula (2003-2010) a área dos assentamentos rurais foi mais expressiva atingindo 48.291.180 hectares, praticamente mais que o dobro de seu antecessor do PSDB, e contemplou 614.088 famílias de trabalhadores rurais.

Entretanto, as políticas para a reforma agrária não foram satisfatórias no que se refere ao planejamento, desenvolvimento e manutenção das famílias assentadas. A preocupação em manter o modelo vigente do agronegócio e das grandes propriedades esteve em evidência nas últimas décadas, conforme aponta Alves (2013, p.425), o crédito para o agronegócio em 2003 foi de 20,2 bilhões de reais e em 2013 passou para 115,2 bilhões de reais, já em 2017 o crédito estatal chegou a 190,2 bilhões de reais ao passo que em 2013 o crédito para agricultura familiar ficou em 22,3 bilhões de reais e em 2017 atingiu a marca de 30 bilhões de reais (MDA, 2019; MAPA, 2019), ficando claro os objetivos e interesses do governo brasileiro.

No contexto gaúcho, a territorialização camponesa no século XXI ocorreu de forma concentrada, sobretudo na metade sul do estado, em áreas fronteiriças com o Uruguai e que tradicionalmente o latifúndio ocupou com a pecuária extensiva nos vastos campos, em áreas pouco urbanizadas, com uma rede de cidades composta por pequenas e médias cidades com economia pouco dinâmica em relação a outras áreas do estado.

O número de famílias assentadas no Rio Grande do Sul (Gráfico 2) representa os sujeitos no processo de territorialização e estes trabalhadores rurais ocuparam 122.726 hectares (Gráfico 3) e foram responsáveis pela mudança em espaços onde predominava a grande propriedade e teve sua dinâmica socioterritorial alterada.

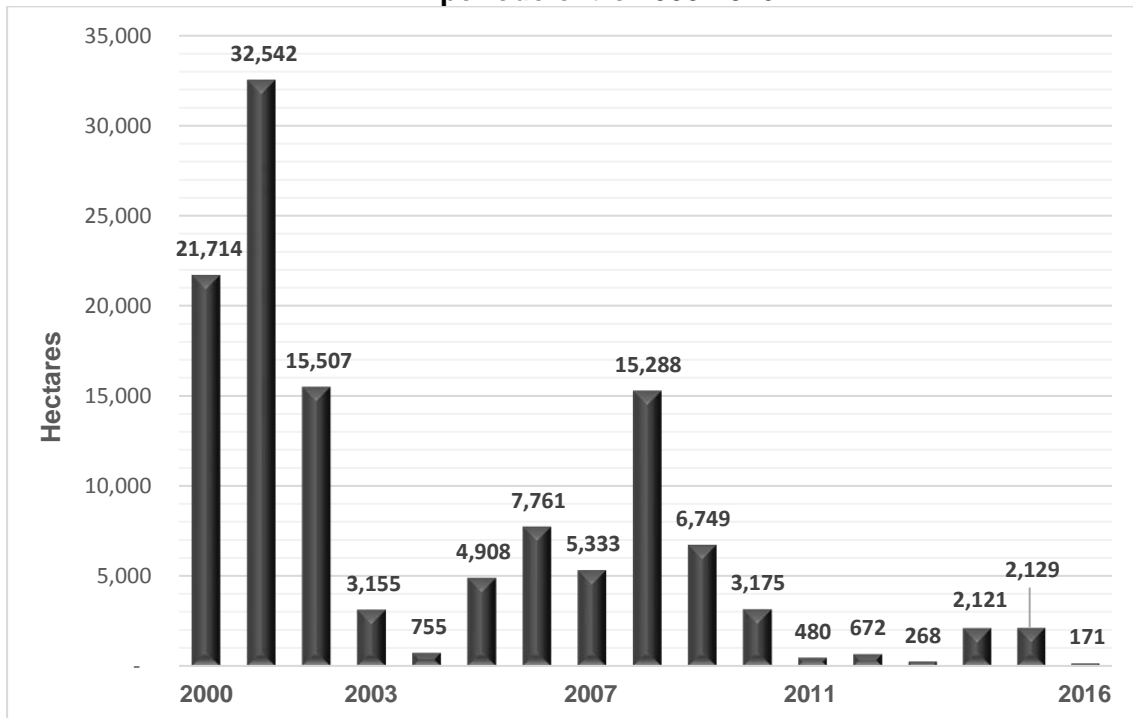
Gráfico 2 - Número de famílias assentadas pela Reforma Agrária no Rio Grande do Sul no período 2000-2016.



Fonte: INCRA (2017). Elaboração: O autor.

Conforme observa-se no gráfico 2, fica claro uma tendência decrescente após 2008 das políticas de reforma agrária no Rio Grande do Sul. O montante entre 2000 e 2016 chega a 10.650 famílias assentadas, um número pouco expressivo considerando 16 anos de luta pela terra, e as áreas ocupadas por monoculturas e grandes propriedades que acirram as desigualdades na sociedade.

Gráfico 3 – Área territorializada pelos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul no período entre 2000-2016.



Fonte: INCRA (2017). Elaboração: O autor.

Um dos grandes problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais assentados na metade sul do Rio Grande do Sul, é a localização dos assentamentos rurais. Os trabalhos de Chelotti (2003, 2009) e Alves (2006) retratam o problema das distâncias dos territórios e dos núcleos urbanos. As interações espaciais são lentas devido a rede de cidades ser bastante dispersa e pouco dinâmica economicamente. Esses entraves enfrentados pelos assentados foram outros obstáculos que tiveram de ser superados, pois muitas das fazendas/áreas desapropriadas não eram as que estavam sendo reivindicadas, além de estarem num isolamento dentro do município e também as condições do solo não serem as mais favoráveis a agricultura.

Ou seja, além do quantitativo de área e família assentada no Rio Grande do Sul ser baixo, as condições para o uso do espaço foi difícil, mas a territorialização pelos trabalhadores rurais superou as adversidades, tornando esses espaços carregados de luta e conquistas, conforme serão vistos a seguir.

A temática da territorialização dos assentamentos rurais no Rio Grande Do Sul e a Geografia

Nesses últimos anos, tem-se observado inúmeras pesquisas que deram atenção aos movimentos de luta pela terra e sua dinâmica socioterritorial no Rio Grande do Sul.

Estas pesquisas ganharam mais relevo a partir do início dos anos 2000, juntamente com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 que estimulou pesquisas e projetos sobre a questão agrária. Aliado a isso, os constantes conflitos de terra no período dos Governos de FHC entre 1995 a 2002 foram alvo de inquietações para os estudiosos sobre o campo brasileiro. Esse contexto político-geográfico reforçou a linha de pesquisa que investiga os conflitos e processos de disputa territorial no campo, que envolve geógrafos, economistas, agrônomos, cientistas sociais, historiadores entre outros cientistas.

Os processos de territorialização dos assentamentos rurais no campo gaúcho foram e estão no centro do debate em alguns Programas de Pós-Graduação, Grupos de Pesquisas² e pesquisadores de diversas áreas. Nesse texto, far-se-á uma explanação sobre os geógrafos³ que pesquisaram esse processo de territorialização no Rio Grande do Sul em pesquisas recentes, de 2000 a 2015, em dissertações e teses⁴, procurando entender como esses fenômenos vem sendo tratados e quais os desafios, conquistas e perspectivas na luta pela terra no Rio Grande do Sul nesse início de século XXI (Quadro 1).

Quadro 1 - Dissertações e Teses defendida por geógrafos sobre Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul entre 2000 a 2015.

Autor	Título	Programa/ Universidade	Tipo do trabalho	Ano de conclusão
Marcelo Cervo Chelloti	A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'ana do Livramento – RS	Geografia UNESP-PP	Dissertação	2003
Denir de Oliveira Sosa Junior	O processo de reterritorialização de produtores assentados na Campanha Gaúcha	Geografia UFRGS	Dissertação	2004
Senira Beledelli	A cultura dos camponeses sem terra e a organização do território dos assentamentos	Geografia UFRGS	Dissertação	2005
Flamarion Dutra Alves	Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota – RS	Extensão Rural UFSM	Dissertação	2006
Vinicius Silva Moreira	Territorialidades rurais em Júlio de Castilhos – RS: da pecuária extensiva à agricultura familiar	Geografia UFSM	Dissertação	2008
Edinho Carlos Kunzler	Agroecologia e transformações no espaço rural: o caso do assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS	Geografia UFSM	Dissertação	2009
Marcelo Cervo Chelloti	A estância metamorfoseou-se: (re) configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha	Geografia UFU	Tese	2009

² Vale destacar o Núcleo de Estudos Agrários da UFRGS que desenvolve pesquisas sobretudo da produção de arroz agroecológico nos assentamentos em Eldorado do Sul (LINDNER e MEDEIROS, 2015a) ou na produção agroecológica na Campanha Gaúcha (LINDNER e MEDEIROS, 2015b).

O Grupo de Pesquisa em Educação e Território da UFSM que desenvolve pesquisas sobre a Escola Itinerante do MST (MEURER e DAVID, 2005) e dos temas sobre o espaço agrário gaúcho (WIZNIEWSKY e DE DAVID, 2015).

³ Neste texto optou-se por geógrafos somente, mas sabe-se que há muitos trabalhos de outros profissionais acerca dos assentamentos rurais.

⁴ A opção por escolher dissertações e teses remete a ideia de um estudo mais denso sobre a temática (2 a 4 anos de estudo em média). Evidente que há inúmeros livros, trabalhos de conclusão de curso, capítulos de livros, artigos em eventos e revistas desenvolvidos por geógrafos que poderiam exprimir os processos de territorialização dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, mas por uma questão de recorte metodológico, optou-se por essa abordagem.

	Gaúcha (1990-2007)			
Fátima Aparecida de Quadros Reolon	Nova Ramada como espaço de valorização humana e de produção no meio rural: uma abordagem geográfica	Geografia UFSM	Dissertação	2011
Julia Saldanha Vieira De Aguiar	Uso da terra, técnica e territorialidade: os assentamentos de Santana do Livramento	Geografia UFRGS	Dissertação	2011
Anderson Luiz Machado dos Santos	O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio – o caso de São Gabriel – RS	Geografia UFSM	Dissertação	2012
Vagner Guimarães Ramos	As estratégias sociais e produtivas no assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana – RS	Geografia UFSM	Dissertação	2012
Pâmela Corrêa Peres	Conflitos socioambientais em áreas de preservação permanente: o caso do assentamento Nova Batalha, Vacaria, RS	Geografia UFSM	Dissertação	2012
Eliane Weber	Percepções em relação ao ambiente desenvolvidas nos 4º e 5º anos na Escola Municipal São Francisco, assentamento Alvorada	Geografia UFSM	Dissertação	2013
Vinicius Silva Moreira	A dialética capitalista no meio rural em Tupanciretã/RS/Brasil: da ocupação ibérica ao agronegócio nos assentamentos da reforma agrária	Geografia UFRGS	Tese	2013
Felipe Leindecker Montebianco	O espaço rural em questão: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS	Geografia UFRGS	Dissertação	2013
Antonio Cossetin de Oliveira	A expansão da produção da soja e a viabilidade dos assentamentos do MST no município de Jóia RS.	Geografia UFSM	Dissertação	2014
Deoclécio Gomes Petry	Análise dos assentamentos de Júlio de Castilhos/RS: implicações sociais, ambientais e a qualidade de vida dos assentados	Geografia UFSM	Dissertação	2014
Mirieli da Silva Fontoura	As interfaces do acolhimento dos estudantes egressos da escola itinerante do MST: desafios da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ataliba Rodrigues das Chagas - São Gabriel/RS	Geografia UFSM	Dissertação	2014
João Silvano Zanon	Desafios da produção do arroz orgânico nos assentamentos do município de São Gabriel - RS	Geografia UFSM	Dissertação	2015
Ana Paula Ribeiro	Agricultura familiar em área de proteção ambiental: o caso do assentamento Filhos de Sepé - Viamão/ RS	Geografia UFRGS	Dissertação	2015
Veridiana Soares Ribeiro	Territorialização camponesa: o lugar de viver no assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS	Geografia FURG	Dissertação	2015
Aline Weber Sulzbacher	Política, território, poder e a agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul	Geografia UNESP-PP	Tese	2015

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br/> Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

Conforme o levantamento realizado, observam-se 22 obras, sendo 3 teses de doutorado e 19 dissertações de mestrado, concentrando os estudos sobre os assentamentos na metade sul do estado. O processo de territorialização é embasado por autores como Claude Raffestin, Bernardo Mançano Fernandes, Rogerio Haesbaert, Marcelo

Lopes de Souza e Marcos Aurélio Saquet, e retratam os desafios pela permanência na terra e da formação da identidade.

Na tese de Chelotti (2009, p.271) o autor discorre sobre os embates entre os assentados oriundos do norte gaúcho e da campanha:

Em relação à característica das identidades sociais existentes nos assentamentos da Campanha, verificamos que os assentados com origem geográfica do norte apresentam-se mais adeptos à inserção de novas formas de exploração de terra, como a fruticultura e a produção de leite. Os assentados oriundos da própria região são mais resistentes em diversificar a produção, desenvolvendo atividades mais ligadas à exploração da pecuária extensiva. (CHELOTTI, 2009, p.271).

Além dos problemas internos aos assentamentos rurais, as pesquisas revelam os impactos na sociedade local-regional, e nesse ponto há contradições no processo de territorialização, ou seja, no âmbito econômico há consequências positivas pois há mais geração de renda e dinamismo no setor agropecuário, mas no âmbito social-cultural ainda há resistência entre a população local e os assentados, conforme aponta o estudo de Moreira (2008).

[...] os assentados são unânimes em afirmar que a conquista da terra, apesar de árdua, foi um processo exitoso, que contribui não apenas para as famílias assentadas, mas também para a região em que o assentamento está inserido [...] mas a sociedade como um todo, como profissionais liberais, comerciantes, estudantes, políticos, religiosos e também proletários urbanos e rurais, que manifestaram sua discriminação e preconceito aos assentados. (MOREIRA, 2008, p. 113).

As pesquisas revelam essa dificuldade encontrada pelos assentados, da criação até a consolidação, mas a união e a busca pela identidade é o elo que dá força ao movimento dos trabalhadores, antes sem-terra e agora territorializados. O estudo de Alves (2006) corrobora com essa perspectiva:

A criação de uma identidade cultural nos assentamentos rurais é difícil, pela diferentes origens das famílias, mas todas têm um elemento em comum, a (re) conquista da terra, esse elemento é que diferencia o espaço dos assentamentos rurais. (ALVES, 2006, p.111)

Neste mesmo trabalho aponta-se para um caminho nessa identidade, a forte ligação entre os assentados pela produção agroecológica, uma atividade distinta da produção convencional e majoritária na campanha gaúcha e que destaca-se no território. Kunzler (2009) ao estudar o Assentamento Conquista da Liberdade em Piratini, salienta a mudança no padrão de produção entre os assentados:

[...] a incorporação da práxis agroecológica trouxe grandes benefícios para o grupo. Ela permitiu que a cooperação atingisse sua completude, pois faz dos próprios agricultores os pensadores do seu espaço, sempre em

consonância com o mesmo e nunca exigindo dele acima de suas capacidades. (KUNZLER, 2009, p.109)

A diversificação produtiva é uma das formas de permanência e consolidação dos territórios da reforma agrária. Ramos (2012) apresenta a situação do Assentamento Santa Maria do Ibicuí em Manoel Viana, município tradicionalmente dedicado a pecuária extensiva e monoculturas.

As atividades produtivas apresentam-se com grandes diversidades dentro do assentamento. Boa parte desta situação pode ser explicada por meio das condições de adaptação das famílias ao local, visto que em sua maioria são provenientes de outras regiões, e acima de tudo, o modo como conseguem “driblar” os problemas enfrentados, onde podemos destacar a demanda por uma assistência técnica voltada para a produção familiar. (RAMOS, 2012, p. 112).

Em síntese, os trabalhos defendidos ao longo desses últimos anos apresentam problemas idênticos enfrentados pelos assentados, isso demonstra a omissão do poder público em auxiliar na fixação desses trabalhadores rurais e ainda, a falta de planejamento na escolha dos lugares destinados aos assentamentos rurais.

Conclusões

A reforma agrária no Brasil ainda é um processo lento, sendo um desafio constante e de muita luta dos movimentos sociais do campo. Diante do exposto a territorialização no campo gaúcho é exitosa frente as dificuldades que são postas pelo poder público e sociedade local.

As dificuldades de implantação e consolidação dos assentamentos rurais levam anos para serem suprimidas, e nesse período a identidade e simbolismos vão dando força para os trabalhadores rurais enfrentar os problemas.

As pesquisas desenvolvidas pelos geógrafos e demais pesquisadores são fundamentais para expor a situação dos assentamentos rurais, entender o contexto que se desenvolvem os processos da criação, implantação e consolidação, além de dar visibilidade aos assentados como sujeitos, e sobretudo da importância social e econômica da reforma agrária.

Um projeto de assentamento ideal, busca ajustar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, integrando produtividade com desenvolvimento territorial, qualidade e eficiência. Criando assim condições para que o modelo agrícola possa ser modificado introduzindo uma maior preocupação com a distribuição de renda, a ocupação e o emprego rural. Possibilitando segurança alimentar, mantendo o meio ambiente em equilíbrio, e também que o homem do campo tenha acesso a direitos fundamentais, para que se consiga obter um desenvolvimento sem desigualdades sociais.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra. **Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota – RS**. Dissertação de Mestrado (Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

ALVES, Flamarion Dutra. As configurações do campo brasileiro e os contrastes do agronegócio. p.421-442. In: FERREIRA, Álvaro et. al. **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL -SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNAÇÃO E GESTÃO DO RS. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/assentamentos-rurais>>. Acesso em: 08/18/2017.
BERGAMASCO, S; PAMARD, C. B; CHONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2003.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. Tese de Doutorado (Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: Formação e territorialização**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**. ano 8, n. 6 – janeiro/junho de 2005. p.14-34.

INCRA – Números da Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria> . Acesso em:10 de agosto de 2017.

KUNZLER, Edinho Carlos. **Agroecologia e transformações no espaço rural: o caso do Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

LEITE, Sérgio. Assentamento Rural. p.43-45. In: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. A produção de arroz ecológico na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS: inclusão sócio econômica e transformações territoriais. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, número especial (2), p. 158 – 167, Novembro. 2015.

LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Transformações territoriais via reforma agrária no Rio Grande do Sul, Brasil: a territorialização de assentados na campanha gaúcha. In: LINDNER, Michele; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira (Orgs). **Expressões da cultura no território**. Porto Alegre: Evangraf, 2015b. p.11-29.

MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/comeca-2a-feira-3-liberacao-de-r-190-25-bi-para-financiamento-da-nova-safra-agricola> Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/tv-mda/plano-safra-destina-r-30-bilh%C3%B5es-para-agricultura-familiar> Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

MEURER, Ane Carine; DAVID, Cesar De (Orgs). **Espaços-tempos de Itinerância** – Interloquções entre Universidade e escola itinerante do MST. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.

MOREIRA, Vinicius Silva. **Territorialidades rurais em Júlio de Castilhos – RS: da pecuária extensiva à agricultura familiar**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A “Não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no governo Lula”. Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS, Vagner Guimarães. **As estratégias sociais e produtivas no Assentamento Santa Maria do Ibicuí, Manoel Viana – RS**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. 9.ed. São Paulo: Record, 2002.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. p. 77-116. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. p. 205-224. In: MEDEIROS, L. S. et. al. **Assentamentos rurais: uma visão interdisciplinar**. São Paulo: ED.UNESP, 1994.

WIZNIEWSKY, Carmem Rejane Flores; DE DAVID, César. (Org.). **Agricultura e transformações socioespaciais: olhares geográficos e a pesquisa de campo**. Porto Alegre: Evangraf/Jadeditora, 2015.

Sobre o autor

Flamarion Dutra Alves – Licenciado em Geografia (UFSM), Mestre em Extensão Rural (UFSM) e Doutor em Geografia (UNESP – Rio Claro). Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas-MG, Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João del-Rei e Líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES – UNIFAL-MG); **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0003-0318-7301>

Como citar este artigo

ALVES, Flamarion Dutra. Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade. **Revista NERA** vol.22 , n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

Recebido para publicação em: 20 de novembro de 2018

Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019

Aceito para a publicação em: 05 de março de 2019

A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo¹

Marcelo Cervo Chelotti

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: mcervochelelotti@gmail.com

Isabele de Oliveira Carvalho

Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
e-mail: isabeleoufufu@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições formativas da participação no PIBID Interdisciplinar Educação do Campo para a formação docente dos licenciandos dos cursos de Ciências Sociais, Geografia, História, Letras e Pedagogia - bolsistas do programa entre os anos de 2014 e 2017- no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia. Ao final do projeto, constatou-se que o PIBID é um dos programas que mais colaboram com os licenciandos durante seu processo de formação, seja pela necessidade da bolsa ou pelo interesse nas diretrizes do programa. Durante sua execução, forma-se um elo que une horizontalmente o campo de atuação, que é a escola, com as teorias e discussões oriundas da universidade. A modalidade interdisciplinar Educação do Campo expande ainda mais a formação dos licenciandos, pois oferece a oportunidade das práticas educacionais em um ambiente pouco explorado se comparado ao ensino na cidade. Portanto, a presente análise expôs a importância atribuída ao PIBID Interdisciplinar Educação do Campo enquanto projeto que colaborou no processo formativo dos futuros professores, dando ênfase à realidade encontrada nas escolas do campo, contexto geralmente negligenciado nos cursos de licenciatura.

Palavras-chave: PIBID; Interdisciplinaridade; educação do campo; formação de professores.

The formation of undergraduates who take part in the Institutional Scholarship Program of Initiation to Teaching/ Interdisciplinary PIBID Rural Education

Abstract

This paper aims at analyzing the formative contributions of PIBID Interdisciplinary Rural Education for the docent formation of undergraduates from Social Sciences, Geography, History, Languages and Pedagogy who received scholarships between 2014 and 2017 at Federal University of Uberlândia. By the end of the project it could be verified that PIBID is one of the programs that most collaborated with undergraduates' formation process, either by their need of the scholarship or by the interest in the program guidelines. During its execution, a link is formed and it unites horizontally the field of action, which is the school, with theories and discussions coming from the university. This modality (Interdisciplinary rural education) further expands the undergraduates' formation as it offers the opportunity of educational practices in an environment that is little explored when compared to teaching in the city. Therefore, this analysis exposed the importance attributed to PIBID Interdisciplinary

¹ Agradecemos a CAPES pela bolsa de coordenação de área do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID (sub-projeto Interdisciplinar Educação do Campo) no período de maio de 2014 à fevereiro de 2018, no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia/Minas Gerais.

Rural Education as a project that collaborated in the formative process of future teachers, emphasizing the reality found in rural schools, a context generally neglected in undergraduate courses.

Keywords: PIBID; interdisciplinarity; rural education; teachers' formation.

La Formación del Profesorado Participante del Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia / PIBID Interdisciplinario Educación del Campo

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar en qué medida la participación en el PIBID Interdisciplinario Educación del Campo contribuyó a la formación docente de los profesorados en Ciencias Sociales, Geografía, Letras, Pedagogía e Historia en el ámbito de la Universidade Federal de Uberlândia, participantes del programa entre los años de 2014 y 2017. Al final del proyecto, se constató que el PIBID es uno de los programas que más alcanzan a los académicos durante el proceso de formación, sea por la necesidad de la beca o por el interés en las directrices propuestas por el mismo. Durante el programa, se forma un eslabón que une horizontalmente el campo de actuación, que es la escuela, con las teorías y discusiones oriundas de la universidad. La modalidad interdisciplinaria educación del campo expande aún más la formación de lo professorado, pues ofrece la oportunidad de las prácticas educativas en un ambiente aún poco explorado en relación a la enseñanza en el urbano y que posee una demanda urgente de investigación y actuación específica. Por lo tanto, el análisis expuso la importancia del PIBID Interdisciplinario Educación del Campo como un proyecto que colabora en el proceso formativo inicial de los futuros profesores, dando énfasis a la realidad encontrada en las escuelas del campo.

Palabras-clave: PIBID; interdisciplinarietà; educación del campo; formación de profesores.

Introdução

A formação adequada de professores tem sido uma temática crescente nos estudos que relacionam as práticas exercidas em sala de aula para obtenção de melhorias quanto ao ensino, pois cabe ao professor ser um agente de grande responsabilidade e capacidade profissional nesse processo. Nesse contexto, o PIBID possui como diretriz básica incentivar o discente de graduação em diversas licenciaturas a integrar as escolas enquanto formador, o que representa o primeiro contato de muitos com o ambiente escolar. Cabem aqui, algumas questões relevantes a partir do que foi supracitado: O PIBID de fato tem atuado como um programa governamental de estímulo para a futura carreira docente na visão dos bolsistas integrantes do projeto? A modalidade Interdisciplinar Educação do Campo tem oferecido às bolsistas condições de uma formação diferenciada que leva em consideração as especificidades encontradas nas escolas no campo?

Sendo assim, o texto em questão tem como objetivo principal a intenção de identificar em que proporção o PIBID Interdisciplinar Educação do Campo tem contribuído para a formação docente na esfera do ensino do campo tendo como referência a avaliação

dos bolsistas participantes do programa entre os anos de 2014 e 2017. A referida avaliação foi realizada a partir da aplicação de roteiro de entrevistas para os bolsistas integrantes do programa. As respostas foram relacionadas quanto as diretrizes propostas pela Portaria CAPES nº 260 de 30 de setembro de 2010 que determinam os objetivos que o programa deve atingir, afim de compreender se de fato o PIBID tem sido um agente fortalecedor no processo de formação.

Os roteiros foram aplicados na Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica, e respondido por 26 bolsistas ligados ao PIBID. Após a obtenção dos dados, houve a tabulação e posteriormente a criação de gráficos representativos das respostas individuais dos bolsistas participantes da pesquisa a fim de sistematizar todas as contribuições relatadas por eles.

Assim, nosso texto está organizado em três partes, sendo que na primeira discorremos sobre o ensino no campo brasileiro, num segundo momento abordamos o PIBID Interdisciplinar na UFU, e no terceiro momento são apresentadas as percepções dos licenciandos sobre sua participação no PIBID. E, finalizamos com algumas considerações, pois a temática carece de mais estudos.

O ensino no campo brasileiro

As preposições utilizadas para ligar as palavras “Educação” e “Campo” possuem significados que vão além da gramática, mas que envolvem lutas advindas de movimentos sociais que compõe a longa jornada da busca pelo direito de ensino aos povos residentes no campo.

O sentimento de pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer a noção do país em que vive. Sabe que o mundo é grande, que há sempre terras para diante, que muito longe está a Corte com os graúdos e mais distante ainda a Bahia, donde vêm baianos pernósticos e cocos. Perguntem ao Jeca quem é o presidente da República. “– O homem que manda em nós tudo?” “– Sim.” “– Pois de certo que há de ser o imperador.” (LOBATO, 1994, 172-173).

O trecho citado acima foi retirado do livro “Urupês” no qual é reunida uma série de contos elaborados pelo autor brasileiro Monteiro Lobato. Alguns contos dizem respeito da vida cotidiana do caboclo do interior do estado de São Paulo, através de suas crenças, costumes e tradições. O personagem Jeca Tatu é retratado diretamente através do último conto, que possui o nome da obra². Enquanto homem do campo é descrito como um ser

² Ressalta-se através da nota que o livro Urupês (criada em 1918) não foi o primeiro ponto de aparição do personagem Jeca Tatu. Monteiro Lobato o trouxe em 1914, em um texto publicado com o título de “Uma velha praga”, sendo Jeca Tatu originalmente criado em 1907.

preguiçoso, inadaptável à civilização devido aos modos particulares de vivência e a favor única e exclusivamente da lei do menor esforço. Um verdadeiro “anti-herói”, como é julgado.

O título “Urupês” faz menção a uma espécie de cogumelo parasita do reino *Fungi*, que desenvolve a vida apoiado aos troncos das árvores, absorvendo a energia das mesmas sem precisar realizar nenhuma ação. Monteiro Lobato realiza a analogia desse parasita, ao homem do campo que seria o chamado caboclo (miscigenação entre índios e negros) considerando-o um ser atrasado, sem ânimo para o trabalho e totalmente alienado ao modo de vida em que se insere.

Culturalmente falando, o Jeca Tatu tornou-se um rótulo acerca da representação do que é o homem que vive no campo no Brasil sob a ótica da cultura dominante. A ignorância devido à falta de estudo, a simplicidade ao realizar as práticas do cotidiano o torna menos interessado pelo avanço do mundo em relação às novas tecnologias, a formação educacional e o desenvolvimento das atividades realizadas no campo, por exemplo.

Em uma época desenvolvimentista, cria-se a concepção de que o povo que inspirou a criação do Jeca Tatu deve ter acesso ao ensino. É necessário que saibam ler os rótulos dos novos agrotóxicos, que saibam contar os meses do ano para lembrarem-se dos ciclos da chuva, da época da colheita e plantio, que saibam escrever sobre a produção da grande fazenda em que trabalham. Sob a ótica preconcebida do que era ser camponês faz-se necessário levar aos miseráveis do campo, através das escolas, o hábito de higiene, bem como disseminar a civilidade que não era existente nesse meio de atrasos. Nessa perspectiva, por volta de 1920, início do século XX, surgiu a era educacional intitulada por Ruralismo Pedagógico.

Damasceno e Beserra (2004, p. 75) afirmam que “uma vez educados no sentido de valorizar o trabalho agrícola (que contraditoriamente não era valorizado por mais ninguém), tais trabalhadores aceitariam a sua missão de salvaguardar a vocação agrícola do país”. O Ruralismo Pedagógico tinha como uma das metas primordiais, fixar o camponês ao seu local de origem. Com o aumento da urbanização e desenvolvimento das pequenas cidades, as oportunidades aparentemente melhores, bem como a criação de escolas o “lado de lá” tornou-se atrativo aos olhos de alguns residentes do campo. Levando as escolas para as comunidades rurais, seria menos um porquê do exercício de migração ocorrer, prevenindo assim o dito “inchaço social” nos centros urbanos.

No início do Século XX, o ruralismo pedagógico despontou como corrente teórica que procurava desenvolver, no campo pedagógico, uma reflexão sobre a organização espacial da sociedade brasileira que, paulatinamente, abandonava a vida no campo, engrossando uma intensa corrente migratória para as cidades, colaborando para intensificar o processo de despovoamento do meio rural (RAMAL, 2010, p. 7).

Tinha-se a ideia, na era ruralista, que os docentes deveriam estar preparados para lidar com as especificidades dos alunos do campo. Não no sentido de valorização das práticas exercidas por eles no espaço rural, mas sim de uma maneira doutrinária ao qual o ensino deveria estar “intimamente ligado ao mundo do trabalho vinculado as formas tradicionais de concentração fundiária, capitalista e autoritária” (RAMAL, 2010, p. 12).

A educação rural está intimamente ligada ao cenário político da época. Com os ideais nacionalistas propostos pelo governo Getúlio Vargas entre os anos de 1937 e 1945 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, bem como as propostas e posteriormente as reformas do ensino secundário, a reforma universitária, a criação da universidade do Brasil, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a criação do Serviço Nacional da Indústria, o fundo nacional do ensino primário, entre outros. A mudança na Constituição de 1934 (durante o Governo Provisório) estabeleceu a necessidade de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar. As reformas ocorridas no Estado Novo (1937 a 1945) demonstram que houve mudanças formais e substanciais na educação escolar do país, porém o campo continuava não sendo alvo dessas mudanças educacionais, permanecendo a precariedade do modelo de ensino ruralista imposto desde sempre.

Anos mais tarde, entre 1956 e 1961, pós era Vargas, o presidente Juscelino Kubitschek propõe avanços tecnicistas para o Brasil, incluindo o ensino, que seguiria esses novos ideais para atender as demandas desenvolvimentistas do país.

Ao ser eleito com o programa para “fazer o Brasil progredir 50 anos em 5”, JK propunha desenvolver políticas voltadas para estradas, energia, transportes e a construção de Brasília. Seu Programa de Metas priorizou a educação para a formação técnico-profissional para implementação das indústrias de base. No anseio de desenvolver o plano de governo, difundiu-se ilimitado otimismo e confiança nas potencialidades do País, transformando-se em instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento, com política centrada no desenvolvimento industrial e reforçada pela ideologia desenvolvimentista (BARREIRO, 2010, p. 26).

A educação rural assumiu um caráter totalmente tecnicista, não divergindo do ruralismo pedagógico, continuava a ser um processo doutrinário de não valorização do sujeito e das vivências ao qual o mesmo submetia-se. O interesse maior era quanto à formação do mesmo enquanto mão de obra para a produção agrária do país que era de grande expressividade econômica.

Entre as décadas de 1940 a 1970 ³ a perspectiva educacional para o campo segue o mesmo perfil, sendo que não há expressividade, segundo Molina e Antunes-Rocha (2014, p.223).

[...] nas políticas públicas e na produção acadêmica no que diz respeito à educação escolar e à formação docente no contexto rural. É importante registrar que exatamente nesse período, eram implantadas as políticas “modernizadoras” da agricultura. A concentração de terras, o crédito para grandes empreendimentos, a mecanização das práticas agropecuárias e a implantação de todo o pacote associado à chamada “Revolução Verde” ampliavam seus índices na mesma medida em que se configurava o cenário de precariedade física, administrativa e pedagógica das escolas rurais.

Com o avanço das técnicas no campo e a posterior aposta no desenvolvimento do agronegócio o ensino no campo, até meados dos anos 1970 permanecia nesse contexto de desvalorização cultural. Os índices de analfabetismo rural eram altos e começaram a despertar interesse para os estudiosos. Os movimentos sociais ligados à luta pela terra começaram a levantar como pauta de discussão a importância do ensino enquanto uma ferramenta de emancipação dos povos, gerando discussões a cerca de um novo modelo educacional, que atualmente conhecemos por educação do campo.

A escola rural volta à pauta acadêmica e das políticas públicas no início dos anos 1980, com a emergência dos movimentos sociais e sindicais camponeses que, em seus processos de luta por terra, demandam entre outros direitos o acesso à escolarização (MOLINA e ROCHA, 2014, p. 224).

Movimentos sociais pedagógicos envolvidos em questões ligadas à educação popular, bem como alguns movimentos relacionados à luta pela terra e povos do campo conquistaram espaço na agenda política.

A luta advinda da Educação Popular, nesse contexto, foi extremamente importante. A partir das discussões ligadas a essa corrente, pôde-se compreender que os sujeitos tidos à margem do capital possuíam o direito de ter acesso à um ensino que fosse emancipador e que os olhasse enquanto protagonistas trajados de vivências tão relevantes quanto o ensino institucionalizado.

Maciel (2011, p. 203) entende:

[...] as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade. Deve-se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e

³ A autora Marlucy Paraíso em 1996 no artigo “Lutas entre Culturas no Currículo em Ação da Formação Docente” delimita a época enquanto “Campo do Silêncio”.

sociais. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida.

Nesse contexto, surge os ideários de Paulo Freire que foi um dos notórios defensores dessa educação repensada para os sujeitos “oprimidos”. Os escritos do autor traduziam o ensinar enquanto um ato humanizado, de cunho empático. O educador não enxergava o educando a partir de suas dificuldades, mas sim, das possibilidades que poderiam ser construídas para um real ensino e aprendizagem.

Tais grupos compreendiam a educação do campo como uma instrução didática diferenciada, caracterizada a partir das especificidades encontradas nos povos que viviam no campo, sendo a educação considerada um direito e irrevogável para a formação do camponês.

[...] a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (CALDART, 2004, p. 149-150).

Em meados de 1990 dois fóruns de debates foram realizados, tendo como foco de discussão sobre a reforma agrária. Na ocasião, houve parceria com o Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), por intermédio do INCRA, para realização do Projeto Lumiar e do I Censo da Reforma Agrária (CARVALHO, 2006).

Na ocasião, a Universidade de Brasília (UnB) coordenaria os trabalhos do I Censo e o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária, ambos realizados no mês de julho do ano de 1997.

Foi durante este encontro que as lideranças do MST se reuniram com representantes de mais de vinte universidades brasileiras, concebendo-se a ideia de um grande programa de educação na reforma agrária. Esta proposta foi apresentada ao III Fórum de Instituições de Ensino Superior em apoio à Reforma Agrária por uma comissão escolhida no I ENERA. Uma vez acatada, ganhou o apoio da CONTAG, da CPT/CNBB e da UNESCO (CARVALHO, 2006, p. 119).

Em julho de 1998, em Luziânia (GO), promovida pelo MST, UNICEF, pela UNESCO, CNBB e UnB foi realizada a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, que foi uma

[...] ação que teve papel significativo no processo de rearticulação da questão da educação da população do campo para a agenda da sociedade e dos governos, e inaugurou uma nova referência para o debate e a mobilização popular: a Educação do Campo que é contraponto tanto ao

silêncio do Estado como também às propostas da chamada educação rural ou educação para o meio rural no Brasil (DECLARAÇÃO..., 2004, p. 284).

A partir desse marco, houve a criação de três programas nacionais voltados à implementação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento da educação do campo. O primeiro surgiu em 1998 e foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) integrado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário; o segundo foi o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), e por fim, o terceiro que foi o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), todos vinculados ao Ministério da Educação. Essas políticas públicas possuíam, como objetivo em comum, a propagação de diretrizes educacionais para a melhoria do ensino precário ainda encontrado no campo, tanto no viés de formação e aperfeiçoamento docente quando discente.

O PRONERA foi criado em 16 de abril de 1998, por meio da portaria nº. 10/98 pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária e em 2001 foi incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O intuito do programa é ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados, sendo os públicos alvos Jovens e Adultos advindos dessas comunidades rurais. Como instrumento de democratização do conhecimento no campo, são oferecidos projetos que se utilizam de metodologias voltadas para o desenvolvimento das diversas áreas relacionadas com a reforma agrária. Os assentados participam de cursos que vão desde o ensino dos primórdios da alfabetização até o ensino médio, bem como cursos técnicos profissionalizantes, cursos superiores e especializações. Outro objetivo do programa é capacitar educadores e coordenadores para atuar em escolas construídas nos assentamentos locais.

O PROCAMPO surge no contexto da educação do campo como mais uma intervenção de um ensino que seja emancipador e que realmente visa melhorias para as escolas. Costa e Monteiro (2012) afirmam que

O PROCAMPO é um programa aprovado no ano de 2006, pelo MEC, em consonância com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, Secretaria de Educação Superior – SESU e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para responder a demanda de reivindicações e articulações engendradas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que desde 1984 defende como bandeira de luta uma educação que valorize e reconheça os sujeitos do campo.

Foi criado com a finalidade de implementar cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior do país, voltados

especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio direcionado para as escolas rurais.

Molina e Freitas (2011, p. 28) afirmam que:

O perfil de educador do campo exige uma compreensão ampliada de seu papel. É fundamental formar educadores das próprias comunidades rurais, que não só as conheçam e valorizem, mas, principalmente, que sejam capazes de compreender os processos de reprodução social dos sujeitos do campo e que se coloquem junto às comunidades rurais em seus processos de luta e resistência para permanência na terra.

O Ministério da Educação estabelece que com o projeto seja possível a criação de condições teóricas, metodológicas e práticas para que os educadores atuem na construção e reflexão do projeto político-pedagógico das escolas do campo, na formação por áreas de conhecimento previstas para a docência multidisciplinar, com definição pela universidade das respectivas áreas de habilitação, na consonância com a realidade social e cultural específica das populações do campo a serem beneficiadas e a organização curricular por etapas presenciais, equivalentes a semestres de cursos regulares, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, ou seja, os docentes da área rural deverão assistir às aulas na universidade e também observar a relação prática vivenciada nas comunidades do campo.

Por fim, o PRONACAMPO foi instituído em 20 de março de 2009, sendo estruturado a partir do Decreto nº 7.352/2010, constituindo-se de um conjunto de ações voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo. O programa é estruturado nos eixos de Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; Infraestrutura Física e Tecnológica.

Os programas criados pelo Governo junto às demandas dos movimentos sociais em prol da educação foram de grande valia para a melhora do contexto educacional no qual as escolas rurais se encontravam na época. A melhoria na estrutura escolar com a chegada de água encanada, energia, tratamento de esgoto sanitário, bibliotecas equipadas, laboratórios de informática com acesso à internet e até mesmo a implementação do transporte escolar, foram fatores determinantes para a chegada e permanência dos alunos nas escolas, em condições mais humanizadas.

Outra proposta de relevância foi quanto à formação, sendo essa inicial ou continuada, de professores que sempre foi uma prática muito cara ao ensino de qualidade. As licenciaturas em educação do campo oferecidas em algumas Universidades Federais bem como os cursos de especialização para os docentes já atuantes nas escolas no campo são medidas que dão um grande salto na educação que existente, pois as junções dos

saberes advindos da universidade com as práticas exercidas no cotidiano das escolas no campo são práticas formativas que se fortalecem quando unidas.

O PIBID Interdisciplinar na Universidade Federal de Uberlândia

O PIBID correspondendo a Portaria Normativa Capes nº 122, de 16 de novembro de 2009 surgiu com o propósito de fomentar a iniciação à docência de estudantes de educação superior, tendo como principais objetivos:

- a. Incentivar a Formação de Professores para a Educação Básica, contribuindo para a elevação da qualidade da escola pública;
- b. Valorizar o magistério, incentivando os estudantes que optam pela carreira docente;
- c. Elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciatura das instituições públicas de educação superior;
- d. Inserir os licenciados no cotidiano de escolas da rede pública de educação, promovendo a integração entre educação superior e Educação Básica;
- e. Proporcionar aos futuros professores participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar e que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem, levando em consideração o desempenho da escola em avaliações nacionais, como Provinha Brasil, Prova Brasil, SAEB, ENEM, entre outras;
- f. Incentivar escolas públicas de Educação Básica, tornando-as protagonistas nos processos formativos dos estudantes das licenciaturas, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros professores. (TINTI, 2012, p.45).

Seguindo essa concepção, o PIBID valoriza a formação docente a partir da experiência (muitas vezes primária) na lógica da *práxis* no qual os discentes das licenciaturas possuem a oportunidade de conhecer as questões do cotidiano escolar, junto ao contexto ao qual são inseridos. O programa envolve três grupos de participantes: os coordenadores (professores universitários), os discentes bolsistas (alunos de graduação) e os supervisores (professores das escolas públicas), tendo assim um caráter interdisciplinar quanto às vivências e possíveis contribuições de cada integrante.

PIBID se institui como uma possibilidade de articulação entre a teoria e a prática ao longo do processo de formação inicial. Contudo, difere-se do Estágio Curricular, sendo este último de cunho obrigatório, definido no interior do curso a partir de diretrizes estabelecidas pelo currículo de formação, ao passo que o PIBID, em função do número de bolsas oferecido, nem sempre consegue atender à totalidade dos acadêmicos de um curso, e suas ações são desenvolvidas a partir do contexto da escola pública, embora cada programa tenha seu projeto institucional e seus subprojetos (FELÍCIO, 2014, p. 419).

Sendo assim, o PIBID atua enquanto um programa fortalecedor no que diz respeito às práticas de formação docente no âmbito acadêmico, possibilitando o (re)conhecimento escolar dos licenciandos a partir das dinâmicas vivenciadas nas escolas participantes, superando a distância existente entre as práticas escolares e o meio acadêmico, que por vezes não se relaciona diretamente com as mesmas.

Visando a parceria com o Ministério da Educação, bem como o interesse na obtenção de melhores índices na formação docente e desenvolvimento de projetos acadêmicos a Universidade Federal de Uberlândia adotou o PIBID a partir do ano de 2010 submetendo-se desde então a dois editais com duração de 04 anos cada. O edital, contou com a participação dos seguintes cursos de licenciaturas no Campus Santa Mônica: Artes Visuais, Biologia, Ciências Sociais, Educação Física, Enfermagem, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras Espanhol, Letras Francês, Letras Inglês, Letras Português, Matemática, Música, Pedagogia, Química e Teatro; Quanto ao Campus Pontal (Ituiutaba), os cursos participantes do projeto foram: Biologia, Física, Geografia, História, Matemática, Pedagogia e Química.

Em 24 de junho de 2014, o PIBID na UFU abarcou além dos subprojetos voltados aos cursos específicos, os subprojetos interdisciplinares, divididos entre os Campi Santa Mônica, Umuarama e Pontal (Ituiutaba). Não foram todas as licenciaturas participantes do PIBID que fizeram parte do projeto interdisciplinar, como apontado no quadro 1.

Quadro 1: Bolsistas e cursos integrantes do PIBID Interdisciplinar UFU. Edital nº. 61 de 2013.

Campi UFU	Número de bolsas para licenciados	Número de bolsas supervisores	Número de bolsas coordenadores	Licenciaturas participantes do PIBID Interdisciplinar
Santa Mônica	120	12	6	Ciências Sociais Geografia Biologia Química História Pedagogia Letras (Português)
Umuarama	64	12	4	Biologia, Enfermagem Geografia
Pontal	24	4	2	História Pedagogia Geografia

Fonte: PIBID/UFU, 2013.

As propostas de modalidades de ensino também se diferenciaram da versão de origem do PIBID, que prevê apenas a educação regular (Ensino fundamental e médio). Na proposta interdisciplinar, foi possível trabalhar na perspectiva do ensino de jovens e adultos

(EJA), bem como no ensino nas escolas do campo. Além disso, projetos na área de raça e etnia e cultura indígena foram desenvolvidos em algumas das escolas participantes do PIBID interdisciplinar.

Na proposta do edital 61/2013 o PIBID Interdisciplinar entende que:

[...] a formação do professor ocupa papel relevante e está proposta visa articular ações de sustentabilidade com a educação das relações etnicorraciais e do campo. O projeto contribuirá para o processo formativo dos licenciandos por lhes propiciar uma reflexão teórico-prática que ainda não encontram em seus respectivos cursos, haja vista que trabalhar com a temática da educação do indígena e afrorracial passa, necessariamente, por uma reflexão de caráter interdisciplinar que esteja em consonância com os novos paradigmas educacionais. (CAPES/PIBID-UFU, 2013).

A interdisciplinaridade nesse processo é extremamente importante, já que as práticas exercidas são pensadas a partir de diferentes perspectivas científicas, que se complementam ao invés de se excluir. O conceito de interdisciplinaridade, segundo Severino (1989, p.46) seria:

Uma tarefa inacabada, até hoje não conseguimos definir com precisão o que vem a ser essa vinculação, essa reciprocidade, essa interação, essa comunidade de sentido ou essa complementaridade entre as várias disciplinas. É que a situação de interdisciplinaridade é uma situação da qual não tivemos ainda uma experiência vivida e explicitada, sua prática concreta sendo ainda processo tateante na elaboração do saber, na atividade de ensino, pesquisa e na ação social. Ela é antes algo pressentido, desejado e buscado, mas ainda não atingido. Por isso todo o investimento que pensadores, pesquisadores, educadores, profissionais e especialistas de todos os campos de pensamento e ação fazem, no sentido de uma prática concreta da interdisciplinaridade, representa um esforço significativo rumo à constituição do interdisciplinar.

A interdisciplinaridade no ensino colabora com a aproximação dos conteúdos didáticos previsto para as aulas com os conhecimentos partilhados pelos alunos de acordo com as experiências que obtiveram fora do ambiente escolar. “Sem este conhecimento, a aproximação da disciplina com a realidade do aluno, o diálogo e o trabalho com os pares, o planejamento coletivo e interdisciplinar fica comprometido.” (KRAMES *et. al.*, 2015, p.125).

Sabe-se que os cursos de licenciatura não possuem estrutura capaz de instruir o futuro docente nas práticas gerais escolares e é por isso que programas de incentivo a docência servem como um importante agente na formação dos licenciados. Em específico, o PIBID Interdisciplinar Educação do Campo é uma das ferramentas pratico pedagógicas mais importantes atuantes no período de graduação, pois oferece condições de vivenciar o ambiente escolar rural, que em maioria não é abordado no período formativo do futuro docente.

Em nível de identificar qual a contribuição do PIBID Interdisciplinar Educação do Campo na formação docente dos bolsistas, foi elaborado um questionário no qual os

participantes do programa puderam responder, a partir de suas interpretações pessoais, de que forma o PIBID tem contribuído com o aperfeiçoamento das práticas formativas no período de graduação. A partir da sistematização dos dados, foi possível criar gráficos que demonstram os resultados obtidos através da pesquisa, sendo esse material apresentado a seguir junto às análises.

Percepções sobre o PIBID Interdisciplinar Educação do Campo

Uberlândia possui 13 escolas no campo, mas apenas 04 escolas integraram o PIBID Interdisciplinar Educação do Campo: Escola Municipal Sobradinho, Escola Municipal José Marra da Fonseca, Escola Municipal Dom Bosco e a Escola Municipal Freitas Azevedo. Ao todo possuía como integrantes 2 coordenadores (docentes da Universidade Federal de Uberlândia), 4 supervisores (docentes das escolas participantes), 36 alunos bolsistas (discentes das diversas licenciaturas participantes do projeto).

O questionário abordou o interesse do discente em ser um futuro professor do ensino básico, pois muitos graduandos possuem o ideal de trabalhar enquanto docentes desde que seja no ensino superior e não avaliam as possibilidades do ensino fundamental e médio devido ao desafio em lecionar para crianças e adolescentes mediante as precariedades das condições de trabalho que implicam em uma maior dificuldade no ensino, como por exemplo a estrutura comprometida das escolas e os péssimos salários dos professores.

A escola e o exercício da profissão docente já não são mais aqueles entes abstratos e distantes das disciplinas teóricas, mas possuem existência física determinada. Por outro lado, não sei ainda se tenho confiança para encarar uma sala de aula por minha conta (Bolsista de Iniciação à Docência/BID 1).

A partir das respostas dos bolsistas foi possível constatar (gráfico 1) que a maioria dos alunos possuem interesse em ser professor do ensino fundamental e médias graças as experiências construídas durante o PIBID. 11 BID's afirmaram que possuem muito interesse e 08 muitíssimos interesses em lecionar no ensino básico, totalizando assim mais da metade dos bolsistas participantes da pesquisa.

Gráfico 1: Interesse em ser professor no ensino básico.



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

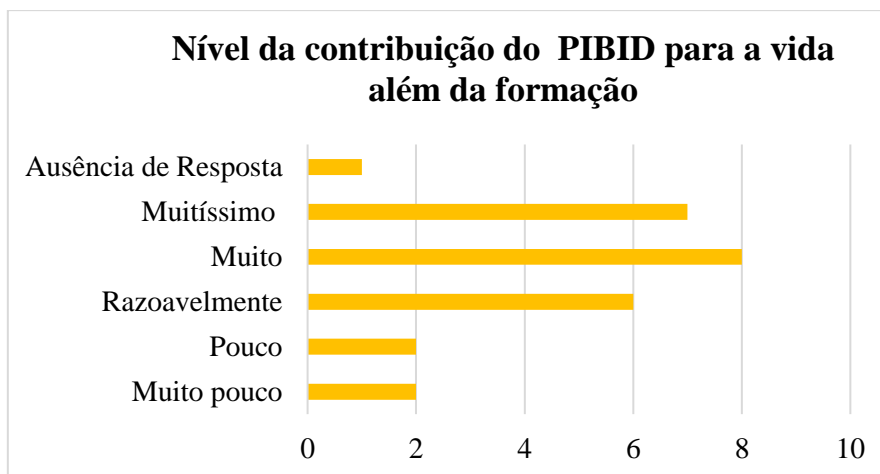
O PIBID mostrou-me que estava no caminho certo. A educação é o que quero para mim (BID 2).

Sempre quis ser professor e ao realizar as atividades com os alunos, fiquei ainda mais interessado em seguir carreira. As atividades foram muito bem elaboradas e realizadas, tendo um “gosto” de sucesso e aprendido (BID 3).

Acredita-se que participar do programa tem sido uma oportunidade de conhecer mais sobre os próprios interesses profissionais futuros, bem como as aptidões enquanto professores do ensino básico (níveis fundamental e médio). Isso é um dos pontos chaves para a formação de professores, pois é necessário que os mesmos se identifiquem tanto com o ambiente em que desenvolverão suas práticas, bem como que tenham a autonomia para participar do processo educacional dos alunos para assim, reconhecer em si o interesse no ensino e identificar onde e como melhorar nas práticas enquanto professor, tendo o PIBID como um agente influenciador e possivelmente fortalecedor desse processo.

Outra percepção obtida através das respostas dos BID's, foi que o PIBID contribui com a formação dos indivíduos para além dos muros da escola, como desmonstrado no gráfico 2. Grande parte dos bolsistas afirmaram a importância do programa em relação ao nível de contribuição das atividades. 7 BID's disseram que o nível de contribuição foi muitíssimo alto, enquanto que 8 alunos consideraram o nível de contribuição muito alto. Apenas 4 bolsistas, ao todo, afirmaram que o nível foi pouco ou muito pouco.

Gráfico 2: Relevância do PIBID para além do processo formativo.



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Me ajudou a desenvolver mais sensibilidade como ser humano e aprender a lidar com a diversidade dos outros. (BID 4).

Ajudou com a vivência com os colegas do mesmo curso e outros cursos também (BID 5).

O PIBID de Educação do Campo ressignificou minha militância (BID 6).

O PIBID me fez ter um olhar mais cuidadoso e empático com as outras pessoas. Conheci outro tipo de vivência que era fora da minha realidade e isso foi muito importante, pois vou me tornar um professor que escute mais o aluno do que um professor que só passa conteúdo (BID 3).

A maior parte dos depoimentos relatam a importância do PIBID enquanto oportunidade de vivências coletivas, ao qual os bolsistas puderam aprender com a companhia do outro, sendo esse colega de projeto ou aluno da escola em que atuavam. Uma das diretrizes propostas pela interdisciplinaridade é justamente a de “convidar” as especificidades de processos formativos diferenciados para um diálogo onde o mais importante seja unir, sem descartar os conhecimentos oriundos de nenhuma ciência, os métodos e as metodologias e o trabalho, que apesar de diferentes, constroem a educação.

Uma das questões propostas pelo questionário propunha que o bolsista elencasse pontos positivos que, a partir das experiências na escola, puderam ser reconhecidos. As respostas seguintes reafirmam o que o gráfico 2 demonstrou através dos dados. A oportunidade de pertencer as equipes de trabalho do PIBID interdisciplinar oferece a chance de conhecer a si mesmo, bem como a realidade escolar ao qual os futuros docentes serão submetidos.

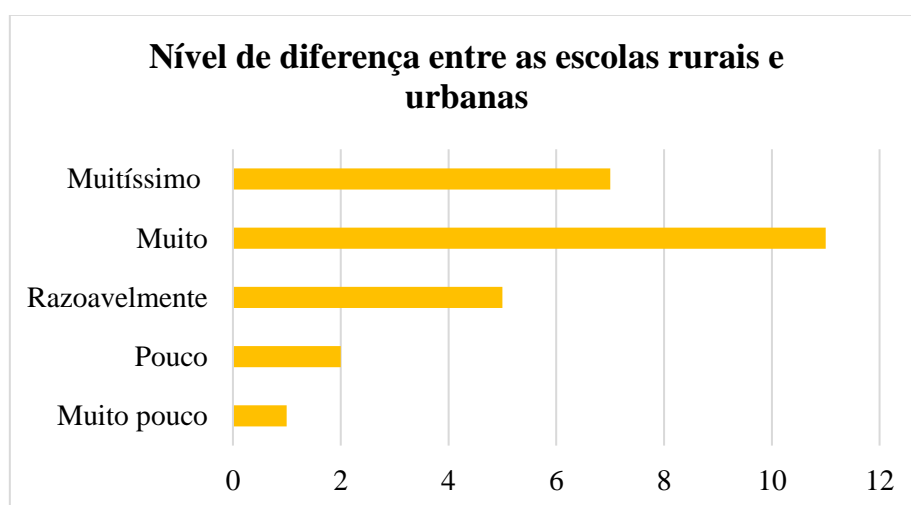
Percebi que aprendemos muito com os alunos, pois eles nos fazem ampliar a percepção da realidade. Reconheci as diferenças e privilégios entre os alunos e desenvolvi minha própria didática através do PIBID (BID 7).

O PIBID contribui para nossa experiência docente, exige certa iniciativa e também flexibilidade para saber atuar e conduzir nas circunstâncias que aparecem (BID 1).

O PIBID é um aliado na formação inicial dos graduandos nas diversas licenciaturas que integram o projeto, atuando como um fortalecedor nesse processo. O estágio supervisionado, é uma etapa obrigatória prevista pela grade curricular das licenciaturas, mas não é o suficiente para que o discente conheça de fato o ambiente escolar e as práticas exercidas no mesmo. Cabe ao PIBID então, auxiliar nesse processo, promovendo a interação entre o meio acadêmico, com a rotina escolar.

Até então, as reflexões realizadas nas análises acima compreenderam o contexto educacional como um todo, sem levar em consideração as especificidades das escolas rurais, bem como a contribuição do PIBID interdisciplinar diante dessa realidade no que diz respeito à formação de professores. Pensar sobre a importância do contato dos discentes com as escolas rurais durante o período da graduação é muito importante para o contexto ao qual essas escolas se inserem. Como já discutido, a realidade das escolas no campo diferem-se das escolas no urbano e o ideal seria que os professores estivessem preparados para atuar em ambos contextos. O gráfico 3 demonstra o posicionamento dos bolsistas em relação a essa diferenciação.

Gráfico 3: Diferenciação entre o ambiente escolar urbano e rural.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

As atividades realizadas com a equipe pedagógica, bem como com os alunos das escolas rurais diferem-se das escolas urbanas, trazendo a reflexão na maioria dos BID's que há sim diferenças entre os dois contextos escolares. Através do questionário, bolsistas disseram que os alunos possuem um comportamento diferente, pois são mais respeitosos e por vezes mais amistosos. A estrutura escolar, de acordo com os depoimentos, também possui diferenças, devido a proximidade da comunidade onde os alunos vivem, com tal ambiente bem como com o contato com a natureza devido a localização onde está inserida.

A diferença se torna mais evidente nas conversas com os alunos por terem um conhecimento muito mais apurado sobre a vida do campo. (BID 8).

As escolas tem estruturas, são localizadas e possuem condições e alunos diferentes. Eu não falo isso em tom de preconceito e julgando, mas pela observação da realidade. (BID 9).

No PIBID de Educação do Campo, pude perceber a necessidade de uma educação específica para a comunidade rural, devido a seu modo de vida diferente da cidade e vivências distintas. (BID 6).

Os discentes possuem perspectivas diferentes relacionadas as escolas do campo. A maioria concorda que sim, as escolas rurais possuem especificidades em sua constituição. Tal ideia partiu principalmente a partir das vivências proporcionadas pelo projeto interdisciplinar ao qual tiveram tal oportunidade. Retomando a discussão acerca da formação de professores, a partir das análises das respostas dos BID's é de fato atestado o quão importante o PIBID é enquanto primeiro contato do licenciando com a realidade campesina, cabendo aqui a indagação: Será que sem o PIBID, os alunos teriam acesso a essas escolas em algum momento da formação?

Talvez eu não perceba muito a diferença, pois a escola que participo está localizada em uma área bem próxima da cidade. (BID 10).

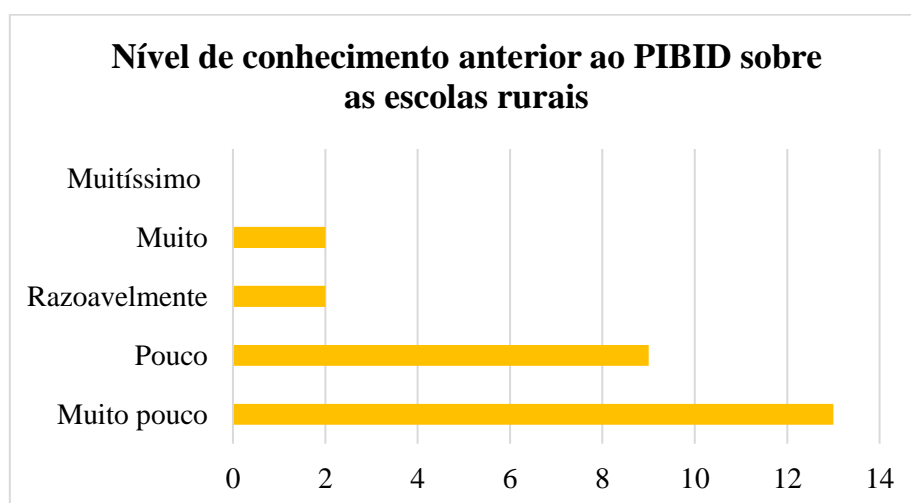
A transcrição anterior retrata outro ponto de vista acerca da realidade rural percebida pelos bolsistas. As escolas rurais nem sempre seguem o esteriótipo geralmente retratado pela mídia, sendo um espaço precário, meio ao vasto campo delimitado enquanto zona rural. A Escola Municipal Freitas Azevedo, por exemplo, foi instituída em 2001 quando a área ainda não era ocupada por uma grande quantidade de pessoas e nem oferecia uma estrutura urbana, sendo considerada fora do quadrante da cidade, ou seja, área rural. 16 anos após a instalação da escola, a localidade foi reconhecida como um setor de chácaras, devido a chegada de edificações como posto de saúde, casas, igrejas, comércio, praças, acesso ao transporte público, tratamento de água e esgoto, vias asfaltadas, energia elétrica e água encanada. O atual bairro Morada Nova tornou-se tão urbanizado quanto outros bairros da cidade, porém, mesmo com as mudanças, a escola continua sendo considerada

pela Prefeitura Municipal de Uberlândia uma escola rural. Os alunos não se reconhecem enquanto sujeitos do campo, o corpo docente também compreende que a escola não é uma escola rural.

A realidade histórico-social das escolas são diferentes, mesmo dentro do mesmo projeto sendo consideradas escolas rurais (BID 1).

Nesse sentido, como categorizar o que é ou não a escola rural? Como realizar um ensino do campo em um ambiente multifacetado? O PIBID Interdisciplinar no viés da educação do campo, inspira a reflexão em diferentes níveis, do que é de fato o ambiente escolar no campo e de que forma, enquanto futuros professores, podemos auxiliar nesse processo educacional que é pouco valorizado. Deve-se levar em consideração qual o conhecimento acerca da temática por parte dos licenciandos. O gráfico 4 reafirma o nível de conhecimento sobre as escolas rurais, sendo muitas vezes nulo.

Gráfico 4: Conhecimento das escolas rurais.

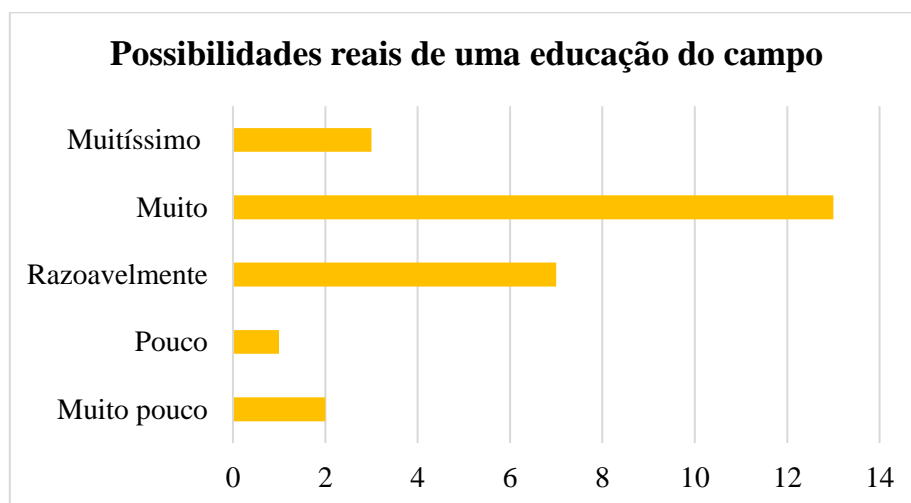


Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Partindo do pressuposto de que os atuais alunos das licenciaturas serão os futuros professores tanto das escolas urbanas, como das escolas rurais, a formação adequada é de extrema importância. O nível de conhecimento sobre o ensino no campo antes de ingressar no PIBID, de acordo com a maioria dos bolsistas, era muito pouco ou pouco. 22 participantes no total de 26, desconheciam a realidade escolar rural, sendo o PIBID o responsável pelo contato primário com as unidades. É provável que sem o ingresso no programa, parte dos bolsistas continuariam sem saber sobre a existência das escolas no campo.

O PIBID Interdisciplinar Educação do Campo, pode então ser compreendido como um elo entre formação prática e teórica já que durante toda a participação no projeto, são realizados momentos formativos como leitura de texto e discursões em grupo acerca do ensino no campo, bem como a elaboração de projetos nas e para as escolas, que dizem respeito aos ideais educacionais por uma educação do campo (Gráfico 5).

Gráfico 5: Propostas e diretrizes para uma educação do campo.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

As respostas do gráfico acima correspondem a seguinte questão: “Você acredita nas propostas e diretrizes para uma educação DO campo?”, grande parte dos bolsistas responderam que acreditam muito ou que razoavelmente consideram as propostas válidas. Alguns bolsistas reforçam que as políticas públicas voltadas para o ensino escolar do campo são muito interessantes e possuem seu valor, porém não funcionam na prática e não há possibilidade de serem implementadas devido ao contexto político atual, que desvaloriza e trata com descaso a educação nacional.

Uma vez colocadas em prática, essas propostas e diretrizes (Educação do Campo) contribuiriam para reduzir a evasão das

escolas do campo e aumentar a escolaridade dos estudantes dessas escolas (BID 1).

Fala-se muito e aplica-se pouco. Em regiões menos privilegiadas como a nossa é ainda pior, pois pouco se discute e menos ainda se faz (BID 11).

É necessário respeitar os costumes da comunidade rural e adequar o material didático, o calendário e toda a educação para ser acessível à eles (BID 6).

A consciência da educação do campo e de como ela é benéfica em vários sentidos para os alunos, comunidades rurais, escolas e equipe pedagógica escolar, foi despertada em boa parte dos BID's atuantes no referido projeto, que não só acreditam, mas se empenham para fazer a diferença nesse quadro educacional repleto de descaso e precariedades. Como futuros professores, cabem a eles continuar a caminhada nesse processo por um ensino que seja cada vez mais humanizado, empático e que vise a melhora, de fato, na vida desses sujeitos do campo, tendo a escola como um alicerce.

Considerações finais

Apesar das várias políticas públicas para a especialização docente do campo, não são todos os profissionais que conseguem ter acesso a essa formação direcionada que atenda as demandas educacionais desse meio repleto de particularidades. Os cursos de licenciatura não possuem estrutura capaz de instruir o futuro professor nas práticas gerais escolares e é por isso que programas complementares de cunho formativo são de extrema relevância para um bom desempenho da função docente. O PIBID, nessa perspectiva, é uma das ferramentas prático-pedagógicas mais importantes no contexto da Universidade Federal de Uberlândia.

O PIBID é um dos programas que mais atingem os licenciandos durante o processo de formação, seja pela necessidade da bolsa ou pelo interesse nas diretrizes propostas pelo mesmo. Durante o programa, forma-se um elo raro que une horizontalmente o campo de atuação, que é a escola, com as teorias e discussões oriundas da universidade. A modalidade interdisciplinar educação do campo expande ainda mais a formação dos licenciandos, pois oferece a oportunidade das práticas educacionais em um ambiente ainda pouco explorado em relação ao ensino no urbano e que possui uma demanda urgente de pesquisa e atuação específica.

A partir das vivências dos BID's nas escolas rurais/campo, foi possível identificar algumas das dificuldades que as unidades enfrentam, porém, a percepção de que uma educação especializada para essas unidades não somente é possível, como é necessária, aumenta. A importância das escolas no campo baseia-se, no direito de oferecer a todos,

sejam esses das áreas urbanas ou rurais, a capacitação para que o campo das oportunidades não deixe de existir para os que vivem fora do considerado centro.

A análise expôs a importância do PIBID Interdisciplinar Educação do Campo enquanto um projeto que colabora no processo formativo inicial dos futuros professores, dando ênfase a realidade encontrada nas escolas do campo. A oportunidade em integrar tal projeto promove o fortalecimento da educação, tanto no viés discente, quanto no docente pois se qualifica futuros professores para atuar com mais propriedade profissional nas escolas em geral. Vale a ressalva de que a formação adequada contribui com as diretrizes e propostas para uma real educação do campo e o PIBID Interdisciplinar é o “pontapé” inicial. É preciso ir além nesse processo formativo e buscar, em outras fontes, novas formas de entender para contribuir com a real mudança do ensino para o campo, no campo.

No entanto, destacamos que infelizmente com as reformulações do PIBID no decorrer do ano de 2018, que inicialmente foi suspenso e depois reeditado com a inclusão da Residência Pedagógica, o PIBID Interdisciplinar foi encerrado, deixando de atuar nas escolas do campo, bem como no âmbito da UFU.

Referências

BARREIRO, I.M.F. **Política de educação no campo**: para além da alfabetização (1952-1963). São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: Traços de uma identidade. In ARROYO, M.G., CALDART, R.S., MOLINA M. (Org.). **Por uma educação do campo** Petrópolis: Vozes, 2004, p.147-158.

CARVALHO, I. de O. **Reflexões sobre a formação docente do licenciando participante do PIBID Interdisciplinar Educação do Campo na Universidade Federal de Uberlândia**. 2017.52 f. TCC (Graduação em Geografia), Instituto de Geografia, UFU, 2017

CARVALHO, S. M. G. de. **Educação do Campo**: PRONERA, uma política pública em construção. 2006. 226 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, 2006

CHELOTTI, M. (Org.) **Diálogos do PIBID com as escolas do/no campo**. Ituiutaba/MG: Barlavento, 2016

COSTA, E. M.; MONTEIRO, A. L. PROCAMPO: uma política de formação inicial para o docente do campo. XVI ENDIPE - **Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino** (UNICAMP). Campinas, 2012.

DAMASCENO, M. N.; BESERRA, B. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p.73–89, abr.2004.

DECLARAÇÃO FINAL DA II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: Por uma política pública de educação do campo. Luziânia, Goiás, agosto de 2004. Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, v. 29, n. 2, p. 283-293, 2004.

FELÍCIO, H. M. dos S. O PIBID como “terceiro espaço” de formação inicial de professores. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 42, p. 415-434, maio/ago. 2014.

II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Declaração Final. Por uma política pública de educação do campo**, Luziânia, GO, 2 A 6 de agosto de 2004.

KRAMES I. P.; CARDOSO A. C. B.; SILVA M. A. da. PIBID Interdisciplinar: contribuições para a formação docente do licenciando. **Cadernos Acadêmicos**: Tubarão. v. 7, n. 1, p. 123-139 jan./jun, 2015.

LOBATO, M. **Urupês**. Tatuapé: Brasiliense, 1994.

MACIEL, K. de F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. de A. Avanços e Desafios na Construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

MOLINA, M.C., ANTUNES-ROCHA, M. I. Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de Formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.220-253, jul./dez. 2014.

MUNARIM, A.; BELTRAME, S.; CONDE, S. F.; PEIXER Z. I. (Org.). **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010.

RAMAL, C. T. **A educação do campo e a realidade do município de Vitória da Conquista (BA)**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

SEVERINO, A. J. Subsídios para uma reflexão sobre novos caminhos da interdisciplinaridade. **Serviço Social e Interdisciplinaridade**. São Paulo, Cortez, 1989.

TINTI, D. da S. **PIBID: um estudo sobre suas contribuições para os processos formativo de alunos de licenciatura em matemática da PUC-SP**. 2012. 146 f. Dissertação. (Mestrado em Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Sobre os autores

Marcelo Cervo Chelotti – Graduação em Geografia Universidade Federal Santa Maria (UFSM); Mestrado em Geografia Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente na Universidade Federal de Uberlândia (UFU); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-5236-7272>.

Isabele de Oliveira Carvalho – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Mestranda em Geografia do Pontal na pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-0586-1411>.

Como citar este artigo

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID

Interdisciplinar Educação do Campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Isabele de Oliveira Carvalho** ficou responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual pesquisa de campo, realizando as entrevistas com os bolsistas PIBID, analisando e sistematizando os dados coletados. O autor **Marcelo Chelotti** ficou responsável pela sistematização e análise dos dados.

Recebido para publicação em: 14 de novembro de 2018

Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019

Aceito para a publicação em: 06 de março de 2019

Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica

Aline Weber Sulzbacher

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – Diamantina, Minas Gerais, Brasil.

e-mail: aline.weber@ufvjm.edu.br

Resumo

Este artigo se propõe a indicar possibilidades analíticas na Geografia, considerando relação entre as categorias Território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006) e Campo (BOURDIEU, 1993; 2005; 2007), com um intuito provocativo e reflexivo. Entende-se que poder e política são conteúdos fundantes do Território e do Campo. Para tal, toma-se como princípio a necessidade de uma perspectiva relacional sobre poder e política, para estudá-los sob um viés geográfico, pois estão intrinsecamente relacionados, um ao outro, pelo fato de que só o podem ser mutuamente. Por sua vez, uma relação pressupõe uma situação e um sentido, território e campo, entendendo que os agentes estão situados, que determinadas relações somente são possíveis em determinados contextos, e que por tal característica resguardam particularidades. É a partir das relações de poder (inclusive simbólicas) e política, que se fundamentam as lógicas de um determinado campo em territorialização.

Palavras-chave: Poder; política; geografia política.

Relational perspectives of the Territory and Field categories in geographic analysis

Abstract

This article proposes to indicate analytical possibilities in Geography, considering a relationship between the categories Territory (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006) and Field (BOURDIEU, 1993; 2005; 2007), with a provocative and reflective purpose. It is understood that power and politics are foundational contents of the Territory and the Field. To do so, we assume that a relational perspective on power and politics is necessary to study them under a geographical eye, for they are intrinsically related to each other by the fact that they can only be mutually related. In turn, a relation presupposes a situation and a sense, territory and field, understanding that the agents are situated, that certain relations are only possible in certain contexts, and that by such characteristic they guard particularities. It is from the relations of power (including symbolic) and politics, that are based the logics of a given field in territorialization.

Keywords: Power; politics; political geography.

Perspectives relationnelles des catégories Territoire et Champ en analyse géographique

Résumé

Cet article a pour but d'indiquer les possibilités d'analyse en géographie, compte tenu de la relation entre les catégories de Territoire (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006) et Champ (BOURDIEU, 1993, 2005, 2007), dans une perspective réflexive. Il est entendu que

le pouvoir et la politique sont des contenus du Territoire et du Champ. Pour ce faire, nous supposons qu'une perspective relationnelle sur le pouvoir et la politique de les étudier sous un aspect géographique est nécessaire, car ils sont intrinsèquement liés, un au autre, par le fait que seulement peuvent être mutuellement. À son tour, une relation suppose une situation et un sens, le territoire et le champ, étant entendu que les agents sont situés, que certaines relations ne sont possibles que dans certains contextes, et que cette caractéristiques indiquent des particularités. Il est des relations de pouvoir (y compris symbolique) et la politique qui sous-tendent la logique d'un champ en processus du territorialization.

Mots-clés: Pouvoir; politique; géographie politique.

Introdução

Eu digo que a geografia é uma ciência política, porque quem lida com espaço geográfico, território, necessariamente trata de política. (Bertha Becker)

Embora a geografia e a política possam ter amplas relações, como sugere Bertha Becker, a política e o poder passam a ter maior espaço na agenda de pesquisa da Geografia nos últimos anos, sobretudo no Brasil pós os anos de 1980, indicando desafios epistemológicos. Um exemplo a ser citado é o desenvolvimento de estudos e pesquisas que envolvem conceitos-chaves como política, território, poder, bem como reflexões sobre o Estado (mormente quanto à execução de políticas públicas) e, também, o uso de diferentes ferramentas metodológicas, dada a emergência de novos agentes e de novas pautas.

Assim, ao percorrer um panorama histórico e geográfico de constituição do pensamento da geografia política (SANGUIN, 1975), situamos as questões contemporâneas, principalmente a ênfase nos conceitos de política, poder e território. Castro (2005, p. 11) indica “a necessidade de reencantar a política na geografia”, pois “nunca a dimensão política dos fenômenos teve tanta visibilidade e nunca se precisou tanto do olhar geográfico para desvendar a complexidade de fatos entrelaçados”¹. Mas os geógrafos têm contribuído para a compreensão da “complexidade de fatos entrelaçados” dos fenômenos políticos? Embora tal dimensão de análise tenha se tornando recorrente nas pesquisas geográficas, ainda há um campo a ser construído.

Assim, este artigo se propõe a indicar possibilidades analíticas na Geografia, considerando relação entre as categorias Território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006; SOUZA, 2013) e Campo (BOURDIEU, 1993; 2005; 2007), com um intuito provocativo e reflexivo. Entende-se que poder e política são conteúdos fundantes do Território e do Campo. Para tal, partimos do princípio de que é necessária uma perspectiva relacional sobre poder e política para estudá-los sob um olhar geográfico: poder e política estão intrinsecamente relacionados, um ao outro, pelo fato de que só o podem ser mutuamente –

¹ Idem, p. 277.

existência condicionada à relação. Por sua vez, uma relação pressupõe uma situação e um sentido, que são estruturantes na objetivação da realidade.

As reflexões e questões aqui apresentadas são oriundas do percurso investigado referente à tese de doutorado², desenvolvida no período de 2011 a 2014, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Assim, em termos metodológicos, a pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e incursões a campo para realização de entrevistas semiestruturadas – ao modo de conversas interessadas – e grupos focais com agricultores assentados.

Poder e política no(s) território(s)

Pourquoi tant de gens soulèvent-ils la question du pouvoir aujourd'hui ? Est-ce là un sujet si important ? Et si indépendant qu'on puisse en parler sans tenir compte des autres problèmes ? (Michael Foucault)

As questões apresentadas nessa epígrafe foram escritas por um “jornalista de um grande jornal francês”, direcionadas à Foucault, ao que ele responde: *Pour nous, de toute façon, le pouvoir n'est pas seulement une question théorique, mais quelque chose qui fait partie de notre expérience* (FOUCAULT, 1982, s/p). O poder ainda ressoa como “qualquer coisa que faz parte da nossa experiência”, embora tendo passado mais de trinta anos, há questões teóricas sobre o poder e sua ontologia na sociedade contemporânea – seus mecanismos, funcionamento e no âmbito da geografia, sobre a dimensão espacial do poder ou, ainda, como os poderes implicam nas geografias. Para Claval (2010), o poder é um elemento de explicação indispensável, mas é muito mais invocado do que analisado, aparece nos conflitos e tensões que até então eram vistos como harmônicos.

As discussões sobre a dimensão espacial do poder, e do poder e sua relação com a política, são contemporâneas na Ciência Geográfica. Enquanto uma categoria da filosofia política e que, no século XX ganhou importância nas ciências sociais, o poder na análise geográfica é influenciado pelos fatos políticos e pelas reflexões de Michel Foucault, dentre elas, a de que “[...] foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração; mas talvez ainda não se saiba o que é o poder” (FOUCAULT, 1979, p. 75).

Dumont (2010) analisa as influências do filósofo na Geografia a partir da criação e publicações da revista *Hérodote* demonstrando também as mudanças na forma de conceber o lugar do poder no pensamento geográfico francês dos anos 1970 e 1990:

² Programa de Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente, sob orientação Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol.

[...] os primeiros [revista Hérodote e Claude Raffestin] evoluem em um contexto de uma concepção “centrada no Estado” do poder dos anos 1970 (guerra fria), enquanto que o último [Michel Lussault] sobre uma concepção “centrada no indivíduo” dos anos 1990. [...] Efetivamente, eles expressam a passagem de uma concepção que abordava o espaço e política, para outra na qual o espaço é política ou, de forma ampliada, substituindo uma abordagem dissociando as relações sociais e o espaço por outra, estimulando a considerar o espaço como relação (DUMONT, 2010, p. 03 – tradução nossa).

Tal mudança de uma perspectiva “centrada no Estado” para uma perspectiva “centrada no indivíduo”, passando a conceber o político como sendo diretamente ligado ao espaço (*l'espace est politique*) é um marco teórico-metodológico para a reflexão e discussão da relação entre espaço e política e, espaço e poder. Marca, igualmente, o questionamento sobre as dimensões espaciais da política e do poder ou sobre quais as possíveis contribuições da geografia para a compreensão dos fenômenos ligados ao poder e a política. Assim, a análise geográfica do poder e da política sob um viés relacional aqui apresentado traz duas perspectivas complementares: na primeira, é o poder que atualiza a política, que lhe confere conteúdos; na segunda, consideramos que é através da política que se põe em disputa o poder para dizer/fazer/induzir algo, dar sentido a um determinado projeto.

Ao discutir o poder e a política Dussel (2007) apresenta uma concepção de poder que propõe análise a partir do sujeito: “o ser humano é um ser vivente” e este “*querer-viver* dos seres humanos em comunidade denomina-se vontade. A *vontade-de-vida* é a tendência originária de todos os seres humanos” (DUSSEL, 2007, p. 25 – grifos originais). Para o filósofo, a vontade-de-viver é a essência positiva do poder, uma vez que move o ser humano – vivente – a buscar, inventar ou desenvolver, meios de sobrevivência para satisfazer suas necessidades. Assim, é a partir da comunidade, como origem de todo poder – *potentia*³, que se constitui a política, a *potestas*⁴– desenvolvimento do poder político, poder como mediação – como atividade que organiza a vida. Logo, se o poder é originário na comunidade e dessa capacidade de sobreviver, a política será a atividade coletiva que institucionaliza o acontecer da vida:

[...] quanto ao *conteúdo* e à *motivação* do poder, a ‘vontade-de-vida’ dos membros da comunidade, ou do povo, já é a determinação *material* fundamental da definição de poder político. Isto é, a política é uma atividade que organiza e promove a produção e a reprodução e o aumento da vida de seus membros (DUSSEL, 2007, p. 26 – grifos originais).

³ Em Dussel (2007, p. 29), *potentia* refere-se “ao poder que tem a comunidade como faculdade ou a capacidade que é inerente a um povo enquanto última instância da soberania, da autoridade, da governabilidade, do político.”

⁴ Por Dussel (2007, p. 20), *potestas* refere-se « a necessária institucionalização do poder da comunidade, do povo”.

Tal aceção nos conduz a compreender que o poder tem relação direta com a situação geográfica e com a capacidade de organização da comunidade a fim de institucionalizar suas necessidades, que ocorre através da política. Portanto, cotidiano e o lugar que compõem o mundo imediato são, assim, universos que nos auxiliam nessa leitura do poder e dos indivíduos investidos de poder – que assumem posições, como agentes, em determinado campo, porque investidos da política como potestas.

Para Dussel (2007, p. 32) “O processo de passagem de um momento fundamental (*potentia*) a sua constituição como poder organizado (*potestas*) começa quando a comunidade política se afirma a si mesma como poder instituinte [...]” Essa passagem da *potentia* para a *potestas* é fundamental, caso contrário temos somente a *potentia* que, como princípio, guarda em si o potencial, “de ser uma possibilidade futura” (DUSSEL, 2007, p. 32). Como o próprio autor destaca: “o poder como *potentia* [...], embora seja o fundamento de todo poder político, se não fosse atualizado (por meio da ação política com poder) ou institucionalizado (por meio de todas as mediações políticas para poder cumprir as funções do político), ficaria em potência, como uma mera possibilidade inexistente.” Portanto, é a política, em seu exercício, que institucionaliza o poder – lembrando sempre que o compreendemos como essa capacidade da comunidade em sobreviver ao meio, em definir suas prioridades e necessidades.

Para Sánchez (1992) compreender a política implica em entendê-la como um “jogo de interesses sociais contrapostos” e na relação entre política e poder (propondo o poder como a “capacidade de intervir sobre o espaço, de modificá-lo”). Logo, a dimensão espacial da política realiza-se nessa capacidade de intervir sobre o espaço, objetivando, deste modo, uma determinada configuração do poder: esse poder de ação sobre os outros – ou entre homens – que resulta na sua objetivação sobre o espaço.

E essa objetivação tem como um dos focos o corpo humano, que é “um corpo socializado, investido na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada” (BOURDIEU, 2007, p. 167). Ou, como fala Dussel (2007, p. 52), a política conduz a uma determinada ação que é “*estratégica*, não meramente instrumental (como a técnica que transforma a natureza), uma vez que se dirige a outros sujeitos humanos que, como atores, ocupam espaços práticos, hierarquizam-se, oferecem resistência ou ajudam na ação uns dos outros...”.

O espaço, portanto, é o ponto de partida e de retorno, como sugere Claval (1976). Não como mero suporte da vida, mas em sua condição objetiva que impõe possibilidades e restrições sobre o futuro – estas últimas, muitas vezes, superadas de acordo com as capacidades políticas do grupo. A política envolve a discussão sobre o *devoir*, trata-se de um processo de interação, de imbricação de leituras de mundo e da formulação de ações prospectivas.

Portanto, o que “a política significa aqui e agora é resultado de um longo processo histórico”, que fez com que se firmasse “como uma atividade na vida social dos homens” (MAAR, 1984, p. 29). Trata-se de uma atividade que versa sobre o futuro, no presente e a partir da relação com o mundo:

A própria atividade política, longe de ser apenas voltada a uma transformação do ‘mundo objetivo’ com vistas ao futuro, significa, no presente, o exercício de uma atividade transformadora da consciência e das suas relações com o mundo. Assim as próprias propostas políticas são repensadas em cima do que elas têm a oferecer já, aqui e agora (MAAR, 1984, p. 22).

Tal assertiva – da atividade política como transformadora da consciência e das suas relações com o mundo – vem ao encontro dos pressupostos que foram antes apresentados sobre a relação entre poder e política: (1) o poder como conteúdo da política e (2) a política que põe em disputa o poder. A política envolve não somente um aqui e agora. Implica em um depois, em pensar o tempo longo. Indica também determinada expertise ou um *habitus* do político, ou seja, essa capacidade de inserção em determinadas redes que podem potencializar determinadas causas ou pautas demandadas pelo grupo.

Deste modo, o campo de poder se constitui a partir de determinadas posições sociais em permanente disputa e se movimenta a partir da ação de seus agentes: ou seja, estes sujeitos, em sua condição de *posto* em um determinado mundo, indicam uma situação, leituras, acesso, participação nesse e em outros mundos. Afinal, o corpo também fala, pois ele “[...] está no mundo social, mas o mundo social está no corpo [...]”. As próprias estruturas do mundo estão presentes nas estruturas (ou melhor, os esquemas cognitivos) que os agentes empregam para compreendê-lo [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 185).

Como desenvolve Dussel (2007, p. 34) “a comunidade atua por meio de cada um de seus membros de maneira diferenciada” e que é o fundamento do exercício delegado do poder político. Assim, “a política será a longa aventura do uso devido (ou corrompido) da *potestas*” (DUSSEL, 2007, p. 33). Mas a atividade política, embora necessariamente coletiva e fundada nesse espaço do “discutir uns com os outros”, é executada por um representante⁵ e pode apresentar uma cisão: ora para o poder obediencial (em obediência aos interesses da comunidade) ora para uma fetichização do poder. Esta última será a função política exacerbada e sua inversão, ou seja: “a ação do representante, do governante [...], indevidamente, é uma ação *dominadora*, e não um exercício *delegado* do poder da comunidade” (*Idem*, p. 45). Assim, entre o indivíduo singular em seus esquemas cognitivos

⁵ Que é uma delegação do poder “para que seja exercido ou completo em ‘serviço’ dos representados que o escolheram...” (DUSSEL, 2007, p. 41).

para compreender seu mundo e a posição social particular no campo como agente, há mediações fundamentais cujas racionalidades são específicas a cada grupo social.

A aparência fenomênica do poder se expressa a partir da *potestas* – esse poder organizado, a política como institucionalização do poder. Ou seja, a política *em-si*, a atividade, em seu campo, é uma objetivação do poder, cuja ação sobre o espaço implica objetivação dessas relações que são seu fundamento. Portanto, quando em pesquisas nas ciências sociais nos detemos somente ao nível fenomênico da política – sobretudo das políticas públicas que resultam do “Estado em ação” – acabamos por tornar invisíveis os fundamentos, esquecemo-nos que o próprio Estado constitui-se enquanto uma instituição que enseja um campo de lutas e de contradições.

Enfim, para compreender as relações entre a política (como atividade), a ação política (como estratégica), do poder (fundamento), do espaço e o território enquanto essa prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993) exige-se uma perspectiva relacional. E é neste movimento que a categoria Campo pode contribuir.

Porque a Teoria dos Campos é importante na análise geográfica?

A partir das questões sobre poder e política inferimos que eles prescindem de uma perspectiva relacional, e que ocorrem em um determinado campo (forças/luta/ação). A existência de um campo indica a presença de um objeto em específico, de leis e de agentes que possuem determinado *habitus*, mantem/lutam por posições sociais a partir de determinado quantum de capital específico. Essas formulações para a categoria Campo são de Pierre Bourdieu e pretendemos aproximá-la com a concepção de território, numa abordagem relacional (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2006).

A teoria geral dos campos se propõe a explicar o processo de diferenciação social que tende a dividir a sociedade em múltiplos microcosmos especializados (CHAMPAGNE, 2008), a partir da articulação de conceitos como de *habitus* e capital. Na análise de Catani (2004, p. 11), “ao menos três aspectos centrais necessitam ser estudados para a compreensão do arcabouço epistemológico do trabalho sociológico de Bourdieu: o conceito de prática (ou o conhecimento praxiológico) e as noções de *habitus* e de *campo*” (grifos originais). Ainda assim, é importante contextualizar que o modo de reflexão relacional de Bourdieu nos exige, a todo tempo, recorrer aos outros conceitos complementares como o é de capital, poder, estratégia etc. E, também, de que se tem aqui a pretensão de lançar algumas questões provocativas, merecedoras de discussões complementares.

Desta forma, o modo de construção do objeto de forma relacional, a partir do campo, apresenta-se, assim, como uma síntese para compreender as relações, com a

identificação dos agentes, o mapeamento de suas lógicas e das regras que compõem o jogo no campo. Um ponto de partida para entender quais as concepções de mundo e como elas repercutem na produção do próprio campo. Indicam, assim, conflitos em função das diferentes perspectivas dos agentes que têm relação com as posições ocupadas no campo, por isso:

En términos analíticos, un campo puede definir-se como una trama o configuración de relaciones objetivas entre posiciones. Esas posiciones se definen objetivamente en su existencia y en las determinaciones que imponen a sus ocupantes, agentes o instituciones, por su situación (*situs*) actual y potencial en la estructura de la distribución de las diferentes especies de poder (o de capital), cuya disposición comanda el acceso a los beneficios específicos que están en juego en el campo, y, al mismo tiempo, por sus relaciones objetivas con las otras posiciones (dominación, subordinación, homología, etc.) (BOURDIEU, 1993, p. 02).

Essa trama de configuração de relações objetivas indica, sobretudo, uma determinada forma de ser e de conhecer o mundo social: “a cada um dos campos corresponde um ponto de vista fundamental sobre o mundo que cria seu próprio objeto e encontra nele mesmo o princípio de compreensão e explicação conveniente a esse objeto” (BOURDIEU, 2007, p. 120), ou seja, “cada campo é a institucionalização de um ponto de vista nas coisas e nos habitus”⁶. Para o autor:

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas de pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito de método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, substancialista: é preciso pensar relacionalmente (BOURDIEU, 2005, p. 28).

Para Bourdieu (2005), a categoria Campo está para além de um instrumento somente aplicável ao mundo científico, pois além da necessária objetivação do saber fazer científico, é imperiosa uma objetivação dos que a fazem (os intelectuais como agentes), além da compreensão de suas regras, dos diferentes capitais, dentre outros. Assim, o modo de pensar e de fazer ciência em Bourdieu tem por característica a perspectiva relacional e a vigilância com as condições objetivas de produção e reprodução de determinadas visões de mundo e estruturas de pensamento.

Assim, se a categoria campo indica um microcosmo social, cujas relações estão em disputa pela imposição de determinadas visões de mundo, então sua objetivação indica processo de formação de territorialidades. Neste exercício reflexivo, o território é apreendido

⁶ Idem, p. 121

enquanto o conteúdo de um campo, com seu respectivo objeto, leis e agentes, em situação de conflito porque disputam concepções sobre projetos e sobre leituras de mundo, consentimentos e práticas espaciais que objetivam determinada territorialidade em territorialização.

Desta feita, ao estarmos imersos em determinado território-campo, compartilhamos de determinada igualdade, mas somos ontologicamente diferentes e tal diferença, no campo, se mensura a partir do capital, entendido em Bourdieu, como “[...] todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social” (SOCHA, 2008, p. 46) e que tende “[...] a funcionar como capital simbólico (de modo que talvez valesse mais a pena falar, a rigor, em efeitos simbólicos do capital) quando alcança um reconhecimento explícito ou prático” (BOURDIEU, 2007, p. 295).

Portanto, conforme a lógica do campo haverá definição de qual tipo de capital válido no jogo. Se em uma determinada escala há relativa coesão que fundamenta o território-campo, em outra escala imediata podemos ter outro território-campo sobreposto – tal diferenciação tem relação, também, com a ação dos agentes. Adentramos, assim, em um movimento escalar, em que poderíamos simular diferentes territórios-campo (cada qual com territorialidades específicas), que em alguns momentos se conectam por pontos, de forma a constituir outro campo, cuja lógica territorial pode ser ao modo de uma rede ou de um rizoma.

As múltiplas relações entre o Território e o Campo

[...] em toda parte em que os homens se agrupam – seja na vida privada, na social ou na público-política –, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros. (Hannah Arendt)

Em relação à primazia do território no campo científico, Ripoll e Veschambre (2002) propõe uma necessária reflexão crítica tanto sobre seus efeitos científicos quanto sociais afinal, nessa pretensão de “querer tudo dizer, tudo explicar, ver tudo regrado a partir de um conceito-mestre, uma única entrada, uma única chave” de forçar que a riqueza e complexidade do mundo caibam em um único conceito, pode se acabar produzindo leituras reducionistas e confusas. As consequências sociais têm a ver com a influência desta leitura nos processos políticos.

A partir de considerações de Souza (2013) podemos dizer que há complexa relação entre território, poder e política: o território como determinada projeção espacial de relações de poder, é produzido, produto e produtor de política. Portanto, o território certas territorialidades, expressarão uma dada configuração desse movimento dialético, que é

colocado em marcha pelas relações sociais. Assim se partimos do pressuposto de que o território é um projeto em disputa, ainda que o projeto de um ator sintagmático possa estar hegemônico, isto não é *ad eternam*. É a partir das ideias de Raffestin (1993) que desenvolvemos uma perspectiva de território como projeto, sendo conteúdo de um determinado campo.

Dentre as contribuições de Raffestin (1993) está o fato de compreender que há uma escala de atores, embora sua análise seja centralizada nos atores coletivos classificando-os em atores sintagmáticos e os atores paradigmáticos. Como estratégia para se manter hegemônico, o ator sintagmático se utiliza de trunfos como os recursos, a população e o território. Em específico, o território, a partir dos elementos do sistema territorial – tessituras, nós, redes –, indica as relações entre os atores sintagmáticos e suas implicações espaciais, usando outros conceitos complementares, como nodosidade, centralidade, marginalidade, limites e fronteiras. Tais trunfos estão assim ligados a uma perspectiva escalar: território como projeto de produção e reprodução de um determinado conjunto de interesses visando determinados fins:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Quais implicações ao considerar o território como resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático? Indicamos, como uma primeira consequência, a necessidade de “abrir a caixa preta” dos territórios, que pressupõe olhar para o território (como fenômeno e como conceito) como um espaço de disputas, de lutas, de conflitos sobre concepções de mundo, sobre projetos para esse mundo. Desenvolvendo essa perspectiva, podemos dizer que cada território contém em si contradições, expressas em diferentes territorialidades em disputa, e que a dimensão hegemônica⁷ de um determinado território é estabelecida na relação entre poder e política. Assim, ao observar determinado território e suas dinâmicas internas, pode-se identificar um *campo* com suas regras, agentes, objeto.

Na escala da ação, o campo-território situa os grupos sociais, o homem como ser vivente em comunidade, fundamento da *potentia*. Aliás, na condição de *estar posto no mundo*, o sujeito participa da construção dele, ainda que representado ou deliberadamente

⁷ Conceito de hegemonia em Gramsci, a partir de Sader (2015, p. 08): “Quando as classes dominantes passam a se apoiar, em grande medida, na capacidade de difundir sua ideologia e fazer com que ela seja assumida pelas próprias classes dominadas e exploradas – ou por uma parte delas -, consegue impor sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade, o que dá uma base mais sólida ao seu poder”.

ausente – dimensão da *potestas*. Portanto, os espaços políticos são muito mais amplos do que exclusivamente aqueles da institucionalização da política. Há uma série de decisões cotidianas que indicam adesões a certas práticas espaciais (SOUZA, 2013) e, portanto, a determinadas concepções sobre o mundo, sobre a sociedade e, por sua vez, legitimam relações de poder, endossam o *quantum* de capital daqueles agentes que se assumem representantes dessa concepção e que se utilizam dos diferentes meios – em especial publicitários – para difundi-las. Essa adesão via a participação, consciente ou inconsciente, indica que se pode, eventualmente, não só *estar* como *ser* trunfo (RAFFESTIN, 1993).

Desta forma, a perspectiva relacional entre as categorias Território e Campo, na análise geográfica possibilita compreender que: 1) as relações sociais que endossam determinado “microcosmo social” (o campo) estão situadas geograficamente, ou seja, é imprescindível aqui considerar as particularidades inerentes ao “onde estão” – convoca-se, assim, para uma ruptura com o espaço abstrato, das relações sociais sem materialidade; 2) se as relações sociais estão situadas, isso nos indica que devemos compreendê-las em sua relação com o meio, sendo que o território vem a ser uma das categorias pois indica não somente uma determinada relação com o meio (e suas influências recíprocas), mas sobretudo, determinadas práticas espaciais e concepções (leitura sobre seu mundo), relações de *potentia* e *potestas*, que objetivam projeções sobre o devir. Como bem indicam Ripoll e Veschambre (2002, p. 23), uma das razões do retorno ao território é justamente o fato de que ele permite lembrar – no campo das ciências sociais – que não existe sociedade *hors-sol* e que toda sociedade tem uma dimensão geográfica e espacial.

Portanto, pressupomos que um território, além de não ser uno, também não é homogêneo, nem representa uma apropriação/produção exclusiva de determinado espaço geográfico. Está intrínseca à noção de território, o movimento permanente de disputa, de determinação sobre “qual projeto/programa” a ser executado – indicando, portanto, a visão de mundo hegemônica em determinada circunstância. Assim, a capacidade de produzir territorialidades tem a ver com a capacidade de fazer-se hegemônico no espaço e no tempo. Tem a ver com capacidade de articulação, de mobilização, de exercício do poder simbólico e da política como atividade. É por isso que, ao nível dos fenômenos, não há território sem conflitualidades.

Ainda assim, é preciso abrir a “caixa” do território como fenômeno. Isso significa reconhecer que há uma diversidade de programas também nesse nível escalar. Como caso exemplar, pode-se dizer que os agricultores assentados que seriam potenciais representantes de um determinado território-camponês indicam também disputas internas, por concepções sobre o devir, com leituras de mundo das questões que têm implicação direta sobre seu cotidiano e, também, para a sociedade (SULZBACHER, 2015). Portanto, quando algum movimento social apresenta seu programa, seu projeto de sociedade, com as

linhas gerais, isso indica que estamos acessando um território, cujo projeto se propõe hegemônico, pautado e construído a partir de determinados valores, perpassando pelo movimento da potencia para a potestas, a construção de um ideal de sociedade, de futuro, de sistemas produtivos etc. No entanto, em outras escalas (sobretudo local ou regional) isso pode ser inviável, naquele momento, pelo enfrentamento com outras lógicas, outras necessidades que se fazem imediatas. Tais condições objetivas indicam que a “materialidade jamais poderia ser desimportante” (SOUZA, 2013, p. 95) e indicam a condição dos sujeitos, como postos no mundo (HISSA, 2009).

Assim, um determinado território representa uma hegemonia, um programa de operações ainda que em disputa e pleno de resistências dos atores paradigmáticos – tais resistências, na leitura de Raffestin (1993), se fazem no cotidiano:

[...] O trunfo da geografia política é o homem, na sua qualidade de membro de uma coletividade, na sua existência cotidiana. [...] Não se trata de privilegiar o indivíduo, mas de lhe permitir conservar sua identidade e sua diferença na coletividade à qual pertence. Para tanto, ele deve poder dispor dos instrumentos teóricos que lhe permitem analisar as relações de poder que caracterizam o corpo social do qual é membro (RAFFESTIN, 1993, p. 168).

O autor prossegue e atenta para a dominação como uma naturalização dessas relações de poder e que nos propomos ler enquanto hegemonia de um determinado território-projeto – que representa, por sua vez, uma determinada visão de mundo, constituída a partir do poder simbólico.

Assim, sendo o território conteúdo de um campo, pressupõe entender que os agentes estão situados, que determinadas relações somente são possíveis em determinados lugares, e que por tal característica resguardam particularidades. É a partir das relações de poder, inclusive simbólicas, que se fundamentam as lógicas de um determinado campo. O poder político é expressão aqui dessa capacidade de direcionar a ação, dar-lhe algum sentido e é por isso, mais uma vez, que o território nos auxilia, como apresenta Haesbaert (2006, p. 92):

De qualquer forma, uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e objetificado. [...] o poder como relação [...] envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico.

Por ser inseparável que tentamos desenvolver uma análise relacional, uma vez que o território é sobretudo relacional – tanto por ser objeto de disputas⁸ quanto por estabelecer mediações entre singular e universal. Além disso, também é pertinente uma abordagem relacional do território, a fim de enfatizar sua inserção no conjunto de relações, pois “justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2006, p. 82).

O território é, por assim dizer, objeto em disputa tanto ao nível fenomênico (da realidade vivida) quanto ao nível conceitual. Cabe aqui recorrer, novamente, as observações de Bourdieu (2006, p. 113):

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por meio deste, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de *di-visão* que, quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.

Em uma segunda assertiva, pensar o território como mediação entre o singular e o universal nos permite desenvolver uma perspectiva relacional do ponto de vista escalar e, sobretudo, de como as múltiplas relações de poder, em diferentes campos, atravessam e, portanto, influenciam determinado território. Ainda de forma complementar, é preciso considerar as dimensões que estão horizontalmente postas quando discutimos determinado território:

[...] o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política” (HAESBAERT, 2006, p. 93).

Quando falamos em território, sobretudo a partir de uma abordagem relacional e a fim de evitar uso exaustivo e cansativo de adjetivações, indicamos que: 1) ao refletir sobre o território – como conceito e como fenômeno – uma primeira questão é a necessidade de lembrar que o *real* comporta em si complexidades que são tangenciáveis, porém não totalmente apreensíveis ao intento científico e que, deste modo, é preciso reconhecer tanto

⁸ Afinal, ele é produto e “define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2006, p. 78).

a ciência como um movimento dialético de aproximação-afastamento, quanto admitir que tal complexidade indica necessidade de pensar “aberturas” – ao modo que o filósofo Edgar Morin nos convoca a refletir. Se partirmos do pressuposto de que a complexidade é inerente à vida, aquilo que a ciência denomina como *real*, então podemos desde já antecipar que o território como conceito será sempre uma leitura posicional e parcial de um determinado território-fenômeno, ou seja: muito embora possa-se fazer uso de infinitas adjetivações, na prática, efetivamente, temos limitações para fazê-las comparecerem ao *modo de pensamento* que integre a *complexidade* do fenômeno. Tal empreendimento ainda exige outras capacidades, como a de interagir, de construir pontes, estabelecer diálogos no campo das ciências sociais, da filosofia e com outros saberes, mormente fracionados no fazer científico.

Uma vez exposta essa precaução, a segunda nos remete aos pressupostos do território. Primeira questão, que ainda é recorrente em algumas discussões na Geografia, refere-se à diferença entre espaço e território. Até o momento, compreendemos que Raffestin ao dizer que o “território é a prisão que os homens constroem para si” nos auxilia nessa diferenciação. Ou seja, se os homens podem construir qualquer coisa é porque estão em algum lugar, que oferece as condições objetivas para que os processos aconteçam. O espaço geográfico indica essas condições objetivas, que são sempre dialéticas, contraditórias, apresentam particularidades e indicam estruturas-estruturadas-estruturantes – para uma leitura do espaço geográfico é imprescindível superarmos a dicotomia estruturação.

Portanto, se o espaço geográfico oferece as condições objetivas para [os processos] que os “homens constroem prisões para si”, isso nos indica que o território emerge a partir das relações sociais situadas (e isso não tem a ver somente com o meio – com a geografia, tem a ver também com o momento histórico – com o tempo, portanto é redundante falar em espaço-tempo-território). A territorialidade daí decorrente expressará um determinado momento desse movimento (que não quer dizer, necessariamente, evolução ou retrocesso) de arranjo das condições objetivas. Para compreendermos esses movimentos (de construir prisões, de como elas estão expressas em dado espaço geográfico) é que exercitamos um olhar escalar uma vez que a dinâmica da vida exige conexões várias. Então, conforme a situação ter-se-á diferentes combinações dialéticas e tais especificidades que permitem entender a complexidade do espaço geográfico – que não é produzido/produto/produção, tão somente, de atores hegemônicos.

Portanto, não há como falar em território – como conceito e como fenômeno – sem pensá-lo relacionalmente. Pensar a relação é uma tarefa conceitual, que indica esforço de tentar apreender as diferentes relações que caracterizam determinado território-fenômeno. Para tal, é importante entender que não se faz uma “prisão” sem reconhecimento (talvez,

consentimentos) e sem conflitos: a sua construção pressupõe tanto reconhecimento dos “de dentro” quanto dos “de fora” – é um fator de diferenciação socialmente reconhecido sendo que a objetivação no espaço geográfico é uma das suas formas de expressão; também não se faz sem conflitos, pois o território é um movimento, é um programa (Raffestin), executado por um agente (que está hegemônico), mas que contém em si contradições, resistências, diferenças, que indicam outros movimentos. Portanto, um território não é *ad eternaum*. Como fenômeno ele também obedece ao pulsar da vida e das dinâmicas inerentes à existência, ao Campo.

Algumas considerações

Finalizamos com algumas considerações, pensando a perspectiva relacional entre as categorias Território e Campo: 1) entender que o território-fenômeno é complexo, cujas possibilidades de compreensão teórica perpassam pela necessidade de uma abordagem relacional e, deste modo, a concepção de Campo nos auxilia, sobretudo do ponto de vista metodológico, na identificação do campo, dos seus agentes, das suas leis e regras, seus objetivos e estratégias; 2) entender que o Campo precisa de um território indica que as relações sociais de determinado campo estão localizadas, ou seja, estão em interação com o meio e isso lhes confere especificidades ainda que imersas em dinâmicas regionais ou globais.

Na análise geográfica, pensar o Território em suas relações com o Campo, permite acessar movimentos, regras, lógicas internas (talvez essenciais) que podem ser fundamentais para compreender determinada situação e, por outro lado, permite apreender as especificidades decorrentes de “onde está”, suas conexões com outros espaços sociais e como isso influencia na sua dinâmica interna.

Seguimos, em diálogo e construindo pontes.

Referências

BOURDIEU, P. **Esboço de autoanálise**. [Tradução Sergio Miceli]. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. La Lógica de los Campos. **Revista Zona Erógena**, nº 16, 1993, p. 01-14.

_____. **Meditações Pascalianas**. [Tradução Sergio Miceli]. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CATANI, A. M. Pierre Bourdieu: um estudo da noção de campo e das suas apropriações brasileiras nas produções educacionais. In: V Congresso Português de Sociologia, **Anais...** Braga, 2004, p. 8-23.

CHAMPAGNE, P. **Pierre Bourdieu**. Toulouse: Milan, 2008.

CLAVAL, P. La géographie et les phénomènes de domination. **Espace géographique**, t. 5, nº 3, 1976, p. 145-154.

DUMONT, M. Aux origines d'une géopolitique et l'action spatiale : Michel Foucault dans les géographies françaises. In: *L'espace politique*, 12, 2010-3. Acesso em 02 setembro 2014. Disponível em: <http://espacepolitique.revues.org/1744>

DUSSEL, E. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. [organização e tradução de Roberto Machado] Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. The Subject and Power. In: DREYFUS, H. et RABINOW, P. **Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics**. Chicago: The University of Chicago Press, p. 208-226, 1982. Disponível em: <http://1libertaire.free.fr/MFoucault102.html> Acesso em 13 ago 2018.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HISSA, C. E. V. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M. T. F. e MILANI, C. R. S. (org.). **Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 37-84.

MAAR, W. L. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. [Tradução de Maria Cecília França]. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIPOLL, F. e VESCHAMBRE, V. Face à l'hégémonie du territoire: éléments pour une réflexion critique In : **Lire les territoires**. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2002 Disponível em: <http://books.openedition.org/pufr/1816> Acesso em 20 jun. 2014.

SADER, Emir. **Gramsci: poder, política e partido**. [Tradução Eliana Aguiar]. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SÁNCHEZ, J. E. **Geografía Política**. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.

SANGUIN André-Louis. L'évolution et le renouveau de la géographie politique. In: **Annales de Géographie**, t. 84, nº 463, p. 275-296, 1975. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/geo_0003-4010_1975_num_84_463_19813.pdf Acesso em 13 ago 2018.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, P. L. **Geografia: conceitos e temas**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SULZBACHER, A. W. Política, Território, Poder e a Agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. **Tese** (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/123404>>. Acesso em 10 mai. 2018.

Sobre o autor

Aline Weber Sulzbacher - Docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais (PPGER - UFVJM) e no Curso de Graduação em Geografia - Licenciatura (UFVJM). Formada em Geografia - Licenciatura (UFSM), com Mestrado em Extensão Rural (UFSM), Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (UFSM/PRONERA) e Doutorado em Geografia (FCT/UNESP). Desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Agrária, Geografia Política, Educação e Geografia, em temas como questão agrária, questão energética, relações sociais de gênero, território, política, políticas públicas, movimentos sociais, educação popular e tecnologias sociais.

OrCID: <https://orcid.org/0000-0003-3353-458>

Como citar este artigo

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica**. *Revista NERA*, vol.22 , n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

Recebido para publicação em: 26 de agosto de 2018
Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019
Aceito para a publicação em: 05 de março de 2019

Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS¹

Angelita Zimmermann

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: angelitazd@gmail.com

Ane Carine Meurer

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.
e-mail: anemeurer@gmail.com

Resumo

As Casas Familiares Rurais e a Pedagogia da Alternância surgiram na França, em 1935, e se expandiram mundialmente ao comungarem uma formação que articula educação e trabalho. O propósito do texto será apresentar uma análise preliminar acerca do egresso, compreendendo as transformações percebidas na produção da vida dos alternantes da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Três Vendas - EEMCFRTV - Catuípe, noroeste do Rio Grande do Sul. Este artigo é fruto da pesquisa de doutorado em Geografia, em andamento desde 2016, a qual, numa abordagem qualitativa, além do aporte teórico e documental, se instrumentalizará em entrevistas, vivências e observações, na escola e nas moradias dos entrevistados. Espera-se, a partir da compreensão das contradições da questão agrária brasileira e do processo formativo EEMCFRTV, a ampliação de conhecimentos sobre a complexa relação entre formação e permanência do jovem no campo, inseridas na luta de classes e no "mundo do trabalho" deste período histórico, em decorrência do agronegócio.

Palavras-chave: Egresso da pedagogia da alternância; educação e trabalho; educação do campo.

Field Education: the egress from the Pedagogy of Alternation in the Northwest of RS

Abstract

The Rural Family Houses and the Alternation Pedagogy emerged in France in 1935 and expanded worldwide to commune with a formation that articulates education and work. The purpose of the text will be to present a preliminary analysis of the egress, comprising the perceived transformations in the production of This article is the result of a PhD research in Geography, in progress since 2016, which, in a qualitative approach, in addition to the theoretical and documentary contribution, will be instrumented in interviews, experiences and observations, in the school and in the dwellings of the interviewees. Based on the understanding of the contradictions of the Brazilian agrarian question and of the EEMCFRTV formative process, it is hoped that the knowledge about the complex relationship between youth formation and permanence in the countryside, inserted in the class struggle and in the "work world" historical period, due to agribusiness.

¹ Este artigo é oriundo da pesquisa em andamento, do Curso de Doutorado em Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Keywords: Exgress from the alternation of pedagogy; education and work; field education.

Educación del Campo: el egresado de la Pedagogía de la Alternancia en el Noroeste del RS

Resumen

Las Casas Familiares Rurales y la Pedagogía de la Alternancia surgieron en Francia en 1935 y se expandieron mundialmente al cumular una formación que articula educación y trabajo. El propósito del texto será presentar un análisis preliminar sobre el egresado, comprendiendo las transformaciones percibidas en la producción de la producción y en el caso de que se produzca un cambio en la calidad de vida de las personas que viven con el VIH / Sida. aporte teórico y documental, se instrumentalizará en entrevistas, vivencias y observaciones, en la escuela y en las viviendas de los entrevistados. Se espera, a partir de la comprensión de las contradicciones de la cuestión agraria brasileña y del proceso formativo EEMCFRTV, la ampliación de conocimientos sobre la compleja relación entre formación y permanencia del joven en el campo, insertas en la lucha de clases y en el "mundo del trabajo" el período histórico, como consecuencia del agronegocio.

Palabras clave: Egreso de la pedagogía de la alternancia; educación y trabajo; educación del campo.

Introdução

Nos últimos quinze anos deixaram de existir mais de 37 mil escolas no campo brasileiro (MST, 2015). O problema é a falta de um projeto de educação ou o modelo de desenvolvimento defendido pelo país?

O modelo agrário brasileiro, agroexportador e extrativista, no qual a terra perde sua função social e passa a ser aniquilada por grandes transnacionais, resulta de um intenso processo de modernização, que abarca historicamente, conforme Fernandes (2014): uma das agriculturas mais avançadas do mundo, mas que ainda mantém o trabalho escravo; uma agricultura camponesa amplamente produtiva, mas sem a realização da reforma agrária; um discurso empresarial de eficiência e produtividade que não supera a fome e a pobreza; nesse processo "as políticas agrárias têm ampliado os conflitos por terra por causa da intensificação da concentração fundiária" (FERNANDES; WELCH, 2014, p. 13).

Entre tais paradoxos, ressalta-se a urgência de efetivas transformações, engendradas por movimentos sociais e políticas públicas que valorizemo trabalho e a vida dos camponeses, e a consequente implementação de uma educação do campo, permeada pela pedagogia da Agroecologia e cuidados com os bens da natureza, comuns a toda a humanidade.

A Educação do Campo² vem se materializando em diversas instâncias da sociedade, fruto do protagonismo de movimentos sociais e sindicais do campo. O acirramento das contradições e a luta de classes, intensificados pela acumulação do capital, em decorrência da consolidação do agronegócio, tem balizado ações formativas coletivas no sentido da produção da vida da classe trabalhadora do campo.

Nesse sentido, as Casas Familiares Rurais têm se proposto a uma formação com a intencionalidade de promover um vínculo efetivo entre trabalho e educação, em Tempo Escola (TE) e as demandas em Tempo Comunidade (TC), a partir da concepção do trabalho como a produção da própria vida, com vistas à valorização da história, da cultura, dos saberes e a emancipação dos jovens e das famílias que vivem no campo. Fundamentadas na Pedagogia da Alternância, articulam tempos e espaços em que os alternantes complementam aprendizagens, conciliando a formação prática com a formação teórico-científica, em prol de uma vida social associativa e comunitária.

Nos países de origem da Pedagogia da Alternância, França e depois Itália, os cursos dos Centros Familiares de Formação por Alternância - CEFFAS são diversos, atendendo áreas distintas. No Brasil, diante às contradições e limites enfrentados historicamente, tem implementado uma pedagogia adaptada à formação dos jovens que vivem e trabalham no campo, potencializando uma formação profissional e integral.

Este texto tem como objetivo apresentar um estudo que está em andamento no curso de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFSM, e que demonstra preliminarmente a relação entre a formação da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural – Catuípe - EEMCFRTV e a permanência do jovem no campo, especificamente do egresso desta referida CFR. Para tanto, na primeira fase empírica, foram entrevistados 20 jovens egressos, buscando responder algumas questões que nortearão a pesquisa: A formação proposta pelas casas familiares rurais contribui para a permanência do jovem no campo? O egresso da Pedagogia da Alternância tem uma vida social mais associativa e comunitária, não se limitando ao empreendedorismo agrícola, incentivado pela maioria dos cursos em ciências agrárias?

De acordo com Molina, a prática formativa que busca a emancipação, considera que “as relações de produção, as questões políticas, os elementos socioculturais existentes num determinado contexto histórico são fundamentais para a constituição de uma formação social” (MOLINA, 2014, p. 277). Para a autora, é por meio do embate, da luta de classes, que o homem consegue mudanças significativas em sua omnilateralidade.

Assim, a seguir, trazemos o percurso da pesquisa e após uma breve

²O conceito de Educação do Campo foi se estruturando nos últimos vinte anos pela ação dos movimentos sociais, em especial o MST, e também por diversas instituições, militantes e intelectuais orgânicos brasileiros tomando uma posição contra a lógica econômica que expropria as famílias de suas terras (CALDART, 2002).

contextualização do processo histórico-social da CFRTV, além de pressupostos teóricos envolvendo educação e trabalho, na perspectiva de ações formativas contra-hegemônicas, observadas na concepção de alternância e no movimento da produção territorial da CFR e da vida dos seus egressos.

Percurso metodológico da pesquisa

O processo de construção do conhecimento nesta pesquisa “vai do todo para as partes e depois das partes para o todo”, o que, conforme o método dialético, “proporciona o estabelecimento de uma relação que tem como referência a dinâmica entre o sujeito e o objeto, bem como o reconhecimento da luta dos contrários como fonte do conhecimento” (SOUSA, 2014, p. 02). Desse modo, se efetiva por meio da materialidade histórica da vida destes egressos em suas relações sociais. Quanto aos instrumentos, considerando a temática abordada e os objetivos desta pesquisa qualitativa, propõe-se um estudo bibliográfico e documental, fundamentado nas reflexões e discussões dos aportes teóricos da relação Educação e Trabalho, Pedagogia da Alternância e Educação do Campo, Juventude e Território, por meio da observação participante.

No estudo de caso em questão, além de conversas, entrevistas semiestruturadas em visitas e encontros com egressos em suas moradias/comunidades ocorrerá vivência em Tempo Escola (TE), onde será observado o funcionamento teórico-metodológico, o funcionamento, os gestores, professores, monitores e demais integrantes do processo. Será entrevistado cada um dos jovens formados, 60 pessoas, com o objetivo de obter um retorno mais amplo e concreto da vida de seus egressos e da dialética formativa da EEMCFRTV na comunidade. Concordamos com Sousa (2014, p. 02) ao afirmar que “pesquisar significa, assim, refletir acerca da realidade social tomando como referência o empírico, e por meio de sucessivos movimentos de abstração (elaborações teóricas), chegar ao concreto”.

Participar do dia-a-dia da escola, assim como de momentos das moradias dos egressos, foi e será de suma importância para a pesquisa, de modo que, enquanto se coleta os dados e se compreende o contexto, a pesquisadora faz parte deste e, ao interferir nele é modificada pessoalmente.

A partir da revisão bibliográfica e documental acerca do Paradigma da Questão Agrária, Educação e Trabalho, Pedagogia da Alternância, Educação do Campo, Juventude Rural e Território, Projeto Político Pedagógico CFRTV, as entrevistas envolvem, além dos egressos, gestores e professores, em diálogos e observações que ocorrerão em três fases distintas, quais sejam, já ocorridas, em julho (2017), e ainda ocorrerão em fevereiro (2018) e em março (2019). A organização em três momentos decorre da caminhada e

amadurecimento acadêmico intrínsecos à pesquisa, no movimento dialético do teórico-empírico, dos aprendizados que vão se fazendo ao longo do percurso da pesquisa, por isso, deixamos para 2019 a última fase das entrevistas de modo a responder questões advindas da análise da realidade estudada a interligar o individual, o particular e o geral, analisando o fenômeno em suas relações recíprocas com o ambiente onde está inserido, sobretudo no movimento próprio das realidades concretas e em suas transformações, tanto no ambiente escolar quanto domiciliar/comunitário.

Nesse sentido, a confluência de diversas áreas, como a sociologia, a economia, a geografia agrária, a história, a apreensão das relações entre educação e trabalho, as disputas paradigmáticas e políticas, entre o agronegócio e o campesinato, exige a integração de conhecimentos desenvolvidos na multidisciplinaridade, ou seja, nas formas possíveis de articulação ou afirmação dos contrários. Neste sentido, ressaltamos traços essenciais do método dialético, como afirma Lefebvre (2013, p. 22) “a retirada dos fatos e das idéias de seu aparente isolamento”, e ainda, a concepção de que *tudo se relaciona*, existe um *movimento conjunto* e a *resolução das contradições* a fim de atingir um pensamento ou uma realidade mais ampla, mais complexa, que elevem a compreensão do processo histórico de produção da vida dos egressos, em especial, o acesso dos trabalhadores do campo à educação e às políticas públicas do país; as exigências capitalistas de controle e esvaziamento estratégico do campo e dessa educação; a importância da relação escola-trabalho; a subordinação da estrutura escolar, do processo pedagógico e da gestão à lógica da agricultura empresarial capitalista.

Nesse momento, a pesquisa está em estágio inicial, e, além do caminho teórico-metodológico, mostramos, neste artigo, dados preliminares, por isso exigem análise aprofundada em sua continuidade.

A historicidade da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Três Vendas–EEMCFRTV, de Catuípe/RS

Espera-se da escola a socialização e apreensão dos conhecimentos historicamente acumulados e, para além, que ela seja uma aliada dos camponeses que lutam para permanecer em seu território, formando sujeitos capazes de se indagarem sobre as contradições que envolvem a produção da vida material no campo (CALDART, 2002). Por esta perspectiva trazemos a relação entre a formação da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Três Vendas, de Catuípe, e a permanência do jovem no campo, da Região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Esta região é essencialmente agrícola, representando 58% do movimento

econômico regional, sendo que, em sua maioria, os estabelecimentos rurais são administrados pelos próprios agricultores. Atualmente, a região está situada num território que possui 22,45% da população residente no meio rural e destes, a mão-de-obra de 90% não é remunerada, caracterizando-se como agricultura familiar, com área média de 20 hectares (IBGE, 2010).

A matriz produtiva, no conjunto da região, possui como principais atividades: trigo e soja, milho, feijão, avicultura, suinocultura e bovino de leite, com um significativo avanço das atividades de agroindustrialização, as quais exigem conhecimento dos processos da cadeia produtiva que envolve o agronegócio, ou seja, sobre as implicações da aliança entre grandes proprietários de terra, o capital estrangeiro e o capital financeiro.

Por esta perspectiva o Projeto Político Pedagógico da EEMCFRTV tem seu compromisso primeiro com a “formação profissional do agricultor”. Acerca da educação profissional, difundem-se dois pólos de pensamentos. De um lado, como um mecanismo que atenda e dinamize as necessidades do mercado, cabendo à escola reproduzir e dar conta de tais demandas em formação técnica de trabalhadores. Essa concepção identifica a educação como responsável pelo fator de produtividade e desenvolvimento econômico. Defensor da idéia, estudos do economista Schultz (1967) atribuíram ao capital físico, ressaltado nas teorias do crescimento econômico, outra variável: o investimento em capital humano. Por outro, defende-se que a educação profissional deva atender à formação integral do trabalhador, articulando os conhecimentos básicos aos fundamentos científicos e sociais do trabalho. Neste viés formativo, busca-se a omnilateralidade, e, conforme Frigotto (2012, p. 265), “omnilateral é um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’”. Significa a concepção de educação que considera todas as dimensões que constituem o ser humano, as condições objetivas e subjetivas, reais para o seu pleno desenvolvimento. Uma educação que abrange o intelecto, a cultura, o psicossocial, o afetivo, o lúdico, o político, o econômico, transformando e emancipando o ser humano em todos os sentidos. Para o autor, a essência humana é um processo no qual o ser se constitui socialmente, por meio do trabalho e, portanto, dentro de determinadas condições histórico-sociais (FRIGOTTO, 2012).

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico da Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Três Vendas - EEMCFRTV preocupa-se e integra uma proposta educacional que visa à profissionalização dos jovens agricultores, mas num âmbito da integralidade humana. Embora a referida Casa funcione desde 2005, a concepção que emite certificação, em Ensino Médio em Agricultura, foi reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação, em 2013, e teve o apoio e a participação da Associação das Famílias dos jovens. Fundamentada na Pedagogia da Alternância, tem o objetivo de “promover a formação integral do jovem educando oriundo do meio rural.” (PPP, 2013, p. 4), mais especificamente,

se propõe a “promover o desenvolvimento tecnológico, econômico, sociocultural, ambiental e político da família do jovem e, conseqüentemente, da comunidade, propiciando-lhe competências e habilidades para desenvolver as atividades rurais.” Como as demais, a EEMCFRTV surgiu do vazio deixado pelo sistema formal de educação perante as famílias da região, a qual pretende “uma educação personalizada e integral, a partir da sua realidade, considerando o progressivo empobrecimento das famílias que vivem no campo” (IDEM) agravado por uma formação urbanizada e o conseqüente distanciamento entre educação e realidade concreta de vida de seus educandos.

A partir de um trabalho de levantamento das necessidades do meio, o Projeto Político Pedagógico da EEMCFRTV, foi elaborado sob a perspectiva das dimensões social, pedagógica, econômica e, histórica, e ressalta que a educação profissional “constitui-se em uma interface para a construção de um projeto de desenvolvimento econômico e social equilibrado e sustentável” (PPP, 2013, p. 6), e, portanto, deve integrar o conjunto de ações que visam à melhoria das condições de vida no meio rural. Sob os preceitos do “ver, julgar e agir”, assim como, da pedagogia da educação popular de Paulo Freire, a partir de temas geradores, os alternantes são orientados e acompanhados pela equipe de educadores e monitores, através de instrumentos pedagógicos que articulam a participação da família e a convivência com o conhecimento já elaborado cientificamente. Dentre os instrumentos³, o Plano de Estudos é integrado em uma matriz curricular que considera os componentes curriculares nas áreas do conhecimento: linguagens, ciências da natureza e da matemática, ciências humanas e sociais e ciências agrárias, de forma interdisciplinar.

Para tanto, as alternâncias anuais são orientadas pelo calendário agrícola, e têm possibilitado que os jovens experimentem, em sua propriedade/moradia, as teorias apreendidas de forma prática e concreta e organizem seus temas de estudo, caracterizando-se pelo trabalho escola, família e comunidade, como protagonistas do processo, a partir do desenvolvimento de um Projeto Profissional de Vida⁴. Esta organização busca superar a fragmentação que historicamente dá centralidade à forma disciplinar, objetivando uma mudança no modo de produção do conhecimento que visa à compreensão da totalidade e da complexidade dos processos da realidade concreta. Além disso, a relação tão próxima, trabalho e estudo em casa, rompe a dicotomia do estudar para, no futuro, “aplicar”.

³ A Pedagogia da Alternância se utiliza de instrumentos para a operacionalização de seus princípios educativos. Um estudo detalhado pode ser visto em Zonta (2014), no qual a autora reflete sobre uma experiência em educação vista como possibilidade de emancipação para jovens agricultores familiares.

⁴ A estrutura teórico-metodológica da Pedagogia da Alternância inclui a organização e efetivação de um projeto profissional a ser desenvolvido no espaço da produção da vida de cada alternante. Requer um amplo conhecimento da moradia, de modo a implementar uma alternativa à melhora das condições de vida.

No Rio Grande do Sul, o Ensino Médio apresenta índices preocupantes, ao considerar que a escolaridade (15-17 anos) é de apenas 53,1%. A defasagem idade-série no Ensino Médio é de 30,5% (INEP/MEC, 2010). Concomitantemente, constatam-se altos índices de abandono, 13% especialmente no primeiro ano, e de reprovação (21,7%) no decorrer do curso, o que reforça a necessidade de priorizar o trabalho pedagógico no Ensino Médio.

Assim, com o objetivo de promover a permanência do jovem no campo, conforme o PPP da EEMCFRTV, a discussão para a formação de uma Casa Familiar na região noroeste do RS, começou com um grupo de lideranças que foi denominado Comitê Gestor, composto por diversas instituições: Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Região Noroeste Colonial, UNIJUI, COTRIJUI, CERILUZ, SICREDI, 36ª CRE, Representante das Prefeituras e Câmara de Vereadores, em Ijuí/RS. Deste comitê surgiram os parceiros e a formação da Associação local juntamente com as famílias da primeira turma. As atividades letivas iniciaram no dia 18 de julho de 2005, no Irder (Instituto Regional de Desenvolvimento Rural), Boca da Picada, em Augusto Pestana e contavam com 24 jovens. A CFR permaneceu nesta localidade até o ano de 2007.

No mesmo ano, surgiu a ideia de se fazer uma reunião juntamente com a comunidade de Três Vendas, em Catuípe, para que a CFR utilizasse as instalações da Escola Estadual Valentim Domingos Sfalcin, que havia cessado suas atividades. Desde então, a CFRTV mudou-se para as dependências dessa escola, tendo assim sua sede própria. De seu início, em 2005, até 2013, atuava no sentido de “qualificar o agricultor” e, nesse período, estudavam aqueles que não tinham a preocupação com a certificação, pois, o objetivo principal era a profissionalização, no sentido de apreender novas técnicas, fazer cursos e adquirir aprendizados para melhorar as condições da propriedade/moradia. A partir de 2013, a associação sentiu a necessidade de certificação em ensino médio e passou a organizar-se para a submissão do projeto ao Ministério da Educação, concretizando-se desde então.

Atualmente a Casa Familiar Rural de Catuípe tem a abrangência de 17 municípios da região Noroeste, Augusto Pestana, Ajuricaba, Boa Vista do Cadeado, Dr. Bozano, Catuípe, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Cruz Alta, Ijuí, Inhacorá, Jóia, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Santo Augusto, São Valério do Sul, dos quais 12 municípios possuem jovens na CFR Três Vendas. Hoje conta com 53 jovens distribuídos em três turmas (1º, 2º, 3º ano), sendo 10 meninas e 43 meninos, de diferentes idades. A primeira turma formou-se no final de 2008, em “Qualificação em Agricultura”, um total de 12 jovens, em 2010, a 2ª turma com 12 jovens, em 2012 a 3ª turma com 12 jovens, e 2016, foram 24 alunos formandos em “Ensino Médio e Qualificação em Agricultura”, num total geral de sessenta

(60) egressos. É gerida por uma Associação, composta de pais, jovens e parceiros⁵, com a incumbência de organizar pedagógica e administrativamente, além de buscar a manutenção, através de diferentes colaboradores e mantenedores, e mais recentemente, conta com os fundos do Ministério da Educação destinados ao ensino médio.

A formação dos jovens agricultores é realizada ao longo de três anos em momentos que alternam tempo, espaço e saberes. A articulação, entre o Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC), orienta-se pela necessária interdependência entre teoria e prática, saber e vivência, conhecimento e experiência, e da troca concomitante entre gerações. O fluxo contínuo, entre casa familiar rural e famílias, é constituído por uma semana inteira em regime de internato na EEMCFRTV e por duas semanas no território familiar. Tem-se, com isso, um ano escolar formado por 14 semanas completas de formação em TE e 28 semanas de formação no meio sócio-profissional, em TC, mesclando educação e trabalho com a mediação e acompanhamento de familiares, técnicos e educadores.

Percebe-se imprescindível a construção de políticas de valorização da educação, do trabalho e da vida camponesa. Ficar ou sair do campo precisa ser uma escolha consciente, que implique ter acesso à totalidade da vida concreta, diferente da perspectiva individualista de inserção no mercado. Portanto,

as demandas sociais do conjunto da classe trabalhadora do campo exige cada vez mais fundamentos teórico-epistemológicos que contribuam para superar o modelo econômico que toma a formação a partir de um dispositivo utilitarista e pragmático, tendo o mercado como mediador do sucesso de sua formação (JESUS; LACKS; ARAÚJO, 2014, p. 293).

Do mesmo modo, há que se galgar ainda uma educação que seja produtora de conhecimentos que apontem para a possibilidade da criação de processos de transformação da realidade. Essa é também a intencionalidade da EEMCFRTV, de Catuípe.

Trabalho e educação: pedagogia da alternância e permanência do jovem no campo

A categoria central da organização social capitalista moderna é o trabalho, constituindo-se como elemento principal para a análise da relação do homem com a natureza e a formação do ser social como crítica do trabalho no capitalismo. Conforme Ecurra (2016, p. 27)

⁵ Estas parcerias são financeiras, técnicas e pedagógicas. O termo parceiros foi usado desde a origem da Pedagogia da Alternância e continua sendo usado, especialmente pelos gestores dos Centros Familiares de Formação por Alternância.

permite sua autocriação e reprodução ampliada, a explicitação e o desenvolvimento das capacidades e a diversificação de esferas do ser social. Em flagrante contraste com essa tendência própria do desenvolvimento do ser social, no capitalismo o trabalho adquire centralidade. Como resultado desta centralidade, os indivíduos são unidimensionalizados, exteriorizados de seu conteúdo humano, reduzidos a meros trabalhadores e, paradoxalmente, perdem o sentido da produção, são submetidos a uma dinâmica estranhada.

Isto porque, na sociedade burguesa, entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho, instituiu-se a propriedade privada, responsável pela separação daquele que produz e a mercadoria por ele produzida, ou seja, a dissociação dos modos de produção daqueles produtores da vida material social, causando uma estranheza pela perda do sentido ontológico do trabalho. Desse modo, a exploração da classe trabalhadora é o que dá sustentação ao modo de produção e ao sistema capitalista, porém, é necessário compreender, conforme Hungaro (2014, p. 75), que “a vida social é mais ampla que o modo pelo qual os homens produzem sua existência social”. Para Marx, o trabalho no sentido antagônico ao trabalho do capital, é a essência do homem que, ao produzir sua existência, se produz como ser social e histórico.

No entanto, a economia política percebeu que a essência da propriedade privada é também o trabalho, um meio, portanto, de impedir o enriquecimento humano, se apropriando da riqueza das objetivações humanas, tornando-nos seres alienados e unilaterais. Então, de que maneira a educação, por meio da escola, poderia ser uma possibilidade de encontro do trabalho com o ser ontológico?

A estruturação da sociedade civil em torno da propriedade privada tornou a atividade humana produtiva consciente – o trabalho – somente um meio de sobrevivência e, assim, “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria” (MARX, 2004, p. 80).

Em decorrência, a hegemonia da produção capitalista, transformou as condições e as formas de trabalho modernas, sobretudo, as novas relações de educação, adaptadas às demandas da industrialização. Nessas condições, a educação tem como característica fundamental a exaltação do homem abstrato, o trabalho alienante e a ocultação da luta de classes. Assim, no mundo contemporâneo, o trabalho é a própria negação da essência, ou seja, a unilateralidade em oposição à omnilateralidade humana. Nesse sentido, na sociedade civil-burguesa, o trabalhador vive em oposição dialética a sua própria essência: sua atividade não representa sua realização; sua própria vida é dicotômica, de tal modo que em âmbitos distintos, sua singularidade é distinta (“um” em casa, “outro” no trabalho) e; em relação aos outros, ele trabalha com muitos outros, mas não se reconhece como seus iguais

(a não-pertença a uma classe). Por outro lado, Marx atribui ao atendimento das necessidades humanas, as forças produtivas físicas e intelectuais, que ao longo da história, sempre se apresentam em desenvolvimento, mais complexas, mais transformadoras (MARX, 2004). Ou seja, no movimento contraditório e dialético do capitalismo, na medida em que o trabalhador produz sua própria alienação, no trabalho, ele também se produz, pensando e sendo, se desenvolve como homem histórico.

Foi também no movimento histórico, da materialidade da produção e reprodução da vida, que surgiu a Pedagogia da Alternância, originária da França, em 1935, depois na Itália, se espalhou e se fortaleceu por todo o mundo, especialmente em CEFFAs - Centros Familiares de Formação por Alternância. Esses ambientes articulam educação e trabalho e postulam uma formação integral, onde os alternantes complementam tempos e espaços de aprendizagem, conciliando a experiência e formação prática com a formação teórico-científica sistematizada, em prol de uma convivência mais associativa e comunitária. Gimonet (2007, p. 28) a discute como “de um lado, a formação integral da pessoa, a educação e, de maneira concomitante, a orientação e a inserção socioprofissional; de outro, a contribuição ao desenvolvimento do território onde está sendo implantado o CEFFA”.

No Brasil, as primeiras experiências de formação por alternância foram criadas no final dos anos 1960, no estado do Espírito Santo com a denominação Escolas Família Agrícola (EFAs). Posteriormente, nos anos 1980, em Alagoas, foram criadas as Casas Familiares Rurais (CFRs), sem vinculação com o movimento das EFAs. Atualmente existe, em nossa sociedade, oito diferentes Centros de Formação por Alternância. Os mais antigos foram as EFAs e as CFRs, os quais influenciaram a formação dos demais seis CEFFAs. (SILVA, 2000).

Dados do Censo Brasileiro (2010) indicam que a população brasileira, com um total de 190,7 milhões de pessoas no período, concentrava nas cidades 84,36% deste total, o que comprova a crescente tendência do jovem rural a deixar o campo, migrando para uma cidade próxima, geralmente, em busca de trabalho e renda, fato que vem se intensificando desde os anos 1950 e gerando vários problemas sociais decorrentes dessa ocupação desordenada (IBGE, 2010). Dentre os desafios que envolvem a discussão em torno do trabalho e da educação, bem como dos “mundos do trabalho” (HOBSEBAWM, 1987) estão as mudanças na organização do trabalho e suas demandas à formação dos/as trabalhadores/as durante o capitalismo do século XX e, ainda, se “a educação ainda pode oferecer algum papel de relevo na emancipação da humanidade?” (ANTUNES, 2017).

Em vista de que, na materialidade da vida está o trabalho do sujeito, como os egressos da CFRTV tem produzido a vida e se produzido, considerando as relações sociais fundadas na divisão social do trabalho e na destinação a uma determinada atividade por força exterior a ele?

Dentre os resultados evidenciados pela pesquisa até o momento, o principal foi a predominância de jovens que vivem e trabalham na própria moradia rural. Dos vinte egressos, apenas três, foram para cidades, o que nos leva a investigar mais profundamente a relação trabalho e educação e a própria Pedagogia da Alternância como potencializadora dessa permanência. Ainda que seja uma abordagem inicial, de acordo com as observações feitas na pesquisa até o momento, podemos ressaltar as seguintes questões acerca do egresso em estudo, as quais serão aprofundadas, para além deste artigo:

a) Apesar dos desafios, a escolha consciente de ficar e produzir as condições materiais de vida no campo, concebendo o trabalho como percurso ontológico da própria vida. Todos os que optaram por ficar, afirmam o gosto pelo fazer e viver nas lidas cotidianas, no espaço e tempo dos acontecimentos, nas relações afetivas, afirmando que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, não conseguem se ver em outro lugar de vida;

b) Foi necessário buscar outra educação, diferente da obtida pela escola formal do campo. O apontamento da importância da formação EEMCFRTV, especialmente na gestão e no desenvolvimento do Projeto Profissional de Vida, que, para a maioria entrevistada, segue sendo a principal atividade na moradia, assim como, nas diversas escolhas imediatas e planejamentos futuros;

c) A EEMCFRTV proporcionou conhecimentos, aprendizados, amizades, planejamento, gestão, valores familiares, “futuro”, organização da vida e do trabalho, trabalho.

d) A compreensão da necessidade de diversificação na produção. Dos entrevistados, apenas 5% mantém o plantio da soja como uma “segurança” na renda familiar, principalmente por vontade dos pais;

e) A maioria, em torno de 90% dos egressos entrevistados, se envolve em atividades comunitárias, seja na organização de eventos religiosos, campanhas beneficentes, associações, cooperativas, e alguns, como membros de direção ou lideranças;

f) A capacidade de reflexão sobre as questões políticas, econômicas e sociais que impossibilitam ou dificultam a vida no campo, trazendo como principais: as disparidades entre o valor pago ao produtor e a venda dos produtos no mercado; os problemas climáticos, o conflito de gerações quanto algumas implementações técnicas ou organizacionais na moradia, a intensificação de pacotes bancários que causam endividamento, o problema das sementes modificadas integradas aos insumos e venenos associados, entre outros;

g) A falta de pessoas no campo, referindo-se à dificuldade de manter um grupo para jogar futebol ou vôlei, por exemplo;

h) A forma de organização do trabalho na moradia, o trabalho cooperado, as atividades são planejadas e definidas de acordo com o tempo, com as capacidades físicas e

gostos de cada membro familiar, onde um ajuda o outro; além disso, a maioria não faz uso de mão-de-obra externa, optando pela “troca de serviços” entre vizinhos, quando necessário;

i) Foram apresentadas, pelo menos três associações de agricultores, com uso compartilhado de maquinários e instrumentos para a produção, as quais são alternativas que operacionalizam a possibilidade de diminuir gastos e endividamento dos agricultores;

j) A maioria aponta a falta de acesso à políticas públicas para pequenos agricultores, ressaltando que esse acesso é facilitado quando se trata do plantio da soja, trigo ou demais produtos associados às prioridades do agronegócio, que, para estes, continua sendo grãos;

k) O trabalho contínuo e ininterrupto, especialmente aquelas e aqueles que atuam com agroindústrias (uma padaria, criação de codornas ou galinha e venda de ovos) e com produção e entrega de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);

l) A consciência da importância e a produção de alimentos “limpos” (livres de agrotóxico). Ainda que a maioria faça uso de algum insumo na produção, muitos procuram manter o equilíbrio ecológico com recursos naturais e agroecológicos.

m) Dos 17 que vivem e permanecem no campo, todos produzem alimentos para a reprodução da vida, autoconsumo, citando poucos a serem comprados ou buscados fora da moradia.

n) A consciência de que as condições precárias de infraestrutura em estradas, acesso aos serviços de internet, telefonia, saúde, lazer, educação são agravantes para o abandono do campo.

Percebemos que a possibilidade de emancipação dos sujeitos em sociedade está intimamente relacionada a uma educação que seja omnilateral, aquela que se preocupa e envolve a complexidade histórico-social das dimensões da vida, do ser em detrimento do ter e da realidade em constante movimento. Para o diretor da EEMCFRTV - que tem se empenhado desde 2008 em desenvolver uma formação diferenciada aos jovens junto à associação, no sentido de que eles consigam, junto aos seus familiares, desenvolver um Projeto Profissional de Vida - este instrumento, aliado à perspectiva e a visão de mundo do grupo que trabalha na CFR, tem possibilitado a ampliação e melhora das condições de trabalho, produzindo renda, qualidade de vida e emancipação, na realidade de cada um de seus alternantes.

Para tanto, a gestão da CFR e a Associação responsável, têm uma preocupação com a formação continuada e permanente dos docentes, formadores, gestores, monitores, enfim, com aqueles que devem fazer com que a Pedagogia da Alternância e seus fundamentos aconteçam e se efetivem no entrelaçamento dos conhecimentos científicos e

dos saberes ancestrais, entre a experiência e a teoria, entre escola e família, entre o Tempo Escola e o Tempo Comunidade. É, portanto, prioridade, e parte da caminhada letivo-pedagógica, momentos sistemáticos, sejam reuniões semanais na própria escola e com o coletivo EEMCFRTV, sejam em ciclos de formação onde, conjuntamente, participam grupos formadores das demais Casas Familiares Rurais do Rio Grande do Sul, para uma ampla troca de experiências entre os envolvidos.

Ainda que tenhamos um número significativo de escolas formais no espaço rural brasileiro, estudos revelam que seus egressos acabam migrando para as cidades em busca de empregabilidade, o que tem aumentado ainda mais os índices de pobreza. Essa situação se produz e se reproduz pelo antagonismo de classes em permanente conflito, em que o Estado brasileiro mostra-se, intencionalmente, como o poder distante da sociedade, sob a égide do “Faça sua parte”. Mais grave ainda, a vida dos jovens e do próprio campo vem sendo, histórica e incessantemente, modificado pela política agrária de desenvolvimento do país, a necessidade de especialização do processo produtivo, e da integração crescente da agricultura capitalista vinculada ao agronegócio como um sistema espacializado e territorializado mundialmente, fomentado e mantido por esse mesmo Estado.

É numa perspectiva contra-hegemônica a existência de CFRs como as analisadas pelas pesquisas de Monteiro (2017), Lourenzi (2015), Zonta (2014), que se propuseram a compreender os processos de formação e a interação dos egressos de Casas Familiares Rurais, as quais visualizaram nestas propostas, uma atuação diferenciada, de um possível protagonismo do jovem e das famílias envolvidas, na produção territorial de cada casa familiar rural, no mundo do trabalho, na produção e reprodução da vida no campo.

Zimmermann e Meurer (2016), a partir de uma pesquisa de mestrado, na mesma temática, discutem os elementos formativos da alternância colocando em relação diferentes agentes sociais da produção territorial de uma CFR em Jaguari/RS. A inclusão efetiva de todos os envolvidos no processo e na gestão das CFRs, enquanto associação tem possibilitado a construção de relações entre a escola e a família, uma interlocução de partilha do poder da formação e complementaridade das diferenças, em que cada sujeito, monitor, professor, estudante, família, entidade, tem o seu lugar, funções e poder que lhes são próprios, mas também, inseridos num sistema educacional que reproduz a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção da materialidade social, de modo que, a articulação entre escola, família e contexto sociopolítico são, ao nosso ver, o principal diferencial dos processos educativos empreendidos pelas casas familiares rurais.

Sabemos também que a realidade formativa brasileira, tanto nos níveis da educação básica quanto superior, passou, a partir do início dos anos 1990, a projetar um olhar especial à Pedagogia da Alternância estruturando projetos pedagógicos fundamentados nesta composição, especialmente nos cursos de formação de professores (PRONERA,

ITERRA), embasadas nos pressupostos marxistas, socialistas, da omnilateralidade. À preocupação das gerações precedentes com a sucessão e continuidade pelas gerações que seguem se junta a necessidade de uma educação que possa disputar com os projetos políticos norteados pelo agronegócio. Assim, esses sujeitos mostram-se e exigem seus direitos: “Onde e em que processos formadores constroem seus saberes e conhecimentos, seus valores, cultura e identidade?” (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2011, p. 7). E, por conseguinte, como podem concretizá-la em uma transformação da realidade vivida.

Roseli Caldart, ao retomar o compromisso da Educação do Campo com a *relação educação e trabalho, escola e produção*, reafirma o pilar fundamental do trabalho como princípio educativo, as matrizes pedagógicas que devem compor o ambiente educativo e um novo olhar à lógica da agricultura capitalista, ainda mais crítico e reflexivo. Segundo a autora, na atualidade, também se luta “por um novo modelo de agricultura, enfrentando uma força articulada entre grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais que passaram a controlar os ‘negócios’ da agricultura” (CALDART, 2013, p. 01), apontados como principais problemas à sucessão e à permanência do jovem no campo.

Acerca da temática Juventude, Abramo (2007), Castro (2012), Arroyo, Caldart e Molina (2011) e Frigotto (2012) afirmam a urgência à reflexão, seja pela complexidade dos aspectos que envolvem o jovem do campo, como vivem, como elaboram suas experiências, como atuam e solucionam seus problemas, ou pelo combate ao êxodo rural e à exclusão social. A atração pela cidade, o apelo ao consumo industrial imediatista, a escolarização desarticulada da vida dos homens e mulheres são alguns dos enfrentamentos a serem discutidos.

Por fim, pelos discursos dos egressos, compreendemos que em suas relações, enquanto os sujeitos se educam dialogicamente, formam uma identidade coletiva, se mobilizam e lutam, construindo-se um espaço social que congrega organização, capacidade para a tomada de decisões, prática das ações conjuntas e participativas, tidos como aspectos fundamentais da vida e, por consequência, enquanto produzem o território se produzem como pessoas (RAFFESTIN, 1993). “O campo é um lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar [...] O campo é espaço e território dos camponeses [...] é lugar de vida e sobretudo de educação (FERNANDES, 2002, p. 92). Para o autor, nas conflitualidades que integram os sujeitos sociais do campo há que se considerar as forças contraditórias e o respectivo desenvolvimento desencadeado tanto pelo capital quanto pelo campesinato. Além disso, historicamente, a organização dos sujeitos como principal dimensão da emancipação, demonstra que a luta pela terra e por direitos é inerente à sociedade do capital.

Compreender a estrutura de dominação e os conflitos territoriais que envolvem a trama da luta de classes requer sejam analisadas as contradições internas do mundo do

trabalho, imbricados às grandes estruturas de produção à base do monocultivo e as situações de vida, de histórias, de modos de trabalho, que deixam de existir de uma hora para a outra, pela via do agronegócio, questões essenciais a serem retomadas pelas pesquisas na contemporaneidade (FERNANDES, 2004, 2014). Faz-se urgente, como possibilidade de emancipação, a fundamental e contestadora distribuição justa da terra e dos bens.

Considerações finais

A intencionalidade de formar sujeitos capazes de compreender a totalidade dos processos sociais dos quais estão inseridos é premissa para as escolas que se propõe a uma formação omnilateral, por meio de um currículo que compreenda conteúdos da economia política, da história, da sociologia, da filosofia, entre todos os demais que articulam educação e trabalho. A partir da análise preliminar aqui apresentada, a Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Três Vendas de Catuípe - RS tem possibilitado que os jovens discutam a realidade com a família e com os profissionais e, a partir de suas reflexões, concebam novas formas de pensar e agir em seu espaço familiar e comunitário e, conseqüentemente, na materialização da vida, feita a escolha por viver e trabalhar no campo. Deste modo, nos permite atribuir à formação desta instituição, uma efetiva contribuição para a permanência do jovem no campo.

Conforme mencionado, a pesquisa continua, por isso, na reflexão que segue, vê-se necessário aprofundar: a crítica ao acesso limitado e regrado dos trabalhadores à educação; as exigências capitalistas de controle e esvaziamento estratégico do campo e dessa educação; a importância da relação da escola com o trabalho, considerando-a não com o trabalho que entorpece o homem e também não a uma questão puramente técnica; a subordinação da estrutura escolar, do processo pedagógico e da gestão à lógica da agricultura empresarial capitalista, entre outras (MACHADO, 2015).

Considera-se a emancipação político-social e histórico-cultural dos alternantes e de suas famílias, parte da história de construção da educação do campo, sobretudo, a história da construção do direito à educação do povo brasileiro que vive e trabalha no campo, na qual a educação reproduz a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção e reprodução do ser humano.

A partir das vivências e observações ocorridas até o momento da pesquisa, compreendemos esta CFR, como um 'território educativo', de emancipação (ANTUNES-ROCHA; SANTOS; MARTINS, 2012). Neste sentido, na perspectiva do Paradigma da Questão Agrária, salientamos que os espaços de formação do meio rural, se

constituem como territórios educativos ao se comprometerem com a Educação do Campo, tencionando e refletindo acerca dos conflitos que envolvem a disputa territorial e as contradições existentes entre os opostos modelos de agricultura, agricultura camponesa e agronegócio, e no confronto de lógicas de desenvolvimento das forças produtivas, distinguindo as diversas formas de organização do campesinato das formas de organização da agricultura capitalista (FERNANDES, 2014, CALDART, 2013).

Compreendemos a relação entre a formação dos sujeitos do campo (e da cidade), e território, como um espaço de reflexão e crítica à estrutura de dominação do capital, na qual devem ser analisadas as contradições inseridas na luta de classes e os meios para superar as determinações do modo de produção capitalista. Faz-se necessário continuarmos aprendendo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, ao longo do processo histórico de lutas e ocupações de terras, construiu um projeto de educação que se tornou referência ao movimento de Educação do Campo, nos diversos níveis de formação brasileira, fundamentalmente, porque nasceu dos sujeitos do campo.

Referências

- ANTUNES_ROCHA, M. I.; SANTOS, M. de F. A.; MARTINS, A. A. (Orgs.). **Territórios educativos na educação do campo: escola comunidade e movimentos sociais**. Autêntica Editora, 2012. Disponível em [file:///C:/Users/user/Downloads/territorios_educativos_na_educacao_do_campo%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/territorios_educativos_na_educacao_do_campo%20(5).pdf). Acesso em: 17 jan. 2019.
- ANTUNES, R.; PINTO, G. A. **A fábrica da Educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.
- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: FÁVERO, O.; SPÓSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. R. (org.) **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: Unesco/Mec/Anped, 2007. P. 73-90. Disponível em: <HTTP://unes-doc.unesco.org/images/0015/001545/154569por.pdf>. Acesso em: 06/02/2017.
- ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. (organizadores). **Por uma Educação do Campo**. 5. Ed. RJ: Vozes, 2011.
- CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: Traços de uma identidade em construção. In. KOLING, E. J., CERIOLI, P., CALDART, R. S. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://search.babylon.com/?q=educa%C3%A7%C3%A3o+do+campo%2C+caldart&s=web&as=0&babsrc=HP_ss Acesso em: 22/07/2017.
- _____. **Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular**. Texto apresentado como *trabalho encomendado* na 36ª Reunião Anual da Anped, GT Trabalho e Educação. Goiânia, 30 de setembro 2013.

CASTRO, E. G. de. Juventude do Campo. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (organizadores). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ESCURRA, M. F. **O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital**. Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, ISSN 1981-061X . Ano XI . out./2016 . n. 22. Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.2349637776938861.pdf>. Acesso em: 01/09/2017.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**. 1ª edição. São paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. Diretrizes de uma caminhada. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília: [s.n.], 2002. (Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 4). p. 89-101.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf . Acesso em: 13 out.2017.

FRIGOTTO, G. Educação Omnilateral. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B. ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (organizadores). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GIMONET, J-C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Trad: Thierry de Burghgrave. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 168p.

HOBSBAWM, E. J. **Mundos do Trabalho** novos estudos sobre história operária. Eric J. Hobsbawm. Tradução: Waldea Barcelos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1917) 1987.

HUNGARO, E. M. A questão do método na constituição da teoria social de Marx. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V de; SILVA, M. A. da (Org). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Brasil.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA EDUCACIONAL ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Educacenso 2010**.

JESUS, Sonia M. S. A. de; LACKS, Solange; ARAÚJO, Maria G. B. Problemas de pesquisa na pós-graduação em educação. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V de; SILVA, M. A. da (Org). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2013.

LOURENZI, L. **A Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen-Rs e a Produção e Reprodução Local e Regional a partir dos seus Egressos: um Estudo de Caso.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2015.

MACHADO, L. R. S. **Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente.** Trabalho Necessário – www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 13, N. 20/2015.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo, Boitempo, 2004.

MOLINA, M. C. Análises de práticas contra-hegemônicas na formação de educadores. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V de; SILVA, M. A. da (Org). **O método dialético na pesquisa em educação.** Campinas: Autores Associados, 2014.

MONTEIRO, L. P. **O viver e o produzir a partir da formação além da técnica: o caso dos egressos da Casa Familiar Rural Santo Agostinho/Quilombo, SC, no período de 1990 a 1997.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – **MST**, 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acesso em: 18 jan 2019.

PPP - Projeto Político Pedagógico. **Escola de Ensino Médio Casa Familiar Rural Três Vendas.** Catuípe: 2013.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação.** Trad. de P. S. Werneck. Rev. Técnica de C. A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SILVA, L. H. A Relação Escola-Família no Universo das Experiências Brasileiras de Formação em Alternância. Tese de Doutorado, São Paulo/SP: PUC, 2000. In: Espaço do Produtor. **Os Centros Familiares de Formação por Alternância.** Disponível em: <https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=4&acao=exibir> . Acesso em 13 mai 2017.

SOUSA, J. V. de. Método materialista histórico-dialético e pesquisa em políticas educacionais. In: CUNHA, C.; SOUSA, J. V de; SILVA, M. A. da (Org). **O método dialético na pesquisa em educação.** Campinas: Autores Associados, 2014.

Zimmermann, A. Meurer, A. C. **Casa Familiar Rural e Pedagogia da Alternância território de formação do agricultor.** Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2016.

ZONTA, E. M. **A Influência da Pedagogia da Alternância no Processo Emancipatório dos Jovens Agricultores Familiares.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Frederico Westphalen/RS, 2014.

Sobre o autor

Angelita Zimmermann – Doutoranda em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Suas pesquisas estão relacionadas à Educação do Campo, Geografia Humana e

Geografia Agrária. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET). Em estágio de Doutorado Sanduíche no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Brasil. **OrcID:** <http://orcid.org/0000-0003-3327-8917>

Ane Carine Meurer – Doutora em Educação, Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Suas pesquisas estão relacionadas à Educação e Movimentos Sociais, Geografia Humana e Geografia Agrária. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Território (GPET). **OrcID:** <http://orcid.org/0000-0001-7377-1963>

Como citar este artigo

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS. Revista NERA**, vol.22 , n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

Recebido para publicação em: 25 de setembro de 2018
Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019
Aceito para a publicação em: 04 de março de 2019

Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil

Cristiane Dambrós

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Ourinhos, São Paulo, Brasil.
e-mail: dambrosc2016@gmail.com

Resumo

Embora houvesse alguns avanços na demarcação de terras indígenas no Brasil, é incontestável que há necessidade imediata de ampliação das áreas demarcadas. Este texto tem a finalidade de contribuir para o debate acadêmico e civil, sobre a urgência na demarcação de novas terras indígenas, esta necessidade, se justifica, pelos inúmeros registros jornalísticos, de mortes e conflitos de indígenas com fazendeiros, mineradores, grileiros, sojistas, entre outros. A partir da verificação das principais fatos histórica e institucional, da ação do Estado sobre a questão indígena, será possível compreender o contexto de luta e resistência destes povos, bem como a pressão genocida devido ao avanço do agronegócio, da mineração e dos grandes empreendimentos (usinas hidrelétricas). Portanto, a demarcação de novas áreas destinadas aos povos indígenas, bem como, ação efetiva da FUNAI – Fundação Nacional do Índio e políticas públicas que de fato cumprem seu papel sociocultural, são necessidades imediatas para garantir o mínimo de integridade física e a segurança destes povos que vivem sob ameaças.

Palavras-chave: Terras Indígenas; conflitos; Brasil.

Historical and institutional context in the demarcation of indigenous lands in Brazil

Abstract

Although there have been some advances in the demarcation of indigenous lands in Brazil, it is undeniable that there is an immediate need to expand the demarcated areas. This text is intended to contribute to the academic and civil debate about the urgency of the demarcation of new indigenous lands. This need is justified by the numerous journalistic records of indigenous deaths and conflicts with farmers, mining exploration, land invaders, sojistas among others. From the verification of the main historical and institutional facts of the State's action on the indigenous issue, it will be possible to understand the context of struggle and resistance of these peoples, as well as the genocidal pressure due to the advance of agribusiness, mining and large enterprises (hydroelectric plants). Therefore, the demarcation of new areas for indigenous peoples, as well as the effective action of FUNAI - National Indigenous Foundation and public policies that in fact fulfill their socio-cultural role, are immediate needs to guarantee the minimum physical integrity and security of these peoples who live under threat.

Keywords: Indigenous Lands; conflicts; Brazil.

Contexto histórico e institucional en la demarcación de tierras indígenas en Brasil

Resumen

Aunque han habido algunos avances en la demarcación de tierras indígenas en Brasil, es incontestable que hay necesidad inmediata de ampliación de las áreas demarcadas. Este texto tiene la finalidad de contribuir al debate académico y civil, sobre la urgencia en la demarcación de nuevas tierras indígenas, esta necesidad, se justifica, por los innumerables registros periodísticos, de muertes y conflictos de indígenas con hacendados, mineros, usurpadores de tierra, sojistas, entre otros. A partir de la verificación de los principales hechos históricos e institucional, de la acción del Estado sobre la cuestión indígena, será posible comprender el contexto de lucha y resistencia de estos pueblos, así como la presión genocida debido al avance del agronegocio, de la minería y de los grandes emprendimientos (centrales hidroeléctricas). Sin embargo, la demarcación de nuevas áreas destinadas a los pueblos indígenas, así como, acción efectiva de la FUNAI - Fundación Nacional del Indio y políticas públicas que de hecho cumplen su papel sociocultural, son necesidades inmediatas para garantizar el mínimo de integridad física y la seguridad de estos pueblos que viven bajo amenazas.

Palabras clave: Tierras Indígenas; conflictos; Brazil.

Introdução

No Brasil, mesmo com avanços na demarcação de terras indígenas, é incontestável que há necessidade imediata de ampliação das áreas demarcadas, esta necessidade, se justifica, pelos inúmeros registros jornalísticos, de mortes e conflitos de indígenas com fazendeiros, mineradores, grileiros, sojistas, grandes empreendimentos (usinas hidrelétricas), turismo, entre outros. O texto, irá abordar a organização do espaço geográfico brasileiro, a partir do histórico das políticas públicas de ação do Estado que visam cumprir o papel sociocultural e territorial, além da integridade física e a segurança destes povos que vivem sob ameaças.

Estudos sobre demarcação e implementação de Terras Indígenas no Brasil se faz cada vez mais presente, nos trabalhos acadêmicos, em diversas universidades brasileiras e estrangeiras. Mesmo assim, o ataque criminoso aos indígenas apresenta crescimento considerável na medida em que o dito “desenvolvimento econômico” avança no Brasil.

Nossa intenção é fazer um resgate histórico e abrir o debate e, efetivamente, atuarmos junto ao movimento indigenista. Deste modo, será priorizada a recuperação do processo histórico da demarcação de Terras Indígenas, bem como análise dialética entre as terras que já foram demarcadas, as que estão em processo de demarcação e os territórios onde há povos indígenas e que estão indicados para demarcação, em contraponto ao avanço dos empreendimentos de grande porte (principalmente na Região Norte do Brasil), da agropecuária (em todo território nacional, com maior expressividade nas áreas onde se estabelece a fronteira agrícola), além da mineração, do turismo, entre outras atividades que estão gerando conflitos.

Entendemos que a gestão pública deve atuar no desenvolvimento de uma região e a maioria dos conflitos são estabelecidos devido a falta de comprometimento social no

Brasil, estes fenômenos, também, são percebidos na América Latina. Ou seja, os grupos com maior poder econômico e que influenciam diretamente o governo tendem a esmagar os grupos sociais economicamente desfavorecidos.

Portanto, compreender os processos históricos que estabeleceram os conflitos e que a cada ano se intensificam, contribuirá para as análises das bandeiras de luta do movimento indigenista e de outros movimentos sociais, que sofrem desde perda de terras à perda de vidas. E, assim construirmos um futuro, onde as vozes de todas as classes e grupos sociais sejam protagonistas.

Contexto histórico e institucional: do Brasil colonial à década de 1990

Desde a chegada dos europeus ao Novo Mundo, os povos originários foram massacrados, muitos deles dizimados devido à relação colonialista exploratória estabelecida nestes territórios. Os conflitos e o genocídio de povos indígenas no Brasil colonial estavam provocando problemas estruturais, então, no século XVII, a Coroa Portuguesa promulgou o Alvará Régio.

Esse Alvará, reconhecido em 1680, tinha validade apenas para os indígenas do Pará e Maranhão, quando foi passado para Lei 1775, e complementado por outro Alvará Régio passou a ter validade nacional. Muitos autores e representações governamentais brasileira consideram como sendo o marco inicial dos direitos indigenistas. Particularmente discordo, pois estas legislações não foram implementadas e em 1808, quando Dom João VI chegou ao Brasil, desconsiderou estas documentações e incentivou conflitos, assassinatos, tomados de terras e escravização indígena.

Somente em 1831 os indígenas foram considerados órfãos e tutelados pelo Estado brasileiro, sendo este o primeiro documento do Império a favor da causa indigenista. Em contrapartida os indígenas seriam organizados em aldeamento e em 1845, decreta-se a regulamentação missionária, catequética e civilizacionista. Corroborando a relação dicotômica, explícito na Lei de Terras de 1850¹, entre “indígenas catequisados e civilizados” e “indígenas selvagens”, onde foi determinada que, para estes últimos, seria necessário a formação de reservas advindas de terras de voluta.

Porém, protegidos pela Lei de Terras e incentivados pelo Estado, quem foi beneficiado foram às frentes de colonização e interiorização, onde novamente os povos indígenas sofreram grande impacto e até hoje apresentam sequelas. Por exemplo, na área

¹ Em 1822 foi extinto o regime de sesmaria o que provocou um caos agrário no Brasil, e a Lei de Terras de 1850, foi o primeiro documento, a regulamentar novamente, através do cadastro imobiliário, e consagra o início do processo de interiorização e colonização incentivada pelo Estado.

que abrange os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul os povos atacados foram os Guaranis, Tamoios, Tupiniquins e Kaingang.

Para garantir o sucesso das frentes colonizadoras e dos projetos de interiorização, o Estado teve ação direta até 1915, onde as tropas do exército estavam autorizadas a exterminar povos indígenas que atrapalhassem o progresso colonial. Este paradigma mudou com João Mendes Júnior (1856 – 1923), jurista que defendeu a causa indígena e, pela primeira vez, difunde-se a ideia de que o primeiro ocupante, das terras que estavam gerando conflitos, são os indígenas.

A denúncia dos genocídios e dos massacres ganhou repercussão internacional e forçou o governo a tomar posicionamento. Foi criada em 1910 uma autarquia, denominada de Serviço de Proteção ao Índio, e gerida por Marechal Cândido Rondon, que defendia que os povos indígenas fossem nações autônomas.

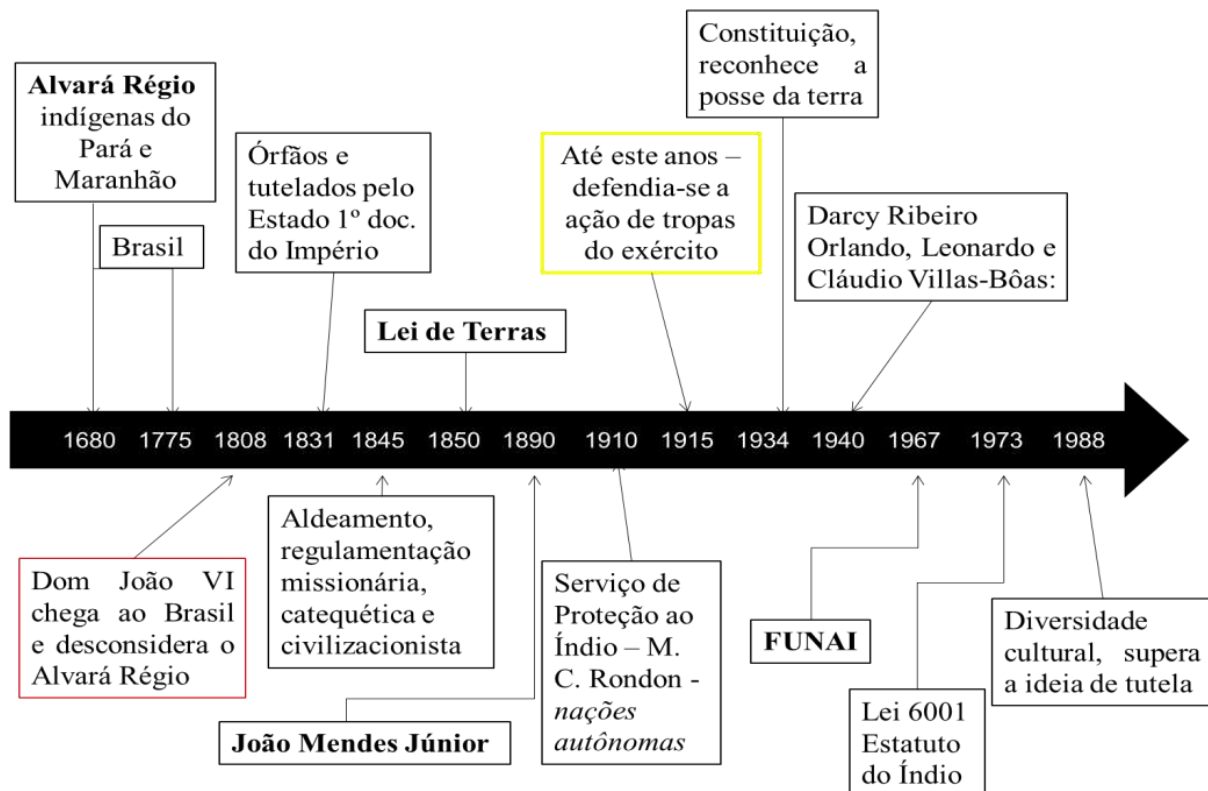
Em 1934, foi corrigida a omissão de 1891 na Constituição Federal, reconhecendo aos indígenas a posse da terra. Contudo, é só na década de 1940 que pesquisadores, como: Darcy Ribeiro e Orlando, Leonardo e Cláudio Villas-Boas, começaram a se preocupar com a causa, denunciando o genocídio e a opressão vivida por estes povos, mas também ressaltando a riqueza e as particularidades culturais dos povos indígenas. E foram estas personalidades que contribuíram na homologação do Parque Nacional Indígena do Xingu, em 1961.

Em 1967 o Serviço de Proteção ao Índio foi substituído pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça e mantida até os dias atuais. E, em 19 de dezembro de 1973 foi aprovada a Lei 6001, também conhecida como Estatuto do Índio, onde mantêm a ideia de que o indígena é parcialmente capaz e que necessita da tutela do estado (a FUNAI) e tem como objetivo a integração dos indígenas a sociedade brasileira.

Na Lei 6001, a delimitação das terras deveriam ser consideradas apenas a moradia e as áreas associadas as atividades agrícolas, desconsiderando qualquer outra atividade que exigiam extensões mais amplas, como por exemplo, caça, coleta e pesca. Somente na Constituição de 1988, quando o movimento indigenista estava mais fortalecido e tinham apoio de alguns setores da sociedade civil, foi possível incluir o princípio da diversidade cultural, superando a ideia de tutela dos povos indígenas.

Considerando todo este contexto histórico, a Imagem 1, demonstra de forma sistematizada o processo e como o Brasil tratou a questão indígena e os indígenas, desde o período colonial (1680) até o final da década de 1980 (1988 com aprovação da Constituição Federal, que permanece em vigência até os dias atuais).

Imagem 1: Sistematização das normativas que foram estabelecidas pelo governo brasileiro no período de 1680 a 1989, referente à questão indígena brasileira.



Org.: Dambrós, C.

O Decreto nº. 1.775 de 08 de janeiro de 1996 determina os procedimentos para demarcação de Terras Indígenas e a FUNAI é o órgão responsável por realizar: diagnósticos de natureza etno-históricas, sociológico, cartográfica, jurídico, fundiária e ambiental; assegurar a participação do poder público; demarcar fisicamente as terras por meio de marcos e placas indicativas; cumprir §8º do Art. 2, que é o pagamento de indenizações aos ocupantes (considerados de boa fé) aprovadas; providenciar o registro das Terras Indígenas após o Decreto Presidencial. Um dia após a aprovação do Decreto 1.775, foi aprovado a Portaria nº14/1996 detalha os aspectos a serem considerados para a delimitação de uma terra indígena.

Do ponto de vista teórico, é a partir da década de 1990 que os estudos dos povos indígenas passa a ser alicerçado sobre a perspectiva territorial. Um dos direcionamentos era estabelecer as diferenciações entre aldeia, terra indígena, reserva indígena e área indígena, onde (Quadro 1) (CARNEIRO DA CUNHA, 1992; CAVALCANTE, 2013).

Quadro 1: Esquema contendo as nomenclaturas e suas respectivas definições.

Nomenclaturas	Definições
<i>Aldeia</i>	Originalmente usava-se para pequenos vilarejos e/ou distritos rurais, os aldeamentos indígenas foram delimitados pelo Estado e administrados por este ou por ordens religiosas, carregando forte carga colonialista. E, a FUNAI usa este termo para denominar vários assentamentos em uma terra indígena;
<i>Terra indígena</i>	Categoria jurídica – garante os direitos territoriais indígenas e são áreas tradicionalmente ocupadas pelos indígenas;
<i>Reserva indígena</i>	Criadas e demarcadas pelo Estado para a posse e a ocupação dos índios, independente de qualquer ocupação prévia da área;
<i>Área indígena</i>	É todo o território que determinado Povo ocupa, bem como todo o seu entorno necessário para a sua sobrevivência.

Fonte: CARNEIRO DA CUNHA (1992) CAVALCANTE (2013).

Outro autor bastante interessante que trás um legado de construções teóricas e debates é Rogério Haesbaert, que em 2004, culmina com a obra “O Mito da Desterritorialização”, onde engloba no conceito de território ao aspecto simbólico. Haesbaert entende que o território, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Neste contexto, entende-se que, na relação de apropriação sociedade-espço, não deverá mais compreendida sem levar em consideração o seu território, pois é nele que está contida a história, cultura e sustentação de um povo. No Quadro 2 é possível verificar um esquema genérico sobre as características de um território de dinâmica funcional em comparação com um território de dinâmica simbólica.

Quadro 2: Esquema genérico entre funcionalismo e simbolismo.

Território de dominância “funcional”	Território de dominância "simbólica"
Processos de Dominação “Territórios da desigualdade”	Processos de Apropriação (Lefebvre) “Territórios da diferença”
Território “sem territorialidade” (empiricamente impossível)	Territorialidade “sem território” (ex.: “Teria Prometida” dos judeus)
Princípio da exclusividade (no seu extremo: unifuncionalidade)	Princípio da multiplicidade (?) (no seu extremo: múltiplas identidades)
Território como recurso, valor de troca (controle físico, produção)	Território como símbolo, valor simbólico (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)

Fonte: Haesbaert (2007, p. 24).

Também trazem uma nova concepção de território, os autores Boligian e Almeida (2003), onde o denominam de território simbólico-afetiva, sendo assim:

“(...) território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural” (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p. 241).

A partir da concepção de território como um espaço simbólico-afetivo, nos permitirá avançar na compreensão das relações, dinâmicas e da organização espacial dos Povos Indígenas, pois a sua identificação territorial se configura na apropriação do território, representado na complexidade do espaço geográfico.

Contexto da demarcação de Terras Indígenas no Brasil: resistência e luta que marcam dos anos 2000 até meados de 2018

Nestes quase vinte anos, houveram significativos avanços quanto a proteção indigenistas, por outro lado, o governo também incentivou a produção de commodities tanto agrícola como mineral, o que aumentou a pressão sobre áreas e terras indígenas, gerando conflitos e, nos últimos anos, novamente intensificando-se os assassinatos.

Considerando o contexto brasileiro em relação às decisões mundiais, em termos de legislação indigenista, o Brasil estava muito atrasado. Por exemplo, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra no dia 27 de junho de 1989 e que tratou sobre os Povos Indígenas e Tribais. Definiu que suas deliberações passariam a ter valor internacional no dia 5 de setembro de 1991, porém, no Brasil, apenas doze anos depois, ou seja, em 25 de junho de 2003² a decisão foi promulgada pelo Decreto 5051 de 19 de abril de 2004.

O Decreto 5051/04 tem como diretriz consolidar o Estado Democrático e Pluriétnico de Direito, bem como garante o reconhecimento das “aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram”. Ou seja, no Brasil, apenas a partir de 2004, os indígenas passaram a ter poder de escolha e autonomia para tomar suas próprias decisões nos assuntos e deliberações governamentais referentes ao seu povo.

² Dentro do contexto histórico e político brasileiro, 2003 foi o primeiro ano de mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E, comparando com os governos anteriores é o primeiro a sancionar uma legislação mais coerente e de proteção aos povos indígenas.

Neste processo de consolidação das estruturas governamentais e de estado na demarcação de Terras Indígenas, no primeiro mandato do Governo Lula, a homologação foi considerável. É perceptível, principalmente, no primeiro mandato de Lula um esforço significativo na demarcação e na liberação de portarias declaratórias. Já no final do segundo mandato de Lula e no primeiro mandato de Dilma o número de homologações chegou a zero. Estes valores podem ser analisados na Tabela 1.

Tabela 1- Processo de Demarcação de Terras Indígenas no Governo Lula e Dilma.

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Decreto de homologação	21	23	08	10	06	01	09	02	03	07	01	00
Portarias declaratórias	03	10	05	12	20	08	11	07	06	02	03	01

Fonte: Machado (2015, p. 69 e 75).

A dificuldade de estruturação, com normas padrão à demarcação, resulta na elaboração de um Manual de Normas Técnicas. O Manual de Normas Técnicas para a Demarcação de Terras Indígenas no Brasil foi estabelecido pela Portaria nº682, no dia 24 de junho de 2008. Este Manual trata assuntos dos mais diversos, desde a planta e a demarcação, cuidados com a saúde, materialização dos limites, entre outras especificações, necessárias para o estabelecimento de diretrizes durante a demarcação, como por exemplo, o georreferenciamento das Terras Indígenas do Brasil, de acordo com a legislação vigente.

Dentro desse contexto, as Terras Indígenas demarcadas recebem em seus limites marcos geodésico, de poligonação e de azimute, a base é de concreto, tendo uma altura de 20 centímetros acima da superfície e as marcas são fundidas em bronze com as inscrições padrão. Porém, o que marca de forma mais emblemática, como outro elemento simbólico material, é a placa que indica uma Terra Indígena Demarcada, o tamanho é de 1,00 X 0,67 metros e fixada a uma estrutura de madeira a 2 metros de altura da superfície (Imagem 2).

Imagem 2: Placa indicando uma Terra Indígena protegida por Lei.

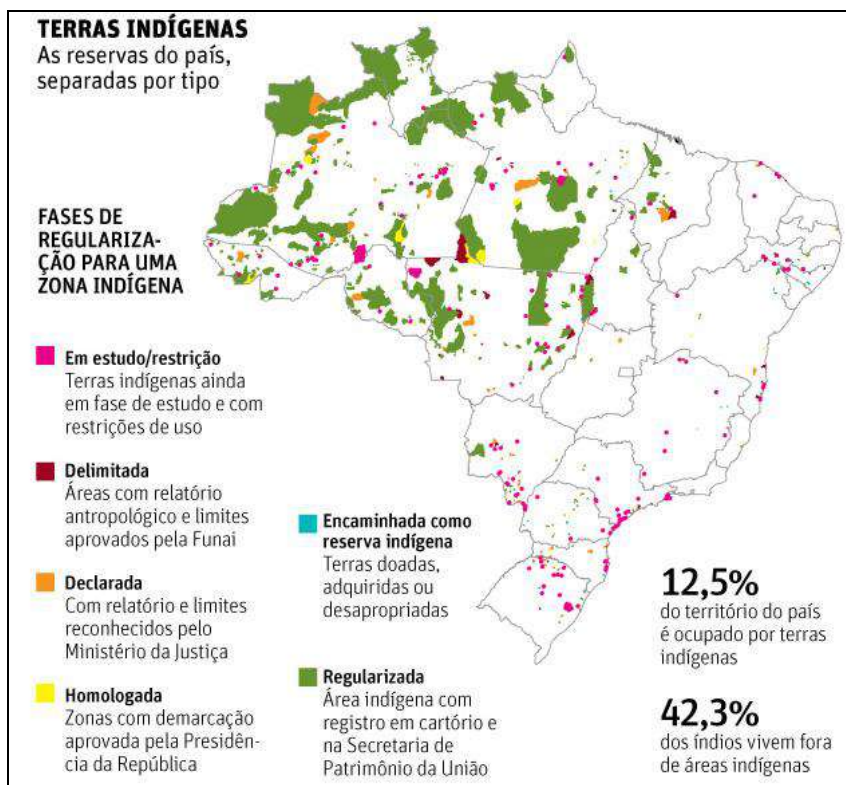


Fonte: Portaria nº 682/2008, p. 22.

A Portaria MJ nº 2498 de 31 de outubro de 2011, foi regulamentado a participação dos entes federados, no que tange os processos administrativos de demarcação de Terras Indígenas. Sendo que, no dia 03 de fevereiro 2012, aprovou-se a Instrução Normativa nº002, responsável pela criação da Comissão Permanente de Análise de Benfeitorias – CPAB e o estabelecimento de instruções para o pagamento de indenização pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé em terras indígenas. Esses são os documentos legais que embasam a atuação da FUNAI, junto aos povos indígenas brasileiros.

Na Imagem 3, é possível verificar pequenos pontos de Áreas Indígenas que estão em processo de estudo para regulamentação e demarcação da Terra Indígena, o que os torna vulneráveis ao avanço das cidades e da agropecuária. Também é visível a concentração de Terras Indígenas já demarcadas que se localizam na Região Norte do Brasil. Esta característica se dá pela Floresta Amazônica, mas também pelo fato de que a atividade agropecuária se iniciou pelo litoral, o que obrigou os indígenas a recuarem, ou foram massacrados durante os incentivos de colonização ou de ampliação das grandes áreas destinadas ao agronegócio.

Imagem 3: Distribuição das Terras Indígenas no Brasil.



Fonte: FUNAI, 2017.

A Tabela 3, contribui para a compreensão das informações contidas na Imagem 3, referente a fase do processo, quantidade de Terras Indígenas e o território abrangente.

Tabela 3: Dados sobre as Terras Indígenas em relação a fases dos processos.

Fase do processo	Terras Indígenas	Superfície(ha)
Delimitada	38	5.531.936,6827
Declarada	72	3.415.646,6662
Homologada	17	1.586.696,8980
Regularizada	435	105.648.344,8943
Total	562	116.997.082,2490
Em estudo	114	5.769,0000
Portaria de interdição	6	1.084.049,0000

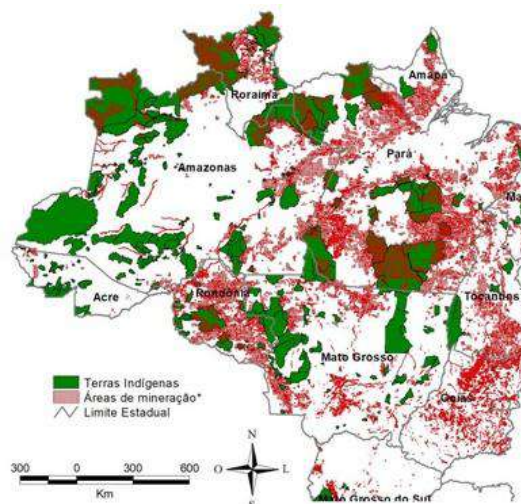
Fonte: FUNAI, 2017.

Legalmente não é permitida a prática da mineração em Terras Indígenas e Unidades de Conservação no Brasil. Porém, empresas mineradoras e investidores brasileiros e estrangeiros estão pleiteando junto ao governo federal um requerimento de

exploração, sendo este um dos motivos que entrou em debate a possibilidade redução das áreas já demarcadas, o que agravaria os conflitos.

É importante destacar que a Região Norte do Brasil, além de concentrar o maior número de Terras Indígenas, também reúne o maior número de incidências registradas de conflitos. A Imagem 4 está representando apenas a localização das Terras Indígenas e das áreas de mineração. Em vários pontos é possível verificar a sobreposição das informações, o que resulta no estabelecimento de conflitos de interesse econômico, através de entradas ilegais nas Terras Indígenas, coerção dos líderes indígenas, chegando a situações extremas de assassinatos. Portanto, mesmo com aprimoramento das bases legais de proteção aos povos indígenas, é perceptível que os conflitos de interesse econômico permaneceram gerando novas vítimas.

Imagem 4: Mapa de Terras Indígenas e Áreas de mineração localizadas no norte do Brasil.



Fonte: FUNAI (2017) e Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM (2017).

A despreocupação com os povos originários não está somente nos planos de desenvolvimento no Brasil, mas também no contexto da América do Sul. Por exemplo, a política de desenvolvimento regional, que tem por interesse a integração da América do Sul - o IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (do ponto de vista da América do Sul) e do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento (no contexto brasileiro), ao mesmo tempo em que em seus programas visam à sustentabilidade e a superação de sua herança histórica de isolamento e fragmentação, quando postas em execução ocasionam uma série de conflitos e impactos socioambientais.

Estes investimentos estão intensificando a exploração madeireira, mineira, pecuária, agrícola, todos geradores de commodities. Neste contexto, caminha-se a passos

largos, à possibilidade de destituição de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, proveniente dos discursos de que o uso destas áreas promoverá o tão sonhado desenvolvimento econômico.

Dentre os investimentos que estão ameaçando a integridade dos povos indígenas, bem como de pequenos agricultores, ribeirinhos, quilombolas, assentados de reforma agrária, entre outros, está à instalação de usinas hidrelétricas, construção de rodovias e ferrovias, incentivo ao agronegócio e a mineração. A construção das usinas gerou manifestações em âmbito nacional e internacional, resultando na instalação da emblemática Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu, bem como de outras igualmente impactantes, como por exemplo, a Usina Hidrelétrica de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira. Em suma, o PAC visa, até o final de 2020, instalar 12 grandes usinas, 40 usinas de grande porte e 200 pequenas centrais hidrelétricas em todo o território nacional.

Para a aprovação das propostas estabelecidas no PAC, foi necessária uma grande reforma no Código Florestal, estabelecidas pela Lei nº. 12.651, de 25 de maio de 2012. Essa reforma não beneficiou apenas a instalação de usinas, mas também contribuiu na ampliação de áreas destinadas ao agronegócio e a mineração. Na Imagem 5 é possível verificar a variação do desmatamento na Amazônia Legal Brasileira, com destaque aos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, que apresentaram os maiores índices de desmatamento e, é justamente nestes estados que cresceu as áreas ocupadas pelo agronegócio.

Imagem 5: Taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal Brasileira (AMZ).



Fonte: INPE/OBT/DPI/TerraBrasilis. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/dashboard/prodes-rates.html> Acesso em 26 de julho de 2018.

Diante desse cenário, a fragilidade dos povos originários/indígenas, ribeirinhos, camponeses, entre outros, torna-se evidente, pois estes projetos visam a dinamização e o escoamento de *comodities* pelo Pacífico. Esta grande articulação entre os países da América do Sul, é liderada pelo governo brasileiro “que necessita de corredores de escoamento da produção agrícola – em particular da soja - para os mercados asiáticos” (VITALE, 2016; MURIEL, 2017, p.334).

Em contra partida, a COICA – Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica, fundada em 1984 no Peru, passou a ter papel fundamental na proposição de um novo paradigma de desenvolvimento. Atualmente, há mais de 300 povos na Amazônia e a COICA é uma atuante organização indígena, que defende em conferências e fóruns uma concepção de desenvolvimento integradora e que respeite a natureza, cultura e as populações amazônicas, pois, o paradigma de desenvolvimento atual, trás uma perspectiva de atraso e impedimentos para um progresso integrador.

Devido a representatividade da COICA, a organização vem reivindicando o direito a uma cadeira na mesa de negociação do IIRSA. A fundamental participação da COICA está na luta pela garantia dos direitos adquiridos, tanto em âmbito nacional como internacional, no que diz respeito, ao direito da autodeterminação, da consulta e de um sistema geoecológico equilibrado. A construção e instalação dos megaprojetos vinculados ao IIRSA, são compreendidos “de alto riesgo y traerán como consecuencia endeudamiento, alteraciones extensivas a los paisajes y las formas de vida de la región” (COICA, 2009, p.11).

Além dos grandes projetos desenvolvimentistas, Machado (2015) destaca uma sucessão de fatos, no âmbito político, que vão de encontro com a demarcação de Terras Indígenas. Primeiro, a ampliação da banca ruralista nas eleições de 2014, segundo o direcionamento da estrutura política do governo federal, através da nomeação de Katia Abreu como Ministra da Agricultura em 2015 e em terceiro a reestruturação e diminuição de repasse de verbas à FUNAI.

Esses rearranjos resultaram no último governo de Dilma Vana Rousseff, grande retrocesso nos processos de demarcação e, após o Golpe (impeachment da Presidenta Dilma Vana Rousseff), os estudos para demarcação de Terras Indígenas foram ainda mais reduzidos. A despreocupação por parte dos governantes é bastante problemática, pois o conflito se mantém e se intensificam, dados estes denunciados pela imprensa nacional e internacional.

Sendo assim, a demarcação de Terras Indígenas no Brasil, ainda é uma questão que gera muitos debates e conflitos tanto ideológicos, no âmbito político e acadêmico, como físicos, conflitos entre indígenas e fazendeiros, mineradores e governo (devido às políticas de implementação de grandes empreendimentos, como construção de rodovias e hidroelétricas).

Considerações finais

Considerando os aspectos legais para a demarcação das Terras Indígenas é possível afirmar que houve uma lenta evolução, porém o descaso histórico com estes povos

permanece e ainda mancha de sangue nosso dia-a-dia, sendo vítimas de um sistema violento e opressor.

No que tange as responsabilidades do Estado, tem-se a FUNAI, como órgão responsável pelo estudo e demarcação de Terras Indígenas, bem como auxiliar e garantir aos povos indígenas a posse plenas de suas terras, também de proteger os povos isolados.

Considerando o contexto histórico brasileiro, a luta pela manutenção das Terras Indígenas é diária, pois muitas das decisões estão nas mãos de representantes políticos, que em um rompante podem retroceder anos de luta e pequenas vitórias.

Quanto aos conflitos com povos indígenas, camponeses, ribeirinhos, entre outros, foi aferido que extrapolam os limites territoriais brasileiros, e alcançam outros países da América do Sul. Este fato é denunciado por várias organizações, sendo uma delas a COICA, que além de denunciar conflitos socioambientais e culturais, está reivindicando espaço nas negociações do IIRSA. Portanto, cabe à comunidade civil da América do Sul, conhecer e compreender os entraves, bem como estabelecer uma rede sólida no combate e na solução dos conflitos.

Por fim, sabem-se que a organização de um povo indígena não obedece a fronteiras, eles apresentam outra forma de relação, compreensão e apropriação do espaço geográfico. Desta forma, a necessidade de integração dos países Sul-Americanos deve superar o debate apenas sob o ponto de vista econômico e ampliar para aspectos socioculturais e territoriais e que envolvam povos indígenas. Por fim, entende-se que a questão indígena mesmo sendo analisada e dialogada no meio acadêmico, há muito que se fazer, pois é urgente a demarcação e ampliação de novas áreas indígenas.

Referências

ARRUDA, Rinaldo. Territórios indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e socioculturais. **Etnodesenvolvimento e políticas públicas.** Disponível em: <http://laced.etc.br/site/arquivos/08-Etnodesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.
BRASIL. **Lei nº 6.001, de 19 de dez, de 1973.** Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, dez. 1973.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1.775, de 08 de jan. de 1996.** Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Brasília, DF, jan, 1996.

BRASIL. **Portaria n. nº 14, de 09 de jan. de 1996.** Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere

o parágrafo 6º do artigo 2º, do Decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996. Brasília, jan. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abr. de 2004.** Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, abr. 2004.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 002, de 3 de fev. de 2012.** Instruções para o pagamento de indenização pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé em terras indígenas. Brasília, fev. 2012.

BRASÍLIA - DF. Fundação Nacional do Índio - Funai. Ministério da Justiça. **Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas:** PPA 2016 - 2019. n.1 (Série Políticas Públicas). Disponível em: <www.funai.gov.br/index.php/plano-plurianual-ppa>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin. **A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia.** In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira (Org.). *Ambientes: estudos de geografia.* Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia /UNESP, 2003. p. 235-248.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). **História dos índios no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul.** 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

COICA. Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica. **COICA versus IIRSA.** COICA: 2009.

FUNAI - Fundação Nacional do Índio. **Índios no Brasil: Terras Indígenas,** 2017. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/> . Acesso em: 03 mai. 2018.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia.** Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, mar. 2007, p. 19-44.

MACHADO, Marjori de Souza. **Terras Indígenas no Brasil: Estudo sobre os Processos Demarcatórios nos Governos Lula e Dilma.** Dissertação (Mestrado) Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 128 f. 2015.

MURIEL, Bruna. Os Povos Indígenas na América do Sul: entre a IIRSA e o Buen Vivir. **Cadernos do CEAS,** Salvador/Recife, n. 241, p. 327-341, mai./ago., 2017.

VITALE, Denise; KRAYCHETE, Elsa Souza (orgs). **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: dilemas e desafios da América do Sul.** Salvador: Edufba, 2016.

Sobre o autor

Cristiane Dambrós – Bacharela em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS); Mestra em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS); Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Rio Claro/SP; Professora Substituta na Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Ourinhos/SP. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-0191-6489>

Como citar este artigo

DAMBRÓS, Cristiane. Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

Recebido para publicação em: 26 de agosto de 2018

Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019

Aceito para a publicação em: 05 de março de 2019

A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais

Ademir Terra

Universidade Estadual do Maranhão- UEMA
e-mail: ademirterra@professor.uema.br

Resumo

O presente texto, apresenta alguns pressupostos teóricos acerca da categoria geográfica território, a qual encerra múltiplas acepções, resultantes de processos históricos, urdidas em diversas temporalidades, ressaltando o princípio da apropriação, da dominação, do controle social e sobretudo, do poder em distintas relações e em diversas escalas, suscitando também múltiplas territorialidades, com dimensões próprias, conteúdos específicos que são apropriados, apreendidos e vivenciados de maneira singular pelos atores sociais. Nesta perspectiva, apontamos que tais pressupostos são primordiais para a compreensão das especificidades identitárias e territoriais dos assentamentos rurais, os quais, na condição de espaço social, delimitado e apropriado politicamente como território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos, um forte catalisador cultural-simbólico e indispensável fator de autonomia e que, hodiernamente, apresentam-se como novo elemento no processo de produção e organização do espaço agrário brasileiro.

Palavras-chave: Categoria Geográfica, Território, Assentamentos Rurais.

The territory concept's relevance for the analysis of rural settlements

Abstract

The present text presents some theoretical assumptions about the geographical category of territory, which contains multiple meanings, resulting from historical processes, created in several temporalities, except for the appropriation principle, domination, social control and mainly the power in different relations and scales, also raising multiple territorialities, with their own dimensions, specific contents that are appropriated, apprehended, and experienced in a unique way by the social actors. In this perspective, we point out that such assumptions are primordial for the understanding of the identities and territorial specificities of rural settlements, which, in the condition of social space, delimited and politically appropriate as a group territory, is material support of existence and a strong cultural-symbolic catalyst and an indispensable factor of autonomy and which are presented as a new element in the process of production and organization of the Brazilian agrarian space.

Keywords: Geographical category; territory; rural settlements.

La pertinencia del concepto de territorio para el análisis de asentamientos rurales

Resumen

El texto presenta algunos presupuestos teóricos acerca de la categoría geográfica territorio, la cual encierra múltiples significados, resultantes de procesos históricos, urdidos en diversos momentos, resaltando el principio de la apropiación, de la dominación, del control social y sobre todo, del poder en distintas relaciones y en diversas escalas, suscitando

también múltiples territorialidades, con dimensiones propias, contenidos específicos que son apropiados, aprendidos y vividos de manera singular por los actores sociales. En esta perspectiva, sugerimos que tales presupuestos son primordiales para la comprensión de las especificidades identitarias y territoriales de los asentamientos rurales, los cuales, en la condición de espacio social, delimitado y apropiado políticamente como territorio de un grupo, es la base material de la existencia y, más o menos, un fuerte catalizador cultural-simbólico y indispensable factor de autonomía y que, en la actualidad, se presenta como un nuevo elemento en el proceso de producción y organización del espacio agrario brasileño.

Palabras clave: Categoría Geográfica, Territorio, Asentamientos Rurales.

Introdução

A realidade é um fenômeno extremamente complexo. Nossos sentidos nos permitem apreendê-la em alguns de seus aspectos. Assim, os limites à compreensão integral da realidade começam pela nossa percepção dela.

A ciência possui uma peculiaridade que a distingue dos demais esquemas de classificação e conhecimento do mundo, que é a impessoalidade e objetividade (ao menos hipoteticamente) das suas representações, que, por isso, são denominados conceitos.

O conceito é definido pelas suas características. Durkheim aponta, primeiramente, a sua imutabilidade, a sua resistência à mudança, a sua fixação e cristalização. Em segundo lugar, o fato de ser universalizável: um conceito nunca é de um homem só, mas é comum a outros homens. É uma representação, mas impessoal. Desse modo, se é comum, é porque é obra de toda uma comunidade. Não pode ser abstrato porque, nesse caso, só teria realidade nas consciências particulares. É, primeiramente, representação coletiva, ideia geral que exprime antes categoria e classes do que objetos particulares.

Um conceito científico não é algo pronto, acabado. Desde sua origem este percorre um caminho, que por vezes pode sofrer influências que, conseqüentemente, poderão imiscuir no entendimento de seus conteúdos e aplicabilidade. Assim sendo, noções e conceitos são construções lógicas que estão em constante reformulação, sendo redefinidos e aprimorados a cada novo avanço do pensamento científico e filosófico ou forma de compreensão da materialidade concreta da vida humana.

O conceito é um tipo especial de representação, construído a partir da sujeição sistemática das representações relacionadas ao aspecto da realidade que está sendo conceituado a “testes” empíricos, uma média aceitável e construída metodologicamente com base em um conjunto de representações que pré-informavam o produtor do conceito e que o levaram a empreender a pesquisa e conceituar um aspecto determinado da realidade.

Portanto, apreendemos o conceito como uma construção social que ilumina algum aspecto da realidade e, para tanto, é preciso uma história das ciências e das técnicas para seu entendimento.

O território

A origem do termo território e o seu emprego nas Ciências não advêm dos estudos geográficos, tampouco das Ciências Humanas, mas sim das Ciências da Natureza, em especial da Biologia e da Zoologia, a partir dos estudos ligados à Etologia onde o conceito será cunhado.

Porém, na atualidade, não se pode desconsiderar que o uso conceitual da categoria território é reivindicado por uma disciplina, a Geografia, uma vez que, para esta o território se constitui um dos conceitos-chave, portanto sua utilização atende, antes de tudo, a finalidades heurísticas e analíticas.

Todavia, o intercâmbio de conceitos e noções entre os campos acadêmicos e normativos é prática corriqueira e, por si só, não representaria obstáculo à utilização do território para fins políticos e práticos. Entretanto, cabe aos usuários explicitar em que sentido recorrem ao território, se conceitual ou normativo ou em ambos ao mesmo tempo.

Desta forma, o conceito de território é muito amplo e tem várias interpretações, dependendo da área da ciência que o conceitua. A Geografia dá maior ênfase à materialidade do território. A Ciência Política leva em consideração as relações de poder ligadas à concepção de Estado. A Economia o concebe como um fator locacional ou base de produção. A Antropologia enfatiza a dimensão simbólica através das sociedades. A Sociologia através da sua participação nas relações sociais, e a Psicologia através da identidade pessoal até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2004a, p. 37).

A despeito da antiguidade do emprego da expressão território nas ciências naturais e também nas sociais, recentemente, porém, o termo passou a ser utilizado com mais frequência por diferentes ramos das ciências, sobretudo pela Geografia, concorrendo com outros tradicionais, como *espaço* e *região*. Porém, vem ganhando novas interpretações, mais amplas e mais flexíveis, permitindo-nos ter uma noção menos delimitada do conceito.

É assim que, diferentes concepções e abordagens podem ser utilizadas para compreender e conceituar território. De forma abrangente, deve sempre ser considerado dentro de um determinado contexto histórico. É nessa perspectiva que se pode traçar um panorama geral do pensamento de diferentes autores da atualidade que abordam a questão territorial, dentro de suas óticas, e discutem esse conceito.

Em Haesbaert (2002; 2004a; 2004b) encontramos uma importante interpretação de território. Nas obras citadas, o autor o apresenta em quatro vertentes básicas: 1) Território econômico - compreendido como simples base material, com ênfase na dimensão espacial das relações econômicas, o território é fonte de recursos (relação

capital-trabalho); 2) Território político - visto como uma forma de controle dos indivíduos, assim como dos processos sociais, a partir do controle do seu espaço material, onde as relações se dão entre espaço e poder, ou seja, um espaço delimitado e controlado no qual se exerce determinado domínio; 3) Território cultural ou simbólico-cultural - concebido como espaço dotado de identidade, uma identidade territorial, que carrega significados simbólicos e subjetivos; 4) Território natural - entendido com base nas relações entre sociedade e natureza, isto é, o comportamento “natural” dos homens em relação ao ambiente físico.

A essas concepções sobre o território podem ainda ser acrescentadas mais três vertentes: 1) jurídico política, que entende o território como um elemento de controle, geralmente pela ação do Estado; 2) cultural(ista), de caráter simbólico e identitário; 3) econômica, na qual se destaca a perda do território de reprodução do capital por força da globalização (HAESBAERT 2001; SPOSITO 2004).

Em virtude do momento histórico em que vivemos, e face ao profundo “hibridismo” em que nos encontramos, é cada vez mais difícil enquadrar o conceito de território em apenas uma dessas dimensões (política, natural, econômica ou cultural). Acerca dessa afirmação, Saquet (2003) salienta que:

[...] um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido apenas enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização (SAQUET, 2003, p. 24).

Haesbaert (2004b) apresenta um conjunto de perspectivas teóricas, a partir de um patamar mais amplo, em que essas dimensões (econômica, política, cultural e natural) se inserem numa fundamentação filosófica própria de cada abordagem. Ele busca superar a dicotomia materialista/idealista, introduzindo a noção de que o território encerra tanto a dimensão espacial material das relações sociais, como o conjunto de representações sobre o espaço, ou o que ele denominou de “imaginário geográfico”. Assim, no conceito de território, a perspectiva materialista (concreto) e a perspectiva idealista (referido aos sentimentos que o território inspira) são indissociáveis.

Sob o ponto de vista materialista agrupam-se as concepções naturalista, econômica e política, as quais, segundo o autor, mesmo consideradas nessa base material, não estão desvinculadas de relações sociais. Já na perspectiva idealista, o território é visto numa dimensão simbólica, dotado de identidade. Refere-se aos sentimentos que o território inspira naqueles que dele são excluídos e à satisfação dos que

dele usufruem/compartilham. Dessa forma, Haesbaert propõe o território numa perspectiva integradora, que envolve sua leitura como um espaço não estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural, sugerindo que o conceito seja concebido na perspectiva que analisa as diferentes dimensões sociais.

Segundo Sposito (2004, p. 17), as várias concepções de território existentes servem como “porta de entrada” para a discussão desse conceito na Geografia, e ele as agrupa em quatro abordagens. Em primeiro lugar, a naturalista, muito utilizada pelos estudiosos desse conceito na Geografia “[...] aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou uma nação pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar”. O sentido de extensão e de delimitação de lugares é valorizado, pois é, nesse espaço delimitado que os grupos sociais estabelecem relações de uso, de transformação e de poder.

Outra abordagem, voltada para o território do indivíduo, diz respeito à territorialidade e sua apreensão, com forte conotação cultural; “[...] a territorialidade, neste caso, pertence ao mundo dos sentidos e, portanto, da cultura, das interações cujas referências básicas são as pessoas e a sua capacidade de se localizar e de se deslocar” (SPOSITO, 2004). Assim, o território aparece como espaço onde os indivíduos estabelecem relações de poder e de pertencimento a esse espaço.

Ainda de acordo com Sposito (2004) uma terceira abordagem de território aparece quando:

[...] o termo território é confundido com o de espaço [...] isso pode ser abstraído a partir do momento em que se considera uma quarta dimensão, aquela definida pela transformação que a sociedade impõe à natureza. [...]” (SPOSITO, 2004, p.17).

Saquet (2003) evidencia a importância da relação tempo e espaço na análise sobre o território, uma vez que cada espaço vive seu tempo, e cada tempo se desenrola num determinado espaço. Nessa dinâmica, o autor destaca também a importância de conhecermos a história dos lugares, os diferentes processos de mudanças e transformações vivenciadas em cada espaço.

No processo de construção, desconstrução e reconstrução, o território é permeado por relações sociais de domínio, de demarcação e de posse. No âmbito político, econômico ou cultural, em diferentes escalas, as relações de poder manifestadas no território não devem ser jamais negligenciadas.

De acordo com Raffestin (1993), o espaço é a base para a formulação do território, ou seja, o espaço existe antes do território, um é a matéria-prima para a construção do outro. Na realidade, segundo o autor, num espaço propriamente dito, ainda não se deram relações de poder, em que um ator manifeste a intenção de apoderar-se

dele. Em contrapartida, o conceito de território não abrange simplesmente um espaço, mas um espaço construído pelo ator, apropriado e organizado de acordo com seus objetivos e interesses.

O território é, portanto, produzido, a partir do espaço e por uma série de relações que o indivíduo ou grupos de indivíduos – os chamados agentes – mantêm entre si e com a natureza.

Ainda segundo Raffestin (1993), o território é sempre um enquadramento do poder ou de um poder, em um determinado recorte espacial. Por isso, podemos dizer que as relações de poder se dão em diferentes escalas territoriais, e a escala do território determina a escala dos poderes. Assim sendo, as relações de poder estabelecem-se em níveis local, regional, nacional, supranacional etc., produzindo uma multiplicidade de territórios, cada qual com uma territorialidade diferente, ou seja, com uma dimensão própria, e um conteúdo específico, sendo apropriados, apreendidos e vivenciados de maneira singular pelos atores sociais.

Autores brasileiros como Souza (2000), Santos (1994), Andrade (1994) e Neves (1994), entre outros, compartilham a ideia de território como um espaço definido por e a partir de relações de poder, projetadas no espaço e com grande flexibilidade espacial e temporal, sejam elas estabelecidas no nível público, estatal ou das grandes empresas.

Para Tartaruga (2005), esse poder se define em três dimensões: na dimensão política, a mais difundida, o poder está muitas vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao Estado, e o território é visto como um espaço delimitado e controlado por ele; a dimensão cultural ou simbólico-cultural é mais subjetiva, e o território é compreendido sobretudo, como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; a dimensão econômica, menos citada, enfatiza as relações econômicas, entendendo o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, por exemplo, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Tartaruga (2005, p. 6) afirma que os territórios podem ser cíclicos, apresentando-se periódica ou sazonalmente, e de baixa definição, ou seja, espaços caracterizados pela superposição de diferentes territórios, o que pode provocar o surgimento de relações adicionais de poder contínuas, as mais usuais, - daqueles que possuem contiguidade espacial - e descontínuas - daqueles que não possuem uma contiguidade espacial total. Alguns chamam essas relações de rede ou território-rede; em termos gráficos, os territórios contínuos poderiam ser caracterizados por superfícies e os descontínuos por pontos.

Assim, não podemos nos prender ao conceito de território ligado às relações de poder desenvolvidas pelo Estado e pelas grandes empresas, mesmo porque elas precisam de uma escala temporal maior para se estabelecerem. Há também o território constituído

como local de micropoderes, em que determinados grupos com a mesma identidade cultural, política e econômica estabelecem relações sociais projetadas no espaço que, por possuírem extrema flexibilidade, podem formar-se ou dissipar-se em questão de anos, meses, semanas, dias e até mesmo horas. De caráter bastante curioso, esses territórios sobrepostos desempenham funções distintas que às vezes podem acabar chocando-se. Os espaços ocupados pelas escolas, igrejas, camelôs e prostitutas são exemplos de microterritórios formados a partir de relações de poder, cada qual com características próprias e possuidores de grande flexibilidade. O fato de poder constituir-se ou dissolver-se de modo relativamente rápido confere ao território uma tendência à instabilidade.

Retomando a etimologia, o termo território significa terra pertencente a alguém. Este “pertencente”, alerta Corrêa (1994), não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Se por um lado o conceito de território está ligado ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado por parte das instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, por outro, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas por parte dos grupos distintos, definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. É a partir desse sentido que o conceito de território se vincula a uma Geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares e, assim, a apropriação passa a se associar à identidade de grupos e à afetividade espacial.

Enfim, entende-se que o território é um processo social. Moraes (2000) afirma que ele não pode existir sem uma sociedade que o crie e que o qualifique. Assim sendo, ao contrário do território pensado pelos zoologistas, não pode existir como realidade puramente natural, sendo construído com base na apropriação e na transformação dos meios criados pela natureza, isto é, um produto socialmente elaborado, resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga, sendo, antes de qualquer coisa, dinâmico.

Como se evidencia, são muitas as divergências conceituais acerca do território, porém podemos identificar um consenso sobre a construção e destruição destes. O modo de produção capitalista, por exemplo, provoca um movimento contínuo de transformação da técnica e da sociedade que, por sua vez, repercute na criação, destruição e reconstrução dos territórios, promovendo a desterritorialização de grupos sociais.

Enquanto Souza (2000) entende que a desterritorialização supõe a exclusão de um grupo que se apropriava de um dado espaço, Santos (1997) a concebe como o estranhamento do indivíduo ao lugar, uma desculturização; já para Haesbaert, (2004b) ela seria resultante do enfraquecimento do controle exercido sobre o espaço, que provoca a mobilidade de pessoas, bens materiais, capitais e informação.

De qualquer forma, a desterritorialização traz consigo o processo de

reterritorialização que alude à incorporação de novos territórios e, conseqüentemente, à construção de uma nova territorialidade do grupo desterritorializado.

Para Santos (1997):

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte de seu ser que parecia perdida (SANTOS, 1997, p. 329).

Assim, segundo o autor, mesmo sendo o território conformado pelo conjunto de elementos naturais e artificiais de uma área, a reterritorialização não se configura apenas na alteração das formas. Ao mudar as formas, mudam-se as funções e, por conseguinte, o homem também se modifica.

Sob uma perspectiva diferente, Haesbaert (2004b) considera que a reterritorialização refere-se ao processo de desterritorialização imposto pela territorialização conduzida por outros:

[...] ou seja, eu posso “delimitar” meu território simplesmente através da delimitação do território do outro. Neste sentido, mesmo com uma “territorialização” (física) aparentemente bem definida, o outro está de fato desterritorializado, pois não exerce efetivo domínio e apropriação sobre seu território (HAESBAERT, 2004b, p. 263).

A despeito das diferentes visões, esses autores concordam que à medida que são destruídos os territórios e construídas novas territorialidades, desenvolve-se um processo dinâmico e concomitante de desterritorialização e reterritorialização.

Assentamentos rurais: elementos de reconfiguração territorial

A reforma agrária é um processo permeado de contradições e conflitos entre atores que possuem interesses divergentes. Nesse contexto, os assentamentos rurais constituem “espaços de relações sociais, onde as características heterogêneas individuais, homogêneas no processo de luta pela terra, ressurgem em novas bases” (ZIMMERMANN, 1994, p. 205), revelando o desejo de autonomia dos sujeitos e gerando embates que se expressam no cotidiano, como parte de um complexo jogo de forças geopolíticas.

De acordo com Esterci (1992), o termo *assentamento* refere-se às ações que têm por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocações de populações para a solução de problemas socioeconômicos, reconhecidas sua importância e necessidade, principalmente pela viabilidade econômica.

Para Leite (2005), o termo *assentamento rural* parece datar de meados dos anos

de 1960, sobretudo como referência dos relatórios de programas agrários oficiais executados na América Latina, para designar a transferência e a alocação de um determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra (ou com recursos fundiários insuficientes à sua reprodução) em algum imóvel rural específico, visando à constituição de uma nova unidade produtiva.

Nesse espaço de relações sociais, desenvolvem-se dinâmicas internas geradas pela convivência de famílias que, apesar de terem passado por períodos de atuação comunitária (organização da luta pela terra), levaram consigo origem, cultura, disponibilidade patrimonial, composição familiar, motivações e aspirações bastante díspares, ou seja, são portadoras de diferentes territorialidades. Essa trajetória social, amalgamada às relações com os mediadores, constitui, portanto, lócus de reconstrução de saberes, no qual se potencializa a heterogeneidade cultural que caracterizava as famílias, evidenciando-se assim, o direito à dessemelhança.

Instalados os assentamentos, encerra-se, para os trabalhadores rurais sem-terra, uma fase (o acampamento) em que vivenciavam problemas e situações comuns, cujo principal objetivo era a conquista da terra, e inicia-se outro estágio, em que a heterogeneidade de seus participantes emerge. São diferentes expectativas de vida que se relacionam, favorecendo o surgimento de novos conflitos e de disputas em seu interior.

Assim sendo, acampamentos e assentamentos vivem situações não apenas distintas, mas extremamente adversas e internamente conflituosas. “A concessão da terra e o assentamento do supostamente sem-terra apenas encerram um drama e dão início a outro” (MARTINS, 2003. p. 9).

Nesse sentido, Carvalho (1999) analisa que o assentamento rural constitui uma “encruzilhada social” que expressa, no momento da sua criação, um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação. Nessa ocasião encerra-se um determinado processo político-social no qual o monopólio da terra e o conflito social pela sua posse são superados e, imediatamente, inicia-se outro: a constituição, naquela área, de uma nova organização econômica, política, social e ambiental, engendrada por uma heterogeneidade de famílias de trabalhadores sem-terra.

Acerca da crescente importância que os assentamentos rurais foram assumindo em todo o Brasil por força das lutas das famílias de sem-terra, Leite *et al* (2004) ressaltam que:

Mesmo continuando uma experiência minoritária, os assentamentos ganharam uma sistematicidade e um reconhecimento social, vale dizer, uma objetividade, que os colocam no primeiro plano das disputas intelectuais e políticas em torno da questão agrária (LEITE *et al.*, p. 69).

Hoje, o processo de reflexão sobre o agrário, entendido na dimensão da luta social pela conquista da terra e da permanência nela, (re)dimensiona-se na proporção que a discussão pela reforma agrária se intensifica, não apenas na distribuição de terras, mas também na potencialização de seus projetos.

O espaço geográfico produzido pela inserção da agricultura familiar no modelo produtivo atual demanda um novo tipo de estudo sobre a Geografia dos assentamentos rurais, que passe a identificar o resultado e as consequências da produção desse tipo de lugar, pois, neles, o acesso à terra indica uma reterritorialização, materializada na recriação do lugar a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural. O lugar incorpora o novo, especialmente em relação às técnicas, modificando as práticas sociais. Os assentados constroem um novo território a partir da mudança das relações estabelecidas nesse espaço, promovendo um rearranjo no processo produtivo, diversificando a produção e introduzindo novas atividades.

Os assentamentos rurais podem ser entendidos enquanto territórios, pois como afirma Saquet (2007), o território é um compartimento do espaço, e como fruto de sua diversificação e organização possui duas funções principais: a de servir como abrigo, como proteção e a de servir como um trampolim para oportunidades. Ou seja, o território constitui-se como a base onde a sociedade inscreve a sua história e por este motivo é ação e contexto.

Em decorrência da diversidade das relações que se estabelecem nestes territórios é que nos apropriamos da proposição de Fernandes (2008), que sugere uma tipologia dos territórios enfatizando que a multidimensionalidade e a multiescalaridade são componentes importantes na análise dos territórios. A multidimensionalidade evidencia o princípio da totalidade nos territórios, uma vez que as dimensões social, cultural, econômica e ambiental se relacionam dialeticamente no território, já o princípio da multiescalaridade nos permite entender o território para além do espaço de governança¹, considerando os territórios do território.

O território é compreendido como uma horizontalidade, em suas múltiplas dimensões, sobre as quais incidem novas problemáticas com a rearticulação de suas redes e de seus mecanismos de ordenação. Tomado como o lugar da dinâmica e da dialética que se configuram a partir de múltiplos usos e inserções, o território é definido como uma unidade de análise privilegiada, na medida em que permite identificar as bases da dominação e das formas de resistência, e que, por meio da análise de seu uso, informa sobre os diferentes projetos e visões de mundo em disputa.

¹ Fernandes (2008, p. 283) faz alusão à existência de três tipos de território: o espaço de governança, quer sejam em nível nacional, estadual ou federal; os distintos tipos de propriedade privadas, capitalistas ou não e; os territórios fluxos, "cujas fronteiras se movimentam de acordo com as ações institucionais e as conflitualidades".

Nesse espaço de relações sociais, desenvolvem-se dinâmicas internas geradas pela convivência de famílias que, apesar de terem passado por períodos de atuação comunitária (organização da luta pela terra), levaram consigo origem, cultura, disponibilidade patrimonial, composição familiar, motivações e aspirações bastante díspares, ou seja, são portadoras de diferentes territorialidades. Essa trajetória social, amalgamada às relações com os mediadores, constitui, portanto, um lócus de reconstrução de saberes, no qual se potencializa a heterogeneidade cultural que caracterizava as famílias, evidenciando-se assim, o direito à dessemelhança.

Os assentamentos rurais têm um papel relevante na construção de novos territórios no meio rural, pois constituem espaços especiais que permitem a ressignificação do lugar, ou seja, à medida que novos assentamentos são organizados, se estabelecem novas formas de produção, novas práticas e novas formas de organização do trabalho.

Desta maneira, os assentamentos indicam uma propensão de (re)organização do espaço agrário, uma vez que a sua implantação suscita uma nova organização social, econômica e política. Segundo Martins (2000), “os projetos de assentamentos são “[...] uma verdadeira reinvenção da sociedade [...]” como “[...] uma clara reação aos efeitos perversos do desenvolvimento excludente e da própria modernidade.”

Para garantir a segurança e permitir que se alcance novas oportunidades como aludiu Saquet (2007), é necessário que haja uma organização territorial interna e relações de poder e dominação com territórios externos. Esta organização acontece em cada caso de forma diferenciada, permitindo ao território assumir diferentes significados nas distintas sociedades e grupos sociais dominantes.

Os agentes que atualizam a palavra de ordem da reforma agrária se renovam de acordo com a conjuntura apresentada, especificam as demandas e objetivam o embate político. A variação desses agentes se dá de acordo com eixos geográficos e identidades distintas, o que faz com que o embate pela reforma agrária se atualize e se apresente a cada período com um novo sentido.

Por constituir um território conquistado, o assentamento representa a reterritorialização para os trabalhadores rurais, independentemente do grau de envolvimento de cada família na luta pela conquista da terra.

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pelas famílias, dos percalços, insucessos e até eventuais fracassos, os assentamentos rurais, juntamente com as pequenas propriedades tradicionais, geralmente constituem a garantia não só da permanência do homem no campo, como a possibilidade da recuperação da autoestima e da dignidade, com a geração de emprego e renda e a sua integração ao mercado, do ponto de vista geopolítico, representam uma subversão das relações de poder local, com a emergência de novos arranjos produtivos, sem falar na contribuição para o

desenvolvimento da economia local, regional e até nacional.

Vistos por essa perspectiva, os assentamentos rurais, enquanto espaços singulares que possibilitam a ressignificação do lugar, assumem papel cada vez mais importante na sociedade brasileira contemporânea, pois configuram tessitura da prática social que favorece a construção de novos territórios e novas territorialidades no espaço rural.

Conforme Santos (2000):

O povo como sujeito é também o povo como objeto, sobretudo ao considerarmos o povo e o território como realidades indissolúvelmente relacionadas. Daí a necessidade de revalorizar o dado local e revalorizar o cotidiano como categoria não apenas filosófica e sociológica, mas como **categoria geográfica**, territorial. [...] O sujeito é também objeto. O sujeito é plural e o objeto diversificado. Partindo dessa ideia, depreendemos as diferenças estruturais e avaliamos o valor diferenciado das diversas ações dentro do todo (SANTOS, 2000. p.121).

A criação de novos assentamentos, fazendo emergir novas formas de produção, novas práticas e novas configurações da organização do trabalho, constitui elemento de reestruturação do campo. Assim sendo, a análise dos assentamentos, na perspectiva do território, é mais abrangente que a da territorialização de grupos específicos e da concepção de novas territorialidades.

O número de assentamentos rurais vem aumentando a cada ano, seja pela distribuição de novos lotes em áreas reformadas, seja pela regularização fundiária. Porém, em números absolutos e em face da dimensão territorial do país, a implantação desse modelo ainda é muito pequena. Como observaram Medeiros, Sousa e Alentejano (1998), os assentamentos funcionam como verdadeiros laboratórios de experiências sociais que, além de dinamizarem o debate acerca das expectativas futuras do meio rural, têm pautado a discussão sobre um novo padrão de desenvolvimento fundado na unidade de produção familiar.

Parafraseando Sauer (2003, p. 20), apesar de descontinuidades espaciais, os assentamentos não são ilhas, mas territórios, social e politicamente demarcados. São, portanto, espaços singulares que permitem um “convívio face a face”, abrindo a possibilidade para novas interações e ressignificações identitárias e representacionais.

A criação dos assentamentos suscita uma nova organização social, econômica e política. Assim, quando o conjunto das famílias se apossarem formalmente dessa terra, construindo sua nova identidade social, estará estabelecido um processo inteiramente novo, uma vez que nesse espaço imprimir-se-á uma nova organização, um microcosmo social.

Considerações finais

Analisado na perspectiva do território, o assentamento rural, em qualquer circunstância, encerra a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, descontadas as trocas com o exterior. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente como território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos, um forte catalisador cultural-simbólico e indispensável fator de autonomia.

O assentamento é um lugar onde diferentes biografias se encontram e se iniciam novos processos de interação e identidade sociais, um lugar identitário privilegiado. Ou seja, o acesso à terra – lugar geograficamente localizado, que possibilita o trabalho e a residência - transforma os “sem terra” em pessoas “com terra”.

Nos assentamentos rurais, os ex-sem terra rompem o umbral da exclusão e se transformam em pequenos produtores rurais, cuja possibilidade de reprodução social é o controle sobre a terra. Os assentamentos, portanto, são territórios que representam a fartura e garantia de emprego, trabalho e renda.

A luta na terra, que em muitos lugares por todo o Brasil significa o início da luta pelo território, significa ainda um processo de construção de alternativas à realidade atual, portanto, na construção simbólica da terra como uma heterotopia, ou seja, um lugar, simultaneamente real e imaginário, de oposição às tendências de homogeneidade do espaço da modernidade (FOUCAULT, 1984), sobretudo pela crescente exclusão social inerente à dinâmica do capital.

Admitindo-se o território como resultado de um processo histórico de construção do espaço por agentes sociais que lhe imprimem suas características socioculturais, a construção dos territórios, para Santos (1994), se processa a partir da projeção do trabalho sobre o espaço. Como assinala o autor, o território não é território em si mesmo, pois o que lhe dá essa condição é o seu uso, e esse uso é que o transforma em objeto de análise social.

Portanto, o território é resultado da interação entre as relações sociais estabelecidas em determinado espaço e o controle desse espaço. Para Haesbaert (2004b, p. 79), ele não é exclusivamente político, nem econômico ou cultural e, muito menos, apenas natural. Para o autor, a construção dos territórios se processa através da “[...] imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.”

Conseqüentemente, o acesso à terra, materializado nos assentamentos, não significa somente a garantia de sustentabilidade física da vida humana, no sentido real de

cunho político, econômico e social, mas adquire também um sentido simbólico. Terra é vida, portanto, lugar e meio de produção e reprodução social. A luta dos assentados é por uma heterotopia (FOUCAULT, 1984), um “outro lugar” qualitativamente diferente e de resistência ao processo de desterritorialização forçada pelo modelo agrário e agropecuário implantado no Brasil ao longo de sua história, modelo que não contempla a agricultura familiar.

Na busca por desvendar essa heterotopia no conjunto das famílias assentadas é que estamos recorrendo ao conceito de território nas suas múltiplas dimensões. Contudo, isso não quer dizer que esta seja a única via possível de análise para o objeto de estudo em questão, tendo em vista que a complexidade posta na atualidade e sua tendência em provocar equívocos diante dos fenômenos vêm reconfigurando as demandas epistemológicas acerca dos métodos e dos tratamentos do conhecimento que se apresentam continuamente.

Referências

ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (orgs), **Território: globalização e fragmentação**, São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

CARVALHO, H. M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1999.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. (org), **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

ESTERCI, N. Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária). **Assentar, assentados e assentamentos - Solução ou atenuante**. Campinas: ABRA, 1992.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FOUCAULT, M. What is enlightenment? In.: RABINOW, P. **The Foucault reader: An introduction to Foucault's thought**. London, Penguin Books, 1984.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: Anais do IX **Encontro da ANPUR**. Vol. 3, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L. P; BASTOS, L. C. (org.). **Identities: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D; SPÓSITO, E. S; SAQUET, M. A. (org.) **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004a.

_____. **O Mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004b.

LEITE, Sérgio. Assentamento Rural. In: MOTTA, M. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Edunesp, 2004.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples:** Cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo, Editora Hucitec, 2000.

_____. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MEDEIROS, L. S.; SOUSA, I. C. de; ALENTEJANO, P. R. O promissor Brasil dos assentamentos rurais. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 77, n. 8, p. 54-63, jun./ago. 1998.

MORAES, A. C. R., **Bases da formação territorial do Brasil.** O território colonial brasileiro no século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

NEVES, G. R. Territorialidade, Desterritorialidade, Novas Territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org), **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** (trad.) FRANÇA, M. C. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs), **Território: globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Território e Sociedade.** Ed. Fund. Perseu Abramo. São Paulo, 2000.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

_____. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

AUER, S. A luta pela terra e a reinvenção do rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XI., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2003. 25 p. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=266>>. Acesso em: 2008.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da Costa; CORRÊA, R. L. (org.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (org). **Território e Desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

TARTARUGA, I. G. P. **O conceito de território para a análise do desenvolvimento**

rural. Ribeirão Preto: Sober, 2005.

ZIMMERMANN, N. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L. et al. (org). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: Edunesp, 1994.

Sobre o autor

Ademir Terra – Doutor em Geografia (UNESP – Presidente Prudente). Professor adjunto do Departamento de História e Geografia – DHG da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA; Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais – GEPQAM. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-5304-3341>

Como citar este artigo

TERRA, Ademir. A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais. **Revista NERA** vol. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

Recebido para publicação em: 20 de novembro de 2018
Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019
Aceito para a publicação em: 05 de março de 2019

O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica

Henrique Rudolfo Hettwer

Programa de Pós- Graduação em Geografia/PPGGEO- Universidade Federal de Santa
Maria

e-mail: henriquehettwer@gmail.com

Resumo

A Geografia, especialmente a geopolítica, ocupa-se de desvelar as máscaras sociais e promover uma análise política da realidade do espaço geográfico. O advento da ideologia neoliberal e a expansão do capital monopolista que concentra e segrega, concebe a educação como despesa, se gerida pelo Estado, e como mercadoria, se ofertada pela iniciativa privada. A concepção neoliberal vem buscando desconstruir a matriz pública, ao mesmo tempo que exige a oferta de destinação de recursos públicos ao ensino privado. Os efeitos dessa ação são imensamente danosos à educação pública, que registra perdas de investimentos, redução de matrículas, precarização, desvalorização de professores e evasão elevada.

Palavras-chave: Geopolítica; neoliberalismo; educação; crise.

The neoliberalism in the Brazilian educational space – a geopolitical analysis

Abstract

The Geography, especially the geopolitics, is to unveil the social masks and promote a political analysis of the reality of the geographical space. The advent of neoliberal ideology and the expansion of monopolistic capital which concentrates and secretes, conceives education as expenditure, whether managed by the State, and as a commodity, if offered by private initiative. The neoliberal conception comes seeking to deconstruct the public matrix, at the same time that offer possibilities for allocation of public resources to private schools. The effects of this action are hugely damaging to public education, which records losses of investments, reducing enrollment, precarization, devaluation of teachers and high evasion.

Keywords: Geopolitic; neoliberalism; education; crisis.

El neoliberalismo en el espacio educativo brasileño - un análisis geopolítico

Resumen

La Geografía, especialmente la geopolítica, se ocupa de desvelar las máscaras sociales y promover un análisis político de la realidad del espacio geográfico. El advenimiento de la ideología neoliberal y la expansión del capital monopolista que concentra y segrega, concibe la educación como gasto, si es gestionada por el Estado, y como mercancía, si es ofrecida por la iniciativa privada. La concepción neoliberal viene buscando desconstruir la matriz pública, al mismo tiempo que exige la oferta de destinación de recursos públicos a la enseñanza privada. Los efectos de esta acción son inmensamente dañinos a la educación pública, que registra pérdidas de inversiones, reducción de matrículas, precarización, devaluación de profesores y evasión elevada.

Palabras clave: Geopolítica; neoliberalismo; educación; crisis.

Introdução

“A crise da educação pública não é uma crise, é um projeto”. Darcy Ribeiro

Este trabalho de pesquisa é resultado de leitura bibliográfica, análise de dados e debates transcorridos na disciplina de Educação e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria. Diante das reflexões críticas da Educação e da Geografia, especialmente de autores que tratam da geopolítica, vinculamos estas e outras releituras à práxis docente nas redes pública e privada de ensino do Rio Grande do Sul, e à vivência nos movimentos sociais brasileiros de educação, especialmente o movimento estudantil, para desenvolver este artigo que visa expor discursos e adoções de políticas de mercantilização da educação nacional. Com a conceituação do neoliberalismo buscamos identificar grupos sociais e personalidades intelectuais e o modo como estes atuam para fazer perseverar seu modo de pensar diante do Estado e na sociedade brasileira. Para tanto, medimos o impacto do avanço neoliberal na educação nacional através de dados estatísticos oficiais para contraditá-los com a garantia de direitos constitucionais do povo brasileiro, ameaçados diante dos interesses segregadores do capital.

“A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” é uma obra de Yves Lacoste que inquietou a Geografia clamando novos paradigmas à ciência geográfica na década de 1970, numa necessária valorização deste saber estratégico por todos, especialmente os menos favorecidos, através da politização de seus temas. É preciso superar o viés ideológico oligarquizado da Geografia para encetar uma “geopolítica dos dominados”, um saber-pensar o espaço na perspectiva de uma resistência popular contra a dominação. (LACOSTE, 1988) O capital descobriu o espaço geográfico. Resta saber quando o descobrirão os que se opõem à sua ditadura (MOREIRA, 1982)

A Geografia, tal como afirmara (LACOSTE, 1988), é um saber estratégico que deve promover a compreensão política dos fenômenos, ao invés de ocultá-los.

A Geografia de nosso tempo – e ao século XX nos referimos – vive uma contradição entre o impulso de estudar os fenômenos, com sentido pragmático, e a natureza, para melhor explorar os seus recursos, e a necessidade de omitir resultados ou barrar pesquisas que contribuam para desvendar o caráter de classe do aproveitamento daqueles fenômenos e dos citados recursos. Assim, ora sonega as razões reais da erosão do solo ou do rompimento do equilíbrio ecológico do meio natural; ora estimula as pesquisas meteorológicas, em face das necessidades crescentes do transporte aéreo; ora desconhece as razões da miséria que convive com a opulência da natureza, em determinadas regiões; ora impulsiona a pesquisa de recursos minerais, para proveito de monopólios (SODRÉ, 1976, p.9).

Contribuir para a compreensão da realidade brasileira é um dos deveres da Geografia, além de ofertá-la a todos, estejam estes em cargos de poder, em bancos escolares ou de praça, institutos de pesquisa. Uma das áreas de embate político contemporâneo é a educação, em que atuam forças que duelam pela primazia, uma enraizada nos anseios populares, a concepção nacional-emancipadora, e outra na preservação de privilégios, a concepção neoliberal.

Neoliberalismo e “globalitarismo” no espaço geográfico brasileiro

Com o colapso do socialismo no leste europeu, no final da década de 1980, o capitalismo, já em etapa financeiro-monopolista, expande-se pelo planeta sem limites de contenção, devorando Estados e nações, reduzindo-os em suas estruturas, economias e culturas, homogeneizando seus padrões e ideologia; surge o neoliberalismo. Determina, assim, novos paradigmas para a geopolítica mundial.

O chamado neoliberalismo não é uma teoria científica. Nem muito menos uma corrente de pensamento científico. Não chega também a ser uma doutrina. É uma ideologia – mais propriamente, é o elemento central da ideologia da oligarquia financeira que domina o mundo, na atual etapa do capitalismo (SOUZA, 1995, p. 9).

Esta ideologia tornou-se um totalitarismo ou, como diria (SANTOS, 2009), um “globalitarismo”, fazendo alusão ao processo de globalização neoliberal e seus mantras, que foi expandido através do Consenso de Washington, conferência liderada pelo governo dos EUA e FMI-Bird, cuja finalidade do encontro de técnicos era examinar a realidade financeira e econômica da América Latina para suprimir todas e quaisquer proteções das nações à entrada voraz do capital, promovendo a total desregulamentação das economias e a desestruturação do aparato estatal.

A conclusão do “Consenso de Washington” abrangeu dez áreas, a saber: 1) disciplina fiscal; 2) drástica redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização dos ativos públicos estratégicos; 9) desregulação total; 10) direitos da propriedade intelectual. Posteriormente, foi incluída a recomendação da vinculação das moedas nacionais latino-americanas ao dólar, em caráter transitório (MACHADO, 2000, p. 227).

Os objetivos básicos a alcançar eram dois fundamentais: a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação e o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco (BATISTA, 1994).

Em tais condições, instalam-se a competitividade, o salve-se-quem-puder, a volta ao canibalismo, a supressão da solidariedade, acumulando dificuldades para um convívio social saudável e para o exercício da democracia. Enquanto esta é reduzida a uma democracia de mercado e, amesquinhada como eleitoralismo, isto é, consumo de eleições, as “pesquisas” perfilam-se como um aferidor quantitativo da opinião, da qual acaba por ser uma das formadoras, levando tudo isso ao empobrecimento do debate de ideias e à própria morte da política. (SANTOS, 2009, p. 54)

O *modus operandi* do neoliberalismo usurpa o espaço geográfico, promovendo centralização do capital e segregação espacial, ao mesmo tempo, vulnerabilizando multidões de pessoas, deixando-as à mercê do destino, ao acaso.

Usando a paisagem com fins turísticos; projetando "obras de impacto" em áreas estratégicas; confinando ideias cívicas à unidade espacial Estado-Nação; planejando a exploração e consumo de recursos naturais; redistribuindo populações faveladas (viveiros de mão-de-obra) para áreas destinadas à implantação de distritos industriais; fabricando imagens de lazer e conforto com áreas verdes, sol, sal e mar para forjar venda de imóveis de fachadas e nomes pomposos, ou marcas de cigarros; manobrando as articulações do complicado tabuleiro de xadrez da geopolítica mundial; espalhando os tentáculos desses polvos gulosos e insaciáveis eufemisticamente chamados multinacionais; tais são alguns exemplos dessa interminável lista de maneiras que o capital encontrou de usar o espaço geográfico como instrumento de acumulação e poder (MOREIRA, 1982, p. 1).

Em vários aspectos podemos notar que houve avanços do neoliberalismo e derrotas sociais historicamente conquistadas pelo povo brasileiro, desde a discriminação da empresa nacional, às privatizações de estatais estratégicas como a Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas, à desnacionalização de nossas empresas.

Privatize-se tudo

A mim parece-me bem.

Privatize-se Machu Picchu, privatize-se Chan Chan,
privatize-se a Capela Sistina,
privatize-se o Pártenon,
privatize-se o Nuno Gonçalves,
privatize-se a Catedral de Chartres,
privatize-se o Descimento da Cruz,
de Antonio da Crestalcore,
privatize-se o Pórtico da Glória
de Santiago de Compostela,
privatize-se a Cordilheira dos Andes,
privatize-se tudo, privatize-se o mar e o céu,
privatize-se a água e o ar, privatize-se a justiça e a lei,
privatize-se a nuvem que passa,
privatize-se o sonho, sobretudo se for diurno
e de olhos abertos.

E, finalmente, para florão e remate de tanto privatizar,
privatizem-se os Estados, entregue-se por uma vez
a exploração deles a empresas privadas,
mediante concurso internacional.

Aí se encontra a salvação do mundo... (SARAMAGO, 1996)

Segundo estudo do jornalista Leandro Severo (SEVERO, 2017), utilizando dados da Consultoria KMPG, do ano de 2004 até o mês de março de 2017, 2.514 empresas nacionais passaram para o controle estrangeiro. A lista de empresas que saíram do controle nacional impressiona, pois inclui marcas que fazem parte da vida de milhões de brasileiros. Grupo Pão de Açúcar transferido para o francês Casino; Rapidão Cometa para a norte-americana Fedex; TAM para a chilena LAN; Ypióca para a britânica Diageo. Yoki para a norte-americana General Mills. Nem a área de educação escapou. O grupo Kroton, que possui nove marcas de universidades como a Anhanguera, Unopar, Pitágoras e Uniderp, é controlado pelo fundo americano Advant.

Outro estudo, da renomada Organização Não-Governamental Britânica Oxfam(2017), demonstra que Jorge Paulo Lemann (AB Inbev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hermmann Telles (AB Inbev), Carlos Alberto Sicupira (AB Inbev), Eduardo Saverin (Facebook) e Ermirio Pereira de Moraes (Grupo Votorantim) são as seis pessoas mais ricas do Brasil. Eles concentram, juntos, a mesma riqueza que os 100 milhões mais pobres do país, ou seja, a metade da população brasileira, estimada pelo IBGE em 207 milhões.

Nota Marx que devemos buscar apreender "...a essência nas aparências. . .". Entendemos com isso que se deve apreender as leis internas (a essência) que governam as formas, as estruturas. (MOREIRA, 1982). Nesse contexto neoliberal está inserida a vida e a luta pela sobrevivência de cada um dos brasileiros, na busca por emprego, saúde, educação, segurança, cultura, lazer. Nesse sentido, buscaremos demonstrar alguns dos efeitos da política neoliberal em curso no Brasil nas últimas décadas, especialmente na educação básica.

Duas concepções conflituosas sobre a Educação no contexto neoliberal

Retoricamente a educação é incansavelmente alardeada como a salvação de um país empobrecido ou que não alcançou a plenitude de seu desenvolvimento, como o Brasil. Contudo, ao aprofundarmos a análise sobre estes discursos perceberemos diversas contradições e controvérsias. A nosso ver, podemos classificar o pensamento sobre a educação em duas linhas fundamentais: a neoliberal (e também fundamentalista) e a nacional-emancipadora. As premissas básicas neoliberais são a diminuição de gastos públicos com a educação pública, o aumento de repasses do orçamento público para instituições privadas e ampliação da rede privada de ensino.

De outra parte, temos a concepção nacional-emancipadora, que consagrou na Constituição de 1988 diversas conquistas e fundamentos político-ideológicos, inspirada pelo pensamento de Anísio Teixeira, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Cecília Meireles, Fernando de

Azevedo, dentre outros. São princípios fundamentais da Carta Magna a cidadania, a dignidade da pessoa humana; objetivos fundamentais: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. (CONSTITUIÇÃO, 1988) Em seu capítulo III, artigo 206, a Constituição apresenta os seguintes preceitos que destacamos:

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União.

VII – garantia de padrão de qualidade. (CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, 1988, p. 138)

Discursos e agentes neoliberais no contexto educacional

As duas concepções que atuam na educação brasileira duelam, tem seus adeptos, formuladores e defensores, e polarizam as gestões na educação brasileira, é bem verdade, com notória crescente da neoliberal nos últimos anos. Vejamos alguns agentes e discursos da pedagogia neoliberal:

Fundação Lemann

Fundada em 2002 pelo empresário Jorge Paulo Lemann, a Fundação Lemann é apresentada em sua página virtual como uma organização familiar sem fins lucrativos. O empresário é o homem mais rico do país (Oxfam, 2017), é diretor-presidente e CEO da multinacional AB InBev no Brasil. A instituição exalta seus parceiros institucionais “Person of the year – Brazilian American – Chamber of Commerce, Inc”, “Itaú-BBA”, “Telefonica-Vivo”, dentre outros. A empresa AB InBev – multinacional belga - é a principal incorporadora de empresas brasileiras de bebidas – Antártica, Brahma, Skol – tornada um dos grandes monopólios mundiais, agora sob bandeira estrangeira, altamente favorecida pela abertura econômica iniciada com Collor de Melo. Segundo a fundação, sua missão é colaborar com pessoas e instituições em iniciativas de grande impacto que garantam a aprendizagem de todos os alunos e formar líderes que resolvam os problemas sociais do país, levando o Brasil a um salto de desenvolvimento com equidade. e sua visão é um Brasil justo e avançado, onde todos têm a oportunidade de ampliar o seu potencial para fazer escolhas e criar impacto positivo no mundo. Além disso, o empresário investe na Escola Eleva e Pensi, uma das escolas que mais se destacam no Enem em todo o país, que obteve os três melhores lugares do Rio de Janeiro.

Todos Pela Educação

O movimento Todos Pela Educação é uma articulação entre grandes grupos econômicos como bancos (Itaú), empreiteiras, setores do agronegócio e da mineração (Vale) e os meios de comunicação, que procuram influenciar os rumos da educação no Brasil. Segundo descrito em sua página na internet, Todos Pela Educação (2017), foi fundado em 2006, é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade. O objetivo do movimento é ajudar a propiciar as condições de acesso, de alfabetização e de sucesso escolar, a ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhoria da gestão desses recursos. Esse objetivo foi traduzido em cinco metas, a serem alcançadas até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil. São elas: Meta 1 Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; Meta 2 Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; Meta 3 Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano; Meta 4 Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos; Meta 5 Investimento em Educação ampliado e bem gerido. Em 2010, o movimento adotou cinco bandeiras, as quais entende como urgentes e com resultados mais impactantes para a melhoria da qualidade da Educação e para o alcance das Metas. São elas: Bandeira 1 Melhoria da formação e carreira do professor; Bandeira 2 Definição dos direitos de aprendizagem; Bandeira 3 Uso pedagógico das avaliações; Bandeira 4 Ampliação da oferta de Educação integral; Bandeira 5 Aperfeiçoamento da governança e gestão.

Para Roberto Leher (2015), o movimento se organiza numa espécie de partido da classe dominante, ao pensarem um projeto de educação para o país, organizarem frações de classe em torno desta proposta e criar estratégias de difusão de seu projeto para a sociedade:

A principal iniciativa dos setores dominantes na educação básica brasileira é uma coalizão de grupos econômicos chamado Todos pela Educação, organizado pelo setor financeiro, agronegócio, mineral, meios de comunicação, que defendem um projeto de educação de classe, obviamente interpretando os anseios dos setores dominantes para o conjunto da sociedade brasileira. Em outras palavras, os setores dominantes se organizaram para definir como as crianças e jovens brasileiros serão formados (LEHER, 2015)

Casa das Garças

O Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças (IEPE/CdG) foi constituído em 2003, como uma associação civil de direito privado sem fins econômicos, sendo vedado participar de quaisquer atividades de caráter político-partidário ou religioso. Define seu objeto como a promoção de estudos, pesquisas, seminários, debates, cursos e publicações, visando a discutir a realidade socioeconômica do país, bem com gerir programas de bolsas de estudos e pesquisas. As atividades do IEPE/CdG são financiadas a partir de contribuições das pessoas físicas a ele associadas, e de convênios com pessoas jurídicas para a realização de projetos específicos. Alguns de seus associados são banqueiros, ex-ministros da Fazenda, executivos de bancos, corporações e multinacionais, tais como Persio Arida, Pedro Malan, Pedro Moreira Salles, João Roberto Marinho, Arminio Fraga Neto, André Lara Resende. Dentre os diversos grupos de estudo, especialmente econômicos, um deles trata da relação Economia-Educação, cujo objetivo é disseminar e aprofundar o conhecimento sobre políticas públicas no Brasil, através da construção de um espaço de discussão sólido para alunos de economia, com foco na graduação. O último grupo contemplou tópicos relevantes para a área de educação, convidando palestrantes com expertise em diversos temas relacionados à área: Economia da Educação, Educação no Brasil, Primeira Infância, Determinantes do Sucesso Educacional, Habilidades Socioemocionais e Ensino Médio. (CASA DAS GARÇAS, 2017)

MBL: Movimento Brasil Livre

O MBL apresenta-se como uma organização não governamental de ativismo político liberal. Notabilizou-se nacionalmente a partir da crise política no governo Dilma Rousseff (2011-2016) buscando liderar e canalizar a população. Algumas de suas propostas para educação são: a) Legalização do *homeschooling* (estudar em casa). b) Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais. c) Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. d) Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil. e) Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas. f) Redução de impostos das escolas privadas. g) Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar. h) Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas. i) Promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações. j) Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas. k) Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica. (MBL, 2017).

Escola sem partido

A organização não-governamental Escola sem Partido apresenta-se como uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. Segundo seu coordenador Miguel Nagib:

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. Entretanto, nossas tentativas de combatê-la por meios convencionais sempre esbarraram na dificuldade de provar os fatos e na incontornável recusa de nossos educadores e empresários do ensino em admitir a existência do problema (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017).

A Escola sem Partido tem provocado vários protestos no Brasil no meio acadêmico e repulsa de diversos movimentos sociais.

A “esfinge”, da mitologia grega, o “ovo da serpente”, do filme com o mesmo título de Ingmar Bergman, e as crônicas “O Alarme” e “Ódio”, de Luis Fernando Verissimo, podem ser evocados como interpelação para entender aquilo que está subjacente ao ideário do Escola sem Partido e seu sentido de ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade (FRIGOTTO, 2017, p. 17).

Alguns intelectuais brasileiros, egressos da academia, muitos deles tornados gestores educacionais, também repercutem em sua práxis essa concepção neoliberal, com maior ou menor engajamento. Podemos destacar Maria Helena Guimarães de Castro que, como Secretária Executiva do MEC defendeu em audiência com dirigentes do PROIFES-FEDERAÇÃO (2017) a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais públicos. No mesmo sentido, José Roberto Nalini foi escolhido como secretário de educação de São Paulo em 2016 e em artigo publicado na página eletrônica da Secretaria de Educação (05/04/2016), o gestor busca explicitar sua concepção política e ideológica:

Uma sociedade órfã vai se socorrer de instâncias que substituam a tibia parentalidade. O Estado assume esse papel de provedor e se assenhoreia de incumbências que não seriam dele. Afinal, Estado é instrumento de coordenação do convívio, assegurador das condições essenciais a que indivíduos e grupos intermediários possam atender à sua vocação. Muito ajuda o Estado que não atrapalha. Que permite o desenvolvimento pleno da iniciativa privada. Apenas controlando excessos, garantindo igualdade de oportunidades e só respondendo por missões elementares e básicas. Segurança e Justiça, como emblemáticas. Tudo o mais, deveria ser providenciado pelos particulares (NALINI, 2016).

O escritor Olavo de Carvalho é crítico, a seu modo, da globalização que destrói a célula máter da sociedade: a família. Outra arma de destruição da família seria a ocupação dos espaços culturais tal qual ensinada por Antonio Gramsci. Segundo ele, a agenda multicultural comunista, as ideias e a forma de pensar prevalentes no mundo ocidental, seriam formas de esvaziar de significado as tradições judaico-cristãs. (CARVALHO, 2013).

A práxis neoliberal, a apropriação do Estado e a educação como despesa

Ao destacarmos alguns dos movimentos e pensadores brasileiros da concepção neoliberal, percebemos que a educação é concebida como unidade fiscal de despesa à sociedade, como encargo, o que já vai desconstruindo a retórica de educação como prioridade repetida na mídia ou em discursos acadêmicos e políticos. Para analisarmos ainda com maior clareza a base real com que é tratada a educação demonstraremos em alguns aspectos a força crescente destes discursos na realidade educacional brasileira. Primeiramente, analisamos o orçamento brasileiro executado em 2015, no Governo Dilma-Temer, que tinha sido eleito no ano de 2014 com o emblema: “Pátria Educadora”. Houve o gasto de 3,91% para a educação básica, superior e pós-graduação dos mais de 200 milhões de brasileiros. Ao mesmo tempo, para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública foram gastos 42,43% do orçamento, em que os juros são definidos pelo próprio governo, os mais altos do mundo, além de não haver sido auditada esta dívida de maneira soberana, numa evidente rendição ao capital financeiro brasileiro e estrangeiro. Com tamanho gasto com bancos, a educação fica à míngua e padece. Assim, faltam recursos para a merenda escolar nas escolas, tratada como mera unidade de despesa pelos gestores. Há desvalorização salarial dos professores de instituições públicas que, segundo o IPEA (2014), a remuneração média dos professores brasileiros é equivalente a 51% do valor médio obtido, em 2012, pelos demais profissionais com nível superior completo. Atualmente, o salário médio do docente da educação básica no País é de R\$ 1.874,50. Essa quantia é três vezes menor que o valor recebido por profissionais da área de Exatas, como por exemplo, os engenheiros.

No ensino superior há a crescente mercantilização do setor que, para Roberto Leher, transformou-se em um grande negócio. Segundo Leher, os recentes processos de fusões entre grandes grupos educacionais, como Kroton e Anhanguera, e a criação de movimentos como o Todos pela Educação representam a síntese deste processo.

Entre 2007 e 2015, no chamado Reuni, o Ministério da Educação alocou R\$ 9 bilhões de recursos para expansão e melhoria das condições [das instituições públicas de ensino superior]. Só em 2014 o Fies significou R\$ 13,5 bilhões. Em um ano! Em 2015 foram aproximadamente R\$ 16 bilhões. Em 2016, a previsão é de R\$ 18 bilhões. Se somarmos só esses recursos

dos últimos quatro ou cinco anos, vamos ter quase R\$ 60 bilhões. Ora, com R\$ 60 bilhões, nós teríamos espalhado universidades públicas, crescido, melhorado as nossas universidades, que estariam fervilhando de estudantes, felizes aqui dentro por estarem frequentando uma instituição pública (LEHER, 2016).

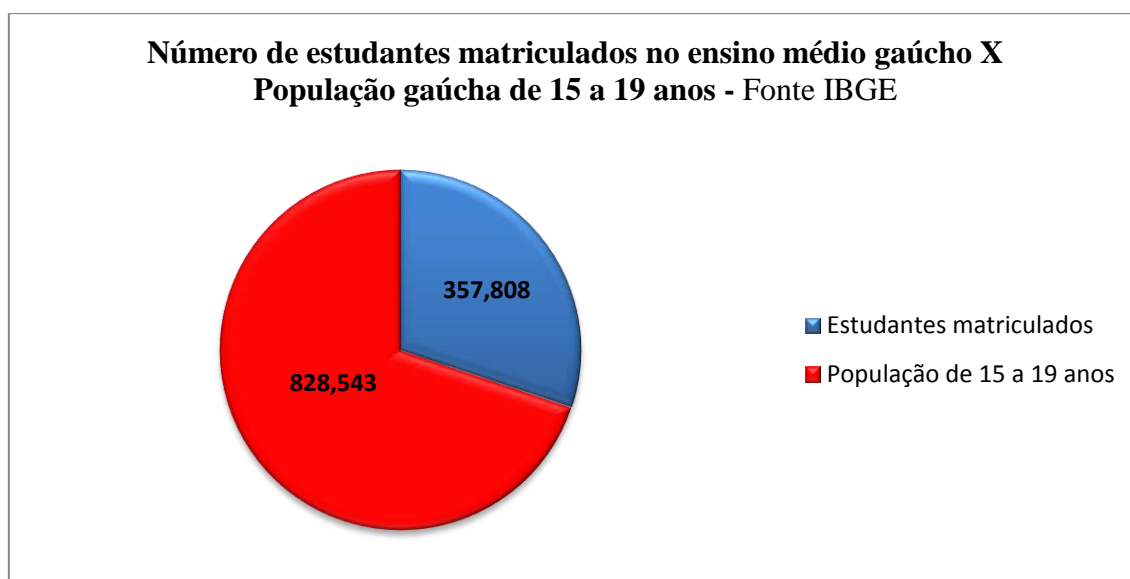
Não bastasse o desvio de recursos das instituições públicas para fundos privados, outra medida neoliberal pretendida é a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, em cursos de graduação e pós-graduação com propostas apresentadas na Câmara dos Deputados pelos deputados Andres Sanchez (PT-SP) e Alex Canziani (PTB-PR). (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017)

Fechamento de escolas e turmas de escolas públicas

Outra medida adotada no contexto neoliberal é a diminuição de demanda pública. Segundo a educadora do departamento de educação do MST, Cristina Vargas (Brasil de Fato, 2016), 32.512 escolas foram fechadas nos últimos 10 anos. Em áreas rurais, o número de escolas fechadas foi de 4.084 somente em 2014. No Rio Grande do Sul, o governador José Ivo Sartori planejou extinguir 2.000 turmas de ensinos fundamental e médio no estado do Rio Grande do Sul, além de 600 turmas fechadas no início de 2017. O argumento utilizado seria a redução de 500 mil alunos nos últimos 15 anos no Estado e que haveria turmas com reduzido número de alunos, devendo haver o ajustamento para turmas de 25 alunos no ensino fundamental e 50 no ensino médio. Ao examinar a realidade do Rio Grande do Sul a partir de dados da PNAD (Pesquisa Nacional sobre Amostra de Domicílios) e do Censo Escolar do INEP (MEC), utilizando o ano de 2015 como referência, percebemos que há uma necessidade de abertura de escolas e turmas ao invés de seu fechamento.

Em 2015, o Rio Grande do Sul possuía 357.808 matrículas no ensino médio. Ao mesmo tempo, a população gaúcha de 15 a 19 anos nesse ano era de 828.543 jovens. Ou seja, as matrículas gaúchas não chegam a 44% do universo de jovens em idade adequada. Se analisarmos a evasão destas matrículas ao longo do ano que ocorrem pelo desestímulo à educação, em escolas desaparelhadas, professores mal pagos e a necessidades dos jovens de ingresso no “trabalho”, esses números fatalmente podem ser ampliados. Temos, portanto, cerca de 56% de jovens desatendidos no ensino médio gaúcho.

Figura 1: Comparativo de matrículas e população de 15 a 19 anos no RS



Fonte IBGE
Org. AUTOR

Um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2017), denominado *Education at a Glance 2016* (Um olhar sobre a educação), traz amplo panorama sobre a educação. No Brasil, em 2015, mais da metade dos adultos, com idade entre 25 e 64 anos, não tinham acesso ao ensino médio e 17% da população sequer tinham concluído o ensino básico. Os números estão muito abaixo da média dos países da OCDE, que têm 22% de adultos que não chegaram ao ensino médio e 2% que não concluíram o básico. A OCDE analisa os sistemas educativos dos 35 países membros da organização, a grande maioria desenvolvidos, e de dez outras economias, como Brasil, Argentina, China e África do Sul. O Brasil gasta anualmente US\$ 3,8 mil (R\$ 11,7 mil) por aluno do primeiro ciclo do ensino fundamental (até a 5ª série), sendo que o valor em dólar é calculado com base na Paridade do Poder de Compra (PPC) para comparação internacional. A cifra representa menos da metade da quantia média desembolsada por ano com cada estudante nessa fase escolar pelos países da OCDE, que é de US\$ 8,7 mil. Luxemburgo, primeiro da lista, gasta US\$ 21,2 mil. Entre os 35 países analisados no estudo, apenas seis gastam menos com alunos na faixa de dez anos de idade do que o Brasil – dentre eles Argentina (US\$ 3,4 mil), México (US\$ 2,9 mil), Colômbia (US\$ 2,5 mil) e Indonésia, com gastos de apenas US\$ 1,5 mil. Nos anos finais do ensino fundamental e no médio o Brasil gasta anualmente a mesma soma de US\$ 3,8 mil por aluno desses ciclos e também está entre os últimos na lista dos 39 países que forneceram dados a respeito. A média nos países da OCDE nos últimos anos do ensino fundamental e no médio é de US\$ 10,5 mil por aluno, o que representa 176% a mais do que o Brasil.

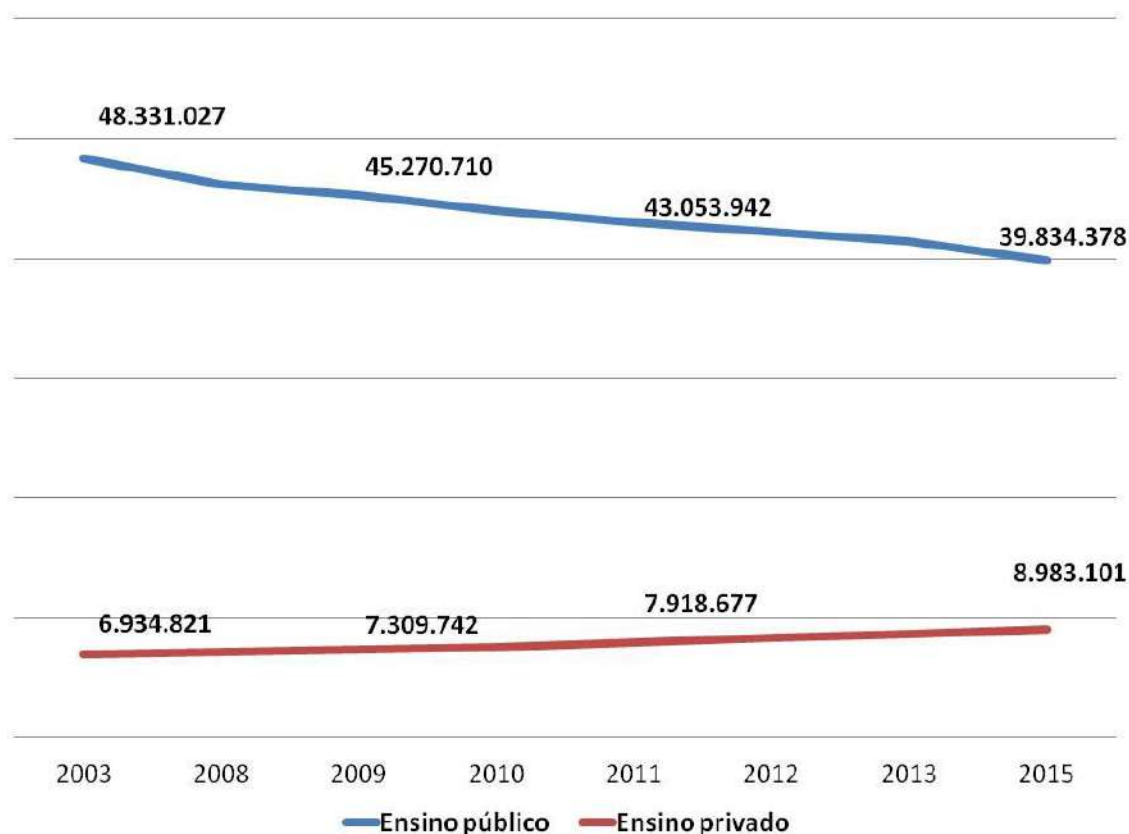
Já o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), produzido pela PNUD em parceria com o IPEA e a Fundação João Pinheiro, demonstra que 42,8% dos jovens

brasileiros de 15 a 17 anos do Brasil não tem sequer o ensino fundamental e 59% dos jovens de 18 a 20 anos não possuem o ensino médio. Podemos, ainda, analisar a escolaridade da população brasileira e demonstrar que há um hiato entre a necessidade de oferta de ensino e a escolarização da população. Conforme a PNAD (IBGE, 2015), na região sul do Brasil, a média de anos de estudo das pessoas acima de 18 anos é de apenas 8,5 anos. Ou seja, não é sequer o tempo de estudos do ensino fundamental, lembrando que este tem 9 anos e o ensino médio 3 anos, totalizando 12 anos. Se acrescentarmos a isso os dois anos de educação infantil a educação básica vigente terá 14 anos, ampliando ainda mais o déficit educacional de anos de estudo. Esse cenário contraria a regulamentação da PEC 59, tornada lei nº 12.796/2013, que torna a educação básica obrigatória no Brasil, desde os 4 aos 17 anos, dividida em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Com educação pública sob ataque, cresce educação privada

Segundo o Censo Escolar do Ministério da Educação, a educação básica brasileira reunia, em 2003, um total de 55.265.848 matriculados, sendo que destes, 6.934.821 eram de escolas particulares, ou seja, 12,55%. Doze anos mais tarde, em 2015, há 48.817.479 estudantes, distribuídos nos diferentes níveis da educação básica. Deste número, a educação privada representava 8.983.101 matrículas, ou seja, 18,20% do total de alunos.

Figura 2: Evolução de matrículas da Educação Básica no Brasil por modalidade de ensino no período 2003-2015



Fonte Inep
Org. AUTOR

Portanto, podemos concluir que há uma considerável ampliação da rede privada de ensino. No período 2003-2015 houve uma redução nacional de matrículas na educação básica de 6.448.369 matrículas. Contudo, o ensino privado teve um crescimento de 2.048.280 alunos, ao passo que a educação pública perdeu 8.496.649 matriculados no período. Ou seja, mesmo considerando as quedas das taxas de natalidade brasileira, a população continua crescendo, e podemos afirmar que houve uma crescente privatização da educação básica brasileira.

Considerações finais

A educação pública, sob o neoliberalismo, vem sofrendo maciços ataques, conforme destacamos neste estudo. A sonhada universalização com qualidade pretendida pelos ícones do pensamento nacional-emancipador está mais distante, com diversas medidas contrárias adotadas no país nas últimas décadas. Apesar da imensa riqueza econômica do Brasil o país não consegue realizar-se na educação, sendo este o principal

questo que derruba sua avaliação no Índice de Desenvolvimento Humano, ocupando a posição 79 no mundo, apesar de ser uma das dez nações mais ricas.

Historicamente, o desenvolvimento brasileiro sempre esteve associado a maiores preocupações com a educação, especialmente pública. As últimas metas definidas nos planos nacionais de educação resistem em serem cumpridas. As escolas públicas brasileiras estão precarizadas, desaparelhadas, com professores mal remunerados e humilhados, sem sequer a correção monetária de seus salários, como nos casos do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, além de parcelamentos e atrasos salariais. Nesse cenário de crise da educação pública as famílias esforçam-se em oferecer outras possibilidades a seus filhos, levando-os ao ensino privado. Assim, conclui-se que, de fato, a crise na educação pública não é uma crise, mas um projeto, minuciosamente pensado e concretizado por agentes insensíveis às necessidades nacionais e que buscam tão somente torná-la lucrativo negócio para parte privilegiada da população. Para a maioria das massas populares é oferecida uma educação sem a qualidade merecida montada apenas para o letramento básico para que estas pessoas mantenham-se na condição de dominados e explorados.

Esta é a face perversa da “Pedagogia do Salve-se quem puder” imposta pela ideologia neoliberal.

Referências bibliográficas

ATLAS BRASIL. **Atlas de desenvolvimento humano Brasil**. Disponível www.atlasbrasil.org.br em 04/11/2017

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Caderno Dívida Externa nº 6, 2º ed.. PEDEX. São Paulo, 1994.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988**.

BRASIL DE FATO. **Nos últimos 10 anos, 32.512 escolas foram fechadas**. Disponível em www.brasildefato.com.br/node/34202/ em 04/11/2017

BRASIL DE FATO. **Grandes grupos econômicos estão ditando a formação de crianças e jovens brasileiros – entrevista com Prof. Dr. Roberto Leher**. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/node/32359/> em 04/11/2017

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC prevê que aluno arque com os custos de curso superior em universidade pública.** Disponível em <http://www2.camara.leg.br> em 04/11/2017

CARVALHO, Olavo de. **O Mínimo que você precisa saber para não ser um idiota.** Rio de Janeiro: Record, 2013.

CASA DAS GARÇAS. Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças. Disponível em <http://iepecdg.com.br/> em 30/10/2017.

PROIFES-FEDERAÇÃO. **Secretária do MEC defende cobrança de mensalidades.** Disponível em <http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/secretaria-do-mec-defende-cobranca-de-mensalidades> em 04/11/2017.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da esperança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola “sem” partido.** Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017

GEORGES, Rafael. **Relatório OXFAM: A distância que nos une - um retrato das desigualdades brasileiras.** São Paulo: Relatório Oxfam, 2017. Disponível em oxfam.org.br em 04/11/2017.

IPEA. **As desigualdades na escolarização do Brasil.** Relatório de Observação nº 5. Disponível em www.ipea.gov.br em 04/11/2017

LACOSTE, Yves. **A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papyrus, 1993

LEHER, Roberto. **Não é só uma lógica econômica, é um horizonte para a formação humana no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz, entrevista em EPSJV/Fiocruz em 05/07/2016. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/nao-e-so-uma-logica-economica-e-um-horizonte-para-a-formacao-humana-no-brasil> em 04/11/2017

MACHADO, Luis Toledo. **Concepções políticas do Estado e da questão nacional nos séculos 19 e 20.** São Paulo: Mandacaru-CPC/UMES, 2000.

MOREIRA, Ruy. **A Geografia serve para desvendar as máscaras sociais.** _(Org.) Geografia: Teoria e Crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. **Propostas do MBL.** Disponível em www.mbl.org.br em 04/11/2017.

NAGIB, Miguel. **Escola sem partido: quem somos.** Disponível em www.escolasempartido.org.br em 04/11/2017

NALINI, José Renato. **A sociedade órfã.** São Paulo: Secretária de Educação, 2016, publicado em 05/04/2016, disponível em 04/11/2017.

OCDE. **Education at a Glance 2016: OECD Indicators.** OECD Publishing, Paris. Disponível em <http://dx.doi.org/10.187/eag-2016-en> em 21/04/2018.

PENSI. **História.** Disponível em www.pensi.com.br em 04/11/2017

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2009.

SARAMAGO, José. **Cadernos de Lanzarote – Diário III.** Lisboa: Editorial Caminho, 1996.

SEVERO, Leandro. **Desnacionalização atinge 2514 empresas brasileiras em 13 anos.** Jornal Primeira Página de São Carlos, Ed. 01/07/2017. Disponível em <https://www.jornalpp.com.br/economia/item/124962-desnacionalizacao-atinge-2514-empresas-brasileiras-em-13-anos> em 04/11/2017.

SOUZA, Nilson Araújo de. **O colapso do neoliberalismo.** São Paulo: Global, 1995

SODRÉ, N.W. **Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Quem somos.** Disponível em www.todospelaeducacao.org.br em 04/11/2017

VALOR. **Professor no Brasil ganha menos da metade da média dos países da OCDE.** Publicado em 15/09/2016, disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/4710579/professor-no-brasil-ganha-menos-da-metade-da-media-dos-paises-da-ocde> em 04/11/2017.

Sobre os autores

Henrique Rudolfo Hettwer – Possui graduação em Geografia pelo Instituto Federal de São Paulo (2010). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia. Pós-graduação em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Rio Grande. Pós-graduação em Sociologia para o Ensino Médio pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor de Geografia, História, Filosofia e Sociologia no

Estado do Rio Grande do Sul e de Geografia e História na Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul. **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0353-4588>

Como citar este artigo

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica** Revista **NERA**, vol.22 , n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019. mai.- ago. 2019.

Declaração de Contribuição Individual

Recebido para publicação em: 27 de setembro de 2018
Devolvido para a revisão em: 18 de janeiro de 2019
Aceito para a publicação em: 05 de março de 2019

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17, n. 24, p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano

15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brillhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP:uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão**. V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias**. Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR**. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio**. Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais**. Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial**. Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de**

assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná. Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira**. V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais**. Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro**. Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA**. V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campepinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016). **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016). **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta**. Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n.

12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR.** Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho.** *Revista NERA*, v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.* *Revista NERA*, v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias**

hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Sílvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisal Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Gláucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã (bem viver)*.** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo. **Revista NERA**, v. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17, n. 24, p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI**. Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel**. Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay**. Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense**. Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social**. Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia**. Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação**. Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos**. Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes**. Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 –

73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas**. Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático**. Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOIPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato**. V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOIPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra**. V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO; J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinções e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18, n. 27, p. 183-213, 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15, n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15, n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

- SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.
- SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.
- SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)**. Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.
- SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.
- SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.
- SANTOS, Thiago Araujo. Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 234-258 , jan.-abr. 2019.
- SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.
- SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.
- SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.
- SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.
- SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.
- SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.
- SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia**. V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.
- SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.
- SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil)**. Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18, n. 27, p. 214-239, 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado**. Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa**. Ano 17, n. 25, p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17, n. 24, p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16, n. 23, p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense. **Revista NERA**, v. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D’Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta**. V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro**. V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência**. Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil**. Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

- VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.
- VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16, n. 22, p. 127-137, 2013.
- VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18, n. 27, p. 240-258, 2015.
- VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17, n. 24, p. 146-166, 2014.
- VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18, n. 27, p. 38-52, 2015.
- VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.
- VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14, n. 19 p. 24-43, 2011.
- VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.
- VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.
- VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15, n. 20 p. 58-82, 2012.
- VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência**. Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.
- VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula**. Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.
- VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.
- VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.
- VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14, n. 19 p. 90-103, 2011.
- VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16, n. 23, p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST)**. Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature**. Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil**. Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio**. Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em**

fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR**. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964). Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán. Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária. Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. (Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios. Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina. Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA. Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos**. Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil**. Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes**. Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales**. Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar**. Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco**. Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada**. Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder**. Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas**. Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas**. Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sérgio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo**. Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique**. Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHÓ, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?**. Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique**. Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo**. Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces**. Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver)**. Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina**. Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS)**. Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai**. Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos**. Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Leticia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano**. Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números**. Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil**. Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático**. Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança**. Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá**. Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho**. Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazonia-Brasil)**. Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL)**. Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu**. Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação.** Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI.** Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics.** Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara.** Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas**

na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil). Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar.** Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016).** v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016).** v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso.** v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo.** v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil.** v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano.** v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato.** v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry.** v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho.** v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, **Erick Gabriel Jones.** *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility.* v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo.** v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira.** v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **"Pioneiros" do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.